



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO -

PPGEC

MESTRADO PROFISSIONAL EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO

**De terra lavrada a místico paraíso ecológico: desdobramentos identitários do processo
de ambientalização do Sana, Macaé – RJ.**

TAMIRES CHAGAS MATSCHUCK

RIO DE JANEIRO

2021

TAMIRES CHAGAS MATSCHUCK

De terra lavrada a místico paraíso ecológico: desdobramentos identitários do processo de ambientalização do Sana, Macaé – RJ.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Amália Silva
Alves de Oliveira

**RIO DE JANEIRO
2021**

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

M434	<p>Matschuck, Tamires Chagas</p> <p>De terra lavrada a místico paraíso ecológico: desdobramentos identitários do processo de ambientalização do Sana, Macaé ? RJ. / Tamires Chagas Matschuck. -- Rio de Janeiro, 2021. 169 f.</p> <p>Orientadora: Maria Amália Silva Alves Oliveira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação, 2021.</p> <p>1. Sana. 2. Constituição Identitária. 3. Ambientalização. 4. Turismo. 5. Turismização. I. Oliveira, Maria Amália Silva Alves , orient. II. Título.</p>
------	--

TAMIRES CHAGAS MATSCHUCK

De terra lavrada a místico paraíso ecológico: desdobramentos identitários do processo de ambientalização do Sana, Macaé – RJ.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 25 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Amália Silva Alves de Oliveira,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Camila Maria dos Santos Moraes,
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Helena Catão Henriques Ferreira,
Universidade Federal Fluminense – UFF
Membro Externo

RESUMO

MATSCHUCK, Tamires Chagas. **De terra lavrada a místico paraíso ecológico: desdobramentos identitários do processo de ambientalização do Sana, Macaé – RJ.** 169f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Com uma estimativa populacional de aproximadamente dois mil habitantes, o Sana, sexto distrito do Município de Macaé, localizado ao norte do Estado de Rio de Janeiro que hoje tem o turismo como principal frente econômica, tem sua história marcada pela chegada dos primeiros colonos no início do século XIX, pela agricultura e os tempos áureos da cafeicultura, pela chegada de uma comunidade alternativa nos anos 70 e mais recentemente, em meados dos anos 90, pelo turismo e ativismo ambiental que culminou na criação da Área de Proteção Ambiental do Sana, unidade de conservação que compreende toda a extensão territorial do distrito. O contraste entre os modos de vida dos diferentes grupos sociais estabelecidos no Sana e as frequentes reivindicações pelo reconhecimento de uma “verdadeira identidade” do lugar impulsionaram o desenvolvimento desta dissertação que tem por objetivo compreender a constituição identitária do Sana a partir dos desdobramentos sociais imbricados ao processo de ambientalização que se deu no lugar, processo este marcado principalmente pela instituição da Área de Proteção Ambiental do Sana. Assim, busquei identificar os grupos sociais envolvidos na disputa identitária – que envolve também as questões de uma disputa ambiental -, analisar as relações estabelecidas entre esses grupos e investigar os “lugares ocupados” por eles no que tange aos desdobramentos ou efeitos do processo de ambientalização do Sana, como por exemplo, os papéis assumidos por cada grupo nas representações sobre o lugar, no processo de turismização e no fenômeno de patrimonialização. Para auferir os objetivos propostos, a investigação foi regida a partir do referencial teórico antropológico, priorizando aspectos metodológicos da etnografia onde além das interpretações feitas a partir das idas a campo, documentos da gestão da Área de Proteção Ambiental do Sana, atas de reuniões, jornal local, reportagens e outras pesquisas etnográficas realizadas no Sana foram acessados por mim como campo etnográfico.

Palavras-chave: Sana. Constituição identitária. Ambientalização. Turismo.

MATSCHUCK, Tamires Chagas. **From ploughed land to mystic ecological paradise: identity developments in the Sana's environmentalization process, Macaé – RJ.** 169f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

With an estimated population of approximately two thousand inhabitants, Sana, the sixth district of the Municipality of Macaé, located in the north of Rio de Janeiro State, which today has tourism as its main economic front, has its history marked by the arrival of the first settlers at the beginning of the 19th century, by agriculture and the golden age of coffee growing, by the arrival of an alternative community in the 70s and more recently, in the mid 90s, by tourism and environmental activism that culminated in the creation of the Sana Environmental Protection Area, conservation unit that comprises the entire territorial extension of the district. The contrast between the ways of life of the different social groups established in Sana and the frequent demands for the recognition of a "true identity" of the place boosted the development of this dissertation, which aims to understand the identity constitution of Sana from the social developments intertwined with the environmentalization process that took place at the site, a process marked mainly by the institution of the Sana Environmental Protection Area. Thus, I sought to identify the social groups involved in the identity dispute - which also involves the issues of an environmental dispute -, analyze the relationships established between these groups and investigate the "places occupied" by them with regard to the consequences or effects of the environmentalization of Sana, for example, the assumed roles by each group in the representations about the place, in the tourism process and in the phenomenon of patrimonialization. In order to achieve the goals, the investigation was guided from the anthropological theoretical framework, prioritizing methodological aspects of ethnography where, in addition to the interpretations made from field work trips, management documents of Sana Environmental Protection Area, meetings minutes, local newspaper, reports and other ethnographic research carried out in Sana were accessed by me as an ethnographic field.

Keywords: Sana. Identity constitution. Environmentalization. Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Indicação da localização do Sana no mapa do estado do Rio de Janeiro.....	19
Figura 2. Indicação das localizações do Arraial do Sana, Casimiro de Abreu e Macaé	19
Figura 3. Indicação das localizações do Arraial do Sana, das Cachoeiras e da Pedra do Peito do Pombo.....	22
Figura 4. Camping Taba Pindorama.....	29
Figura 5. Distribuição da população do Sana no período de 1991 a 2000	36
Figura 6. Matérias sobre a ONG Pequena Semente no Jornal Local	39
Figura 7. Preservação ambiental – ONG Pequena Semente na Escola	39
Figura 8. Portal do Sana (Paraíso Ecológico).....	44
Figura 9. Desvantagens da agricultura tradicional x Vantagens da Agroecologia.....	49
Figura 10. Matéria no jornal local apresenta alternativa ecologicamente correta para a agricultura.....	50
Figura 11. Casas no Arraial do Sana que ainda mantém características arquitetônicas “tradicionais” da região	54
Figura 12. Casas antigas e as “janelinhas de madeira”	54
Figura 13. Mapa utilizado na base de acesso às cachoeiras para apresentar o Circuito das Águas aos visitantes	56
Figura 14. Poço da Gruta.....	57
Figura 15. Cachoeira Sete Quedas.....	58
Figura 16. Cachoeira Pai	58
Figura 17. Cachoeira Mãe	58
Figura 18. Poço da Gruta.....	59
Figura 19. O circo no Sana.....	60
Figura 20. Apresentação circense no espaço Criasana.....	61
Figura 21. Espaço Criasana	61
Figura 22. Fotos tiradas na placa “Sana” e postadas em rede social online.....	62

Figura 23. Base da Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade de Macaé, no Sana.....	64
Figura 24. “Jamaica em Macaé”- Avaliação de um turista sobre sua visita ao Sana.....	66
Figura 25. Postagem de moradora do Sana em rede social online, com teor sarcástico, abordando a relação do Sana com a Cannabis Sativa.....	66
Figura 26. Placa informativa de restaurante localizado no Arraial do Sana com símbolos e cores que relacionam com o <i>Reggae</i>	67
Figura 27. Placa “Sana” – Símbolos e lendas	69
Figura 28. Feira de artesanato no espaço Criasana.....	70
Figura 29. Feira de artesanatos a céu aberto no “Caminho das Cachoeiras”	71
Figura 30. Itens vendidos em uma das barracas de artesanato no “Caminho das Cachoeiras”	72
Figura 31. Manequins expostos em uma loja no Arraial do Sana vestindo roupas estampadas com símbolos e cores que se relacionam com o Reggae.....	72
Figura 32. Placas de promoção do evento “Carnaval In Sana”	73
Figura 33. Anúncio “Harmonização Bioenergética e Conscientização Cósmica”	74
Figura 34. Anúncios “Larikas” e “Oficina de evolução do sexto-sentido”	75
Figura 35. Anúncio “Jamaica Camping”	76
Figura 36. Anúncio “Taba Pindorama”	76
Figura 37. Anúncio “Ponto de luz. Hospedagem para meditação”	76
Figura 38. Igreja de São Sebastião e a placa de aviso sobre a proibição de consumo de drogas no espaço da igreja	79
Figura 39. Figura 39: Disco voador pairando sobre a pedra do Peito do Pombo	96
Figura 40. Alienígena	96
Figura 41. Estatueta de divindade Hindu.....	97
Figura 42. Homem com barba e cabelo no estilo Dreadlocks	98
Figura 43. Ênfase na barba e no cabelo no estilo Dreadlocks	98
Figura 44. Homem com barba e cabelo no estilo Dreadlocks em movimento.....	98
Figura 45. Referências ao reggae e ao movimento Rastafári	99
Figura 46. Figura 46: O palhaço.....	100

Figura 47. Sequência de imagens “aspectos rurais”	101
Figura 48. Sequência de imagens “nativos”	101
Figura 49. Esquema - Desdobramentos identitários da ambientalização no Sana	107

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
2 - CAPÍTULO I: UM PASSEIO PELO SANA: DA LAVOURA À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	19
2.1 - O Sana da lavoura e da “enxada na mão”	19
2.2 - As chegadas dos “cabeludos”	27
2.3 - Sana, um “Paraíso Ecológico”	36
2.4 - Os “outsiders” do Paraíso.....	44
3 - CAPÍTULO II: TURISMO NO SANA: UMA HERANÇA DOS “CABELUDOS” (?)	53
3.1 - Do ecológico ao “alternativo”: as facetas do turismo no Sana.....	53
3.2 – “Terra da maconha” e “hippies de rua”: a reivindicação pela mudança do perfil do turista do Sana.....	77
3.3 - Ecoturismo no Sana: “Vocação” que vem de fora.....	85
4 - CAPÍTULO III: CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO SANA: DESDOBRAMENTOS SOCIAIS DO PROCESSO DE AMBIENTALIZAÇÃO	91
4.1 – Turismização no processo de ambientalização.....	91
4.2 – Representações, patrimonialização e desterritorialização: aspectos identitários dos processos de ambientalização e (eco)turismização no Sana.....	94
5 – ATÉ AQUI E DAQUI PARA FRENTE	108
REFERÊNCIAS	115
ANEXO A	122
ANEXO B	125
ANEXO C	127
ANEXO D	136
ANEXO E	144
ANEXO F	148
ANEXO G	154
ANEXO H	156
ANEXO I	157
ANEXO J	158

ANEXO L.....	159
ANEXO M.....	161
ANEXO N.....	162
ANEXO O.....	163
ANEXO P.....	164
ANEXO Q.....	165
ANEXO R.....	167
ANEXO S.....	169

1- INTRODUÇÃO

Com uma estimativa populacional de pouco menos de dois mil habitantes, o Sana, sexto distrito do Município de Macaé, localizado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, tem hoje o turismo como frente econômica da região. O Arraial do Sana, pequeno centro comercial e de maior concentração residencial do distrito, concentra também o fluxo de turistas que procuram os atrativos naturais da região durante todo o ano. O Arraial, além do sentido intrínseco que seu nome carrega e apesar de ser a região do Sana melhor atendida estruturalmente e por serviços básicos – como acesso à energia elétrica, por exemplo -, preserva características de um bucólico lugarejo. As ruas de terra batida, a modesta igreja central, o ir e vir de moradores em seus burros abarrotados de bolsas amarradas à cela presa ao animal de carga – maneira mais eficiente de subir a trilha do Vale do Peito do Pombo com os suprimentos trazidos do Arraial – e em bicicletas – ainda que as motocicletas se tornem cada vez mais presentes, talvez um sinal dos novos tempos –, e as poucas casas que mantêm preservadas características arquitetônicas de um tempo em que a agricultura era a principal atividade econômica do distrito, reforçam a aura campesina que envolve a região.

Principiando pelos primeiros colonos - agricultores e meeiros - no início do século XIX e culminando em um místico e alternativo “Paraíso Ecológico”, a história do Sana passa pela agricultura e os tempos áureos da cafeicultura, pela tentativa da pecuária, pelo cultivo da banana, pela chegada de uma comunidade alternativa nos anos 70 e mais recentemente pelo ativismo ambiental que propiciou a criação de uma unidade de conservação ambiental que compreende toda a extensão territorial do distrito e favorece o estabelecimento do turismo como atividade econômica preponderante.

A minha ligação com o lugar se inicia com o Sana “Paraíso Ecológico”, quando há cerca de cinco anos, tendo ido passar um final de semana no distrito e por recomendações de alguns amigos que já conheciam as redondezas, fiquei hospedada em um camping na trilha do Vale do Peito do Pombo, caminho que passa pelas cachoeiras mais procuradas pelos turistas da região e conduz até a Pedra do Peito Pombo, outro atrativo turístico natural do Sana. A hospedagem à margem do córrego que corta o vale, rodeada de mata e animais silvestres – eu mesma tive um encontro inusitado com um animal que posteriormente foi identificado como uma possível lontra ou ariranha, espécies mamíferas e carnívoras pertencentes à fauna local, após um mergulho em um dos poços próximos ao camping – e sem acesso à energia elétrica corroborou para o meu encantamento com o paraíso protegido por uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental do Sana.

Naquele tempo, o olhar ingênuo de uma recém-graduada no curso de Hotelaria, bastante influenciado pela vaga noção sobre a temática da sustentabilidade introduzida durante a graduação, viu nuances encantadoras, porém superficiais do desenvolvimento das atividades turísticas e do ativismo ambiental que ali se davam. No entanto, o estado de encantamento com aquele pedaço de natureza protegida foi dando lugar a questionamentos que despertavam um processo de estranhamento quanto às dinâmicas sociais da região. Durante uma tarde, tomando um café com o proprietário do camping em sua varanda, numa conversa informal entre hóspede e anfitrião, ouvi algumas breves histórias superficiais sobre conflitos que permeavam a empreitada do ativismo ambiental na região e a criação da unidade de conservação. As histórias contadas por um homem magro com fala mansa, pele escura, cabelos grisalhos na altura dos quadris organizados em finos chumaços no estilo *dreadlock*, dono de um camping com uma cabana de madeira e pedras rodeada pela mata Atlântica - que facilmente me transportava para minhas memórias infantis de lugares e seres encantados -, despertavam meu interesse não exclusivamente para as histórias contadas, mas para as relações estabelecidas no contexto ambiental da APA do Sana. Apesar de não me recordar do teor das passagens ali contadas, foi a partir daquele momento que passei a olhar com certo estranhamento os atores envolvidos na temática ambiental e turística do lugar.

Passados alguns anos, o estranhamento começa a ganhar forma de projeto de pesquisa que à época visava compreender a atuação da população local no processo de criação e implementação da Área de Proteção Ambiental no Sana. Com o desenrolar da investigação, outras questões para além das ambientais emergiam, alterando então as indagações e objetivos da pesquisa. O contraste entre os modos de vida dos diferentes grupos sociais estabelecidos no Sana e as frequentes reivindicações pelo reconhecimento de uma “verdadeira identidade” do lugar, tiraram a tentativa de compreender a atuação da população local na criação da APA do Sana o protagonismo da pesquisa que agora propõe compreender a constituição identitária do Sana a partir dos desdobramentos sociais imbricados ao processo de ambientalização que se deu no lugar, processo este marcado principalmente pela instituição da Área de Proteção Ambiental do Sana. Para isso, busquei identificar os grupos sociais envolvidos na disputa identitária – que envolve também as questões de uma disputa ambiental -, analisar as relações estabelecidas entre esses grupos e investigar os “lugares ocupados” por eles no que tange aos desdobramentos ou efeitos do processo de ambientalização do Sana, como por exemplo, os papéis destinados ou assumidos por cada grupo nas representações sobre o lugar, no processo de turismização e no fenômeno de patrimonialização.

Diante dos objetivos propostos, influenciada pela predileção da orientadora de mestrado e posteriormente reforçada por um gosto pessoal que vim a descobrir durante a pesquisa, optei por conduzir a investigação a partir do referencial teórico antropológico, priorizando aspectos metodológicos da etnografia. Para minha estranheza, diferente dos métodos de pesquisa aos quais eu havia tido algum contato durante o meu ainda curto caminhar acadêmico, percebi durante todo o processo da pesquisa até aqui que o processo de revisão teórica e esforços para compreensão do suposto “método etnográfico” não foram de nenhuma maneira inferiores às demandas teóricas relacionadas à pesquisa em si. Os esforços empregados para o entendimento do fazer etnográfico e sua aplicação na pesquisa foram tão relevantes e urgentes quanto às investidas teóricas que possibilitariam entender questões surgidas no campo como, por exemplo, as relações de poder estabelecidas no distrito do Sana.

Assim então, tem início a minha empreitada de entendimento e reconhecimento do fazer etnográfico não como método preferencial¹ da antropologia, mas como um “esforço intelectual” (GUEERTZ, 1989, p. 15), “empreendimento teórico” da disciplina (PEIRANO, 2014, p. 385), que implica não na exclusão de técnicas metodológicas – produção de diários de campo, mapeamentos, transcrições, dentre outros – mas na utilização dialógica de técnica e teoria específica. Segundo Peirano (1993), é justamente no fazer etnográfico, ou seja, na aplicação de técnicas vinculadas a teorias específicas, que as teorias antropológicas se desenvolvem e se sofisticam a partir do confronto entre a bagagem vivida e teórica que acompanham o pesquisador em seu campo e a observação entre os “nativos” por ele estudados. Ainda segundo a autora, o exercício da etnografia é assim um “exercício de estranhamento existencial e teórico”, posto não como um diálogo entre pesquisador e seus nativos, mas sim de um diálogo entre a bagagem do pesquisador – teoria acumulada – e as experiências vividas no campo (PEIRANO, 1993, p. 9).

Nesse contexto, estando o pesquisador imbuído de vivências e teorias prévias quando do enfrentamento com as questões que suscitam no campo, parece prudente mencionar que as impressões do pesquisador sobre o campo não são transcrições exatas da realidade ou da voz do nativo, senão uma interpretação dessa realidade influenciada pelo senso comum, pela colaboração teórica e pelas vivências prévias do pesquisador. Conseqüentemente, pensando em uma formulação “teórico-etnográfica” – produto da etnografia - (PEIRANO, 2014, p. 383), as impressões ou a voz do antropólogo encontradas na monografia não representam a voz do nativo, já que o processo de elaboração da interpretação do pesquisador sobre o nativo

¹ Para Rocha (2006, p. 7), “a experiência etnográfica constitui-se no traço identitário da disciplina”.

passa pelo crivo do seu arsenal teórico e de experiências vividas. Assim, como bem exemplificado por Uriarte quando menciona uma passagem de Viveiros de Castro, “a voz do antropólogo não é a voz do nativo porque uma coisa é o que o nativo pensa e outra, o que o antropólogo pensa que o nativo pensa. O ponto de vista do antropólogo é, pois, o da sua relação com o ponto de vista do nativo.” Viveiros de Castro (2002 apud URIARTE, 2012, p. 9). Assim, a relação do ponto de vista do pesquisador com o ponto de vista do nativo ou “o que o antropólogo pensa que o nativo pensa” está, pois incutido da contribuição teórica, das experiências prévias e de toda bagagem que o pesquisador carrega. Assim, é ele – o antropólogo – “quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa” o sentido do que o nativo pensa (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 115). Dessa maneira, a formulação “teórico-etnográfica” ou a monografia como resultado da experiência etnográfica conjuga, por meio do mesmo processo de leitura, tanto a cultura do “outro”, como a cultura de quem a escreve – o antropólogo. A forma como os sistemas simbólicos, mitos, narrativas e pensamentos “nativos” são descritos e organizados numa escrita etnográfica conta tanto dos contextos culturais do nativo quanto do antropólogo, tanto do “eu”, quanto do “outro” (ROCHA, 2006, p. 9).

Passado o processo de compreensão da etnografia como um empreendimento teórico, como uma categoria de pensamento, cabe aqui mencionar um desafio vivido no contexto “metodológico” da pesquisa. Durante o percurso de entendimento do fazer etnográfico, seguindo o protocolo para recém-chegados na antropologia e me aventurando pelos mandamentos de Malinowski instituídos no clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental*, esbarro na primeira crise enquanto aprendiz da disciplina. Antes de entender que muita coisa havia mudado na teoria antropológica desde a incursão de Malinowski às Ilhas Trobriand e de ter qualquer noção sobre a sobreposição existente entre etnografia e trabalho de campo, ler sobre os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1978, p. 29) foi suficiente para instaurar uma crise. A minha relação com campo não parecia estar estruturada de acordo com as instruções do “pai” da etnografia. Ainda que idas a campo estivessem programadas, eu não pretendia me mudar para o Sana ou passar longas temporadas no campo. Malinowski havia deixado explícito em sua mais famosa obra que “deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos.” (MALINOWSKI, 1978, p. 20). Obviamente o autor escrevera essas linhas em outro contexto de tempo e lugar, mas ainda assim o seu legado continua sendo a principal marca da etnografia e eu não tinha certeza se a minha pesquisa faria jus a esse legado.

De certo, essas questões foram sendo solucionadas durante o desenrolar do processo de entendimento sobre o fazer etnográfico quando percebi também que meu trabalho de campo havia começado muito antes do início da pesquisa. Contudo, parte desse processo se deu pela busca por uma etnografia para além do trabalho de campo. Evidentemente, não fui a primeira pessoa a me deparar com os dilemas do trabalho de campo na pesquisa etnográfica. Giumbelli (2002), defendendo a legitimidade de uma pesquisa etnográfica que não recorra a um trabalho de campo coloca que para além de pesquisas que possuem um objeto histórico, onde as fontes documentais poderiam ser as únicas alternativas para o pesquisador da antropologia, os documentos também podem ser as fontes mais indicadas para pesquisas com objetos contemporâneos do que o contato íntimo com os nativos estudados. A defesa do autor não é posta por uma oposição ao trabalho de campo, mas pelo fato das fontes textuais conterem “informações metodologicamente relevantes e socialmente significativas” onde se faz possível acessar vozes submersas. (GIUMBELLI, 2002, p. 102)

Não faço aqui uso do autor para propor uma pesquisa etnográfica que não contemple um trabalho de campo, mas para defender que os “imponderáveis da vida real” também podem ser encontrados em outras fontes ou outros “campos”. Desse modo, a minha pesquisa considera o campo para além dos limites geográficos do Sana podendo o campo estar sobre a minha mesa quando, por exemplo, mergulho na análise de um documento repleto de vozes e marcas, seja a partir da análise do que nele está escrito ou da análise da conjuntura e dos atores envolvidos na sua elaboração. Nesse sentido, Cunha defendendo o uso de arquivos como campo etnográfico comenta que:

“Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a ideia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.” (CUNHA, 2004, p. 293).

No âmbito das pesquisas etnográficas em fontes textuais e documentos, Costa (2010), em um artigo que aborda especificamente a “Etnografia de arquivos” propõe, além de apontar essa modalidade etnográfica como “exemplo do novo interesse existente nas pesquisas em ciências sociais pela leitura etnográfica dos arquivos” (COSTA, 2010, p. 184), evidenciar que o método etnográfico “permite a análise dos acervos documentais, como vestígios de duradouras relações estabelecidas entre grupos sociais envolvendo poder e dominação” (COSTA, 2010, p. 183), sendo então possível, por meio de arquivos, entender as configurações de poder e dominação estabelecidas entre os grupos sociais envolvidos em determinado contexto.

Baseado no exposto, além das interpretações feitas a partir das idas a campo – a contar das visitas ao lugar anos atrás, que despertaram as primeiras indagações que culminaram na pesquisa –, documentos da gestão da Área de Proteção Ambiental do Sana, atas de reuniões, jornal local, reportagens, e outras pesquisas etnográficas realizadas no Sana foram acessados por mim como campo etnográfico. Corroborando para a escolha do “campo além do campo”, a pandemia pelo coronavírus que assola o mundo desde o início de 2020 impactou diretamente todos os campos de atividades humanas, o que inclui a mobilidade. Dessa maneira, ter optado por uma “expansão” do campo tornou menos árdua a tarefa de continuar a pesquisa em tempos pandêmicos quando a mobilidade foi sumariamente impactada. A impossibilidade de estar no Sana se deu por vários motivos, dentre eles o fato do distrito ter sido fechado para visitantes. A barreira sanitária instalada na entrada do lugarejo permitia a entrada apenas de moradores do lugar, com a alegação de ser necessário salvaguardar a população idosa da região que estaria em risco eminente devido a algumas características do lugar como a precariedade dos serviços de saúde e a distância da sede do município. Assim, ter a possibilidade de encontrar nas fontes textuais marcas e vozes etnográficas foi fundamental para a continuidade da pesquisa.

A pandemia também marca o uso da internet como ferramenta fundamental para acesso ao campo quando o acesso a ele é necessário, porém infactível. Além de acionada como ferramenta de busca de referencial – artigos, teses e reportagens - e de organização de dados, a internet se torna a única forma de acesso ao campo em períodos de limitação da mobilidade, como o que vivemos. No contexto da minha pesquisa durante esse período pandêmico, além das funções acima mencionadas, a internet foi utilizada como ferramenta para ter acesso ao jornal local, utilizado na pesquisa como um documento etnográfico, que estava em posse do seu idealizador no Sana e que pela minha impossibilidade de lá estar, foi escaneado e enviado por intermédio de um aplicativo de mensagens. O mesmo aplicativo de mensagens também foi utilizado para a realização de duas entrevistas que a priori aconteceriam no campo, mas que terminaram por ocorrer por vias eletrônicas, de maneira similar a uma conversa por telefone.

No contexto da pandemia e da limitação de mobilidade, muitas situações do cotidiano podem ser transferidas para meios eletrônicos que hoje estão para além de ferramentas de comunicação. É possível, por meio da internet, participar de uma reunião em outra cidade, dar aula em outro estado e visitar um museu em outro país. No caso do Sana, por exemplo, as súplicas de uma representante da associação de moradores para que residentes e visitantes da região respeitassem a barreira sanitária e a interrupção temporária das atividades turísticas

aconteciam por intermédio de uma rede social. A organização da comunidade para arrecadação de doações para famílias economicamente vulneráveis também foi feita por ali. Nessa mesma rede social, se dava um conflito entre moradores e turistas a favor da barreira sanitária e seus opositores, também moradores e turistas, mas que se colocavam contra a permanência da barreira.

Essas relações e conflitos observados no espaço virtual no contexto da pesquisa corroboram para o que Da Silva (2001, p. 152) diz sobre o “mundo virtual ou mundo midiático” colocando-o como um “suporte aos processos cognitivos, sociais e afetivos, os quais efectuam a transmutação da rede de tecnologia electrónica e telecomunicações em espaço social povoado por seres que (re) constroem as suas identidades e os seus laços sociais nesse novo contexto comunicacional.” Ainda que situações do cotidiano sejam transferidas para o espaço virtual e que algumas situações surjam exclusivamente como produto daquele espaço como novas relações e laços sociais -, Amaral, Natal e Viana (2008) defendem ser necessário considerar que o que se observa não é a comunidade em si, mas um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade.

Considerando as questões metodológicas acima expostas, o trabalho de campo realizado para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu não apenas no âmbito das idas ao Sana – a contar das visitas realizadas anteriormente à consolidação do projeto de pesquisa, quando, assumindo a época o papel de turista/ visitante -, mas também no debruçar sobre documentos públicos que possibilitavam o resgate de vozes ali submersas. É válido mencionar que esses documentos exercem duplo papel no presente estudo, aparecendo ora como documento etnográfico e ora como fonte de dados específicos como, por exemplo, a informação sobre o contingente populacional do Sana. Dentre os documentos acionados durante a pesquisa, foram analisadas 31 atas de reuniões do Conselho Gestor da APA do Sana, disponíveis da página digital da Prefeitura de Macaé, referentes aos anos de 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2018 e 2019. Também foram analisadas e consultadas no processo de pesquisa as sete edições do Jornal Prosa, jornal local do Sana idealizado e produzido em 1996 por um pequeno grupo de novos moradores – “neo-ruarais”. O jornal contou com sete números publicados e chegou ao fim, dentre os motivos apresentados por um dos seus idealizadores, por alguns conflitos gerados a partir das publicações. As edições publicadas do jornal foram disponibilizadas para pesquisa por um dos seus idealizadores. Também foram considerados na pesquisa outros documentos tais como o plano de manejo da APA do Sana, leis e diretrizes que versam sobre questões ambientais e outras pesquisas acadêmicas já realizadas na região,

Além dos documentos mencionados, letras de músicas e um clipe musical também foram analisados no âmbito deste estudo.

Ainda sobre as questões metodológicas, duas entrevistas formais foram realizadas por meio de aparatos eletrônicos – devido à necessidade de isolamento social colocada pela pandemia -, em comunicação de forma síncrona, onde o entrevistado e eu nos encontrávamos em diferentes cidades, a cerca de 150 km de distância física entre nós. Detalhes percebidos e interpretados a partir de conversas informais durante as idas a campo – campo físico - também contribuíram para a busca de vozes da comunidade onde a pesquisa é realizada e para o desenvolvimento da pesquisa até aqui. No âmbito das entrevistas, ambas foram individuais e não estruturadas - acreditando ser essa técnica mais conveniente para a presente pesquisa ao proporcionar ao entrevistado a liberdade de condução da própria fala-, realizadas com dois atores sociais estabelecidos no Sana e que são ou foram envolvidos em projetos e iniciativas relacionados, direta ou indiretamente, com a narrativa ambiental no lugar. Com duração de aproximadamente uma hora, foram realizadas remotamente, sendo marcadas previamente com os entrevistados, quando foi definido também o meio eletrônico que seria utilizado para a realização das entrevistas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, que tiveram suas identidades preservadas a partir da utilização de nomes fictícios ao serem mencionados na pesquisa. Os dados coletados foram transcritos para caderno de pesquisa – diário de campo – onde os dados fornecidos foram consultados, analisados e interpretados durante toda a pesquisa. Por se tratar de uma etnografia, a utilização do diário de campo apresenta relevância para que seja possível anotar não somente informações “faladas”, mas também as minhas percepções sobre o que e como é falado. Para além do diário de campo, outro importante instrumento utilizado para a apreensão de informações do campo foi um *smartphone* de uso pessoal, utilizado para tirar fotos, fazer anotações na falta do diário de campo e para realizar e gravar as entrevistas.

A partir do exposto, o primeiro capítulo apresenta um contexto histórico da formação do Sana a partir da chegada dos seus primeiros colonos, passando pela “descoberta” do lugar pelos hippies nos anos 70 e dos novos moradores – engajados com a temática ambiental - que chegaram a partir deles – os “cabeludos” - e pelo início do ativismo ambiental no Sana que culmina na criação de uma Unidade de Conservação. O capítulo apresenta os grupos de atores identificados na pesquisa – nativos e cabeludos/ “neo-rurais” - e algumas características das suas relações com o lugar e entre si, principalmente no que se refere ao debate sobre proteção ambiental. O capítulo é encerrado abordando as questões de poder estabelecidas entre esses grupos sociais a partir do contexto da proteção ambiental.

O segundo capítulo aborda as facetas do turismo do Sana – Paraíso Ecológico e destino alternativo -, mostrando suas características e abordando a formação de imagens e imaginários turísticos que parecem representar um dos grupos sociais identificados na pesquisa. O capítulo também apresenta a insatisfação por parte de alguns atores sociais com a imagem atrelada ao turismo no Sana e a reivindicação por uma mudança no perfil do turismo e no turista da região, sendo encerrado com uma provocação quanto à origem da “vocaçãõ” do Sana para o turismo. A provocação é realizada a partir de um levantamento de diretrizes e aparatos legais ambientais que versam sobre o ecoturismo como atividade desejável e compatível com a proteção da natureza.

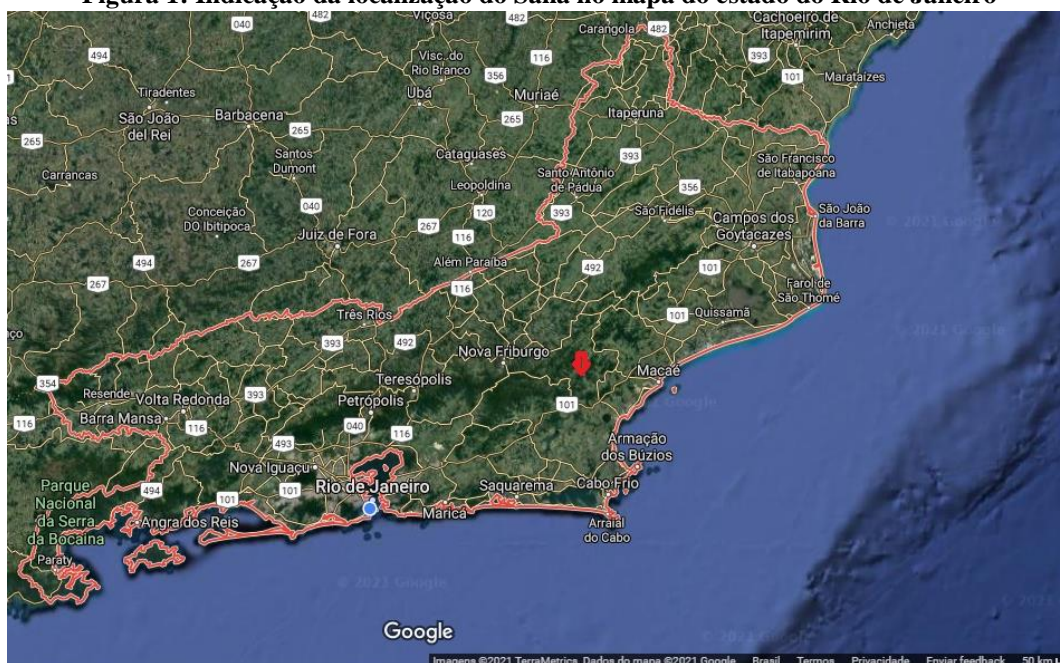
No terceiro e último capítulo, aspectos identitários do Sana são levantados a partir dos desdobramentos sociais implicados no processo de ambientalização da região. Dessa maneira, são abordados no capítulo os processos de ambientalização e de turismização – sendo o segundo entendido como parte do primeiro – bem como as repercussões de tais processos como a questão da representação social, da patrimonialização da natureza e da desterritorialização subjetiva.

2- Capítulo I - Um passeio pelo Sana: da lavoura à Área de Proteção Ambiental

2.1– O Sana da lavoura e da “enxada na mão”

Cerca de duas horas de viagem em um ônibus intermunicipal que partiu do terminal rodoviário do Rio de Janeiro. Apesar do destino da viagem ser o Sana, um pequeno distrito do município de Macaé, norte do estado do Rio de Janeiro (a Figura 1 apresenta em destaque o mapa do estado do Rio de Janeiro e a seta vermelha indica a região onde está localizado o distrito do Sana), a primeira parada é em Casimiro de Abreu, um município vizinho. Na Figura 2 é possível observar em um mapa da região a indicação, com setas vermelhas, das localizações de Casimiro de Abreu (seta localizada no canto inferior esquerdo), Arraial do Sana (canto superior esquerdo) e Macaé (indicada pela seta na lateral direita da foto).

Figura 1: Indicação da localização do Sana no mapa do estado do Rio de Janeiro



Fonte: Mapa do estado do Rio de Janeiro extraído pelo *Google Maps*.²

Figura 2: Indicação das localizações do Arraial do Sana, Casimiro de Abreu e Macaé

²

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Rio+de+Janeiro/@-22.0622472,-44.0451284,339652m/data=!3m2!1e3!4b1!4m9!1m2!2m1!1sestado+do+rio+de+janeiro!3m5!1s0x981894cae28ac3:0x349c31ac10583d0!8m2!3d-22.3534263!4d-42.7076107!15sChhlc3RhZG8gZG8gcmlvIGRIIGphbmVpcm-SAQhlc19zdGF0ZQ>> Acesso em: 12 de jul. de 2021.



Fonte: Mapa extraído pelo *Google Maps*.³

Desci no pequeno terminal de ônibus de Casimiro de Abreu, onde estandes lado a lado vendiam bolos, pães, cafés e biscoitos para os transeuntes e passageiros que aproveitavam a parada para utilizar o toalete do terminal rodoviário ou “esticar as pernas”. Os passageiros voltaram para o ônibus e o motorista seguiu viagem para uma próxima parada. Eu fiquei ali, no terminal rodoviário, aguardando o próximo ônibus para o distrito de Sana, que levaria ainda cerca de 40 minutos para chegar. Algumas pessoas, entre prováveis turistas e moradores do distrito, aguardavam pacientemente a chegada do ônibus, sentados nas poucas fileiras de bancos de madeira localizados em um pequeno recuo na rodoviária, entre os muitos cães que ficam zanzando por ali, à espera de um carinho, um lanche que fortuitamente caia da mão de alguém ou esparramados no chão aproveitando um banho de sol.

Era fácil identificar os turistas que seguiam para o Sana. É verdade que esses turistas poderiam facilmente ser confundidos com alguns dos moradores da região, mas as mochilas e barracas marcavam a diferença entre eles. Era possível identificar esses turistas pelas roupas despojadas, propositalmente descombinadas, como quem mostra um desapego à aparência. As botas especiais de trilha, que denotam algum conhecimento ou prática de aventuras em trilhas e lugarejos onde o asfalto ainda não chegou - mesmo que a pessoa que as tenha nos pés não possua muitas experiências desse tipo - e por outros detalhes como o estilo de cabelo, estampas das roupas e a animação entre os jovens que denunciava o entusiasmo característico de quem está indo de encontro ao lazer. Assim como os turistas, também não foi difícil supor

³ Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Maca%C3%A9,+RJ/@-22.341246,-42.1458321,54633m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9630267844443b:0x9840d1e83fd0de59!8m2!3d-22.3772253!4d-41.7830141>> Acesso em: 12 de jul. de 2021.

quem seriam os moradores do distrito. As roupas, mesmo as dos jovens, não passavam a impressão de que estavam preparados para uma aventura na natureza. Usavam roupas do dia a dia, como quem vai à escola ou ao trabalho. Senhores usando chapéu de palha ou boné estampado com uma propaganda política ou de alguma loja situada na cidade vizinha. Um ou outro portava uma improvisada bengala de madeira. Sacolas de compras e grandes sacos com farinha, arroz e outros mantimentos ao lado dos seus donos, indicavam um comportamento comum na região. Moradores do Sana usufruem das facilidades da cidade vizinha para abastecer suas casas e pequenos comércios.

Seguindo viagem, o ônibus aguardado por turistas e moradores chega e as pessoas começam a se arrumar para o embarque. Apesar de ser um ônibus que vai de um município a outro, é um ônibus convencional, bancos não reclináveis, sem ar condicionado, daqueles que rodam na maioria das cidades. A conjectura de quem seria morador e quem seria turista ganha força à medida que os prováveis moradores cumprimentam pelo nome o Seu Zé, motorista do ônibus, que por sua vez também os cumprimenta nominalmente. Alguns desses prováveis moradores também tratam assuntos do dia a dia com o motorista, à medida que vão entrando no ônibus. Contam rápidas novidades, deixam recado, pedem favores. Dia de sol forte, grande parte dos prováveis moradores escolhe o mesmo lado de fileiras de bancos para se acomodar. Assim que percebi, passei do lado oposto para o lado que eles se acomodavam. Pensei: “moradores sabem qual lado bate o sol”. Viajei na sombra pela maior parte do caminho.

O ônibus começa a andar e rapidamente, em poucos minutos, a paisagem se torna ainda mais rural. Apesar da estrada asfaltada, conforme o ônibus se desloca aumenta a distância entre as casas e menor é o movimento de pessoas e carros na rua. Cerca de 30 minutos na estrada e o ônibus chega ao portal do distrito. Uma das placas no portal indica: “Paraíso Ecológico”. Não sei se pelo impacto do portal ou se pelo som das águas do rio que corta o distrito, mas a atmosfera realmente muda por aquelas bandas. Seis grandes pilares de madeira e um telhado de alvenaria formam o portal que é seguido por algumas pequenas placas informativas sobre proteção da natureza. O tempo que alguns passageiros levam para descer do ônibus não é suficiente para que eu leia e identifique todas aquelas informações escritas nas placas. O portal de madeira e alvenaria é imediatamente seguido por um aglomerado de árvores de todos os tamanhos, dos dois lados da estrada formando uma espécie de portal natural.

O ônibus segue e agora a estrada é de chão batido. Subindo a serra, a paisagem arrancava suspiros de alguns turistas que eram surpreendidos pela exuberância do rio Sana, explícita em alguns pontos do trajeto. A plenitude dos possíveis moradores diante da

paisagem e oposta à euforia e encantamento dos possíveis turistas era mais um ponto a favor da minha suposição de quem era quem. Além do rio, o verde das montanhas por todos os lados também colaboravam para o encantamento dos turistas que por ali passavam, ainda que parte desse verde fosse constituída por pastos. Era possível ver gado praticamente por todo o percurso. Aproximadamente 30 minutos dessa paisagem, brisa e terra entrando pelas janelas do ônibus e então a estrada de terra dá lugar a uma rua de paralelepípedos. Cheguei ao arraial.

Apesar do distrito do Sana compreender uma área de 11.802 hectares e contar com outros bairros como Barra do Sana, São Bento, Boa Sorte, Vale da Glória, Vale do Peito do Pombo, Cabeceira do Sana e Boa Alegria (MACAÉ, 2004), o Arraial do Sana ou simplesmente Arraial, sendo esta segunda forma utilizada principalmente pelos moradores, é a região onde se concentram os bares, restaurantes, campings, o posto de saúde, a base da polícia militar e da guarda municipal. O Arraial é um local representativo, pois além de concentrar grande parte da estrutura turística da região e também da estrutura de serviços básicos para a comunidade local, é pelo Arraial que se dá o acesso às cachoeiras mais populares da região que são os principais atrativos turísticos do distrito. No mapa abaixo (Figura 3) estão indicadas a localização do Arraial do Sana (seta vermelha na parte inferior do mapa), das cachoeiras mais visitadas por turistas (três setas azuis no centro do mapa) e da Pedra do Peito do Pombo (seta azul no canto superior esquerdo).

Figura 3: Indicação das localizações do Arraial do Sana, das Cachoeiras e da Pedra do Peito do Pombo



Fonte: Mapa extraído pelo *Goolge Maps*.⁴

4

Disponível em:
<<https://www.google.com.br/maps/place/PEITO+DO+POMBO,+SANA,+MACA%C3%89++Sana,+Maca%C3%A9++RJ/@22.3165,42.1921538,2659m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x97c1b9ad7e07eb:0xf70d5c7e00ad41f1!8m2!3d-22.3083985!4d-42.213909>> Acesso em: 12 de jul. de 2021.

Quando turistas dizem que vão ao Sana, muitas vezes estão se referindo na verdade ao Arraial do Sana. Na rua principal do Arraial, ainda que seja o centro do distrito e local de maior aglomeração de turistas, alguns elementos corroboram para a sensação de lugarejo e interior. Além do próprio nome “Arraial” remeter a um vilarejo, uma pequena vila ou aldeia, a igreja no centro de uma praça, a feira de artesanatos e uma casa com estilo rural preservado, são também alguns desses elementos. Seguindo a rua principal, passando por pequenas e poucas lojas como mercearias, lojinhas de roupas e souvenirs, pensões e lanchonetes, chega-se ao caminho que leva às cachoeiras mais visitadas da região. Apesar do Arraial do Sana concentrar alguma oferta de serviço tanto para moradores de todo o distrito quanto para turistas, o distanciamento das grandes cidades e o estilo de vida interiorano pode ser percebido também quando notado que não existe posto de gasolina ou caixa eletrônico na região.

Tendo hoje a atividade turística como a principal atividade econômica do distrito, (MACAÉ, 2014), a atmosfera interiorana, rústica e bucólica atribuída à região por moradores e visitantes é herança de um tempo onde o Sana ainda não era um destino turístico e começava a aparecer na história como uma região colonizada por suíços e alemães no início do século XIX. Esses colonos dedicaram sua força de trabalho ao cultivo majoritário de café e de outras culturas para consumo próprio⁵. O distrito do Sana viveu seu apogeu no final do século XIX e início do século XX, justamente pela cultura do café (REGO, 2010). Neste período o distrito se desenvolvia em consonância com a cultura do café e a região contava com comércios como padarias, farmácias, banda de música, um mercadinho e um teatro. Em 1922, antes do declínio da cafeicultura, 3.749 habitantes constituíam o Sana (MACAÉ, 2004).

Além do apogeu dos tempos de glória do cultivo de café, aos colonos da região também é atribuído à escolha do nome do distrito. Dentre as histórias contadas sobre a origem do nome do lugar, existem as narrativas de que o nome dado ao distrito pode ter sido herdado do sobrenome de uma das primeiras famílias de suíços a se estabelecer no Sana ou que os primeiros colonos, ao se depararem com as belezas do rio que corta a região, teriam colocado o nome de Sana em uma tentativa de homenagear o rio Sena, na França. Mas, também há quem diga que o nome Sana tenha vindo dos índios que habitavam próximo a região e que

⁵ Gaspar (2009, p. 14) aponta que os trabalhadores da terra eram denominados meeiros devido às “condições do contrato de trabalho” onde o meeiro e sua família recebiam de um proprietário de terras um pedaço de terra para cuidar, no entanto, apenas metade da renda referente à venda da produção ficava com o lavrador, enquanto a outra metade permanecia com o dono das terras, responsável pelas vendas da produção.

chamavam o lugar de Sana, pela abundância de um tipo de bambu que crescia na beira dos rios e que levava o mesmo nome⁶.

Além das histórias sobre a origem do nome do distrito, antigos moradores da região, alguns deles nascidos e criados no distrito do Sana, contam as alegrias e percalços de quando o distrito ainda não possuía a estrada que o ligaria à sede do município⁷ e a energia elétrica sequer havia alcançado o distrito⁸. As falas desses moradores invariavelmente abordam a agricultura, o trabalho com a terra, ficando destacado o espaço que a lavoura ocupa na memória desses nativos. A coluna fixa de um jornal local intitulada “Sana, uma longa história” (ver Anexo G), além de outras matérias do jornal, traz as lembranças do passado recente da região, com relatos e histórias contadas por antigos moradores do lugar:

Seu Daumacih conta que ‘a vida era muito boa. A moeda quase não circulava e a troca era feita em mercadoria. Não faltava nada na cidade. Já a luz elétrica, a gente não tinha, não. Mas o lampião e o farol de bambu davam conta da iluminação’. A roça exauria, exigia dedicação e trabalho, quase em tempo integral. ‘Mas mesmo assim, quase todo dia de sábado a gente dançava uma arrasta pé gostoso no forrozinho’. [...] ‘naquela época, distante do progresso e dos carros, toda a produção era levada no lombo do burro, até a região metropolitana mais perto [...] Eram quase dez dias de viagem. Quando fundam a cidade de Casimiro de Abreu, e a linha de trem, a produção também passa a ser escoada por esta rota’. (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº1, PÁGINA NÃO IDENTIFICADA).

Em uma próxima edição do jornal local, a matéria “Proença, uma doce tradição”- disponível na íntegra no Anexo H - abria espaço para o Sr. Juvelino Proença contar um pouco da história do passado sanense. “Seu Juvelino”, como é tratado na matéria, conta um pouco sobre o seu passado no Sana, passado esse que se mistura com o desenvolvimento das atividades agrícolas na região:

‘Não teve outro jeito. Hoje em dia tem mais gado que qualquer outra coisa.’ [...] ‘A gente despachava a banana daqui para o Rio de Janeiro, no lombo do animal, para ser vendida no mercado municipal. No caminho, era preciso atravessar o rio Macaé, que tinha um volume d’água sempre muito

⁶ Há relatos de frequentadores ligados ao movimento hippie de contracultura que atrelam o nome Sana a sigla de Sociedade Alternativa Novo Aeon, sociedade supostamente criada por Raul Seixas e Paulo Coelho nos anos 70, e que teria se estabelecido na região das cachoeiras no Sana. Esses relatos são extraoficiais, já que não foram localizados em qualquer documento oficial da região. No entanto, ao conversar com simpatizantes do movimento hippie e em páginas na *internet* sobre viagens é possível encontrar diversas menções sobre a existência dessa comunidade. Ainda que não sejam informações oficiais e fatos comprovados, a existência desse discurso aponta um vínculo ou interesse, ao menos por parte dos visitantes, nessa hipótese. Algumas influências do movimento da contracultura serão discutidas no presente trabalho. Disponível em: <<http://www.viagensmaneiras.com/viagens/sana.htm>; <https://fatosdesconhecidos.ig.com.br/o-que-era-sociedade-alternativa-tao-citada-por-raul-seixas/>; <http://maduraostrinta.blogspot.com/2010/01/sana-feliz-2010-para-todos.html> > Acesso em: 22 de jun. de 2020.

⁷ A estrada que liga o Sana à sede do município de Macaé foi construída em 1956 (COZZOLINO, 2005).

⁸ A luz elétrica chega ao distrito do Sana apenas no ano de 1986, quando o município de Macaé vivenciava um forte crescimento demográfico, devido à exploração do petróleo na Região (MACAÉ, 2004). A energia elétrica ainda não abrange toda a região, ficando sem acesso a ela principalmente os moradores das zonas rurais.

alto. Então nós éramos obrigados a tirar a cangalha dos animais, passar na canoa e recolocar a carga quando chegávamos na outra margem. [...] (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº2, p. 3).

Na matéria “Arlete Monteiro: a família numa mão e a enxada na outra”, a Sra. Arlete posa para a foto de pé, postura ereta, pés calçados com chinelos de dedo, segurando uma enxada na mão direita, com o cabo da ferramenta apoiado também no ombro (foto disponível no Anexo I). Ao fundo, algumas folhas de árvore ou planta que não consigo identificar pela foto preta e branca, colocavam a Sra. Arlete em um contexto, que a partir do que é exposto na matéria, representa um pouco do seu modo de vida. A senhora não está sorrindo na foto, mas tampouco percebo qualquer traço de tristeza em sua fisionomia. Arriscaria dizer ser possível perceber certo orgulho em carregar aquela enxada. Talvez o título e o conteúdo da matéria tenham influenciado meu olhar. As primeiras linhas do texto dizem:

Dona Arlete Monteiro é mais uma das pessoas que trabalharam para que o Sana seja o que ele é hoje. Traz marcado na mão um dos símbolos da região: a enxada, o trabalho na lavoura, o contato com a terra. Nascida na Cabeceira⁹, de origem humilde, enquanto a mãe trabalhava em casa para sustentar a família, Arlete ia para a roça ajudar a mãe nas contas. [...] (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº4, p. 8).

Nas linhas acima, evidencia-se para mim o lugar como a Sra. Arlete, na condição de agricultora, é colocada no processo da história do Sana. Existe uma valorização e protagonismo do trabalho na terra, da lavoura, simbolizado pela enxada tanto no texto quanto na fotografia da Sra. Arlete com a ferramenta em punho. Talvez, tenha a fala da entrevistada direcionado meu olhar quando da observação da fotografia, ao, em sua fala, colocar a lavoura não somente como seu labor, mas como o lugar onde ela aprecia estar, relacionando a lavoura e a terra ao estado de tranquilidade. A Sra. Arlete diz que:

‘Ainda hoje trabalho na terra, só que agora cuido do quintal de algumas pessoas. Já não aguento como antes, a gente tem mais força quando é novo. Mas mesmo assim, ainda tenho muita disposição.’ [...] ‘Se a gente acorda mal, tem que vencer. É levantar e ir à luta que a gente fica bom. Eu ainda hoje tenho muita disposição para tudo, só não gosto de trabalhar em casa. Eu gosto mesmo é da lavoura, da terra e da tranquilidade.’ (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº4, p. 8).

Das falas acima, além dos detalhes e características do modo de vida da população do Sana em tempos atrás, percebo estarem impregnadas de orgulho e apreço à forma de vida ligada ao trabalho com a terra e às conquistas dos colonos da região, que conseguiram à custa do trabalho com a lavoura e de muito sacrifício - admitiam que a lida na roça somada às deficiências estruturais da região tornasse a vida difícil - transformar parte da mata Atlântica em culturas de café e outros gêneros alimentícios para a subsistência. Conseguiram, na lida

⁹ Como mencionado anteriormente no presente capítulo, Cabeceira é um dos bairros do distrito do Sana.

com a terra, manter suas famílias e conviver, aparentemente, de forma harmoniosa, no contexto das relações dentro da comunidade. Percebe-se pelas narrativas expostas que a agricultura está intimamente relacionada à identidade do grupo de “nascidos e criados” – ainda que nem todos tenham nascido no Sana. Esse grupo de moradores com memórias, afetos e relações atrelados à produção rural, principalmente à agricultura, num Sana anterior a chegada do turismo são então reconhecidos como os “nativos” da região. Necessário explicar aqui, que tal como colocado por Prado (2003) em sua pesquisa na Ilha Grande, quando me refiro a “nativo” não estou fazendo uso de uma categoria antropológica para abordar sobre um determinado grupo pesquisado, mas sim estou fazendo uso de uma categoria nativa.

A imagem da agricultura atrelada aos nativos do Sana mostra-se reconhecida não somente pelos próprios nativos. O jornal local onde as falas dos nativos foram colocadas foi um jornal idealizado e produzido por um grupo de recentes moradores da região, não nativos. Esse reconhecimento se mostra presente em algumas passagens do periódico, como no artigo sobre o Sr. Juvelino Proença (disponível no Anexo H) onde, logo abaixo do título da matéria, em letras destacadas pelo tamanho e fontes diferentes das utilizadas no texto do corpo da matéria, um intertítulo romantiza os “tempos áureos do café”:

Quem não respira no Sana a brisa que vem com o final da tarde? Nos tempos áureos do café, a vida se fartava em festa quando o céu se avermelhava, fosse no São Bento, na Cascata, no Quilombo, na Cabeceira ou no São Romão. As mulheres largavam seus afazeres, os homens a foice. Eram descendentes de imigrantes, numa mistura de negros, brancos e mulatos. Podia-se ver neles a alegria de viver, o amor pelo próximo, o cheiro da broa, do doce de laranja, do milho assado, do capado na brasa. Eram noites em que o sanfoneiro fazia o galo cantar mais tarde. [...] (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº2, p. 3).

Essa visão romantizada da imagem da agricultura atrelada ao Sana e aos nativos do lugar fica evidente em outras passagens do editorial que tratam a agricultura dos nativos da região como “a expressão viva da terra” e “terra lavrada é poesia”.

A realidade vivida pelos nativos do Sana quando a agricultura ainda era a principal atividade econômica do distrito sofreu forte impacto da crise do café que a partir da década de 40 começa a assolar o distrito. Segundo alguns moradores, foi nesse momento que a cultura do café deixa de ser, literalmente, a salvação da lavoura e os cultivos do grão deram lugar aos pastos de gado, que podem ser vistos no Sana até os dias de hoje. Em meados do século XX o distrito já apresentava uma drástica redução do número de habitantes, devido ao fracasso da cafeicultura. Os agricultores, a essa altura, além da criação de gado, se dedicavam também ao cultivo da banana e de outras culturas para consumo próprio. (MACAÉ, 2004).

Com a transformação do lugar em destino turístico e o estabelecimento do turismo como principal atividade econômica da região, as relações de trabalho também foram modificadas. São muito comuns no Sana, até os dias atuais, famílias que viviam exclusivamente da agricultura se dividirem atualmente entre seus roçados e o trabalho de caseiro, pedreiro ou serviços relacionados ao turismo. Rego (2010) discorre sobre essa tendência no Sana utilizando o conceito de pluriatividade por Carneiro (1998), que diz que:

Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno, ainda pouco estudado, à tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão-de-obra rural, atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. (CARNEIRO, 1998, p. 2)

Assim como posto por Schneider (2003, p. 100), essa configuração de trabalho denominada pluriatividade “refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra”. Dessa maneira, a “reorientação da capacidade produtiva” do Sana a partir da chegada do turismo na região pode ser observada na passagem contada na matéria do Jornal Prosa intitulada como a “Salvação da Lavoura”, disponível integralmente no Anexo S, onde Francisco Jander, nativo do Sana, fala sobre a adaptação da sua produção para a demanda turística em meados nos anos 90:

Comercializar os produtos retirados da terra sem em sair do Sana. Esta foi a solução que Francisco Jander encontrou para continuar trabalhando na agricultura. Hoje, ele vende no seu quiosque abacaxi, inhame, banana, abacate, caldo de cana e conseguiu transformar a sua plantação de mandioca num dos maus populares bolinhos de aipim da região. Francisco Jander nasceu no Sana e cresceu na lavoura. Seu pai já plantava, entre outros produtos, banana, inhame e mandioca para fazer farinha... Este verão, ele conseguiu colher, e vender para o turista que frequenta o Sana, 1.500 frutas. “No próximo verão, devo estar colhendo quase 5000 abacaxis”, prevê Francisco. [...] O quiosque do Francisco é o único estabelecimento do Sana onde se pode encontrar cana e abacaxi. Há quatro anos, ele percebeu este mercado potencial, quando o turismo começou a crescer na região, e plantou estes produtos. Para o próximo ano ele vem com uma outra novidade: acerola . O turista não mais precisa beber suco de acerola de polpa congelada. Agora ele vai ter a opção de beber um suco de acerola fresquinha, tirada do pé ali pertinho (JORNAL PROSA, 1997, ANO 2, Nº6, p. 8).

2.2- As chegadas dos “cabeludos”

A abertura da estrada para Macaé em 1956 e a melhoria - ainda que pouca - de acesso à região, facilitava o ir e vir dos moradores do Sana, diminuindo a distância entre o Sana e outras regiões e também facilitando o acesso de visitantes ao lugar. Portanto, não apenas as questões econômicas da região surgem como responsáveis pelas modificações no modo de

vida da comunidade sanense. Assim, o Sana começa a ser atravessado e impactado pela chegada de novos habitantes na década de 1970, pelo início do desenvolvimento do turismo e pelo debate ambiental que se iniciam nos anos 70, mas ganham força na região por volta da década de 90.

Nos anos 70, após aproximadamente 20 anos de recessão econômica devido à falência da cafeicultura e do declínio populacional causado pelo êxodo da população rural em busca de terras em outras regiões, chegavam ao distrito do Sana, jovens com comportamentos e costumes contrastantes não somente com os hábitos da comunidade sanense então estabelecida na região, mas também com uma proposta de oposição ao modo de vida e ao sistema de produção dominante. Embalados pelas contestações sociais da contracultura¹⁰, esses jovens compuseram a comunidade hippie que se instalou no Sana, mais especificamente no Vale do Peito do Pombo, durante a década de 70 (GASPAR, 2009; REGO, 2010)¹¹.

Alguns dos símbolos do movimento hippie no mundo que diferenciavam e possibilitavam facilmente identificar seus adeptos eram seus longos cabelos, trajes coloridos e despojados, a maneira de se relacionar entre si e com a natureza e a liberdade quanto ao uso de entorpecentes como a maconha e o LSD. À imagem dos hippies também eram atrelados o misticismo, a medicina alternativa, o respeito à natureza e aos animais, alimentação vegana (*you are what you eat*), artesanato, terapias holísticas e o desapego ao dinheiro e riquezas materiais. Por associação dos recém-chegados a algumas dessas características e também pelos seus longos cabelos com *dreadlock* ou rastafári - estilos predominantes nas representações sobre o movimento hippie - foi conferida pelos “nativos” da região aos integrantes da comunidade “alternativa” do Sana a alcunha de “cabeludos”.

Os hippies do Sana se estabeleceram na região do Vale do Peito do Pombo, área próxima ao Arraial e às cachoeiras mais visitadas do distrito. O Vale e o Arraial são os lugares mais frequentados por turistas e para muitos deles o Sana se limita a essas duas

¹⁰ Movimento iniciado nos anos 50 nos Estados Unidos da América, com caráter “libertário e questionador da racionalidade ocidental”, atraía principalmente jovens da classe média urbana que levantavam diversas bandeiras que contestavam o Sistema estabelecido na sociedade. (PEREIRA, 1985, p. 9)

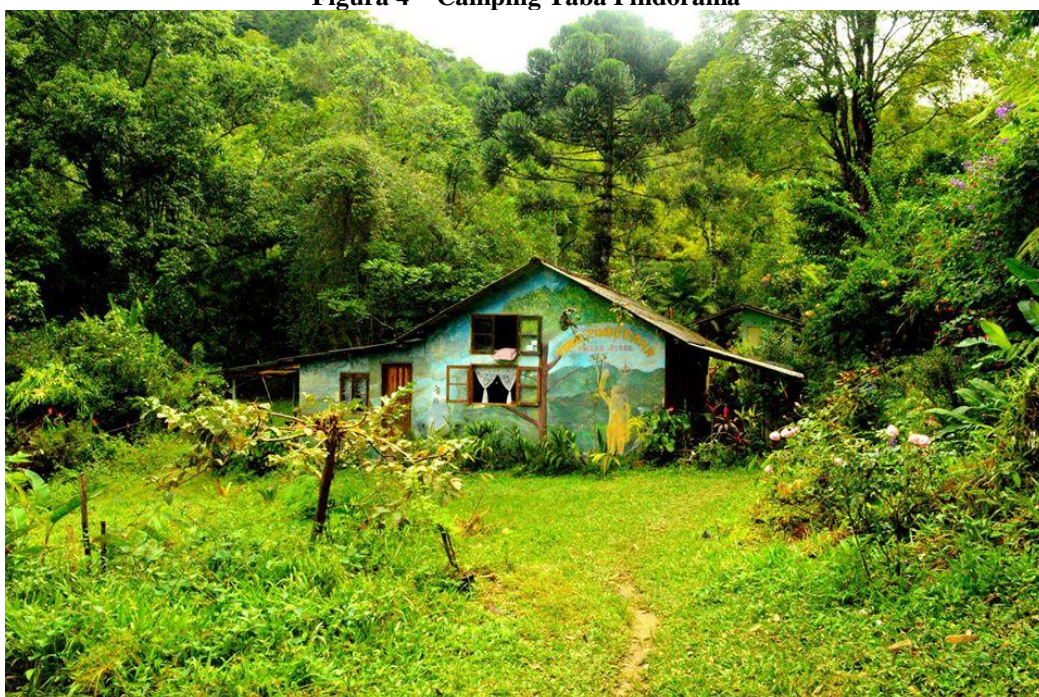
¹¹ A passagem dessa comunidade hippie pelo Sana foi lembrada na celebração de 106 anos de fundação do distrito, como colocado pela jornalista Simone Noronha em matéria para o site da Prefeitura de Macaé:

“Para marcar a data, a Casa de Cultura Emílio Gato, ligada à Fundação Macaé de Cultura, promove no próximo sábado (1º) a festa Tributo aos Anos 70, a partir das 20h, com show do grupo A Cambada, e a exposição Sana em Foco, fotos, reportagens e objetos contando um pouco da história do Sana, com foco nos anos 70, quando o distrito foi “descoberto” pela comunidade hippie... Somente na década de 70, o distrito foi “descoberto” pela comunidade hippie, que se encarregou de espalhar notícias sobre as belezas naturais do lugar. Aos poucos, o Sana foi sendo descoberto pelos turistas, que hoje representam a principal fonte de renda dos moradores.” (NORONHA, 2008, p. 1).

regiões, criando seus imaginários sobre a região a partir das representações desses lugares. Os hippies ali estabelecidos compraram alguns terrenos no Vale do Peito do Pombo e se organizaram em uma comunidade hippie que anteriormente ao início dos anos 80 já dava sinais de que não seguiria existindo. Apesar do pouco tempo de existência da comunidade e permanência dos hippies na região, a relação da comunidade hippie com a natureza e com o uso do solo marca a chegada de uma visão ambientalista ao Sana. São atribuídas aos hippies as primeiras recuperações de solos degradados – a partir de uma visão ambientalista - pela agricultura convencional, cuja prática era atribuída aos nativos da região.

Com o fim da comunidade alternativa no Sana, alguns membros dessa sociedade abandonam a região, porém alguns “cabeludos”, outrora pertencentes ou não a essa sociedade, permaneceram no distrito e tiveram efetiva participação na construção da imagem da comunidade, na elaboração de uma narrativa ambientalista e na organização do turismo no Sana. A exemplo disso, Jamil, conhecido morador do Sana, que ainda hoje reside no Vale do Peito do Pombo, estando lá desde o ano de 1975, possui um dos primeiros campings da região, chamado Taba Pindorama. Como pode ser observada na Figura 4, a casa principal do camping Taba Pindorama é cercada de mata alta, denotando uma integração da natureza com o espaço construído pelo homem. A casa simples, com pinturas que estampam a natureza em suas paredes externas, se mostra como um detalhe diante da predominância e da potência da natureza ao redor da casa, marcando um protagonismo e valorização da natureza no espaço do camping. A imagem que se vê é predominantemente verde.

Figura 4 – Camping Taba Pindorama



Fonte: Foto publicada na página do camping no *Facebook* (2017)

A matéria intitulada “Hospedagem nem um pouco convencional” (Anexo J) publicada no jornal local Prosa comemorava os 20 anos de existência do camping Taba Pindorama - camping do Jamil - e afirma, no intertítulo da matéria que é a “prova de que o alternativo dá certo”. A reportagem, onde Jamil é tratado enquanto “erveiro”, diz:

[...] No início a terra era toco cordado e bananeira. A partir daí, Jamil começou um trabalho de **reflorestamento do sítio**, que hoje tem mais de 25 espécies de árvores nativas e introduzidas. [...]

[...] Este ano, a Taba comemora os seus 20 anos com uma série de atividades. Entre elas, está a vivência das ervas medicinais – Ervas Mediciniais Nativas e Espontânea da Mata Atlântica: Primeiros contatos / Visão popular – que teve seu primeiro módulo realizado no final de março. ‘Nesta primeira etapa, fez-se o reconhecimento prático de 90 ervas, onde a pessoa via, sentia e cheirava a planta para saber reconhece-la e saber sua função **medicinal ou mágica**. [...]

[...] Fora a vivência, dia 22 de junho vai ter festa de São João na Taba Pindorama, com forró, fogueira, barracas e quadrilha. Também até o final do ano, a Taba Pindorama sediará o **Encontro Nacional de Comunidades Alternativas¹² e o Encontro de erveiros**. ‘Esses eventos seguem a linha da Taba Pindorama, já que se baseiam numa **comunicação alternativa** na qual eu estou divulgando a **fitoterapia, as práticas naturais, a alimentação natural, a ioga e o tai-chi-chuan**.’ Explica o erveiro. E os trabalhos mais significativos feitos durante estes 20 anos de Taba Pindorama são as **campanhas de reflorestamento de espécies nativas e da vegetação na beira-rio, nas encostas e nas fontes**, além da divulgação de **tratamentos terapêuticos alternativos**. ‘Outro trabalho muito importante é o Projeto Arca de Noé, de **reintrodução de animais silvestres na mata**, que ainda é meio pé descalço. Por isso estamos pedindo o apoio de biólogos e técnicos que desejem participar’ convoca Jamil. [...]

(JORNAL PROSA, 1996, ano 1, nº3, p. 6, grifo meu).

Neste artigo do periódico local fica explicitada a influência de aspectos atrelados à cultura hippie na construção da narrativa ambientalista na comunidade sanense, a partir do envolvimento de indivíduos que vinculado de alguma maneira à contracultura, em projetos locais de preservação e manutenção da natureza como os projetos de reflorestamento e de reinserção de animais silvestres. Fica evidenciada também na matéria, além da relação da imagem do hippie com a natureza, a imagem atrelada à medicina e tratamentos terapêuticos alternativos e ao misticismo, onde não só os poderes medicinais das plantas são considerados, mas também seus possíveis poderes “mágicos”, como mencionado por Jamil na entrevista. Apesar de não ter sido mencionado sobre a comunidade alternativa que passou pelo Sana nos anos 70, o termo “alternativo” usado algumas vezes durante a matéria e a menção sobre o

¹² Aconteceu na Taba Pindorama, em julho do ano 2000, o XXIV Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA). O encontro, que teve a duração de cinco dias, reuniu pouco mais de mil pessoas de diferentes partes do Brasil e do mundo que foram ao encontro com o propósito de partilhar suas experiências sobre questões relacionadas às comunidades alternativas como cultivo de alimentos orgânicos, espiritualidade e terapias alternativas. (COZZOLINO, 2008)

Encontro de Comunidades alternativas corroboram para a construção do Jamil e do camping Taba Pindorama como símbolos da contracultura no distrito do Sana.

A representatividade do Jamil no Sana pode ser notada também ao observar que a festa conhecida como Forró do Jamil, que passou a acontecer no camping Taba Pindorama a partir do ano de 1998, se tornou uma das mais populares da região e depois de 14 anos sem acontecer, contou como uma edição especial em 2019. O camping do Jamil, sem acesso a energia elétrica até os dias de hoje e que fica a cerca de 30 minutos do Arraial do Sana, onde carro não chega, se tornou destino de centenas de jovens que hospedados pelo Sana, subiam o Vale do Peito do Pombo à noite para irem de encontro ao Forró do Jamil. A festa se tornou tradicional na região e a banda local, Raiz do Sana, colocou a festa em verso em uma música intitulada “Forró do Jamil”.

Ainda que a descoberta do Sana e das belezas do lugar por adeptos da contracultura tenha se dado nos anos 70, é somente nos anos 90 que o turismo se consolida e as estruturas para atender às demandas turísticas surgem com maior intensidade. É a partir desse período que acontece a intensificação do fluxo de turistas vindos principalmente de grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro. A descoberta do Sana pela comunidade hippie não corroborou apenas para a chegada de visitantes, mas também para o estabelecimento de novos moradores na região, muitos deles impelidos pela busca por um modo de vida mais tranquilo que o estilo de vida da cidade grande e um contato mais intenso com a natureza. Embora esses novos moradores não formassem uma comunidade alternativa, alguns interesses de parte desses novos habitantes se assemelhavam em alguns aspectos aos interesses dos “cabeludos” da década de 70. Dentre esses interesses análogos aos interesses da comunidade hippie do Sana, destaco a busca por uma nova forma de viver - diferente do estilo de vida das grandes cidades – e o modo de ver e se relacionar com a natureza.

Acredito que por essas semelhanças ideológicas, pelo estilo de cabelo, por algum traço comportamental ou ainda apenas pelo fato de virem “de fora” trazendo influências externas, que os novos moradores, tal como os hippies dos anos 70, também foram reconhecidos pela população de nativos como “cabeludos”. Esse fato parece demonstrar que a despeito dos recém-chegados não estarem à priori vinculados a qualquer movimento organizado vinculado à contracultura, os nativos olham para estes como uma espécie de continuação, uma herança dos hippies dos anos 70. De fato, os novos “cabeludos” ampliaram algumas temáticas que haviam sido semeadas pelos seus antecessores como, por exemplo, o cultivo e consumo de produtos orgânicos, a alimentação vegetariana e a prática de terapias alternativas.

Os novos habitantes que se estabelecem no Sana a partir dos anos 70 mencionados nos parágrafos acima são denominados por Cozzolino (2008) e Gaspar (2009) como “neo-rurais” em um contexto entre rural e urbano e das motivações para as busca de ruralidades por parte de moradores de áreas urbanas a partir dos anos 70. Carneiro (1998) ao tratar sobre a temática de ruralidades discorre sobre o movimento que se inicia nos anos 70 no Brasil e se legitima nos anos 90 com a disseminação do “pensamento ecológico”. O movimento em questão é a procura do campo não apenas como um meio de produção agrícola, mas como possibilidade de formas alternativas de vida e espaço para lazer, reforçados por uma visão negativa da vida urbano-industrial. A procura do campo pelas sociedades urbanas, segundo a autora é baseada em um “sistema de valores alternativos” onde o “ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial.” (CARNEIRO, 1998, p. 2). Dessa maneira, quando uso na pesquisa os termos “neo-rurais” – categoria analítica – e “cabeludos” – categoria nativa -, estou me referindo ao mesmo grupo social.

Segundo Giuliani (1990 apud CARNEIRO, 1998), em uma comparação entre os “neo-rurais” brasileiros e franceses, apesar de compartilharem da motivação para irem ao encontro do rural, ou seja, ambos vão à busca da simplicidade e tranquilidade do campo, diferentemente dos franceses, os “neo-rurais” brasileiros não rompem com o modo capitalista de produzir, reproduzindo nos campo “valores urbanos” nas relações de trabalho e nos processos de produção.

Aproprio-me do termo “valores urbanos” colocado por Giuliani ao falar sobre as relações de trabalho e produção dos “neo-rurais” no campo, para tratar de outros aspectos da inserção desses indivíduos urbanos no Sana. A influência e o impacto dos “valores urbanos” no modo de vida dos nativos do Sana foram intensificados a partir dos anos 90 com o fortalecimento do debate ambiental e o desenvolvimento do turismo. Um desses aspectos que serão considerados aqui como valores urbanos foi a intensificação das narrativas sobre produção e consumo de produtos naturais e orgânicos – tema em alta entre a burguesia carioca, já que os valores desses produtos tendem a ser mais altos que os produtos convencionais, limitando assim o acesso a eles - , já preconizados no Sana pelos primeiros “cabeludos”, mas que ganha força com a chegada dos novos habitantes.

Nesse contexto, Bianca, ex-moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro que em 2016, como muitos dos “neo-rurais” do local, conheceu a região por meio do turismo, se encantou com as belezas naturais e com a tranquilidade da região e por lá acabou ficando e se casando com outro “neo-rural”, estabelecido no Sana há mais tempo. Bianca fugia do estilo de vida

urbano e buscava deixar de ser parte de um sistema no qual ela não acreditava e concordava. Ex-funcionária de um hotel de luxo da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, hoje ela vende produtos naturais produzidos no sítio da família, no Vale do Peito do Pombo. Situado no alto do Vale, leva-se cerca de 60 minutos caminhando desde o Arraial do Sana para chegar ao sítio que não tem acesso à energia elétrica, mas conta com uma placa solar que garante o funcionamento da geladeira da casa e com um aparelho especial que possibilita o acesso à internet – ainda que bastante limitada – em lugares ermos. Os produtos, cultivados sem a utilização de qualquer agrotóxico, são ofertados e vendidos por intermédio de redes sociais, onde são expostos fotos e textos bem elaborados sobre os benefícios nutricionais para o ser humano e os benefícios para a preservação da natureza, de uma alimentação saudável e consumo de alimentos produzidos sem agrotóxico. As fotos são tiradas com a câmera de um smartphone de alta qualidade e o pagamento também pode ser feito por aplicativos eletrônicos de bancos. Os produtos são entregues mensalmente na casa de moradores da cidade do Rio de Janeiro. Alguma parte da produção também é colocada à venda em pequenas mercearias e padarias do distrito e em uma feira local de produtos naturais. Uma das sugestões de que essa produção está alicerçada em valores urbanos é o fato do escoamento da produção acontecer majoritariamente para moradores da zona sul carioca, atendendo a uma demanda burguesa. Corroborando para essa sugestão, Giuliani coloca que:

os “neo-rurais” são produtores agropecuários de clara tradição urbana que buscam no campo a realização de modelos de vida mais satisfatórios. São indivíduos com elevado grau de escolarização, possuidores de redes de informação nacionais e internacionais especializadas e que têm investido considerável capital na produção de produtos destinados a um mercado de consumo urbano seletivo (queijos finos, ervas finas, camarões da Malásia, cogumelos, escargots, trutas, rãs etc.), por eles próprios reconstruído a partir de suas anteriores redes de relações urbanas, nunca cortadas. (GIULIANI, 1997, p. 4)

Ao olhar para a história de Bianca, que se assemelha com a história de vida de outros moradores do Sana vindo de grandes centros urbanos, existe uma tentação em identificar esses grupos como “neo-hippies”, já que olhando superficialmente, o fato de abandonar uma “vida confortável” na cidade e optar por viver na suposta simplicidade no campo, remete a alguns aspectos da contracultura. Talvez esse fator exerça alguma influência sobre o olhar do nativo que enxerga nesses novos moradores os cabeludos dos anos 70. A imagem nos novos moradores atrelada ao movimento hippie também pode ser localizada fora dos limites do território do Sana.

Lembro-me de uma passagem quando em 2017, fui ao Sana visitar Bianca que estava no final da sua gravidez. Esperava-se o parto para as próximas semanas, porém a bolsa

estourou na noite em que cheguei ao Sana. Como era esperado que o parto acontecesse dentro de algumas poucas semanas ou dias e não naquele momento, a doula que faria o parto natural na própria casa da Bianca, não se encontrava na região. Assim, o parto acabou acontecendo em um hospital público da cidade vizinha.

Apesar da tensão gerada pelo desacordo entre a equipe médica e a parturiente sobre algumas questões “técnicas” do parto como a posição da parturiente durante o procedimento e a utilização de anestésicos, o parto ocorreu rapidamente – menos de 30 minutos desde o momento que chegamos ao hospital. Logo que saiu da sala, a médica ia passando por mim, mas decidiu parar e com um semblante embravecido perguntou se nós éramos do Sana, no que eu respondi que eu não era, mas que a família que ela atendia era sim. Ela me olhou por uns segundos, ainda com um olhar bravo e seguiu andando dizendo “Esses hippies do Sana me deixam louca.” Alguns minutos depois, uma das enfermeiras, que assim como a médica não apresentava um semblante muito simpático, me entregou a placenta – acredito que Bianca tenha solicitado a ela em algum momento – dentro de uma embalagem plástica improvisada. A enfermeira então, em uma pergunta retórica, também me indagou sobre a família ser do Sana e seguiu dizendo: “Pelo amor de deus, não é pra comer isso de nenhuma forma.”

Além de acusar que a imagem do ex-morador de cidade urbana, jovem, que se comporta de maneira considerada alternativa – nesse caso, todo o contexto relacionado ao parto – e que vive no Sana, é atrelado, também por pessoas não inseridas na comunidade sanense, à cultura hippie, essa passagem aponta alguns aspectos que podem ser utilizados na tentativa de compreender algumas características comportamentais desse grupo social. A tentativa de ter um parto natural – onde se acredita no poder do corpo para parir -, sem a intervenção médica, apenas com o auxílio de uma doula, denuncia uma busca pelo natural e por um relacionamento dito mais conectado com a natureza. O desejo pelo parto natural também pode demonstrar uma tentativa de romper com alguns padrões e normas sociais, ainda que o parto natural com o auxílio de uma doula seja uma experiência que ressurge na atualidade como um resgate do natural e assim como o consumo de produtos orgânicos, parece estar em alta na burguesia dos grandes centros urbanos.

Assim, olhando mais de perto para esse grupo de “neo-rurais” ou “neo-hippies”, parece não haver um desejo de romper com os valores urbanos, ou pelo menos com boa parte deles. Romeu, morador do Sana desde o final da década de 80, ex-morador da zona oeste carioca e ex-integrante da feira hippie de Ipanema¹³, ao explicar sobre o relacionamento dos

¹³ Tradicional feira de artesanato localizada em Ipanema, abastado bairro da zona sul carioca.

novos moradores com os nativos do lugar, deixa evidenciado que ao deixarem a cidade para viver no Sana, esses novos moradores não chegam desnudos dos valores, comportamentos e influências da vida urbana e tampouco há um esforço nesse sentido:

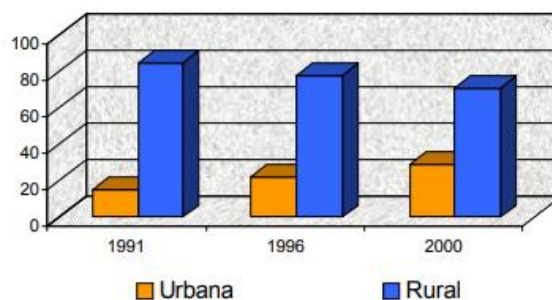
“(…) Tem esse grupo dos cabeludos que vem de fora e tem os nativos. E esse impacto que foi criado, essa cultura que vem de fora, trouxe uma coisa pra eles aqui que era novidade, né. A grande novidade. A gente veio de fora e realmente trouxe tudo o que a gente sabe. A podridão toda do mundo, mas a cultura junto né? (...) E realmente foi o que aconteceu né, a gente veio pra cá e foi mudando a música, a história, são as coisas que você traz de fora.” (ENTREVISTA ROMEU, 2020).

Como exemplo, no começo do ano de 2020, em uma das minhas idas a campo, passei por uma feira ao ar livre que, pelo nome impresso no *banner*, indicava se tratar de uma feira de produtos naturais. As barracas tinham um mesmo padrão e colocadas lado a lado, formavam uma meia lua no grande terreno de chão de terra onde a feira acontecia. Logo na entrada da feira, do lado oposto de onde se encontravam as barracas, havia uma Kombi personalizada que vendia *chopp* artesanal. O *chopp* era servido pelas torneiras que estavam ordenadamente acopladas a uma das laterais do carro. Andando pela feira, estranhei que os barraqueiros eram quase todos jovens, por volta dos 30 anos, pois ao identificar que se tratava de uma feira voltada para o produtor local, esperava encontrar alguns feirantes mais idosos, talvez pela imagem que tenho na memória das feiras de bairro, aquelas onde os barraqueiros usam jalecos brancos e impostam a voz fazendo piadas e comentários sobre seus produtos, para atrair a atenção dos consumidores para as suas barracas. Segui andando e notei que além das hortaliças, verduras e legumes naturais e orgânicos, algumas barraquinhas vendiam doces e salgados veganos. Por alguns minutos, tive a sensação de estar numa das feiras e juntas orgânicas que existem aos montes na zona sul carioca e apenas percebi essa sensação quando ao cruzar uma ponte e chegar à rua principal do Arraial do Sana, me senti retornando ao Sana naquele momento. Assim, como dito por Carneiro (1998, p. 5), os “neo-ruaris” brasileiros, “acabam por reproduzir a ideologia burguesa e um estilo de vida próximo aos padrões urbanos, só que num outro cenário.”.

Ainda sobre os impactos e influências do segundo afluxo de “cabeludos”, como demonstra a Figura 5, o censo demográfico do ano de 2000 aponta um crescimento populacional da zona urbana e um declínio da ocupação da zona rural, no período de 1991 a 2000. Essa mudança significativa da distribuição geográfica da população do Sana parece estar diretamente ligada não apenas ao fato dos novos moradores se estabelecerem principalmente na região central do Sana e pelo abandono da área rural por antigos agricultores que se dirigiam a outros municípios por não conseguirem mais fazer da agricultura a sua única ou principal atividade econômica. Há também os casos de antigos

agricultores que saem da zona rural do Sana e se estabelecem no Arraial e passam a trabalhar como caseiros ou como funcionários de pousadas, campings e demais estabelecimentos ligados à cadeia produtiva do turismo.

Figura 5: Distribuição da população do Sana no período de 1991 a 2000
Distribuição da população (%) do distrito do Sana - 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 apud Macaé, 2004, p. 155).

Na Revisão do Plano Diretor (MACAÉ, 2014), existe a estimativa de que o contingente populacional do Sana atingiria a marca de 1.816 habitantes no ano de 2020. De acordo com o último censo demográfico realizado no ano de 2010, o distrito do Sana contava com 1070 residências e um total populacional de 1.548 habitantes em todo o território, 364 habitantes a mais que em 2000. Ainda de acordo com o censo, no ano de 2000, do total de 1.184 habitantes, 344 estavam concentrados na zona urbana do distrito e 840 na zona rural (IBGE, 2000). Além da situação demográfica e do estabelecimento de novas relações dentro da comunidade com o afluxo de novos moradores a partir da década de 70, a narrativa ambiental aparece como um marco nas questões referentes ao uso e ocupação do solo no distrito do Sana.

2.3 – Sana, um “Paraíso Ecológico”

A década em que os primeiros “neo-rurais” chegam ao Sana é também o período em que a “ideologia do progresso” começa a ganhar novos contornos com o surgimento de previsões ambientais catastróficas e discursos que alertam para os riscos eminentes como consequência do desenvolvimento desenfreado. Além do prognóstico alarmante com relação aos danos causados pelo homem ao meio ambiente, a década de 70 foi também o período em que se intensificou e teve crescente visibilidade a ideia de proteção da natureza associada às questões sociais no que se refere à conservação do ambiente humano (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015) ¹⁴. Foi nessa década, no ano de 1972 que aconteceu em

¹⁴ No bojo dessa década que parecia auspiciosa para o debate ambiental, a visão da natureza como apenas fonte de recursos naturais começava a sair da inércia. Foi nesse período que se deu início às contestações política, social e cultural que deram início a transformações quanto à ideia de desenvolvimento que se baseava, desde o período pós-guerra, no sistema capitalista-financeiro, surgido então a ideia de ecodesenvolvimento como uma

Estocolmo, capital da Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A Conferência de Estocolmo, como também é conhecida - foi a primeira conferência promovida pela ONU a tratar das questões ambientais (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012; SILVA; SILVA; BORGES, 2019; DO LAGO, 2007; TANNOUS e GARCIA, 2008)¹⁵.

Mais tarde, na década em que aumentava o fluxo de visitantes no Sana, o debate ambiental no Brasil e no mundo seguia se desenvolvendo. Sociedades civis organizadas, Universidades, entidades públicas e privadas e governos de diversos países discutiam questões relacionadas à preservação da natureza e às mazelas ambientais ocasionadas pela exploração desenfreada dos recursos naturais. Em junho de 1992, os olhos do mundo se voltavam para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Conhecida também como Rio 92 ou Eco 92, a conferência marcava o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico não deveria se sobrepor às questões ambientais, mas sim que as limitações dos recursos naturais deveriam ser consideradas, sugerindo uma harmonia entre economia e meio ambiente para um desenvolvimento sustentável¹⁶.

Enquanto os centros urbanos discutiam questões ambientais, o fornecimento de energia elétrica havia recentemente chegado ao Sana, atendendo apenas parte da população sanense. Além disso, o baixo índice de escolaridade, a precariedade do acesso à educação formal¹⁷ e a falta de espaços que poderiam propiciar o debate sobre essa temática era uma realidade para a população nativa do Sana. Estes fatores já sugerem que dificilmente os trabalhadores rurais do Sana estariam envolvidos na temática ambiental no contexto do ecodeenvolvimento e posteriormente do desenvolvimento sustentável propostos pela ONU e

tática de desenvolvimento que não promove a degradação ambiental. Essa ideia se transformaria mais tarde em desenvolvimento sustentável, modelo preconizado pelas Nações Unidas (BUNDE; RIZZI; CARVALHO, 2020).

¹⁵ Além da conferência, mais precisamente como consequência dela e da comoção causada pela repercussão do debate ambiental no mundo, foi criado também em 1972 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (TANNOUS e GARCIA, 2008). Assim, a Conferência de Estocolmo fica marcada na história como a primeira das conferências ambientais e como a conferência que fortaleceu outra forma de pensar a natureza e os recursos ambientais (PESSINI e SGANZERLA, 2016).

¹⁶ Surge na conferência o termo desenvolvimento sustentável como um novo padrão de desenvolvimento. Como instrumento para planejamento de ações globais e locais que possibilitem o desenvolvimento sustentável, é criada na Rio 92 Agenda 21 Global que propunha abranger as questões ambientais da época em que ocorreu a conferência e se preparar para o desenvolvimento sustentável no século XXI (MMA, 2020).

¹⁷ Uma pesquisa desenvolvida para identificar o perfil do trabalhador rural do Sana identificou que aproximadamente 30% são analfabetos e cerca de 60% não concluíram o Ensino Fundamental. A pesquisa identificou também que 84% dos trabalhadores rurais são naturais do Sana (MACAÉ, 2004). Além disso, em 1996 uma matéria do Jornal local reivindica melhorias para a educação no Sana e aponta que o ensino oferecido na região engloba apenas a pré-escola e o ensino fundamental (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº2, p. 7.).

absorvidas pelas políticas ambientais brasileiras. Corroborando para essa hipótese do não envolvimento dos nativos nas discussões sobre o uso sustentável dos recursos naturais, uma das matérias do jornal local (Anexo L) aponta o incômodo que agricultores sentiam com as ações do IBAMA¹⁸:

‘O IBAMA tem que conversar com a gente, mas ele não quer escutar o que o lavrador tem para falar. Tem que ter alguém capacitado para entender como a gente trabalha, do que a gente precisa. No Sana, tem muita terra boa, e podia ter mais fartura, mas o povo está com medo de trabalhar. E trabalhar assustado é a pior coisa que tem. Isso aqui dava 12 burros carregados de produto toda semana’, diz Pedro. ‘A gente é pobre, se ganha uma multa, como é vai fazer?’ pergunta Eunice. (JORNAL PROSA, 1997, ano 2, nº 7. p. 4).

As falas estampadas no jornal local traduzem um sentimento de incompreensão e medo por parte dos entrevistados com relação à atuação do órgão ambiental. O “medo de trabalhar” surge como resultado da interação entre órgão ambiental e a população local que atribui às ações do IBAMA a diminuição da produtividade rural na região. Assim, esses fatos denunciam que a narrativa ambiental tenha se desenvolvido no Sana a partir de uma demanda de outros grupos, que não os nativos do lugar.

Ao passo que algumas pistas apontam para um incômodo da população nativa com a intervenção de órgãos ambientais, outras indicam o envolvimento de alguns “neo-rurais” em atividades e projetos ligados justamente ao contexto ambiental. Dentre os recém-chegados no Sana, Marcelo se destaca por meio de um discurso ambientalista e seu nome está atrelado ao ativismo ambiental na região. Envolvido em projetos e ações ambientais desde 1993¹⁹, o ativista inicia o debate sobre as questões ambientais e desenvolvimento sustentável no Sana a partir de uma necessidade, observada por ele, de organizar o turismo local que ocorria sem critérios ou preocupação com os impactos ambientais por parte da comunidade local²⁰. Então, a partir dessa necessidade de ordenamento das atividades turísticas na região, de modo a preservar os atrativos naturais, e depois de algumas ações e projetos de ordenamento dos

¹⁸ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais foi criado pela Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 como uma autarquia federal, diretamente ligada ao Ministério do Meio Ambiente e que tem, dentre suas finalidades, a função de:

Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; (BRASIL, 1989, p. 1)

¹⁹ Projeto de monitoramento turístico e educação ambiental.

²⁰ Em entrevista realizada para o presente trabalho, Marcelo conta: “(...) Então quando eu cheguei à região eu já tinha assim uma visão mais ligada ao turismo, por estar cursando técnico em turismo e conheci a região assim sob uma pressão, um momento de pressão assim num turismo sem ordem, né. Sem ordem dos usos dos atrativos naturais, da convivência junto à sociedade, que não tinha uma habilidade maior em ordenar, planejar e dar condições ao desenvolvimento sustentável.” (ENTREVISTA MARCELO, 2020),

campings e de educação ambiental, é instituída em 1995 a Organização Não Governamental que por alguns anos esteve diretamente atrelada ao ativismo ambiental no Sana. Não se limitando ao contexto do turismo, a ONG atuou e desenvolveu projetos como educação ambiental, recuperação e preservação da mata ciliar, reciclagem de lixo e implantação de fossas nas residências locais, assumindo um protagonismo no ativismo ambiental no Sana nos anos 90. O protagonismo da ONG pode ser observado, por exemplo, pela frequente presença nas matérias do jornal local sobre a temática ambiental (ver Figura 6).

Figura 6: Matérias sobre a ONG Pequena Semente no Jornal Local



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996/ 1997.

Alguns projetos de educação ambiental da ONG eram realizados em parceria com a escola municipal do Arraial do Sana. A Figura 7 mostra a matéria do Jornal Local que aborda algumas demandas dos alunos e fala sobre o engajamento das crianças com a ONG em uma campanha para coleta seletiva e reciclagem. Em uma das fotos que ilustram a matéria, crianças seguram cartazes com frases de manifestação a favor da preservação ambiental. A criança em destaque na foto segura um cartaz que diz: “Pare, olhe, observe, para que o Sana serve? Se você já sabe, preserve!”.

Figura 7: Preservação ambiental – ONG Pequena Semente na Escola



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº5, p. 4.

Pela frequente atuação no ativismo ambiental a ONG passa a ser vista, por alguns moradores do Sana, como uma entidade com poder de fiscalização. Em carta aberta publicada no Jornal Local, assinada pelo morador Antenor Lima de Souza – disponível no Anexo M -, existe a sugestão de que a ONG atuasse na fiscalização do comércio local. A fala do morador expõe a representatividade da ONG naquele momento, no que tange às questões ambientais: “[...] aproveito esta oportunidade para sugerir que a AMA-Sana e a Pequena Semente procedam a uma fiscalização em todos os estabelecimentos comerciais do Sana para ver quem está agredindo e poluindo o meio ambiente [...]” (JORNAL PROSA, 1996, ano 1, nº 3, p. 7). Ao contar sobre o início das atividades de ordenamento e controle do turismo, Marcelo menciona sobre parte do processo para conseguir permissão da comunidade para realizar as ações de fiscalização das atividades turísticas:

[...] Então eu comecei a elaborar alguns documentos, na época não tinha nem computador, era máquina de escrever, e comecei a pegar algumas assinaturas dessas pessoas desses atores importantes da comunidade para poder fazer intervenções em certas situações, como, por exemplo, a paralisação dos acampamentos nas matas ciliares dos corpos hídricos, para poder orientar e destinar áreas adequadas para este tipo de atividade, a coordenar a invasão dos ônibus de turismo que invadiam o Sana [...] (ENTREVISTA MARCELO, 2020).

Outra matéria do Jornal Local anuncia que a associação de moradores e a ONG possuem um ofício que permite a fiscalização dos ônibus de excursão do Sana. (PROSA, 1997). O artigo “Cachoeira limpa e segura” (ver na íntegra no Anexo N), também do jornal local, explica como se dava a fiscalização:

[...] O trabalho começa com a chegada do ônibus, quando se informa ao turista o que não é permitido nas cachoeiras, e continua com a fiscalização

desde a entrada do caminho para o rio até a cachoeira mãe. Leandro, um dos voluntários, diz que ‘é proibido a entrada de isopores grandes na cachoeira, refeições e churrascos, bronzeadores, garrafas de vidro, rabiscar nas pedras, retirar plantas e animais (como os pequenos caranguejos) e fazer despachos de macumba.’ [...] (JORNAL PROSA, 2016, ANO 1, Nº 2, p. 8)

Observando a atuação da ONG, é possível afirmar que o ativismo ambiental apregoado no Sana segue uma linha preservacionista, onde no relacionamento entre homem e natureza, o ser humano é o principal responsável pela destruição dos recursos naturais. Já a natureza, por sua vez, é venerada e colocada como centro prioritário na relação. Segundo Diegues (1996, p. 30), a corrente preservacionista pode ser definida como “a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)”. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. O autor aponta a influência dos preservacionistas na criação dos parques e áreas protegidas a partir de convicções que ele coloca como “neomitos”, como por exemplo, a ideia de um “paraíso perdido”, uma “natureza selvagem”, “intocável” e “intocada” e diz que nesse “mito moderno”:

Como toda a mitologia antiga tem seus guardiões (os mais velhos, os pajés etc.), os neomitos da conservação também possuem os seus — entidades preservacionistas, instituições públicas ambientais; além de seus sacerdotes — os administradores dos parques, e seus auxiliares iluminados pelo conhecimento empírico-racional, os cientistas naturais que definem o que é biodiversidade, **como a natureza deve ser preservada** etc. (DIEGUES, 1996, p. 69, grifo meu).

Observando a atuação da ONG, como as fiscalizações e os projetos de controle e organização em prol de um turismo sustentável, é possível perceber a atuação dos ativistas como verdadeiros guardiões ambientais do Sana, indicando o que pode e como pode ser feito na interação do homem com a natureza.

Seguindo a linha preservacionista, Marcelo, junto com a ONG que criou, foi um dos principais atores envolvidos na articulação e reivindicação para que fosse criada uma unidade de conservação²¹ no Sana. Corroborando para a sugestão de que o discurso ambiental não tenha sido uma demanda dos nativos do Sana, Marcelo afirma que se envolviam e participavam dos projetos da ONG “[...] professores que vinham ao sana e gostaram do movimento, as pessoas que só passaram. Algumas pessoas até permanecem, alguns desses atores, tudo advindo de fora né. [...]”. Assim, a partir do empenho e articulação de um grupo

²¹ A Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, define, no Art. 2º, Unidade de Conservação como: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000b, p. 1)

de “neo-rurais” e por força da lei, culmina, em novembro de 2001, na criação de uma Área de Proteção Ambiental²², uma unidade de conservação de uso sustentável²³. De acordo com a Lei Municipal nº 2.172 de novembro de 2001 (lei completa no Anexo A), a APA do Sana compreende toda a extensão territorial do 6º distrito de Macaé e objetiva:

Proteger, conservar e melhorar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, **disciplinar, orientar e ordenar** o processo de ocupação, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e visitante, e também objetivando a **proteção** dos ecossistemas representativos na Região. (MACAÉ, 2001, p. 1)

Portanto, a partir do poder de disciplinar, orientar, ordenar e conservar os sistemas naturais do Sana, os atores envolvidos com a gestão da APA definiram que o desenvolvimento de uma produção rural alternativa e a reorientação do turismo na região possuem maiores chances de “promover o desenvolvimento local em base ambiental, social e economicamente sustentável.” (MACAÉ, 2004, p. 73). Uma das justificativas, também formulada pelos atores envolvidos na gestão da unidade de conservação, para que uma reformulação da produção rural seja estabelecida como necessária para um desenvolvimento sustentável se dá pela afirmação de que a agricultura e depois a agropecuária desenvolvida no Sana teriam sido as principais “interferências” responsáveis pela decadência da floresta nativa. Ou seja, a interferência humana, por um determinado período e por meio de atividades específicas, teria sido fator preponderante para a degradação na natureza primitiva e selvagem da região. Os ambientalistas do Sana defendem que:

Quando a economia cafeeira entrou em decadência, a floresta nativa já se encontrava alterada, quase que em sua totalidade. Ainda assim, o processo de desmatamento continuou acelerado, com a substituição das lavouras de café pelo cultivo da banana e pelas lavouras de subsistência e, posteriormente, chegando ao auge com as atividades agropastoris (que predominam até hoje). Apesar de toda a interferência sofrida, a área florestada no distrito tem aumentado nos últimos 25 anos, seja pelo abandono das lavouras ou pela iniciativa de pessoas vindas de outros lugares, que acabaram por contribuir com o processo de recuperação natural da floresta, através da aquisição de terras. Mas, infelizmente, nunca pela ação das autoridades competentes ou pelo cumprimento das legislações específicas (MACAÉ, 2004, p. 46).

No trecho acima, é atribuído às atividades rurais desenvolvidas na região no decorrer da história do Sana, atividades essas que eram desenvolvidas majoritariamente pelos nativos do distrito, os caminhos que levaram à perda das “belezas primitivas” do Sana. Em

²² O Ministério do Meio Ambiente define Área de Proteção Ambiental como uma “área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas.” (MMA, 2020, p. 1)

²³ Uma unidade de conservação de uso sustentável é uma área que objetiva conciliar a conservação do meio ambiente com a utilização sustentável, pelo homem, dos recursos da natureza (MMA, 2020).

contrapartida, a responsabilidade pela recuperação natural da floresta local teria ficado a cargo dos novos moradores que chegavam ao Sana, os “cabeludos” ou “neo-rurais”. Há também uma sugestão, ainda por parte dos atores envolvidos com a APA, a existência de uma resistência e não compreensão dos produtores rurais – maioria nativa – do real conceito de uma “área protegida”, atrelando a APA a aspectos negativos que limitavam o desenvolvimento de suas atividades no campo. (MACAÉ, 2004). Lembro aqui que a fala dos produtores rurais, mencionadas acima, sobre as ações do IBAMA já explicitava o sentimento de que as narrativas ambientais se traduziam para os trabalhadores rurais como fator limitador da produção rural.

Corroborando para a afirmação de que os trabalhadores rurais, nativos da região, representavam uma resistência quanto às ações ambientais desde antes da criação da Área de Proteção Ambiental do Sana, o Jornal local destinou uma página inteira a um texto que homenageava o trabalhador rural, reivindicando a agricultura como a verdadeira “identidade” do Sana, que vem sendo sobreposta por uma imposição de atrelar a imagem do Sana unicamente à suas belezas naturais, à preservação da natureza e ao ecoturismo. O texto (Anexo O) diz que:

O Sana tem aparecido com frequência nas matérias dos jornais. Bom ou ruim? Ainda é cedo para dizer. Mas um fato é claro: os grandes meios de comunicação não tem conseguido ver no Sana nada além das suas riquezas naturais.

Ao lado do destaque da sua beleza, tem surgido no Sana uma outra preocupação: a preservação do seu ecossistema. E com essas duas chaves mestras na mão – belezas naturais e preservação – classificaram o Sana como um lugar potencialmente, e quase unicamente, ecoturístico.

Mas acontece que não existe turismo qualificado, e muito menos preservação de um local, quando não se valoriza a **sua identidade cultural**. Pouco tenho visto as pessoas perguntarem quem é o morador do Sana e qual a história da região. Cabe aqui lembrar que o Sana é muito maior do que o seu conhecido Arraial, onde estão localizadas as suas famosas cachoeiras. No 8º distrito de Macaé²⁴ estão situadas as regiões do São Bento, Santa Helena, Cabeceira, Boa Alegria, Boa Sorte e muitas outras, na sua maioria, distante do turismo.

Portanto, me permito afirmar que o Sana não pode ser considerado primeiramente como um lugar turístico. É preciso ver de perto, mas com abrangência, as condições e as formas de vida de todos os seus moradores. E com liberdade, digo que o Sana, desde sua fundação, foi lavoura. **E que a sua identidade está na terra e na agricultura**. Aí se formaram os seus costumes. E se o turismo cresce na região, porque não direcioná-lo para a cultura local? Por que restringi-lo cruelmente às cachoeiras e trilhas mata adentro? Este número é dedicado ao lavrador desta terra, ao trabalhador que é pai deste lugar. Dono da mais autêntica sabedoria, é ele que espera com paciência o dia da brotação. Mas é pena que não tenha encontrado o suporte necessário para o seu trabalho. (JORNAL PROSA, 1997, ano 2, nº7, p. 2, grifo meu).

²⁴ Atualmente o Sana é o 6º distrito de Macaé.

Apesar da resistência atribuída à população rural do Sana, a construção do Portal do Sana em 2002, evidencia e anuncia a conquista do paraíso encontrado, agora protegido também pela força da lei e marca o protagonismo do Sana enquanto área protegida. Portanto, todos que passam pelo portal do Sana, sejam turistas, moradores nativos ou “cabeludos”, são lembrados e avisados que o Sana é um “Paraíso Ecológico”. O “paraíso” foi então encontrado pelos “guardiões” – ambientalistas- do Sana. Na Figura 8, também é possível perceber alguns elementos na entrada do Sana, como a placa onde está escrito “Bem vindo a / *Welcome to* Macaé”, o totem colorido com a escrita “Viva Macaé” geralmente utilizado em áreas turísticas para que os visitantes tirem fotos e a construção ao lado do portal que serve como base operacional para o distrito, aparecem como características que imprimem um protagonismo da atividade turística na região. Assim, é possível afirmar que a narrativa ambiental tenha penetrado no território do Sana a partir dos anos 70 com a comunidade alternativa, se fortalecendo ao longo dos anos seguintes com a contínua chegada de novos moradores engajados com o debate ambiental e com o desenvolvimento do turismo, se estabelecendo então no início dos anos 2000 em forma de unidade de conservação.

Figura 8: Portal do Sana (Paraíso Ecológico)



Fonte: Foto de Ana Chaffin, (MACAÉ, 2017) ²⁵.

2.4 – Os “outsiders” do Paraíso

Norbert Elias (2000), no final dos anos 50, em um estudo realizado numa pequena comunidade inglesa que recebe o nome fictício de Winston Parva, analisa a relação de poder

²⁵ Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/sana-sedia-maratonas-de-mountain-bike-neste-domingo> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

entre dois grupos que compunham a comunidade. A análise de Elias foi feita a partir do conceito *established-outsiders*, onde o grupo de estabelecidos, que detinha o poder na comunidade, era composto por moradores que viviam há muitos anos na região. Já o grupo de outsiders era formado por novos moradores que chegavam à região, advindo de diferentes lugares e por motivos diversos. Em Winston Parva o poder dos estabelecidos estava vinculado não a aspectos de posses materiais, mas na organização social dos indivíduos envolvidos. Neiburg (2000), na apresentação do estudo de Elias para uma edição brasileira da obra apresenta as definições da língua inglesa para os conceitos de establishment e *established* como palavras utilizadas para:

Designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um establishment é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor [...] os established fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. [...] a ‘minoria dos melhores’ nos mundos sociais mais diversos: os guardiões do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses [...] (2000, p. 7).

De acordo com o autor, o termo outsider designa justamente os indivíduos que não estão no poder e não fazem parte desse grupo, dessa pretensa “boa sociedade”, da “minoria dos melhores”.

Com a chegada de novas formas de pensar e se relacionar com a natureza que vieram na bagagem dos “neo-rurais” - tanto os hippies dos anos 70 quanto com os que chegaram junto e depois deles – e que culminaram na criação da Área de Proteção Ambiental do Sana, se estabelece uma relação de poder onde os novos moradores assumem o papel de zeladores, guardiões e gerenciadores do uso da terra e da natureza, baseados em normas e regras de preservação ambiental. O poder do grupo se consolida com a criação da APA, quando todo o território do Sana passa a ser regido pelas leis e decretos referentes à criação de unidades de conservação. Diferentemente dos estabelecidos de Elias que mantinham a posição de poder a partir do tempo de residência estabelecida na comunidade, dividindo os grupos entre “moradores antigos” e “recém-chegados”, os estabelecidos do Sana pareciam ter conquistado esse status a partir de outros fatores, ligados principalmente às questões ambientais. De um lado os estabelecidos, defensores da natureza, detentores do conhecimento de como lidar com a natureza de maneira “correta”, grupo composto majoritariamente por “neo-rurais”. Do outro lado os outsiders do “paraíso”, trabalhadores rurais, em sua maioria nativa da região, colocados à margem do discurso ambientalista justamente pela maneira “tradicional” do uso da terra.

Os aspectos que denunciavam essa relação podem ser observados em variadas dimensões do cotidiano desses dois grupos. No início do estudo, quando buscava identificar os atores

envolvidos em projetos e organizações sociais que a meu ver poderiam contribuir para os questionamentos da pesquisa, logo notei a proeminente participação de pessoas “de fora” do Sana. Fui conhecendo pessoas envolvidas em projetos ambientais, na criação do jornal local, na feira de produtores locais e todos eles tinham em comum o fato de terem vindo de outras regiões, a maioria de centros urbanos. Mais especificamente, ainda não localizei sequer um nativo na liderança de organizações ou movimentos locais com as quais tive contato. Percebi então que as vozes dos que vieram de fora estavam mais presentes e então mais fáceis de serem escutadas. As vozes dos “neo-rurais” predominam, ainda que eles sejam a minoria no Sana.

Dentre esses atores com quem fui mantendo contato e outros que acabei conhecendo nas idas a campo, ainda que apenas um deles estivesse diretamente relacionado ao ativismo ambiental, todos os outros mantinham um discurso que permeava as questões ambientais com uma visão do Sana enquanto um paraíso que precisa ser preservado e protegido. Esses atores cultivam uma homogeneidade na maneira de olhar a natureza, no sentido de problematizar o seu uso, seja impulsionados por uma ideologia da contracultura ou por influências do meio urbano onde a temática da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável são intensamente discutidos. Exemplificando a homogeneidade da visão para o meio ambiente no grupo de “neo-rurais” no Sana, enquanto Marcelo desponta como uma das principais figuras ligadas ao ativismo ambiental no Sana, Bianca, apesar de não atuar diretamente ligada à APA do Sana, trabalha com formas “alternativas” de agricultura e com produtos naturais como forma de preservação da natureza. Já o Romeu, ainda que também não participe de qualquer movimento ligado à unidade de conservação do Sana, demonstrou seu posicionamento com relação à preservação ambiental durante o tempo em que produzia o Jornal Local, abordando temáticas como cidadania, ecologia e preservação da cultura. Dessa maneira, entendo que apesar de haver coesão entre os “neo-rurais” quanto aos significados atribuídos à natureza e a necessidade de conservá-la, essa concordância existente não exclui o caráter heterogêneo do grupo, havendo então espaço para conflitos e opiniões diversas sobre, inclusive, aspectos relacionados à conservação ambiental.

Norbert Elias aponta alguns aspectos contidos na configuração de poder estabelecidos-outsiders. Dentre esses aspectos, o autor aponta a “coesão” e o “controle” social como fatores que podem exercer um papel determinante na relação de poder entre os grupos envolvidos. No caso de Winston Parva, a coesão social se dá principalmente pelo fato das famílias antigas no lugar se conhecerem há anos, estabelecendo-se assim um elevado grau de coesão e

colaboração entre essas famílias e conseqüentemente, excluindo as famílias recém-chegadas que não faziam parte desse grupo:

Era graças ao seu maior potencial de coesão, assim como à ativação deste pelo controle social, que os antigos residentes conseguiam reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube e deles excluir firmemente os moradores da outra área, aos quais como grupo, faltava coesão. Assim a exclusão e estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (ELIAS, 2000, P. 22)

No Sana, percebe-se que a coesão social acontece a partir de uma coerência na ideia do Sana enquanto “paraíso ecológico” que precisa ser recuperado e ter suas belezas naturais protegidas e preservadas. Gaspar, ao estudar as relações de poder na Área de Proteção Ambiental do Sana observa que “os ambientalistas locais compartilhavam com os demais “neo-rurais” a valorização de um estilo de vida em ‘contato direto com a natureza’, segundo o qual a ‘natureza’ assim valorizada era representada como selvagem e intocada”. (GASPAR, 2009, p. 181). As dimensões dessa coesão também podem ser observadas a partir da criação e implementação da APA do Sana que segundo Cozzolino (2005), Garpar (2009) e Rego (2010) se deu com participação majoritária de “neo-rurais”. Rego, que em sua tese que aborda os múltiplos sentidos de cidadania nos processos ligados às Áreas de Proteção Ambiental do Sana e de Macaé de Cima, ambas no norte do estado do Rio de Janeiro, constata que “o processo de criação e implementação das APAS ocorreu por meio de uma aliança de representantes do poder públicos e alguns ‘novos moradores’ ambientalistas e defensores dos valores de preservação da natureza [...]” (REGO, 2010, p. 211).

Assim como na participação majoritária de “neo-rurais” nos processos de criação e implementação da APA do Sana, a coesão social do grupo de estabelecidos do Sana, baseada na homogeneidade na maneira de ver e pensar o Sana a partir de uma perspectiva de preservação ambiental pode ser observada também em outras organizações da região, como pode ser visto no caso da feira semanal de produtores locais. Ao notar semelhanças da feira local com algumas feiras que acontecem na zona sul do Rio de Janeiro, durante uma conversa informal, perguntei a uma integrante dessa feira como se dava a participação dos produtores rurais nativos da região. Recebi na resposta a informação de que não havia a participação de agricultores ou produtores nativos da região como integrantes da feira e que a justificativa para a não participação seria o fato de que para participar da feira todos os produtos deveriam ser naturais, e segundo a participante da feira, esse fator seria determinante já que os agricultores nativos não produziam produtos verdadeiramente naturais, pois “o natural para eles é usar veneno”.

Durante a conversa, a participante mencionou já ter ouvido dizer que alguns nativos cortam as árvores às margens dos rios por acharem que essas árvores consumiriam toda a água. Nesse caso, a maneira como o agricultor nativo lida com a terra é colocada como fator limitador e de exclusão desse grupo mediante o grupo que possui a “prática correta” de manejo e uso da terra. A afirmação da utilização de “veneno” na produção por parte dos nativos e do conhecimento “equivocado” da natureza por acharem necessário retirar as árvores localizadas às margens do rio, se enquadram no que Elias coloca como uma “fofoca depreciativa” (2000. p. 20), que funciona como uma ferramenta de controle social, aumentando a barreira entre os dois grupos e contribuindo para a exclusão de um grupo e para a permanência do outro grupo no poder.

Como mencionado por Elias (2000) percebe-se a exclusão e estigmatização de um dos grupos, dentro da configuração estabelecidos-outsiders. Os agricultores nativos do Sana – outsiders – recebem um rótulo de inferioridade, atribuído à maneira “tradicional” de trabalhar na terra e lidar com a natureza. Além da fala da integrante da feira, os rótulos de valor inferior e estigmatização do nativo podem ser percebidos em outros contextos. Gaspar (2009), durante participação em uma reunião onde ocorreu um debate sobre a elaboração do plano de manejo²⁶ da APA do Sana e a participação da comunidade na elaboração desse documento, também observa existir uma marginalização dos produtores rurais locais a partir das suas técnicas de produção:

[...] As técnicas de cultivo e criação de animais eram descritas como ultrapassadas. Frisava-se a necessidade de substituí-las ou transformá-las em técnicas escolhidas como as ambientalmente corretas [...] Assim, observamos que, neste caso, os ambientalistas desvalorizam os conhecimentos e as técnicas dos agricultores locais, como causadores de ‘impacto’ ao ‘meio ambiente’ e como ultrapassadas. As técnicas de produção consideradas adequadas, na visão dos ambientalistas locais, eram aquelas que vinham sendo implantadas por “neo-rurais” em suas propriedades. (GASPAR, 2009. p. 123)

Além da estigmatização, evidencia-se a qualificação das técnicas de produção estabelecidas pelos “neo-rurais”, no entender dos ambientalistas envolvidos, como modelos corretos e superiores. Analisando o plano de manejo da APA do Sana, é possível identificar em diversos momentos a validação do rótulo de inferioridade nos agricultores rurais, nativos do Sana e da superioridade das técnicas trazidas e sugeridas pelos novos moradores:

Dois fatores contribuíram sobremaneira para que o Sana preservasse esse tesouro natural: a redução do histórico e intenso desmatamento, provocado,

²⁶ Documento obrigatório para todas as categorias de manejo das Unidades de Conservação, onde devem estar contidas informações técnicas da área protegida e normas para a utilização e manejo da unidade de conservação. De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 o plano de manejo deve ser elaborado dentro de um prazo de cinco anos contados a partir da data de criação da unidade de conservação. (BRASIL, 2000b).

principalmente, pela exploração da madeira e pelo cultivo de café, e a recuperação ambiental promovida pelos novos proprietários de terras (mais preocupados com a crescente perda de qualidade de vida), o que propiciou o surgimento de muitas matas secundárias. (MACAÉ, 2004, p. 15).

Em determinados momentos do plano de manejo, o rótulo de inferioridade é atribuído aos trabalhadores “tradicionais” do campo pela dificuldade que eles teriam de absorver as ideias de “conservação da biodiversidade” e “formas de utilização racional dos recursos naturais”, “pois estes têm outras prioridades, mais urgentes, como alimentação, moradia, segurança e emprego.” (MACAÉ, 2004, p. 107).

Além de colocar as formas de produção dos agricultores “tradicionais” da região enquanto ambientalmente incorretas e de sugerir uma dificuldade de compreender e aderir às práticas “ecologicamente corretas”, o plano de manejo sugere a conversão das formas tradicionais de produção em formas “alternativas”, a partir das técnicas e moldes apresentados por “neo-rurais”. Como, por exemplo, a sugestão de produção de um tipo de grama – com o nome escrito em inglês no documento - para a extração de suco de clorofila:

Uma experiência pioneira no Sana é a produção de grama do trigo (*wheat grass*), da qual se extrai um suco, também denominado de “Clorofila”, muito rico em nutrientes e rejuvenescedores. Com grande potencial de desenvolvimento, essa atividade poderá ser estimulada entre os produtores rurais sanenses, pois já existe uma indústria de processamento da grama no município de Macaé e o conhecimento técnico está disponível. (MACAÉ, 2004, p. 78)

Além de sugerir o cultivo de grama de trigo para a produção de clorofila aos antigos agricultores da região, a agroecologia também aparece como alternativa à agricultura “tradicional”. Para apresentar os benefícios da prática “alternativa” sugerida, foi exposto no plano de manejo da APA um quadro com as vantagens da utilização da agroecologia e as desvantagens da agricultura “tradicional” (Figura 9). A utilização dessa tabela no documento aponta a parcialidade ao pontuar apenas os benefícios da agroecologia e se limitar às desvantagens da forma “tradicional” de produção. Essa parcialidade, além de corroborar para a ideia de inferioridade que circunda os trabalhadores rurais nativos do Sana, também reforça a sensação de prevalência de uma visão preservacionista ao considerarem na análise apenas fatores ambientais.

Figura 9: Desvantagens da agricultura tradicional x Vantagens da Agroecologia

Desvantagens ambientais da agricultura tradicional	Vantagens da utilização das formas da agroecologia
<ul style="list-style-type: none"> • suas monoculturas degradam a paisagem; • produz altos índices de toxicidade pelos agroquímicos utilizados; • elimina a biodiversidade; • degrada o solo; • polui os recursos hídricos; • aumenta a utilização de energia no meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • possibilita a natural renovação do solo; • facilita a reciclagem de nutrientes do solo; • utiliza racionalmente os recursos naturais; • mantém a biodiversidade, que é importante para a formação do solo.

Fonte: Plano de Manejo da APA do Sana (MACAÉ, 2004, p. 77).

A tentativa de conversão da agricultura tradicional em outras formas alternativas de agricultura pode ser notada desde antes da criação da Área de Proteção Ambiental do Sana, já se mostrando presente na década de 90. Como pode ser observado na Figura 10, o jornal local traz a matéria “Agricultura biológica, uma saída ecologicamente correta”, como uma alternativa de agricultura que estaria de acordo com os preceitos da preservação ambiental.

Figura 10: Matéria no jornal local apresenta alternativa ecologicamente correta para a agricultura



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº 1.

Desta maneira, o jornal local também pode ser visto enquanto uma ferramenta de controle social ao apontar, no caso da matéria sobre agricultura biológica, a existência de uma alternativa “correta” de agricultura, o que consequentemente aponta para a existência de formas ecologicamente “incorretas” de lidar com a terra. Ainda que certo controle social seja notado em um período anterior à criação da APA do Sana, a criação da unidade de conservação eleva a outro nível as ferramentas para esse controle. O que antes estava na zona

dos ideais e opiniões individuais, ou mesmo que de um determinado grupo, se organiza e se estabelece com o apoio de aparatos legais como o plano de manejo, as leis e decretos referentes a unidades de conservação e o próprio conselho gestor²⁷ da APA.

Gaspar (2009), ao acompanhar os processos de criação e implementação da APA e dos primeiros anos de atividades do conselho gestor, identificou a existência de um grupo resistente à criação da unidade de conservação, formado a partir da criação de uma associação de trabalhadores e produtores rurais, grupo este que se auto afirmava enquanto o “verdadeiro povo do lugar”. Gaspar discorre sobre as dificuldades de participação do referido grupo no processo de gestão da APA e que para conseguir adentrar nos debates sobre a APA, considerando todo o conhecimento necessário sobre as burocracias envolvidas, o grupo precisou realizar uma aliança com alguns poucos “neo-rurais” contrários ao movimento de criação da APA. Esses “neo-rurais” passam a representar esse grupo de resistência que se autodenomina o “verdadeiro povo” do Sana. Segundo a autora:

Sem a contribuição destas pessoas, a associação não teria chegado a existir, pois eles detinham o conhecimento da linguagem e dos trâmites burocráticos para criar a instituição, além de estarem aptos a negociar com os ambientalistas locais e as autoridades municipais e questionar suas ações segundo os critérios pertinentes. (GASPAR, 2009, p. 99).

Portanto, a partir do exposto, sugere-se que a interferência de “neo-rurais” contrários à criação da APA tenha sido necessária para que os nativos da região tivessem voz perante os demais “neo-rurais” ambientalistas. Também é possível notar que a falta de destreza com as questões burocráticas e a pouca intimidade com novas leis e normas ambientais se colocam como fatores que dificultam a organização do grupo de produtores e trabalhadores rurais, para que consigam colocar suas demandas, permanecendo assim como os outsiders do “paraíso”.

Apesar dos trabalhadores e produtores rurais, os nativos da região, representarem a maioria da população sanense, percebe-se que “uma minoria estreitamente unida pode exercer poder sobre uma maioria menos unida e menos organizada.” (ELIAS, 2000, p. 83). Acredito ainda que a coesão desse grupo minoritário se dê não somente pelo compartilhamento do olhar para a natureza, mas pelos demais valores urbanos que os integrantes desse grupo compartilham. Mesmo que não tenham compartilhado momentos juntos enquanto moradores de cidade grande, as experiências vividas no meio urbano criam um laço de afinidade entre o grupo. Muitos frequentavam as mesmas praias, bares, cinemas e bairros. Apesar das

²⁷ A lei municipal nº 2.172^a de novembro de 2001, no artigo 5^a, sobre o conselho gestor da APA do Sana diz que “APA do Sana disporá de um Conselho Gestor presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações de sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento do Conselho Gestor. (MACAÉ, 2001, p. 1)

particularidades da vida de cada um, é comum encontrar uma similaridade no estilo de vida urbano desses novos moradores do campo. O próprio deslocamento e as motivações para deixar os grandes centros urbanos e se estabelecer no campo fortalece a afinidade entre eles. Também é muito comum os “neo-rurais” do Sana manterem um vínculo com a rede construída no meio urbano, fazendo com que as idas a estes centros urbanos sejam frequente. Esta conexão mantida com o urbano também aponta como um dos fatores que fortalecem a coesão do grupo. Uma situação vivida durante uma das minhas idas a campo se destacou para mim como exemplificação das urbanidades compartilhadas entre os “neo-rurais” do Sana. Na comemoração de aniversário de uma criança filha de “neo-rurais”, os convidados – todos “neo-rurais” com exceção de parte da família da criança aniversariante e de mim, que apenas visitávamos – conversavam sobre as idas à cidade do Rio de Janeiro. Um tinha uma casa em Botafogo e outro em Ipanema. Ouviam-se também as histórias dos partos naturais que tiveram e os significados dos nomes com os quais batizavam suas crianças, que variavam entre homenagens a seres mitológicos ou a fauna e flora brasileira.

Para além das questões ambientais, a predominância deste grupo coeso pode ser observada também em outros aspectos. Como exemplo, surgindo no final da década de 90, a banda Raiz do Sana carrega o lugar no nome e na poesia de muitas de suas canções, levando o Sana por meio da música para o Brasil e também para o exterior. No entanto, apesar de vinculado a imagem do Sana tanto no nome quanto nas canções, todos os integrantes são “neo-rurais” estabelecidos na região. A banda, ainda hoje, é uma das “caras” da região. Assim, a predominância dos “neo-rurais” em atividades representativas da região, considerando que o Sana ainda consiste majoritariamente de trabalhadores rurais, nativos da região, corrobora para a afirmação de Norbert Elias quando diz que:

O pressuposto tácito de boa parte da literatura sociológica de que as maiorias estão naturalmente ligadas a uma importância maior, nem sempre é confirmado pelos fatos. Os grupos minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito a sua importância quantitativa. (ELIAS, 2000, p. 119).

3- CAPÍTULO II: TURISMO NO SANA: UMA HERANÇA DOS “CABELUDOS” (?)

3.1– Do ecológico ao “alternativo”: as facetas do turismo no Sana

A comunidade alternativa dos anos 70 no distrito do Sana marca uma expressiva chegada de pessoas “de fora” na região, desde o estabelecimento dos colonos no início do século XIX. Apesar de terem aberto as “portas” do Sana para visitantes admiradores da natureza e do estilo de vida “alternativo”, o fluxo representativo de visitantes e o desenvolvimento do turismo no sexto distrito de Macaé são intensificados a partir da década de 90.

Algumas impressões sobre o desenrolar do turismo no distrito do Sana podem ser observadas em algumas matérias do jornal local Prosa. O morador do lugar, Mauro Menezes escreve uma matéria (Anexo P) sobre o desenvolvimento do Sana àquela época, comparando o distrito a uma criança que está crescendo e que precisa de cuidados. Como características e indicadores desse desenvolvimento, que passam uma noção das mudanças de modo de vida que ocorriam no Sana na década de 90, o autor da matéria coloca que:

[...] O Sana está crescendo e não podemos ignorar os novos tempos: os animais de montaria são substituídos por motos e bicicletas; as carroças e tropas são substituídas por veículos de carga; as parábólicas inundam os quintais; o posto telefônico (quando funciona) nos liga com qualquer parte do mundo; o comércio amplia-se, sofisticase; as novas construções criam um novo padrão arquitetônico; a agricultura já não é mais prioritária e até tempero se compra fora [...]. (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº 2, p. 2).

O morador coloca o turismo como parte desse desenvolvimento e chama a atenção para o perigo do que ele chama de “invasão do turismo predatório” e conclui o artigo com a afirmação de que “O Sana não é do turista. O Sana é de quem vive aqui”. (PROSA, 1996, nº 2, p. 2). A relação entre o turismo na região e o desenvolvimento do Sana é localizada em outro artigo da mesma edição do jornal local onde o apelo para um olhar atencioso para o turismo é exposto na matéria, em um dos subtítulos que diz: “Turismo: é preciso atenção”. A estreita relação entre turismo e desenvolvimento também pode ser verificada a partir da afirmação de que o surgimento de estruturas de serviço turístico – campings, bares e restaurantes – seria um “sinal mais evidente do progresso”. Percebe-se que no contexto da matéria a palavra “progresso”, atrelada ao desenvolvimento turístico da região, surge com uma conotação negativa. O sentido atribuído à palavra pode ser confirmado quando aparecem no texto as combinações das palavras “turismo inconsciente” e progresso “inconsequente”. Conforme exposto no Anexo Q, a matéria em questão, não assinada, aponta outros indicadores do desenvolvimento do Sana e a relação do turismo com um prejuízo à “memória” arquitetônica e cultural da região:

[...] Num canto ou outro surge um novo bar, camping ou pensão – sinal mais evidente do progresso. Ao mesmo tempo, uma memória ou outra é apagada da arquitetura e da cultura da região. Pouco a pouco o Sana vai perdendo as suas janelinhas de madeira, as cercas vivas de balãozinho, seu convite à tranquilidade... [...] A graciosidade rústica da sua arquitetura e a sua beleza campestre começam a ceder à pressão de um turismo inconsciente e de um progresso inconsequente. [...] (JORNAL PROSA, 1996, ANO 1, Nº 2, p. 4).

Atualmente, mais de 20 anos após a publicação da matéria exposta, poucas casas no Arraial do Sana exibem ainda traços que conservam a “memória” arquitetônica e cultural da região, cuja perda é lamentada no artigo. Caminhando pelo Arraial, as poucas casas que ostentam tais características se destacam das demais residências também simples, porém com um estilo arquitetônico que nada tem a ver com as “janelinhas de madeira”. A Figura 11 apresenta dois imóveis localizados no Arraial do Sana que apresentam suas fachadas preservadas e suas janelas de madeira, que podem ser ilustradoras da “graciosidade rústica arquitetônica” e da “beleza campestre” predominante no Sana antes da chegada de um “progresso inconsequente”, segundo apontado no artigo do jornal. As fachadas e as “janelinhas de madeira” dessas casas se assemelham às casas que aparecem na Figura 12, foto utilizada para ilustrar o passado do Sana em uma das matérias da coluna fixa do Jornal Prosa que propõe um resgate à história do lugar.

Figura 11: Casas no Arraial do Sana que ainda mantém características arquitetônicas “tradicionais” da região



Fonte: Composição feita pela autora a partir de fotos do acervo da pesquisa.

Figura 12: Casas antigas e as “janelinhas de madeira”



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº 1, página não identificada (Matéria completa disponível no Anexo G).

Ainda nos anos 90, a perda de elementos tradicionais da região era sentida e lamentada por membros da igreja católica localizada na região central do Sana, na principal rua que corta o Arraial. Os sentimentos de alguns desses membros podem ser especulados a partir da matéria do jornal Prosa, exposta no Anexo R, onde moradores lamentam as mudanças pelas quais uma “tradicional” festa religiosa do Sana enfrentava devido ao desenvolvimento do Sana e ao aumento da participação de visitantes na festa. A senhora Elecir dos Santos é uma das moradoras que conta como a festa de São Sebastião costumava acontecer e lamenta a perda das características e a representatividade das tradições locais que a festa outrora ostentava:

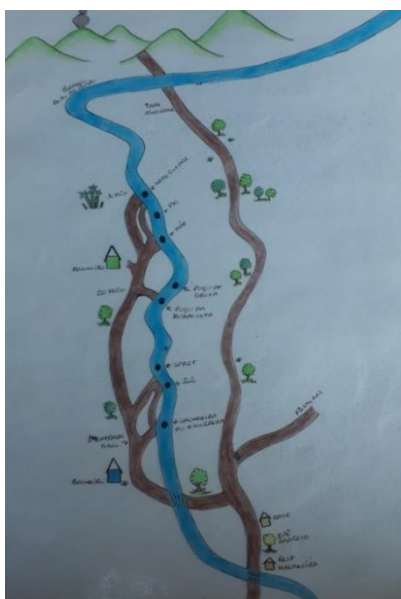
[...]‘As pessoas traziam frango assado, bolo, salgado. Tudo ia para o leilão, que era feito no coreto. ’ [...]‘Teve um ano que foi feito o concurso da barraca mais enfeitada. Toda esta ornamentação mostra que na época as pessoas tinham um sentido mais festivo e menos comercial, como é hoje em dia. ’ [...] ‘Quem vem de fora e desconhece a nossa tradição, pensa que não passa de uma festa junina. ’ (JORNAL PROSA, 1996, nº 4, p. 5).

Outra moradora e frequentadora da igreja católica do Sana, senhora Onorinda Mozer comenta sobre a perda de representatividade da festa quanto às tradições locais dizendo que “A festa de hoje está muito mudada. Ela não tem a ver com o povo daqui. Agora já não é mais aquela festa tranquila.” (PROSA, 1996, nº 4, p. 5). A partir dos relatos desses moradores, verifico que o desenvolvimento do distrito do Sana nos anos 90 marcava mudanças em diversos aspectos do cotidiano local. As mudanças eram percebidas pelos moradores na arquitetura,

nas festas, nas tradições e frequentemente eram atribuídas ao turismo e ao aumento de visitantes na região.

Dentre os lugares que atraem visitantes ao Sana, as cachoeiras localizadas no Vale do Peito do Pombo, local próximo onde a comunidade hippie havia se estabelecido, se tornaram os atrativos naturais mais populares entre os turistas da região. Credito esta popularidade não apenas à beleza cênica própria desses atrativos, mas também a outros fatores, já que o Sana, em toda sua extensão territorial, possui outros atrativos naturais de semelhante beleza, mas que não recebem o mesmo fluxo de turistas que as cachoeiras do Vale do Peito do Pombo. Dentre os fatores que possivelmente contribuíram para a popularidade desse aglomerado de cachoeiras destaca-se a proximidade geográfica entre estes atrativos, formando o que é conhecido hoje como o circuito das águas. Um simples mapa (Figura 13) - desenhado e colorido à mão em uma folha branca de papel sulfite e plastificado -, utilizado para apresentar aos visitantes o caminho para as cachoeiras, ilustra a disposição geográfica destes atrativos e a formação do Circuito das Águas.²⁸

Figura 13: Mapa utilizado na base de acesso às cachoeiras para apresentar o Circuito das Águas aos visitantes



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Está posto no mapa, colorido com a cor marrom, na margem inferior do desenho, um pequeno pedaço do “Caminho das Cachoeiras” que liga o Arraial do Sana às populares

²⁸ O mapa é apresentado aos visitantes na base de monitores das cachoeiras que além de apontar no mapa a localização das cachoeiras e de toda a estrutura de apoio, solicitam também um documento de identidade a todos os visitantes, entregam o termo de responsabilidade para ser assinado por cada um, cobram a taxa de entrada para acesso aos atrativos que atualmente custa R\$10,00 por visitante e sinalizam o que é permitido ou não dentro da propriedade privada onde estão localizados os principais atrativos naturais. O controle de acesso às cachoeiras e o gerenciamento das atividades de visitação são feitos pelos donos da propriedade em questão, bem como a manutenção dos monitores e da estrutura de apoio.

cachoeiras do distrito. O caminho dá acesso não apenas à trilha para as cachoeiras, mas também para outro atrativo bastante popular do Sana, a trilha para a Pedra do Peito do Pombo. O caminho desenhado à direita da folha, que segue até as montanhas que cercam o Vale, marca a trilha mais procurada pelos visitantes da região. No alto de uma dessas montanhas, uma grande formação rochosa, caprichosamente esculpida pela natureza em um formato que lembra um Pombo com o peito estufado, motivo pelo qual a rocha recebe o nome de Pedra do Peito do Pombo. Cerca de 7 horas de caminhada são necessárias para completar a trilha – ida e volta - ao Peito do Pombo desde o Arraial do Sana. A Pedra é um símbolo da região e estampa camisas, souvenirs e logos utilizados por muitos estabelecimentos comerciais locais. A Figura 14, uma foto da Pedra num momento em que visitantes aproveitam o visual e a sombra que a Pedra proporciona. Por essa foto é possível vislumbrar o tamanho da rocha ao comparar com os visitantes em sua base.

Figura 14: Pedra do Peito do Pombo



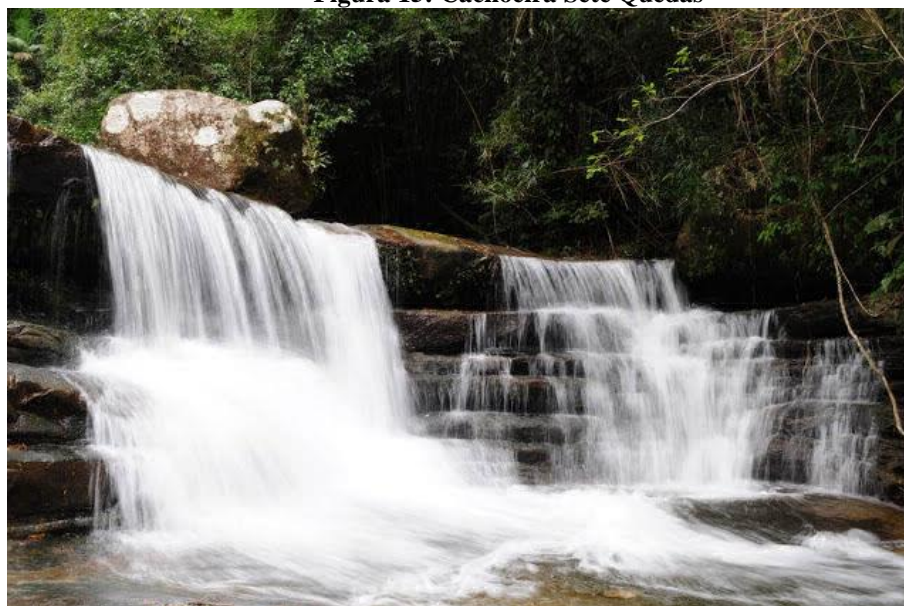
Fonte: Foto disponível no site Portal do Sana (2020)²⁹

Logo depois da pequena casa amarela que simboliza a base e monitoramento das cachoeiras, onde este mapa é apresentado aos visitantes, inicia-se à esquerda a trilha de acesso ao circuito. As pequenas casas coloridas no caminho simbolizam os banheiros disponíveis para monitores e visitantes. Os caminhos percorridos na trilha levam ao Córrego do Peito do Pombo, pintado de azul no mapa, que desce a serra atravessando o vale e formando as cachoeiras Sete Quedas, Pai, e Mãe, o poço da Gruta e da Borboleta e a cachoeira do escorrega. A trilha é leve e com cerca de 30 minutos de caminhada é possível chegar à

²⁹ Disponível em: <https://www.portaldosana.com.br/cachoeiras.html> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

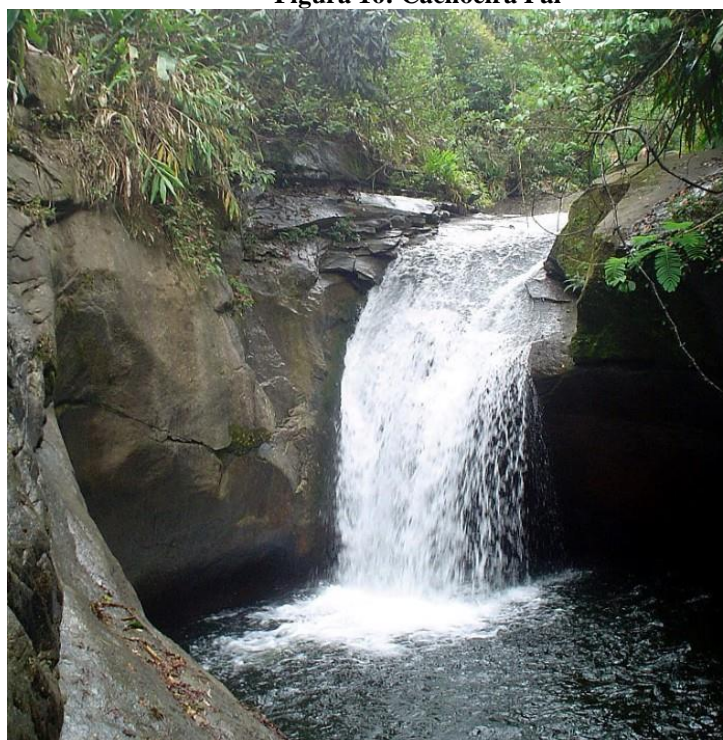
cachoeira Sete Quedas, a mais distante da entrada da trilha. As Figuras 15, 16, 17 e 18 ilustram alguns desses atrativos.

Figura 15: Cachoeira Sete Quedas



Fonte: Foto disponível no site Portal do Sana (2020) ³⁰

Figura 16: Cachoeira Pai



Fonte: Foto disponível no site Trilhas e cachoeiras (2020) ³¹

Figura 17: Cachoeira Mãe

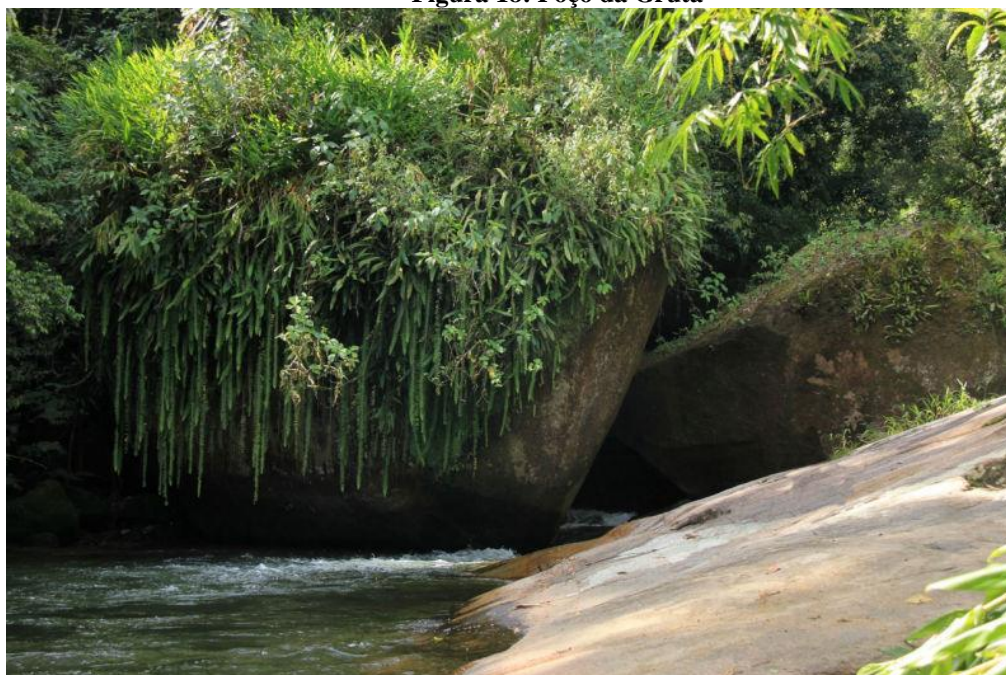
³⁰ Disponível em: <https://www.portaldosana.com.br/cachoeiras.html> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

³¹ Disponível em: <https://www.trilhasecachoeiras.com.br/cachoeiras-do-sana/> Acesso em: 01 de jul. de 2020.



Fonte: Foto disponível no site Portal do Sana (2020) ³²

Figura 18: Poço da Gruta



Fonte: Foto disponível no site Portal do Sana (2020) ³³

Para além do circuito das águas e da trilha para a Pedra do Peito do Pombo, outros atrativos e atividades turísticas levam visitantes a escolherem o Sana como destino turístico. Como exemplos, a trilha do Caminho da Mata Atlântica que passa pelo Sana, a cachoeira das Andorinhas, a prática de *rafting* e observação de pássaros.

Além da proximidade geográfica dos principais atrativos da região, outro fator que possivelmente contribui para a popularidade desses atrativos naturais é a proximidade e facilidade de acesso às cachoeiras a partir do Arraial do Sana – centro comercial e região com

³² Disponível em: <https://www.portaldosana.com.br/cachoeiras.html> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

³³ Disponível em: <https://www.portaldosana.com.br/cachoeiras.html> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

concentração de casas -, o que contribui também para que alguns visitantes acreditem que o Sana compreenda apenas a região do Arraial. No Arraial do Sana estão concentradas as estruturas de apoio às atividades turísticas como restaurantes, bares, campings e pousadas.

Dentre os estabelecimentos voltados para as atividades turísticas do Sana, desde sua inauguração em junho de 2008, o espaço Criasana, uma feira de artes para exposição e venda de produtos confeccionados por artesãos do Sana e para demonstrações artísticas de artistas locais e convidados, localizado na rua principal do Arraial do Sana é passagem quase que obrigatória dos turistas que visitam o Sana. Aos finais de semana é comum encontrar pelo Arraial pequenos estandartes coloridos, feitos à mão, informado que “Hoje tem circo”. O circo é uma das apresentações artísticas que acontecem com frequência no Criasana, gratuitamente e que atraem turistas e moradores que circulam pela noite sanense. A relação do Sana com o circo se dá desde os anos 90, como pode ser vista na matéria do ano de 1996 do jornal Prosa (Figura 19) que conta sobre a chegada e apresentação de palhaços do grupo de teatro OFF-Sina no Sana, abordando a repercussão desse acontecimento na comunidade. A Figura 20 mostra uma dessas noites de apresentação circense. A simplicidade do picadeiro, as crianças sentadas ao chão, as cadeiras de material plástico e a atmosfera amistosa e tranquila do espaço conferem ao circo a céu aberto um clima interiorano.

Figura 19: O circo no Sana



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº 6, p. 6.

Figura 20: Apresentação circense no espaço Criasana



Fonte: Foto de Raphael Bózeo (MACAË, 2020) ³⁴.

Na Figura 21 é possível ver o espaço durante o dia. Apesar de estar localizado no centro do Arraial, muitas árvores cercam o Criasana e algumas dessas árvores estão dentro do próprio espaço da feira. As apresentações artísticas e culturais acontecem geralmente no espaço onde está colocada a lona azul que aparece na foto. Nas duas laterais do espaço, pequenos estandes formam a feira de artesanato do Sana. Além dos estandes, algumas barracas são montadas no pátio do espaço, ao redor da placa “Sana” onde os turistas tiram fotos. A Figura 22, uma montagem feita a partir de fotos postadas na rede social *Instagram* com a *hashtag* #arraialdosana, indicam o relevante lugar no espaço turístico ocupado pela feira Criasana.

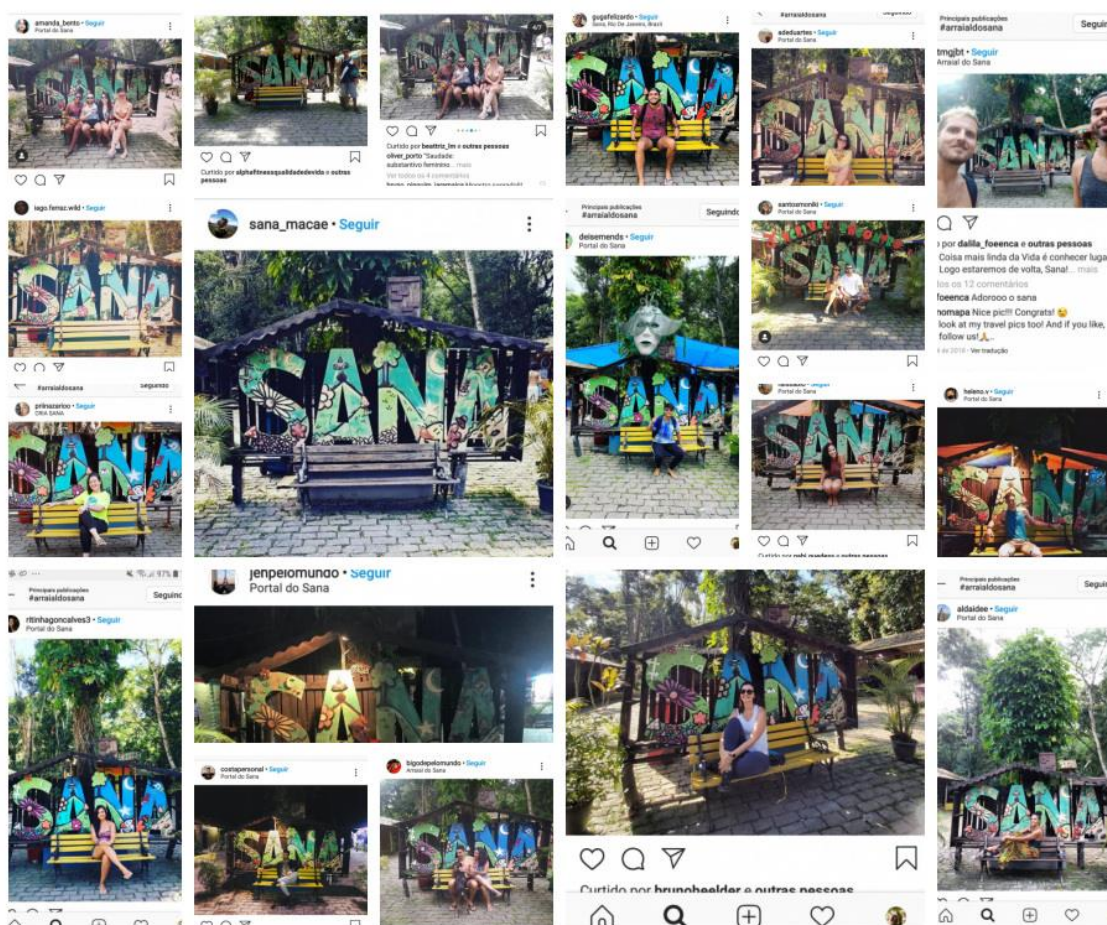
Figura 21: Espaço Criasana



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

³⁴ Disponível em: <http://www.maca.ej.gov.br/noticias/leitura/noticia/criasana-celebra-10-anos> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

Figura 22: Fotos tiradas na placa “Sana” e postadas em rede social online



Fonte: Composição feita pela autora a partir de fotos disponíveis na rede social *Instagram*.

Alguns dos recém-chegados- classificados nesta pesquisa enquanto “neo-rurais”- assim como nas atividades de cunho ambientalista, estiveram diretamente envolvidos no processo de organização e ordenamento desse turismo. Observa-se a partir do contexto histórico do Sana que os dois processos, o ambientalista e o de desenvolvimento da atividade turística no Sana, davam os primeiros passos lado a lado, algumas vezes se sobrepondo um ao outro e se fazendo um só.³⁵ Dentre os indícios que corroboram para o entendimento de que turismo e ativismo ambiental caminhavam juntos, destacam-se os principais projetos elaborados e desenvolvidos pelo Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente e posteriormente pela Associação de Proteção ao Patrimônio Ambiental e Cultural Tororó Sana, que abordavam educação ambiental, conscientização e demais temas relacionados à

³⁵ O Portal do Sana exemplifica o vínculo do turismo desenvolvido na região com as questões relacionadas ao ativismo ambiental. O suntuoso portal construído após a implementação da Área de Proteção Ambiental do Sana que demarca o início da área protegida, carrega também a placa que dá as boas vindas aos visitantes. Ao lado do portal, a estrutura construída para funcionar como base de informação turística corrobora com a hipótese sobre a estreita ligação entre o turismo e o ambientalismo no Sana.

preservação ambiental nas áreas de maior fluxo turístico, com atividades voltadas não apenas para os moradores da região, mas também para os turistas do Sana.

Os esforços do ativismo ambiental no Sana, iniciados a partir de projetos ligados às atividades turísticas que aconteciam na região – atividades essas que segundo os ambientalistas locais ainda não eram estruturadas e careciam de organização e controle para que fossem realizadas de maneira a preservar o meio ambiente local -, culminam na criação da Área de Proteção Ambiental do Sana que estabelece no artigo 3º da sua lei de criação – Lei nº 2.172 de 2001 -, dentre os objetivos da criação da APA, “propiciar condições de lazer, recreação e turismo de forma compatível aos demais objetivos da criação da APA do Sana.” (MACAÉ, 2001, p. 2). Em consonância com a lei acima citada, o turismo, mais especificamente o ecoturismo – também conhecido como turismo ecológico – é apresentado no Plano de Manejo da APA do Sana não apenas como uma atividade potencial a ser desenvolvida na região, mas como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento do Sana, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local e promover a conservação do meio ambiente e a construção de uma consciência ambiental. Dentre as justificativas expostas no documento para o desenvolvimento do ecoturismo no Sana, foram apontados possíveis benefícios econômicos para o comércio e o setor rural, valorização da cultura local, geração de emprego e renda e melhoria nas estruturas e serviços ofertados na região (MACAÉ, 2004).

Voltando o olhar à conjuntura da APA do Sana, consolidando a relação sincrônica das questões ambientais e turísticas da região, ao analisar as atas de reuniões do Conselho Gestor da APA do Sana – SANAPA – constatei que assuntos referentes às atividades turísticas do Sana foram abordados em praticamente todas as reuniões que aconteceram no período analisado. Em algumas atas o turismo é o único assunto abordado, indicando, portanto, ter sido o único assunto tratado em algumas reuniões do Conselho Gestor da APA. Dos assuntos discutidos nas atas, os mais frequentes referem-se a pautas sobre: monitoramento, capacidade e normas de visitação das cachoeiras e trilhas; impactos negativos causados pelo turismo como barulho excessivo e uso de drogas; ações específicas de ordenamento público para feriados e datas comemorativas; melhorias estruturais; acesso e cobrança para entrada nas cachoeiras; sinalização; e cursos de capacitação para moradores.

Uma base da Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade do Município de Macaé, localizada no Caminho das Cachoeiras (Figura 23), trilha que dá acesso ao Circuito das Águas, assim como o Portal do Sana, pode ser encarada enquanto uma materialização do íntimo relacionamento de narrativa ambiental com as atividades turísticas desenvolvidas no

Sana. Implantada no ano de 2010 em um prédio desapropriado que fazia parte de uma propriedade envolvida em disputas ambientais legais, já foi utilizada como apoio para os monitores das cachoeiras, como sede apoio para o Conselho Gestor da APA e para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente. Atualmente a base abriga durante o dia os funcionários da Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade, que fazem uma contagem dos turistas que passam pelo caminho para acessar as cachoeiras ou a trilha da Pedra do Peito do Pombo.

Figura 23: Base da Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade de Macaé, no Sana



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

A criação e a implementação da APA do Sana e o desenvolvimento do ecoturismo no distrito, corroboram para a sustentação de uma imagem turística do Sana enquanto Paraíso Ecológico protegido. Nesse contexto do imagético turístico, Pereiro e Fernandes (2018) colocam que as imagens podem condicionar o olhar para o mundo e funcionar como um mediador das práticas turísticas de um lugar e pode estar relacionada também a uma construção de significados, uma linguagem e narrativa sobre identidades sociais e grupais. Para os autores, a imagem turística de uma região pode ser tida enquanto um mito simplificado, porém apresentado como imperioso ainda que possa ser irreal. Dessa maneira, “as imagens turísticas costumam estar cheias de idealizações, tópicos, lugares comuns, estereótipos, preconceitos e clichês redutores que não fogem a uma leitura científica crítica.” (PEREIRO e FERNANDES, 2018, p. 360). Observa-se então que a imagem pode criar

estereótipos sobre grupos e lugares envolvidos em um processo turístico, criando uma lacuna entre o real e o imaginário estabelecido a partir das imagens. Bruner (2007 apud PEREIRO e FERNANDES, 2018, p. 362), sobre os estereótipos produzidos nos processos relacionados ao turismo, corroborando com a ideia da distância entre o real e o imaginário turístico, diz que “o turismo tem menor relação com o modo como outros povos realmente são do que como os imaginamos”.

No Sana, além do imaginário turístico vinculado à imagem do distrito enquanto Paraíso Ecológico preservado existe um imaginário turístico da região construído a partir da imagem do Sana enquanto reduto hippie, destino turístico alternativo e facilitador de experiências relacionadas a um estilo de vida que possui características semelhantes ao estilo propagado por adeptos da contracultura. Antes mesmo de o turista chegar ao Sana, mensagens e relatos corroboram para a criação e propagação da imagem do Sana vinculada aos hippies, como por exemplo, relatos que dizem sobre aspectos da contracultura como a “liberação” do uso da *Cannabis Sativa*, vulgarmente conhecida por maconha. Essas mensagens são expostas em redes sociais pessoais, páginas eletrônicas sobre viagens e páginas de compartilhamento de experiências turísticas. Exemplos desses relatos podem ser observados nas Figuras 24 e 25 encontrados na internet em fontes como as acima mencionadas.

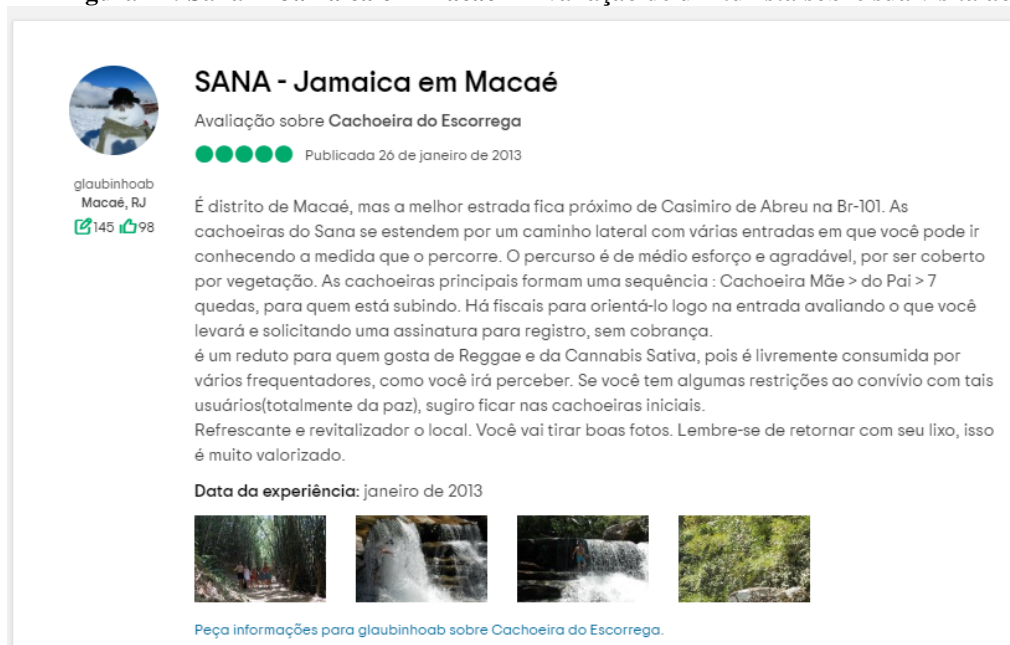
A Figura 24 apresenta o relato de um possível³⁶ turista sobre a sua experiência no Sana num site de avaliação e compartilhamentos de experiências turísticas. Já no título da mensagem é atribuída ao Sana pelo avaliador a designação de “Jamaica em Macacé”. Essa atribuição ou comparação pode ter se dado por variadas e desconhecidas questões individuais do autor da mensagem, porém, analisando o relato, entendo que provavelmente o acionamento de um imaginário coletivo sobre a Jamaica tenha sido feito pelo turista a partir de dois aspectos: a popularidade do Reggae³⁷ e a liberdade para o consumo da maconha, substância proibida em toda extensão do território brasileiro. O turista informa a outros turistas que o Sana “é um reduto para quem gosta de Reggae e da Cannabis Sativa, pois é livremente consumida por vários frequentadores...”. O autor do relato segue advertindo aos que preferem se manter longe dos usuários da substância que existem cachoeiras onde seria possível evitar esse contato. Porém, ele deixa evidente na mensagem que esses usuários são “totalmente da paz”. No relato em questão e na avaliação máxima conferida pelo turista à sua

³⁶ Apesar de se tratar de uma plataforma online para avaliação e compartilhamento de experiências por turistas, qualquer pessoa, sendo turista ou não, pode acessar a plataforma e deixar um relato ou um feedback sobre um destino ou serviços turísticos.

³⁷ Como exemplo da popularidade do Reggae na região, temos o Sana Reggae Festival, evento que acontece no Sana desde 2011, atraindo turistas anualmente.

experiência no Sana – as cinco pequenas esferas verdes abaixo do título - é notório que os aspectos que para esse turista possibilitam a analogia entre os imaginários que ele carrega sobre o Sana e sobre a Jamaica são colocados de maneira positiva.

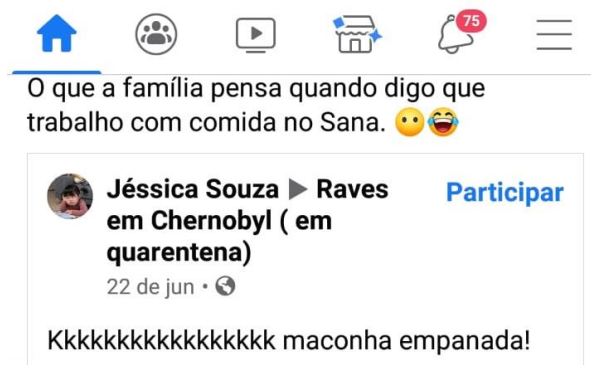
Figura 24: Sana - “Jamaica em Macaé”- Avaliação de um turista sobre sua visita ao Sana



Fonte: Publicação disponível na rede social *Tripadvisor*.

Assim como no caso do relato acima, a Figura 25 também promove e afirma a existência da imagem do Sana enquanto reduto para o livre consumo da *Cannabis Sativa*. A Figura se trata de uma postagem feita numa rede social online onde uma moradora do Sana, categorizada na presente pesquisa como uma “neo-rural” e que trabalha no Sana com produção de alimentos escreve: “O que a família pensa quando digo que trabalho com comida no Sana.”. A frase é seguida por uma foto de três folhas verdes empanadas e fritas, tendo essas folhas verdes a aparência de folhas da maconha. A partir da brincadeira postada, a moradora parece assumir haver um imaginário coletivo sobre o Sana e o consumo livre da droga citada.

Figura 25: Postagem de moradora do Sana em rede social online, com teor sarcástico, abordando a relação do Sana com a *Cannabis Sativa*



Fonte: Publicação disponível na rede social Facebook

As duas situações acima expostas são exemplos de relatos que não apenas corroboram para a construção da imagem do Sana atrelada à maconha e a outros aspectos relacionados à contracultura, como também contribui para a propagação dessa imagem. Ao ler essas postagens na internet, o imaginário do futuro turista sobre o destino é diretamente influenciado. Sinais da imagem do Sana atrelada a um modo de vida místico e alternativo e também à facilidade de livre consumo de algumas drogas ilícitas podem ser observados em diferentes contextos, assim como na Figura 26 que exibe uma placa fixada na entrada de um restaurante no Arraial do Sana, utilizada para divulgar aos que ali passam alguns dos pratos servidos no estabelecimento e que apresenta em destaque em seu topo, tal como um título, a palavra “larica”, sendo essa palavra popularmente utilizada para se referir a forte vontade de comer que sucede ao consumo de maconha.

Figura 26: Placa informativa de restaurante localizado no Arraial do Sana



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Como outro exemplo, um trecho da música “Pirâmide do Sana” (2017) da banda de *Raggae* Via Jah, da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, que diz: “[...] Na pirâmide do Sana passa disco voador [...] / Desce pra praça do sana boto um beck pra você [...]” (VIA JAH, 2017). A música em pauta aborda a temática das drogas se referindo a maconha como “beck” e faz alusão à lenda do disco voador, sendo este último também um aspecto que pode ser relacionado à cultura hippies³⁸. A lenda de que a Pedra do Peito do Pombo, um dos principais atrativos turísticos da região, seria uma base para o pouso de disco voador aparece em outros relatos em forma de composição musical, como na canção “Anjo Entorpecido”, que aborda em um trecho da música: “[...] Desesperadamente eu via o dia amanhecer/ Você marcou a data até pra fazer contato com o tal E.T./ Do alto do Peito do Pombo eu te esperava [...] / pois, você levou a sério demais essa estória de disco voador [...]” (BAIA e ROCKBOYS, 1998). Outro exemplo é o samba enredo do bloco de carnaval local que ao contar as “lendas e Mistérios do Sana”, aludindo à lenda do disco voador diz que [...] Quem o Peito do Pombo

³⁸ Outros destinos turísticos como São Tomé das Letras – MG e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO que, assim como o Sana, possuem no contexto da imagem turística um vínculo com os modos de vida atrelados a uma cultura hippie, também possuem atrelados à região lendas sobre aparecimento de extraterrestres e disco voador.

subiu/ Diz que o céu é folia de cor/ Também fala que jura que viu/ Luz do disco voador [...] (SAMBANDO, 2007). Outra banda local, o Raiz do Sana, também narra a lenda do disco voador no Peito do Pombo. A música “Peito do Pombo” enuncia também, além da lenda do disco voador, outras lendas que conferem significados místicos e afetivos para a Pedra do Peito do Pombo. A música, que em ritmo de forró canta as lendas e contos do Peito do Pombo, diz:

Dizem que foi um ato de amor/ Chuva, pedra, raio e o grande escultor/ Que o peito do pombo criou/ Tem gente que diz/ Que é uma base natural de disco voador/ Lá no alto do sana/ Dizem que a pedra é um índio agachado/ Que ainda vive lá em cima apaixonado/ Pelo arraial do sana, seu vale amado/ Mas que parece um pombo empedrado/ Com o peito estufado, guardião da região/ O peito do pombo traz/ O poder da pedra do pombo, a paz/ O peito do pombo reluz/ O brilho do sol, a força da luz/ O peito do pombo reluz/ O brilho do sol, a força.../ Quando a lua deita ao seu lado/ A montanha vira um altar iluminado/ E a magia da beleza emite uma vibração/ Que o coração bolado fica reciclado/ E então desestressado você chega à conclusão [...] (RAIZ DO SANA, 1999).

O protagonismo e a centralidade da imagem turística do Sana enquanto um destino alternativo pode ser notado para além dos relatos de imaginários de turistas, frequentadores e moradores da região. Caminhando pelo Sana é fácil observar a presença de símbolos e sinais que corroboram para a construção de uma imagem atrelada a um estilo de vida alternativo e ao livre consumo de entorpecentes, o que é facilmente associado aos adeptos da contracultura e mais especificamente à comunidade alterativa que passou pelo Sana e que aparentemente deixou um legado. Logo no Criasana, espaço cultural central do Arraial que congrega moradores e turista, carrega alguns desses símbolos que corroboram para a construção de tal imagem turística do Sana.

No centro da praça de artesanatos, uma colorida placa formada pelas letras que compõem o nome da região (ver Figura 27) - onde é comum encontrar turistas posando para fotos – tem cada uma dessas letras preenchidas com desenhos que parecem ter a pretensão de representar alguns aspectos da região, tal como o desenho de um bovino pastando em um morro, que parece retratar a uma imagem comum e que pode ser vista em vários pontos durante todo o percurso pela estrada que leva ao Arraial do Sana: bois, vacas e bezerros pastando nos morros que compõem a serra; e o desenho do palhaço que parece fazer alusão às apresentações que acontecem frequentemente no Criasana. Dentre as referências que a placa carrega, algumas fazem parte do imaginário e crenças sobre o movimento hippie como os cogumelos mágicos, a bruxa voando em sua vassoura representando seres místicos e o disco voador pousando no peito do pombo.

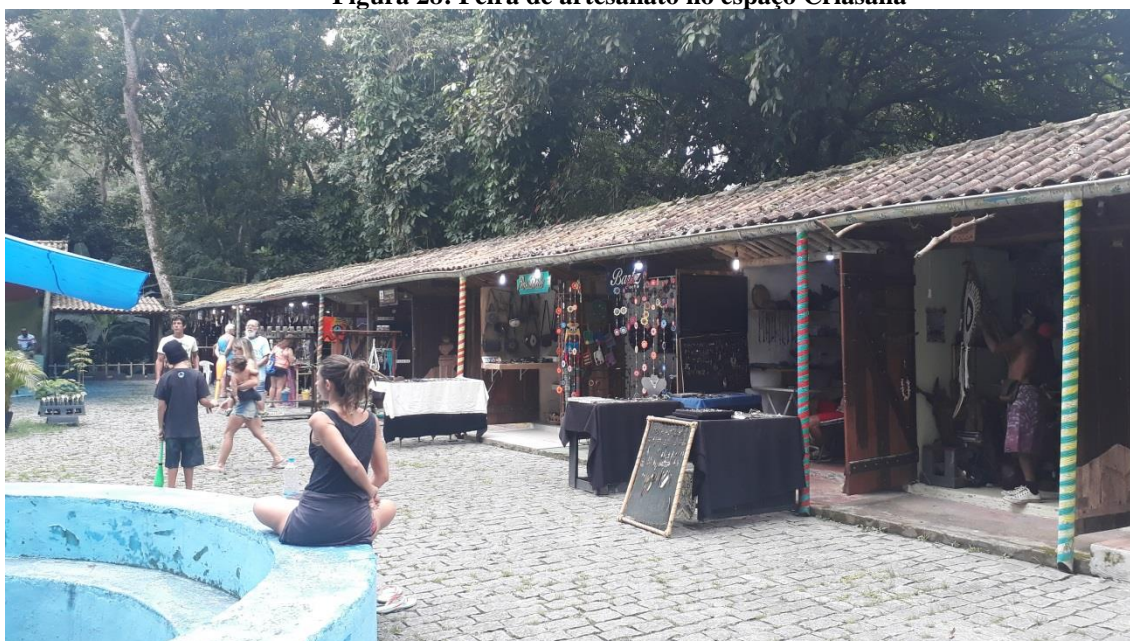
Figura 27: Placa “Sana” – Símbolos e lendas



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Ainda no Criasana, a própria estrutura da feira e os produtos expostos e vendidos contribuem para a construção da imagem turística do Sana (Figura 28). A simplicidade e rusticidade dos estandes e das bancas que funcionam como mostruário dos artesanatos, os colares e filtros dos sonhos feitos em macramê, incensos, porta incensos, pedras naturais, são algumas das características do espaço que atribuem ao lugar o status de feira hippie.

Figura 28: Feira de artesanato no espaço Criasana



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Assim como no espaço Criasana, a simplicidade e o rústico encontrados na feira ao ar livre no “Caminho das Cachoeiras” corroboram para que a imagem do Sana esteja atrelada a modos de vida alternativos. Passagem obrigatória para chegar ao aglomerado das cachoeiras

no Vale do Peito do Pombo, os turistas que passam pelo corredor de artesanatos tem acesso a produtos confeccionados manualmente – às vezes sendo produzidos ali mesmo, no ir e vir dos turistas e moradores – assim como os produtos vendidos no Criasana. A variedade dos itens ofertados aos turistas é semelhante aos vendidos na feira central. Na Figura 29 é possível ver filtros dos sonhos feitos com linha e varetas, pendurados em um varal apoiado em uma vara de bambu. Além dos filtros dos sonhos, pedras naturais, incensos, colares e brincos feitos em macramê são expostos na mureta que margeia parte do “Caminho das Cachoeiras”.

Figura 29: Feira de artesanatos a céu aberto no “Caminho das Cachoeiras”



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Dentre as barracas da feira a céu aberto, uma delas era cuidada por um homem branco, sem camisa, com a pele e os pelos do corpo aparentemente queimados pelo sol, barba e cabelos longos com partes iluminadas e que também pareciam sofrer os efeitos do excesso de exposição ao sol, sentado sobre uma pedra mediana que fazia com que ele ficasse a uma altura um pouco mais elevada que as dos itens expostos na mureta e que se levantava quando algum visitante demonstrava interesse em seus produtos. O dono da barraca usava também um cocar indígena e pacientemente explicava sobre os itens à venda. Dentre os produtos, como pode ser observado na Figura 30, artefatos e livros ligados a religiões orientais que por sua vez estão diretamente ligadas ao estilo de vida propagado pelo movimento hippie que possui afinidade com aspectos das religiões orientais. Durante a explicação sobre os produtos, o feirante falava dos benefícios de uma alimentação sem o consumo de produtos de origem animal e também dos benefícios de uma técnica de massagem desenvolvida e aprimorada por

ele e que poderia ser feita ali mesmo, em uma espécie de pirâmide de varas de bambu feita artesanalmente.

Figura 30: Itens vendidos em uma das barracas de artesanato no “Caminho das Cachoeiras”



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Na principal rua do Arraial, ao lado do Criasana, uma loja de roupas e suvenires expõem na calçada alguns itens à venda na loja. Dentre eles, roupas com estampas psicodélicas, símbolo da paz e cores associadas ao *Reggae*, estilo musical também atrelado aos movimentos de contracultura (Figura 31). Essas referências são parte dos imaginários e crenças do modo de vida alternativo associado ao Sana.

Figura 31: Manequins expostos em uma loja no Arraial do Sana vestindo roupas estampadas com símbolos e cores que se relacionam com o *Reggae*



Fonte: Acervo de pesquisa da autora

Durante o passeio pelo Arraial do Sana, outros sinais que ligam a região aos modos de ser atrelados à contracultura vão surgindo. Como pode ser observado na Figura 32, placas coloridas com seres mágicos segurando grandes cogumelos informam sobre um evento que leva o nome de “Carnaval In Sana” e que tem como artista principal o cantor Ventania e a Banda Hippie. Além da Figura do gnomo e do cogumelo – utilizado na produção de chás alucinógenos - já estarem intimamente associadas ao imaginário sobre um estilo de vida em acordo com os preceitos do movimento hippie, a Figura do principal artista convidado para o evento também aparece como uma referência a esse imaginário. Wilson da Silva, artisticamente conhecido como Ventania, é um representante da música e do movimento hippie. Estabelecido atualmente em São Thomé das Letras - região conhecida pelo seu misticismo e como reduto hippie -, município do estado de Minas Gerais, Ventania ganhou fama entre os seguidores e simpatizantes de estilos de vida alternativos quando era conhecido como o cantor andarilho. As músicas compostas por ele versam sobre viagens psicodélicas, uso de maconha e outros entorpecentes, extraterrestres, paz e amor, e obviamente sobre o estilo de vida hippie.

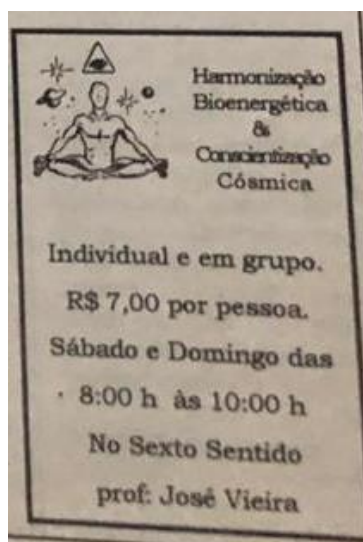
Figura 32: Placas de promoção do evento “Carnaval In Sana”



Fonte: Composição feita pela autora a partir de fotos do acervo de pesquisa

Símbolos e elementos que corroboram para a associação da imagem do Sana com aspectos místicos e “alternativos” podem ser observados percorrendo a cena do turismo da região desde o início do desenvolvimento da atividade turística na década de 1990. As Figuras 33, 34, 35, 36 e 37, destacadas de páginas de diferentes edições do jornal Prosa, são propagandas de serviços - muitos deles voltados especificamente para a cadeia do turismo - que marcam alguns aspectos que ajudam a compor esse imaginário, tal como a divulgação dos serviços de “Harmonização Bioenergética” e “Conscientização Cósmica” (Figura 33), que em outra nota de divulgação (Figura 34) aparece com a chamada “Oficina de evolução do sexto-sentido (a percepção das bruxas)”. Na figura 34 também pode ser notada a propaganda da lanchonete que recebe o nome de “Larikas”, o que parece ser uma variação do termo “larica”, comumente associado à fome que sucede o uso de entorpecentes como a maconha.

Figura 33: Anúncio “Harmonização Bioenergética e Conscientização Cósmica”



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº1, sem página.

Figura 34: Anúncios “Larikas” e “Oficina de evolução do sexto-sentido”



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº6, p. 2.

Além disso, alguns estabelecimentos ligados diretamente ao turismo, como meios de hospedagem, também apresentam em suas notas publicitárias características que corroboram para a elaboração da imagem do Sana enquanto paraíso alternativo, místico e ecológico, como pode ser visto na propaganda do Jamaica Camping (Figura 35). Além do próprio nome do estabelecimento fazer menção ao país popularmente reconhecido como a capital mundial do *Reggae*, a nota traz em seu centro a imagem do “Leão de Judá”, um dos símbolos do *Reggae*, prometendo no texto da propaganda, dentre outras coisas, “muito *Reggae*” e “merendas naturais”. Também trazendo aspectos que podem ser vinculadas a imagem do Sana enquanto destino alternativo e ecológico, a propaganda do espaço Taba Pindorama (Figura 36), além de se referir no texto à hospedagem como um “camping ecológico”, associando também o lugar aos “observadores e amantes da natureza”, a publicidade tem como uma de suas ilustrações um ícone comumente vinculado à cultura hippie (o símbolo da paz), tendo inseridos no interior desse ícone outros símbolos que marcam um caráter místico, tal como o pequeno

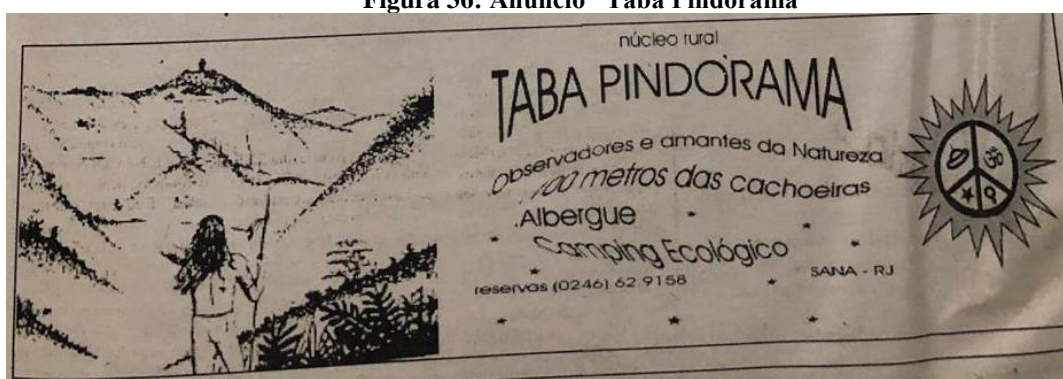
disco voador desenhado em uma das pequenas partes do ícone. Por último, a divulgação do estabelecimento Ponto de Luz “hospedagem para meditação” (Figura 37) reforça a narrativa apresentada até aqui, apresentando em sua nota de publicidade elementos que corroboram para o imaginário que atrela o Sana a aspectos místicos e alternativos, tais como a identificação do lugar enquanto um “espaço esotérico”, voltado para a meditação, promovendo também “terapia alternativa” dentre suas atividades.

Figura 35: Anúncio “Jamaica Camping”



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº2, p. 6.

Figura 36: Anúncio “Taba Pindorama”



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 1, nº3, p. 7.

Figura 37: Anúncio “Ponto de luz. Hospedagem para meditação”



Fonte: Jornal Prosa, Macaé, 1996, ano 2, nº6, p. 6.

A partir do exposto até aqui, torna-se possível assumir que as identidades impressas na imagem turística do Sana tanto enquanto Paraíso Ecológico como enquanto reduto hippie parecem refletir características e referências ligadas aos “neo-rurais” ambientalistas e à comunidade alternativa que passou pelo Sana nos anos 70. Considerando que aspectos relacionados à identidade e aos modos de vida dos nativos da região não estejam representados na imagem turística do lugar, surge o questionamento sobre os porquês dessa aparente exclusão, ou talvez mais apropriadamente, os porquês da predominância de elementos representativos atrelados aos “cabeludos”.

3.2- “Terra da maconha” e “hippies de rua”: a reivindicação pela mudança do perfil do turista do Sana

Numa noite de um final de semana agitado no Sana, durante um feriado prolongado, me dirigia até o espaço Criasana para assistir a apresentação de palhaços que estava marcada para aquela noite. Os bares movimentados e a quantidade de pessoas andando na rua indicavam que os turistas haviam aparecido mesmo se tratando de um final de semana chuvoso. Ao me aproximar da entrada do espaço da feira, voltei meu corpo para a direção da rua para olhar o movimento, já que ainda estava cedo para a apresentação. Meus olhos cruzaram a rua e pousaram na calçada oposta onde um pequeno grupo de jovens adultos, cerca de oito pessoas, animadamente interagiam entre si e com os passavam por ali. A calçada onde se encontravam estava parcialmente tomada por tecidos que serviam como expositores de trabalhos manuais. Alguns dos jovens adultos conversavam entre si, outros trocavam ensinamentos sobre um determinado malabares com fitas coloridas que pareciam uma dança. Também havia quem abordasse os transeuntes oferecendo a sua arte e quem estivesse sentado

à calçada finalizando um colar ou algum outro artefato que seria logo incorporado a seu acervo para venda.

O grupo carregava certa homogeneidade nas formas de se vestir e nas maneiras dos cabelos. As roupas coloridas e estampadas sem uma aparente preocupação com combinação, as bolsas de tecido, os colares, anéis e brincos utilizados que pareciam trabalhos manuais e as cabeças sustentando longas cabeleiras soltas ou *dreadlocks* - penteado comumente atrelado ao movimento religioso *rastafari* e que é popular também entre os hippies – acionavam um imaginário dos modos de ser do movimento hippie. Havia certa semelhança também entre essa pequena feira de rua improvisada e as feiras do Criasana e do “Caminho das Cachoeiras” anteriormente mencionadas. As semelhanças iam desde o material e técnicas utilizadas na confecção dos objetos dos tipos dos produtos até a simplicidade e rusticidade na forma de expor o material à venda. Ao que entendi as principais formas de distinção entre as três feiras de artesanatos que encontrei no Sana estariam ligadas à legalização e organização, sendo o Criasana o espaço que cumpriria esses requisitos, sendo seus feirantes moradores da região ao passo que os que expunham seus produtos na calçada são geralmente identificados como visitantes da região.

Logo atrás do pequeno grupo, um muro branco marcava o início do terreno da principal igreja católica do Arraial. Da calçada oposta, pude ver que tanto o portão de acesso à igreja quanto a porta do prédio principal estavam abertas. Como ainda havia tempo até o início da apresentação circense, decidi entrar. Caminhei poucos segundos por uma escadaria concreta até chegar à entrada da igreja que dava direto no salão principal. Logo fui abordada por uma senhora que estava no anexo ao lado da igreja que funcionava como uma cantina e que reunia um pequeno grupo de adultos que rodeavam uma mesa no pequeno salão e algumas crianças brincando ao redor. A senhora que havia abandonado o grupo reunido na cantina para ir ao meu encontro, após desejar as boas vindas me passou também a programação da igreja para o final de semana. Talvez a abordagem não tenha sido feita apenas para me dar as boas vindas ou me passar a programação dos ofícios religiosos do final de semana. Uma placa posicionada ao lado do portão de entrada da igreja denuncia a preocupação com o comportamento de visitantes da igreja. Abaixo da placa que carrega o nome de São Sebastião e que homenageia um senhor e sua família, possivelmente benfeitores da igreja, uma segunda placa avisa: “Proibida a entrada e consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas neste local. Este local é sagrado.” Seguidamente a mensagem, os desenhos de um cigarro, uma garrafa e um folha de maconha com o símbolo de proibido sobre esses desenhos, ilustram as proibições mencionadas na mensagem da placa. A primeira foto da

Figura 38 mostra a igreja na noite na qual a visitei e o posicionamento da placa, logo ao lado do portão de acesso à igreja. A segunda foto, tirada durante o dia, apresenta uma visão mais ampliada da igreja onde é possível ver o muro branco onde o grupo expunha seus artesanatos para venda.

Figura 38: Igreja de São Sebastião e a placa de aviso sobre a proibição de consumo de drogas no espaço da igreja



Fonte: Composição feita pela autora a partir de fotos do acervo de pesquisa.

No momento em que a senhora falava, sua fala foi interrompida por um estrondo seguido de vozes alteradas. O barulho e as vozes pareciam vir do pequeno grupo aglomerado junto ao muro da igreja. Depois de alguns minutos de silêncio com os olhos e ouvidos voltados para a direção do grupo, logo percebemos pela recuperação da normalidade na movimentação da rua, que nada de relevante havia acontecido e que a vida seguia normalmente lá fora. Ainda que nada de relevante tivesse acontecido, com um longo suspiro, acompanhando de um levantar de ombros como quem mostrava com o corpo uma resiliência com determinada situação, a senhora justificou sua preocupação momentânea dizendo disse ser comum que “eles” brigassem e discutissem entre “eles” mesmos. Na narrativa da senhora da igreja ficou evidente que “eles” fazia referência a um grupo específico, um grupo de visitantes do Sana que obedecia a alguns determinados padrões de aparência e comportamento, entre eles o de vender seus produtos artesanais pelas ruas do Sana. Foi possível observar também uma insatisfação relacionada a comportamentos daquele grupo atribuídos pela fiel da igreja, como as brigas e discussões envolvendo os integrantes do

mencionado grupo, se traduzindo para mim como uma insatisfação ou rejeição à presença deles naquele lugar.

A insatisfação com um determinado tipo ou perfil de turista que frequenta o Sana é marcada não somente na narrativa da senhora da igreja, mas pode ser encontrada em outros relatos de moradores da região. Durante outra conversa informal, dessa vez com dois rapazes que se identificaram como monitores das cachoeiras do Circuito das Águas, o assunto corria sobre um conflito existente na região que se refere ao gerenciamento e monitoramento da visitação da área que abriga as cachoeiras mais visitadas da região. Atualmente a visitação está sob o controle da administração da propriedade privada onde as cachoeiras se encontram e é cobrada uma taxa individual no valor de dez reais para acessar esses atrativos naturais. Para os dois rapazes a cobrança para a visitação das cachoeiras foi fundamental para melhora do perfil dos visitantes, alegando que a melhora desse perfil traz benefícios não apenas para quem visita a cachoeira, mas também ao Sana como um todo.

Para os rapazes, a mudança no perfil acontece a partir da cobrança e do estabelecimento de regras para visitação que atrai visitantes que tenham condições financeiras de arcar com a taxa de acesso às cachoeiras e que esses visitantes – os “bons turistas” - estão dispostos a consumir mais dos comerciantes locais e utilizar hospedagem mais equipadas como as pousadas locais, diferente do público que fica em campings e tem pouco poder aquisitivo para consumir dos comerciantes locais. Para eles, esse perfil de turista do Sana com pouco poder aquisitivo estaria relacionado a alguns problemas na região como consumo de drogas ilícitas. Explicando a problemática das drogas na região um dos rapazes tenta exemplificar seu raciocínio, mencionando a comunidade alternativa do Sana nos anos 70 e diz que muitas pessoas que faziam parte dessa coletividade tinham o uso da maconha como uma “ideologia”, mas que a maneira como o consumo de drogas acontece atualmente no Sana estaria sendo desrespeitoso com a comunidade local. As falas dos rapazes me suscitaram duas questões. Uma delas é que os turistas podem ser divididos em “bons” e “maus” turistas, de acordo com seu potencial de consumo e de obediência às regras. A classificação de turistas de acordo com o poder de consumo foi identificada também por Zanatta (2010), em pesquisa no Abraão na Ilha Grande, onde assim como no Sana, o “turismo de qualidade” - o “bom turista” - está diretamente equacionado ao potencial de gasto financeiro e o “mau turista” – ou “durista”, como, apontado por Zanatta -, à falta de recursos e a baixa capacidade de gasto. No Sana, como já mencionado, além da falta de recursos financeiros a serem gastos com o turismo na região, é associado ao “mau turista” do Sana comportamentos que são relacionados pelos moradores ao consumo de drogas ilícitas.

A segunda questão que se apresenta é o fato de que para explicar o perfil do turista rejeitado ou a ser evitado foi acionado por um dos rapazes a comunidade alternativa que se estabeleceu no Sana. O acionamento desse contexto por um dos rapazes para abordar a problemática atual do consumo de entorpecentes no Sana se traduz para mim como um entendimento por parte do rapaz de que o perfil de turista que vê no Sana um destino para o consumo de drogas ilícitas – o mau turista ou o “durista” - está de alguma maneira relacionada à identidade dos hippies do Sana dos anos 70.

Corroborando para ideia de existência de um perfil de turista rejeitado por parte da população do Sana, em uma conversa com uma moradora membra da Associação de Moradores, ficou mais uma vez explícita a insatisfação com o turista que vê o Sana como destino para consumo livre de drogas ilícitas. Ao falar sobre a o fechamento temporário do Sana para visitaçao como estratégia para evitar que a pandemia da Covid-19 chegasse à região e sobre os conflitos que essa interrupção temporária das atividades turísticas estavam causando, a moradora que defendia a permanência da barreira sanitária que impedia a entrada de visitantes comentou entender a necessidade dos estabelecimentos comerciais, mas um determinado perfil de turista a preocupava e por esse motivo ela defendia a restrição temporária à visitaçao. Segundo a moradora, esse perfil de turista que demandava maior preocupação seria de turistas jovens, usuários de entorpecentes e que costumam ir ao Sana para “bagunça”. Ela seguiu afirmando: “Você deve ter algum amigo que vem para o Sana porque é fácil fumar maconha livremente aqui.” Na fala da moradora é possível verificar não apenas a preocupação com o comportamento de um tipo específico de turista da região, mas quando ela fala que eu devo conhecer alguém que vem para o Sana atraído pelo livre consumo de drogas, existe também a afirmação de uma imagem consolidada do Sana vinculada a uso de entorpecentes.

Há quase duas décadas a insatisfação da imagem do Sana vinculada ao consumo de drogas ilícitas já era colocada em pauta, como pode ser observado em algumas passagens do plano de manejo da APA do Sana. O consumo de drogas pelos turistas e as consequências negativas desse consumo foram colocados no documento de manejo como problemas que precisavam de atenção e de uma solução. De acordo com plano de manejo, para os proprietários de pousadas, “a imagem negativa associada ao turismo no Sana”, seria a principal responsável por afastar o “turismo qualificado”. Dentre as características dessa “imagem negativa” vinculado ao turismo do Sana estaria o consumo de drogas (MACAÉ, 2004). O documento também afirma que dentre os principais problemas ambientais no Sana estaria o perfil e a quantidade de turistas que causaria “impactos negativos nas trilhas e nos principais atrativos

naturais, grande produção de dejetos, barulho acima do tolerável, consumo abusivo de drogas, vandalismo e violência.” (MACAÉ, 2004, p. 16).

Existe também no documento em questão uma sugestão de que existe no Sana o “Marketing do turismo da droga”. Sugere haver uma intenção na propagação da imagem do Sana vinculada às drogas quando menciona um possível “Marketing do turismo da droga”. Em uma tabela onde são pontuados os problemas, suas causas e efeitos, a problemática do consumo de drogas (lícitas e ilícitas) no Sana, é atribuída como causas: “Marketing do turismo da droga, excesso de turistas jovens (potencialmente consumidores), tráfico e consumo sem repressão, policiamento precário, ausência de ações educativas e opções de lazer.” Quanto aos efeitos desse problema, estariam questões como: “Incômodo e atrito com os moradores, ameaças à segurança pública, baderna e vandalismo, má influência nos jovens locais, prejuízo à imagem da APA, afastamento de turistas.” (MACAÉ, 2004, p. 64). Ainda de acordo com o plano de manejo, uma das soluções indicadas para a resolução do problema relacionado ao consumo de drogas, potencializado por um marketing que trabalha para o vínculo da imagem do Sana com consumo de entorpecentes e que por sua vez afasta os (bons) turistas, seria “desenvolver uma estratégia de marketing que enfatize aspectos como a integração homem-natureza, saúde e os atrativos naturais da região, o modo de vida das comunidades locais.” (MACAÉ, 2004, p. 71).

Para além do Plano de Manejo, a temática do perfil do turista e da imagem do Sana vinculada ao consumo de drogas continuou sendo assunto constante no âmbito do Conselho Gestor da APA do Sana, como pode ser verificado no conteúdo das atas das reuniões do conselho.³⁹ Na ata de uma das reuniões que aconteceram no ano de 2015 (ver Anexo C) existe um debate entre os participantes onde o consumo de maconha nas cachoeiras é questionado e colocado pelo Sr. Cristiano Peçanha, representante da Associação de Moradores do Sana no Conselho Gestor, como um fator que vem “denegrindo a imagem do Sana”. O trecho da ata que aborda a discussão aponta uma fala do Sr. Cristiano onde ele menciona sobre as “brincadeiras” que fazem nas repartições públicas referindo-se ao Sana como a “terra da maconha” e segue:

A Sra. Luciana que sua filha passou para o IFF e que todos perguntavam se ela fuma maconha. O Sr. Cristiano questiona o fato de venderem camisetas

³⁹ Foram analisadas as atas das reuniões do Conselho Gestor da APA do Sana disponíveis na página *online* da Prefeitura de Macaé. No site da prefeitura contam atas das reuniões que aconteceram entre 2010 e 2019. Ao questionar ao atual secretário executivo do Conselho Gestor sobre as atas das reuniões anteriores, o secretário informou não saber o motivo delas não estarem disponíveis no site da prefeitura para acesso dos interessados, mas afirmou também que a Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade da prefeitura possui todas as atas validadas e que se essas atas existem, provavelmente poderão ser encontradas lá. No entanto, por consequência da pandemia, ainda não foi possível estabelecer contato com a Secretaria em questão.

no Cria Sana com folha da maconha e o nome Sana escrito nelas. Fala que com a volta do ônibus Casimiro x Sana, as pessoas estão fumando dentro dele [...] Disse que na reunião com a Secretaria de Ordem Pública quando se reclamou sobre a questão dos ambulantes e ‘hippies de rua’, foi dito que isso é cultura do Sana [...] O Sr. Cristiano diz que a comunidade do Sana não é respeitada e que enquanto se pensar que o Sana é terra sem lei, o respeito não será possível. (SANAPA, 2015a, p. 5, grifo meu).

Após essas colocações, constam na ata duas outras falas sobre o consumo do entorpecente onde o Sr. Theo, apresentado no documento como servidor municipal “diz que não é contra o visitante fumar maconha e defende que o Sana não precisa de policiamento.” Já o Sr. Bruno Szchmacher, representante da ONG Pequena Semente, “Diz que é contra fumar maconha e que fez um visitante comer o cigarro de maconha que estava prestes a fumar.” (SANAPA, 2015a, p. 7). Algumas questões suscitam do que foi colocado na ata da reunião sobre as falas dos quatro participantes acima mencionados. Além do incômodo com a imagem do Sana associada ao consumo da maconha, imagem essa que chega a Universidades e repartições públicas, e do fato desse incômodo não ser uma unanimidade – nem mesmo no âmbito do Conselho Gestor - existe a sugestão, quando da fala sobre as camisas que levam o nome do Sana junto ao desenho da folha da maconha, de que há quem esteja interessado justamente nessa imagem do Sana vinculada ao livre uso da droga. A fala ganha um tom mais forte de acusação na ata da reunião seguinte onde consta que o Sr. Cristiano “afirma que trabalha para tirar esse rótulo do Sana, mas diz que, infelizmente, existem pessoas que trabalham para que esse rótulo permaneça.” (SANAPA, 2015a, p. 6).

Surge também dentre as falas mencionadas o acionamento do termo “hippies de rua” que apesar de não estar esclarecido sobre a que exatamente se refere à expressão, o que se apresenta para mim é o acionamento do termo em um contexto que aborda a temática das drogas, assim como o fizeram os rapazes monitores do Circuito das Águas, o que indica que para parte da população a temática ou o problema das drogas do Sana esteja relacionado a uma identidade de um grupo, ou ao imaginário sobre esse grupo específico, no caso os hippies do Sana. A associação da imagem turística do Sana com a identidade de um determinado grupo da comunidade Sanense pode apontar um conflito ou uma disputa por uma imagem identitária que provavelmente está para além da temática do consumo de entorpecentes.

Na ata da reunião seguinte (ver Anexo D), ocorrida em dezembro do mesmo ano, em que é colocada a fala do Sr. Cristiano sobre trabalhar para desvincular a imagem do Sana das drogas é colocada a fala onde ele diz que “historicamente as vontades da população vem sendo atropeladas e que deseja valorizar a cultura local tradicional.” e segue pedindo “ajuda ao conselho para mudar as diretrizes do lugar.” (SANAPA, 2015b, p. 6). É possível perceber

então que a reivindicação de desassociar a imagem do Sana ao consumo de drogas se relaciona não apenas com as possíveis consequências sociais negativas relacionadas ao uso excessivo de drogas ilícitas, mas também a um desejo de reconhecimento de uma suposta “cultura local tradicional”. A reivindicação, portanto, pode ser vista não apenas por uma luta contra o consumo da maconha, mas também como uma disputa identitária.

Corroborando com a ideia da existência de um conflito identitário, na ata da reunião ocorrida em outubro de 2014 (disponível no Anexo E), está posto que após uma apresentação sobre as placas informativas padronizadas que seriam colocadas em alguns pontos da APA o Sr. Cristiano se opõe ao conteúdo de uma das placas que se refere à Pedra do Peito do Pombo, dizendo:

Sr. Cristiano fala sobre a lenda do Peito do Pombo que está proposta para uma das placas, afirmando que não concorda que esta lenda seja colocada, pois a população nascida e criada no Sana não se identifica com ela. Depois de uma longa discussão sobre a colocação ou não da lenda, ficou acordado esta será denominada como ‘conto’ deixando bem clara a procedência deste, e ao lado um material histórico sobre a conquista da Pedra do Peito do Pombo pelo alpinista Ricardo Menescal. (SANAPA, 2014, p. 2).

Ainda que na ata não tenha sido exposto o teor do conteúdo da placa e que também não tenha sido mencionado à qual lenda a placa faz referência – podendo ser, por exemplo, sobre a lenda do disco voador – é notória a contestação a partir da representatividade da lenda que não abrangeria um determinado grupo da população, nesse caso o grupo da população “nascida e criada no Sana”.

Em outro momento, desta vez descrita na ata da reunião do Conselho Gestor ocorrida em maio de 2016 (disponível integralmente no Anexo F), há mais um debate que corrobora para a sugestão da existência de uma disputa identitária no Sana. No debate em questão, um dos participantes lança uma pergunta ao conselho, indagando “qual a identidade do Sana, quem é o povo do Sana, o que o Sana produz.” A ata segue mostrando que outro participante, Sr. Luiz Nascimento, responde que “o excesso de contingente foi tirando a identidade do Sana.” Um terceiro participante, Sr. Paulo César, “afirma que o Sana é formado por pessoas que trabalham em produção agrícola e não só pelas pessoas do arraial, que quem pensar apenas no Sana como o arraial vai errar na sua análise.” (SANAPA, 2016, p. 3). Por último, a ata apresenta a resposta do Sr. Cristiano Peçanha sobre a identidade do Sana:

Com a palavra o Sr. Cristiano fala que as visões sobre o Sana são micro e que cada um tem um olhar sobre o Sana. Afirma que para muitas pessoas a identidade do Sana é o que elas encontram no centro do Sana, em um sábado à noite, durante o feriado. Que a doideira vista nessas ocasiões é confundida com a identidade do local. Reclama o fato de não haver lugar algum que conte a história do Sana, seus documentos importantes que contam a construção do lugar.

Assim, na fala atribuída ao Sr. Cristiano verifica-se uma defesa de que a identidade “local” do Sana estaria sendo deturpada pela imagem turística associada ao lugar e que a “doidera” atrelada a essa imagem turística da região estaria limitada ao Arraial. As reivindicações por representações do turismo ligadas a identidade do “povo do lugar” e a insatisfação com os imaginários criados a partir dos símbolos e imagens relacionados ao turismo no Sana indicam um distanciamento entre turismo e população nativa. O turismo, no caso do Sana, parece se firmar como um instrumento de salvaguarda e manutenção não apenas da natureza, mas de uma visão de mundo – a dos “neo-rurais” –, autorizado e incentivado por aparatos legais - tais como a lei de criação da APA do Sana e o plano de manejo - e por discursos ambientalistas.

3.3- Ecoturismo no Sana: “Vocação” que vem de fora

À vista do exposto até aqui, é certo que o ecoturismo enquanto alternativa para promoção do desenvolvimento sustentável do Sana não tenha se dado apenas pelas características naturais da região que atribui ao lugar uma espécie de “vocação” natural para o turismo, mas por todo o sistema que envolve a criação, normas e regras de manejo das Unidades de Conservação e que promove na sua base, a lei do SNUC, a indicação do turismo ecológico enquanto atividade a ser desenvolvida em Unidades de Conservação. A referência ao turismo ecológico pode ser vista na Lei 9.985 – Lei do SNUC – em passagens como no Artigo 4º do Capítulo II que apresenta como um dos objetivos do SNUC “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000b, p. 2) e o Artigo 5º do referido Capítulo que aponta que o SNUC deverá ser regido por diretrizes que:

Busquem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação; (BRASIL, 2000b, p. 3)

No entanto, o turismo tem sido atrelado à temática ambiental desde antes do surgimento de Unidades de Conservação no Brasil, datando da criação dos primeiros parques nacionais ao redor do mundo onde, segundo Diegues (2001, p. 53), “foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais”, o estabelecimento de áreas protegidas no Brasil parece também privilegiar ou ao menos considerar a preservação das grandes belezas cênicas de determinada região ao apontar os espaços territoriais que demandam proteção especial. Na afirmação de Diegues é possível notar também que atrelado ao objetivo de preservação de belezas naturais está a possibilidade de visitação desses espaços, assim como colocado por Rodrigues, Irving e

Drummond (2010) que enfatizam, que a criação dos parques, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, por se alicerçarem na proteção de espaços de grande beleza cênica, reforça então as oportunidades de uso voltadas para fins de contemplação e lazer. Essa característica do sistema de preservação da natureza no Brasil pode ser observada numa análise dos aparatos legais que regem as áreas protegidas no país.

Corroborando para o acima mencionado, o Artigo 4º do Capítulo II do primeiro Código Florestal, apesar de não mencionar visitação ou qualquer outra atividade relacionada à recreação e lazer, define que serão consideradas florestas protetoras, áreas que tem dentre seus fins “proteger sítios que por sua beleza mereçam ser conservados” (BRASIL, 1934b, p. 2). O Código Florestal coloca, de maneira direta e clara, a conservação de uma determinada área diretamente relacionada às suas belezas. Menção às belezas naturais também podem ser encontradas nos Decretos nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939 e nº 1.822 de 30 de novembro de 1939, que instituem respectivamente o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde nos Artigos 3º dos mencionados decretos está posto que as belezas naturais, assim como as terras, a flora e a fauna estão sujeitas ao regime estabelecido pelo Código Florestal de 1934.

Já no segundo Código Florestal (BRASIL, 1965), é possível notar a beleza cênica natural é considerada justificativa para preservação de uma determinada área, quando estabelece que serão declarados espaços de preservação permanentes florestas e outras áreas naturais voltadas, dentre outros objetivos, à proteção de “sítios de excepcional beleza” (BRASIL, 1965, p. 5). No Artigo 5º do mesmo Código Florestal, que trata das finalidades dos parques nacionais, a proteção das belezas naturais, bem como dos elementos da biodiversidade, aparecem diretamente relacionado ao uso recreativo, como segue:

Art. 5º O Poder Público criará: a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; (BRASIL, 1965, p. 4).

O decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, estabelecendo normas que definem e caracterizam os parques nacionais, define em seu Artigo 2º no inciso 1º que serão considerados parques nacionais, dentre outras exigências, áreas que:

Possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os "habitats", ofereçam interesse especial do ponto

de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico; (BRASIL, 1979, p. 1).

Assim é possível também identificar que o decreto que regulamenta os parques nacionais brasileiros também aponta como característica para definição de uma área enquanto parque nacional, dentre outros aspectos, a preservação de paisagens naturais de grande valor cênico e a possibilidade de uso recreativo desses espaços.

O vínculo entre uso público para fins recreativos e áreas protegidas está explícito também em aparatos legais mais recentes como na Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000, lei esta que altera a Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que passa a vigorar a partir da inclusão dos anexos VIII e IX, onde no anexo VIII uma tabela que lista atividades potencialmente poluidoras e utilizadora de recursos ambientais, está inserida a categoria turismo, considerando complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos. Também, a Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, dispõe em seu Artigo 1º, inciso V, que dentre as finalidades da mencionada autarquia federal está “promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.” (BRASIL, 2007, p. 53).

Por último, dos dispositivos legais levantados e analisados para o presente artigo, a Lei nº 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza tem como um dos seus propósitos a promoção do turismo, estabelecendo que deve o sistema “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;”. Além disso, corroborando para a ideia de que os sistemas de áreas protegidas tenham se desenvolvido alicerçados na proteção de belezas cênicas e que essa característica estaria vinculada às possibilidades turísticas das áreas protegidas, estabelece que deve o SNUC “proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;”. (BRASIL, 2000b, p. 2).

Em consonância com a lei de criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, a estreita relação do turismo com áreas protegidas pode ser confirmada também ao observar a variedade de documentos, sejam eles criados por instituições no âmbito municipal, estadual ou federal, que mencionam turismo, visitaçã⁴⁰, recreação e uso-público⁴¹

⁴⁰ Conceituações do termo visitação elaboradas em documentos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade respectivamente: “O aproveitamento e a utilização da Unidade de Conservação com fins recepcionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” (MMA, 2006, p. 9) e “Utilização das unidades de conservação com fins

no contexto das unidades de conservação, sendo alguns desses documentos voltados especificamente para essa temática. Dentre os documentos existentes, alguns –mais recentes– se voltam a segmentações específicas do turismo, como a apostila Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais – Princípios e Diretrizes (ICMBIO, 2018b) elaborada pelo ICMBio, onde o turismo de base comunitária é apresentado como uma alternativa de renda para comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação, enquanto outros não especificam a segmentação, como os documentos Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação (MMA, 2006), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e o Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação (ICMBIOa, 2018) organizado pelo ICMBio.

Analisando o Rol de oportunidades de visitação em unidades de conservação, é possível observar que o uso público é apontado como uma “importante ferramenta de conservação da natureza e aliado estratégico da proteção das Unidades de Conservação.” E que para além dos benefícios no âmbito da conservação ambiental, a visitação e o turismo aparecem como “indutores para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento econômico das regiões onde estão inseridas.” (ICMBIO, 2018a, p. 11). Assim, reforça-se a relação existente entre turismo e áreas protegidas, bem como se observa no documento intitulado Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação (2019), também elaborado pelo Instituto Chico Mendes que ao apresentar o documento, coloca como objetivos “consolidar o uso público como ferramenta de conservação e maximizar os impactos positivos do turismo, em especial a geração de negócios, o fortalecimento da aproximação com a sociedade e o desenvolvimento regional.” (ICMBIO, 2019, p. 7).

Ainda que os termos uso-público, visitação e recreação, sejam frequentemente acionados, é comum encontrar nos documentos relacionados às unidades de conservação a menção ao ecoturismo atrelado a tais termos. Esse fenômeno pode ser observado nas ocasiões a seguir. O documento Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ao abordar o termo uso-público aponta que:

recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” (ICMBIO, 2019, p. 8).

⁴¹ Conceituação do termo uso-público elaborada em documento do Instituto Estadual do Ambiente, no Artigo 2º do Decreto nº 42.483 de 27 de maio de 2010: “Para os fins deste Decreto, entende-se por: I - uso público: visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, artística, científica e de interpretação e conscientização ambiental, que se utiliza dos atrativos dos parques estaduais e da infraestrutura e equipamentos eventualmente disponibilizados para tal;” (RIO DE JANEIRO (RJ), 2010, p. 1).

O termo “uso público” traduz uma forma de utilização e aproveitamento das unidades de conservação por meio da visitação, independentemente da motivação do visitante – contemplação, recreação, esporte, observação de aves, entre outros – ou do segmento do turismo em questão – ecoturismo, turismo de aventura, entre outros. (UNEP-WCMC, 2011, p. 20)

Assim como o documento mencionado acima, o Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação cita o termo ecoturismo ao listar as diretrizes para o manejo dos impactos da visitação em áreas protegidas, sendo uma dessas diretrizes:

Promover a participação de especialistas, pesquisadores, excursionistas, praticantes de esportes de aventura, lideranças comunitárias envolvidas com o ecoturismo, conhecedores das atividades de visitação, o Conselho Gestor da UC, dentre outros atores no manejo dos impactos da visitação. (ICMBIO, 2011, p. 13)

Por último, o Decreto Nº 42.483 de 27 de maio de 2010 que estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em seu Artigo 6º aponta o ecoturismo como uma das atividades de uso público permitidas nos parques estaduais do Rio de Janeiro, definindo como ecoturismo ou turismo ecológico como:

Segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas; (RIO DE JANEIRO (RJ), 2010, p. 1).

Assim, o ecoturismo, conceituado pelo então Ministério da indústria, Comércio e Turismo em conjunto com o ministério do meio ambiente como “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994, p. 19), indicado como segmento de turismo pertinente aos objetivos das Unidades de Conservação na Lei do SNUC no ano de 2000, continua, até os dias atuais, sendo o segmento turístico indicado por instituições do turismo e de conservação, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Ministério do Turismo como a tipologia de turismo adequado para áreas protegidas.

A partir do exposto é possível afirmar que a proximidade das questões ambientais com o turismo está para além do contexto local do Sana. A sobreposição, o cruzamento e o estabelecimento de uma relação entre ecoturismo e preservação ambiental fazem parte de uma proposta ambiental de caráter amplo. O turismo é desenvolvido, sugerido e implementado por atores externos. Não afirmo, no entanto, que o turismo não se daria na região sem o estabelecimento de “neo-rurais”, negando conseqüentemente qualquer espécie de “vocação natural” – considerando as belezas cênicas naturais como critério para essa tal vocação - da região para essa atividade ou mesmo a capacidade dos “nativos” de protagonizarem a cena

turística na região. O que afirmo é que o turismo como se dá hoje no Sana foi um processo organizado, estruturado e desenvolvido a partir da temática ambiental, que por sua vez teve influência direta dos “neo-rurais” estabelecidos no lugar. Aspectos do turismo no Sana dão pistas dessa influência, aspectos esses que vão desde a escolha do turismo ecológico como segmento turístico para a região, reafirmando a relação do ecoturismo com diretrizes e normas ambientais, até elementos imagéticos que marcam o pertencimento dos “cabeludos” à região.

Concluo assim que a “inclinação” do Sana para o ecoturismo é herdada de um contexto externo ao Sana, de caráter global – considerando a influência da governança ambiental mundial nas políticas ambientais no Brasil – e que parece assumir importante papel na constituição identitária do lugar, entendendo, a partir de Oliveira (2018, p. 72) o turismo como “uma forma de narrar uma memória selecionada para ser visibilizada”, colocando em jogo nesse processo “a reconstrução de identidades de lugares e grupos sociais”. Ainda segundo a autora, este aspecto do turismo pode ser enxergado por grupos sociais historicamente excluídos como uma “possibilidade de visibilidade, a afirmação de suas singularidades e reivindicação de direitos sociais e políticos historicamente negados”. De fato o poder de destaque, visibilidade e afirmação de singularidades de um determinado grupo social por meio do turismo é identificado do Sana. Mas nesse caso, a memória acionada e as particularidades afirmadas são não as do grupo historicamente excluídos, os “outsiders do paraíso”. Assim, as representações do Sana enquanto místico paraíso ecológico e alternativo e a eleição do ecoturismo como atividade econômica compatível com o debate ambientalista e legitimado por instituições públicas e seus aparatos legais, coadunam com concepções atreladas ao grupo social de atores aqui identificados como “neo-rurais”.

4- CAPÍTULO III: PROCESSOS IDENTITÁRIOS: DESDOBRAMENTOS SOCIAIS DA AMBIENTALIZAÇÃO DO SANA

4.1 – Turismização no processo de ambientalização

O desenvolvimento de atividades turísticas atrelado ao debate ambiental, assim como se dá no Sana, não é, obviamente – considerando o caráter legal que o turismo assume nas leis e diretrizes ambientais, assim como apresentado no capítulo anterior - exclusivo a ele. Prado (2003), Mendonça (2010) e Ferreira (2014) também apontam em suas pesquisas - todas elas realizadas na Ilha Grande, na região conhecida como Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro - o surgimento do turismo num contexto ambiental. Reforçando uma espécie de padronização na criação de áreas protegidas, mais especificamente na implantação de unidades de conservação, Prado (2003, p. 210) lista uma série de outros lugares onde também foram realizadas pesquisas sobre o surgimento do turismo e que compartilham determinadas características com a Ilha Grande, tais como: “a imagem paradisíaca, o contexto de unidade de conservação ambiental, o apelo ecológico”. Dentre os lugares referidos pela autora estão as ilhas do litoral paulista pesquisadas por Furlan (1997), Ilhabela, estudada por Calvente (1997), Saco de Mamanguá, em Parati (RJ), por Diegues e Nogara (1994) e Praia do Forte (BA), estudada por Lorenzo (1996) e Gomes, L. (2000).

Mendonça, em sua tese sobre a trajetória do turismo na Ilha Grande (Angra dos Reis – RJ), a partir também desse contexto ambientalista, aponta para o fenômeno da turistificação trazendo a ideia de intervenção e apropriação de um determinado espaço pelo turismo. Oliveira (2018, p. 52), coloca esse fenômeno como um processo de “indução e transformação de uma localidade em uma atração turística” e ainda acrescenta como partes desse processo a escolha de recursos, sejam eles naturais ou culturais, que serão estipulados como atrativos turísticos; obras de infraestrutura para que tornem viável a visita no lugar; e a “construção de uma narrativa que contextualize o “produto” inserindo-o no imaginário para o qual foi produzido”. Esses três aspectos do fenômeno de turistificação apontados por Oliveira podem ser observados no Sana, tal como exposto até aqui, a partir da transformação de um Sana agrícola para um Sana turístico, convencionando as cachoeiras do lugar a principal atrativo turístico da região; da adaptação da infraestrutura do lugar para a recepção de turistas como a base de apoio e o portal construído na entrada do Sana; e, por último, a construção de uma narrativa que cria a imagem de paraíso turístico ecológico e alternativo.

Mesmo identificando o processo de turistificação em sua pesquisa, Mendonça (2010, p. 225) aponta conotação negativa atrelada a esse fenômeno por alguns estudiosos. Para a autora, esse estigma se dá por se caracterizar, para alguns, “por ações de transformação dos espaços sem planejamento e negligenciando os modos de vidas locais, resultando em grande impacto sobre o patrimônio sociocultural e ambiental, em detrimento destes para atender ao novo ator social que chega – o turista.” A partir desse aspecto, ela adota em sua pesquisa uma abordagem outra sobre o processo relacionado ao desenvolvimento do turismo, optando pelo termo turismização, formulado como “um processo histórico de construção de um fenômeno associado a um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo pelos grupos e pelas pessoas, que influencia nas relações e no modo de vida de determinado lugar.” (2010, p. 226) Diferente da turistificação que é colocada pela autora enquanto um processo relacionado às transformações e apropriação do espaço físico pelo turismo, o processo turismizador, diretamente relacionado à turismização, transforma o comportamento dos indivíduos, introduz novas regras e etiquetas e formata as condutas relacionadas às novas configurações estabelecidas pelo turismo. Dessa maneira, o termo turismização será acionado na presente pesquisa considerando tanto os aspectos físicos e estruturais atrelados ao termo turistificação quanto os aspectos sociais de interiorização do fenômeno pelos grupos e atores sociais.

Mendonça também reconhece em sua tese que o processo de turismização em sua pesquisa, ou seja, o processo turismizador que se dá em Ilha Grande, está articulado com a esfera global “podendo a turismização da Ilha ser considerada como uma manifestação local da turismização num plano mundial.” (2010, p. 227). Portanto, como considero aqui, no caso específico do turismo em áreas protegidas, a turismização como consequência de um debate ambiental, acrescento que o caráter mundial da turismização nesse contexto pode estar justamente atrelado a uma governança ambiental global. Ou mais especificamente, atrelada ao que Lopes (2004, 2006) define como processo de ambientalização.

Lopes (2004) ao trazer o termo ambientalização contextualiza a questão da preservação ambiental como uma tendência histórica no Brasil e no mundo a partir das repercussões do debate ambiental proposto pela ONU em sua primeira conferência sobre o meio ambiente no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia e que desde então vem se consolidando como uma questão pública tanto no Brasil quanto internacionalmente. Diretamente ligado a essa tendência histórica como um fenômeno social, o autor apresenta o termo ambientalização como um neologismo, assim como outros utilizados para indicar “novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos” (2004, p. 17), tais como

“desindustrialização”, “sub-proletarização”, “curialização” e “esportificação”. Segundo Lopes a indicação de processo histórico de construção de novos fenômenos é atribuída a esses termos pelo sufixo “zação”, comum a todos esses neologismos. Foi inclusive a partir do neologismo empregado por Lopes (2004, 2006) que Mendonça (2010) se inspira para cunhar o termo turismização. A noção de processo histórico de construção de novos fenômenos está associada a:

um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. (LOPES, 2004, p. 17).

E que, a esse caminho de interiorização das facetas do meio ambiente, enquanto uma questão pública, estão implicadas transformações no Estado – possível de ser observado por meio das leis e diretrizes voltadas para questões ambientais – e transformações também nas relações cotidianas dos atores sociais. Lopes acrescenta que essas transformações estão associadas a cinco fatores, sendo eles:

o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. (LOPES, 2006, p. 36)

Destaco aqui a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e argumentação de conflitos que se mostra no Sana, como exposto no capítulo I, como uma ferramenta de coesão e poder, estabelecendo os excluídos e os pertencentes ao paraíso a partir da definição e qualificação de práticas compatíveis ou não compatíveis com a preservação da natureza, legitimado por uma argumentação ambiental. Reforçando o caráter global desse processo – o de ambientalização – e dos fatores que implicam na transformação do Estado e das relações cotidianas entre os atores sociais, particularmente no que se refere à questão ambiental como fonte de legitimidade e argumentação de conflitos, Prado e Catão (2010, p. 89) marcam, em pesquisa na Ilha Grande – RJ, que visões e saberes científicos que implicam na adoção de regras e diretrizes relacionadas à conservação ambiental “são tidas como tendo um valor universal e positivo, sendo por isso mesmo veiculados como imbuídas de uma autoridade essencial e automática”.

Por fim, o fator da questão ambiental como fonte de legitimidade e argumentação pode ser estendida ao processo de turismização em áreas protegidas, considerando este como parte do processo de ambientalização - mais especificamente como consequência dele.

Corroborando para tal entendimento, Prado (2003), sobre o desenvolvimento do ecoturismo na Ilha Grande discorre que:

Os formuladores e proponentes das “soluções” para a “questão do turismo” com base em premissas consagradas para o tal “desenvolvimento turístico ideal” são parte de uma configuração em que vários atores sociais estão em disputa – o que nem sempre é reconhecido por tais propositores, como se essas recomendações pairassem acima de qualquer questionamento, unidas por seu próprio conteúdo: seriam para o bem de todos. Parece ser assim sempre que se trata de algo proposto com a aura da “ecologia”, do prefixo “eco” – é ecológico, é do bem; é “eco”, é bom. É o caso, portanto, também da ideia do “ecoturismo”, cujos promotores, na prática, parecem colocar como parte de uma “razão ecológica” inquestionável. Mas, como vimos, essa aura ecológica – nos muitos planos em que se traduz – pode ser considerada tão invasora na visão nativa como as espécies exóticas são na visão dos ecólogos. (PRADO, 2003, p. 222)

A partir dessa lógica, da questão ambiental como legitimadora e fonte de argumentação para conflitos sociais e dos demais fatores associados ao processo de ambientalização – considerando aqui a turismização como parte desse processo -, que se dá a constituição identitária do Sana aqui analisada. Compreender o processo de turismização como parte dessas premissas e que quase impõe – por meio de leis, diretrizes e normas - o ecoturismo como prática ecológica inquestionável, a meu ver, fornece subsídios para se questionar a real possibilidade de participação comunitária – considerando a heterogeneidade de grupos e atores sociais – na gestão de unidades de conservação, conforme proposto pelo SNUC, na medida em que parece haver uma padronização no processo de turismização em áreas protegidas a partir da “sugestão” do turismo ecológico como prática econômica apropriada para a preservação da natureza. Qual a autonomia da comunidade quanto a decidir sobre suas práticas econômicas? O turismo é desejado? Seria o ecoturismo a melhor opção ou o que ocorre seria uma espécie de “(eco)turismização compulsória”, ou seja, a imposição do turismo moldado a partir de uma lógica ecológica? No entanto, apesar de considerar extremamente oportuna a temática da participação da comunidade e da imposição de uma “(eco)turismização”, o que proponho neste capítulo é lançar luz sobre aspectos identitários, nomeadamente representações, patrimonialização da natureza e desterritorialização subjetiva, que surgem como resultado dos processos de ambientalização e turismização no Sana.

4.2 – Representações, patrimonialização e desterritorialização: aspectos identitários dos processos de ambientalização e (eco)turismização no Sana

A partir do exposto até aqui fica evidente a relação posta entre áreas ambientalmente protegidas e o desenvolvimento do turismo nessas áreas consideradas no debate ambientalista como de relevância ambiental. Para Ferreira e Oliveira (2020, p. 15), além de ser creditado,

por parte de órgãos ambientais, por uma possível funcionalidade econômica e capacidade de disseminar visões ambientalistas, o turismo “tem o potencial de comunicar valores, produzir narrativas, promover a circulação de memórias, fortalecer patrimônios e apresentar identidades culturais”. Reforçando tais potencialidades, ao discorrer sobre turistificação, Oliveira (2018, p. 70) aponta como parte desse processo a construção de narrativa “constituída por discursos, ideologias e representações sociais”, tendo esse fenômeno importante papel na construção da experiência dos atores sociais envolvidos na cena turística – visitantes e visitados.

Dessa maneira, assumo o turismo como um “construtor de relatos” (FULLER 2008, apud PEREIRO e FERNANDES, 2018, p. 357), que evidencia valores, memórias, visões de mundo e identidades de determinados grupos sociais envolvidos num cenário turístico, tendo fundamental papel na elaboração de imaginários sobre uma região e sobre a realidade de seus atores, como um instrumento de criação de representações sociais. Essas representações exprimem, ou seja, representam os grupos e indivíduos que atuam na sua formulação, atribuindo assim definições e sentidos específicos ao objeto representado, contribuindo então para a construção de uma determinada visão sobre a realidade, sendo essa visão e os sentidos atribuídos ao objeto importantes indicadores para a dinâmica social do lugar. Isto posto, têm-se as representações sociais como um instrumento mantenedor da identidade social e “como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais.” (JODELET, 2001, p. 5).

No caso particular do Sana, como já destacado anteriormente no segundo capítulo, a imagem do lugar enquanto reduto hippie, destino para um turismo dito alternativo e também de um paraíso ecológico, parece representar as visões de mundo, memórias e valores do grupo aqui identificados como “neo-rurais”. Dessa maneira, reconhecendo o “caráter dinâmico e relacional” das representações sociais “à trajetória do grupo que a elaborou” (ARAÚJO, 2008, p. 100), o turismo no Sana é representado a partir da interpretação da realidade, das narrativas e representações construídas a partir da trajetória, das particularidades, da identidade desse grupo.

Assim, tal como colocado por Jodelet (2001, p. 1) quando diz que as representações sociais “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais”, além dos símbolos e elementos contidos na narrativa turística do Sana, já apresentados anteriormente, um clipe da banda local Raiz do Sana – também já mencionada antes - proporciona quase que um compilado desses elementos que narram o Sana místico,

alternativo e paradisíaco. Nas imagens que seguem, recortadas do clipe da música OVNI⁴², é possível identificar um conjunto de elementos que corroboram para a construção da representação atual do turismo no Sana e que estão alinhadas com os símbolos e elementos veiculados e propagados no lugar tanto pelas narrativas quanto pelas ações dos indivíduos.

O clipe, que ilustra a canção que aborda a temática de uma “nave de fogo que virá do espaço” e apresenta também uma visão romântica e mística sobre o Sana e a natureza, inicia seus primeiros minutos com a imagem de um disco voador pairando sobre a pedra do Peito do Pombo (Figura 39). Essa imagem faz referência à lenda que relaciona a pedra do Peito do Pombo com a possível chegada de extraterrestres. Como já apresentado, menções a essa lenda aparecem em músicas sobre o Sana e em elementos que apoiam a construção da narrativa turística do lugar, tal como a placa “Sana” localizada no centro de uma praça com grande circulação de turistas. Ainda referindo-se a essa lenda, próximo aos minutos finais do vídeo, no fim da história contada pela produção audiovisual, existe uma cena onde a vocalista da banda está cantando apoiada em uma espécie de cipó em meio a algumas pedras e ao fundo da cena, como que se escondendo e tentando observar a cena por detrás de uma das pedras, surge a imagem de um alienígena (Figura 40). O clipe reforça também a influência de elementos da cultura hindu na construção de uma narrativa identitária do Sana, mostrando em alguns trechos imagens de divindades hinduístas, tal como a Figura 41.

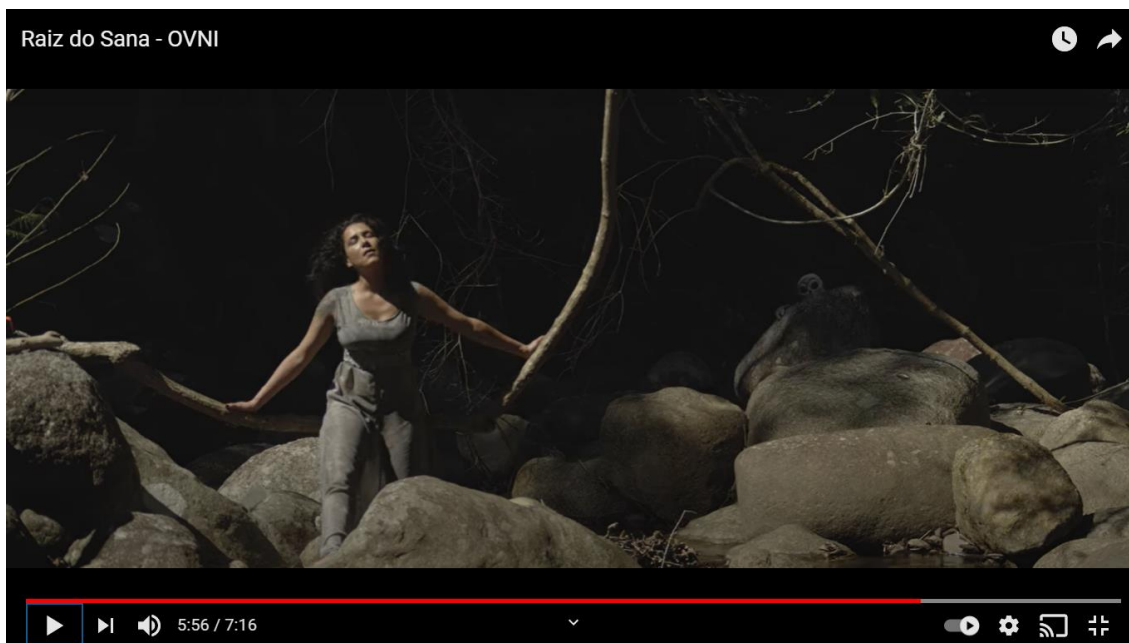
Figura 39: Disco voador pairando sobre a pedra do Peito do Pombo



Fonte: Captura de imagem do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

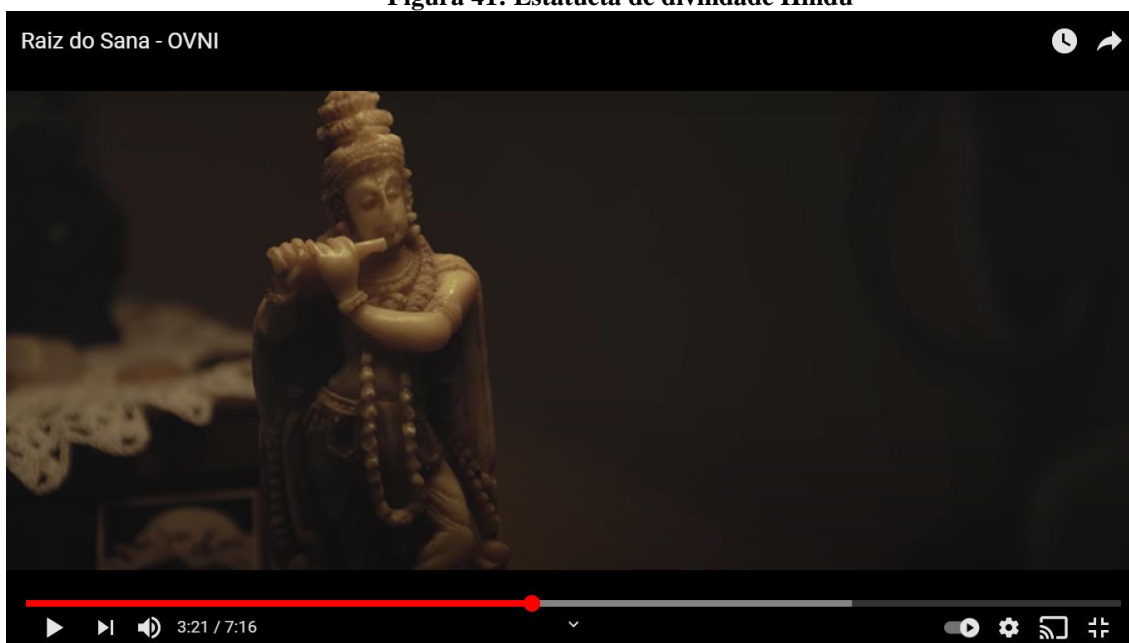
Figura 40: Alienígena

⁴²Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nwc-8CdXL5o> Acesso em: 20 de ago. de 2021.



Fonte: Captura de imagem do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

Figura 41: Estatueta de divindade Hindu



Fonte: Captura de imagem do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

O videoclipe também aciona outros símbolos atrelados às experiências, trajetórias e visões de mundo dos “cabeludos” e marca a presença desses elementos no Sana. Falando em “cabeludos”, alguns trechos da produção audiovisual apresentam um personagem com estereótipo de um membro ou simpatizante de movimentos ligados a Rastafári ou ao *reggae*. As características que marcam esse estereótipo são principalmente a barba e o cabelo no estilo *Dreadlocks* ressaltados em alguns fragmentos do vídeo (Figuras 42, 43 e 44). Além dos *Dreads*, o personagem em questão está vestido com o que parece uma bata azul estampada e calça clara, ajudado na composição do estereótipo aqui mencionado.

Figura 42: Homem com barba e cabelo no estilo *Dreadlocks*



Fonte: Captura de imagem do clipe da música "OVNI" da banda Raiz do Sana.

Figura 43: Ênfase na barba e no cabelo no estilo *Dreadlocks*



Fonte: Captura de imagem do clipe da música "OVNI" da banda Raiz do Sana.

Figura 44: Homem com barba e cabelo no estilo *Dreadlocks* em movimento



Fonte: Captura de imagem do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

As referências ao *reggae* e ao Rastafári não se limitaram ao personagem anterior. Na verdade, a imagem que segue as cenas do homem com seus *dreadlocks* parece reforçar ou até mesmo direcionar a interpretação de quem assiste ao clipe no sentido de confirmar, por meio da bandeira com as cores do *reggae* e do movimento Rastafári, acompanhada da frase “Bless the positive vibe” (Figura 45), que a sequência de cenas faz referência justamente a esses aspectos e a influência deles na constituição identitária do Sana.

Figura 45: Referências ao reggae e ao movimento Rastafári



Fonte: Captura de imagem do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

Também aparece em vários trechos do clipe a Figura do palhaço (Figura 46), presente no Sana desde a década de 90 e que hoje é uma das principais atrações culturais do lugar tanto para visitantes quanto para moradores, reunindo dezenas de espectadores na praça central de artesanatos – Criasana – em dias de apresentação.

Figura 46: O palhaço



Fonte: Captura de imagem do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

A produção audiovisual parece tentar mostrar aspectos identitários da região ao reforçar determinados elementos culturais que fazem parte da trajetória do próprio grupo que constrói essa narrativa. Essa intenção parece ser afirmada ao serem também incluídos no clipe imagens de aspectos rurais do Sana tal como a sequência de imagens (Figura 47) que apresentava um pasto com alguns animais de criação, fazendo referência aos pastos que até hoje existem no Sana e podem ser visto por praticamente todo o percurso que vai da entrada do Sana ao Arraial; a cena de uma senhora manuseando uma ferramenta rústica com cabo de madeira, utilizando essa ferramenta em direção ao solo que apesar de não ser possível identificar a ferramenta utilizada e o trabalho que a personagem realizava, a cena foi interpretada por mim como uma moradora – possivelmente nativa – executando um trabalho agrícola; a imagem da face de um equino paramentado com equipamento próprio para utilização do animal, podendo ser uma referência ao que já foi uma das principais formas de locomoção de pessoas e circulação de mercadorias, mas também uma alusão aos moradores que ainda hoje utilizam os equinos para esses fins; e por último, a sequência termina com quatro imagens seguidas de personagens idosos, parados, tendo como foco das imagens seus rostos (Figura 48), o que me fez entender que esses personagens, assim como os demais elementos do clipe, apareciam como símbolos da trajetória do lugar. As imagens que trouxeram elementos relacionados ao Sana agrícola, o Sana da “enxada na mão”, me fizeram interpretar que esses personagens que aparecem logo após a essas cenas estariam

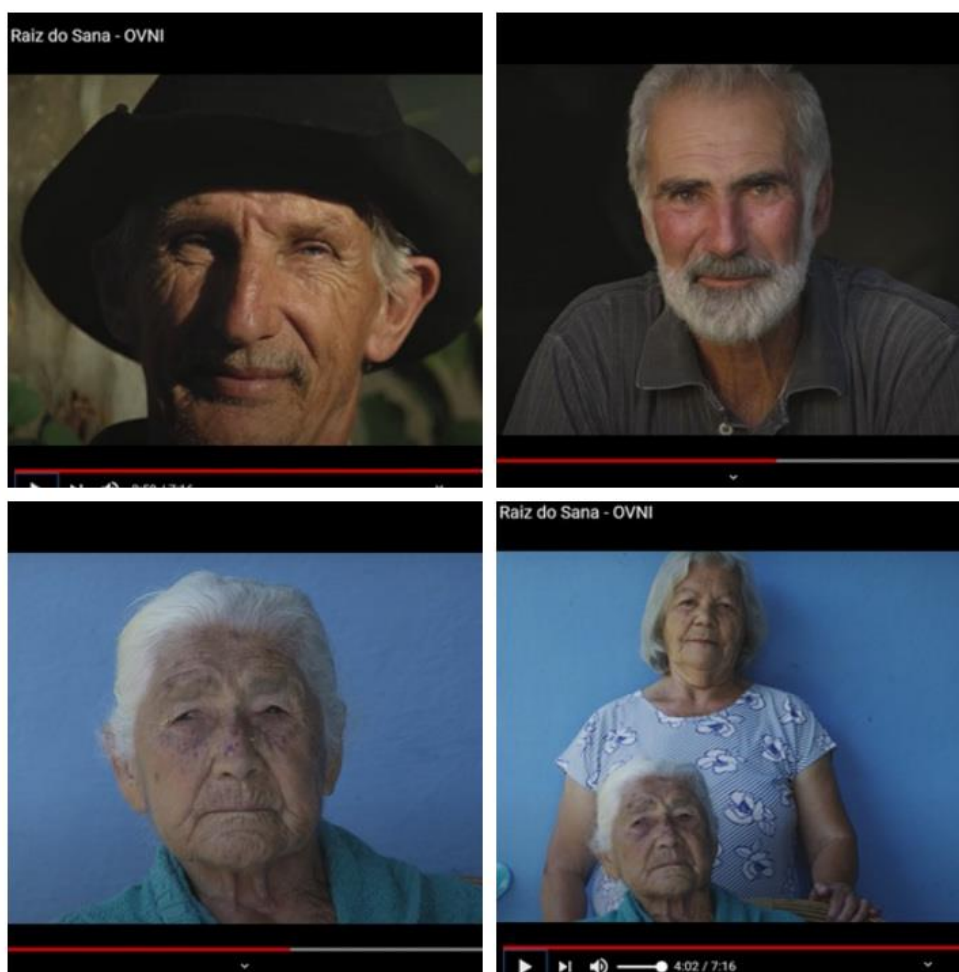
representando o grupo de nativos da região. Essa interpretação foi reforçada pelos créditos ao final do clipe que apresentam cinco nomes identificando-os como “nativos”.

Figura 47: Sequência de imagens “aspectos rurais”



Fonte: Montagem criada pela autora a partir de capturas de imagens do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

Figura 48: Sequência de imagens “nativos”



Fonte: Montagem criada pela autora a partir de capturas de imagens do clipe da música “OVNI” da banda Raiz do Sana.

Ante o exposto, entendo o clipe como parte da criação e manutenção de uma narrativa que conta o Sana a partir da realidade interpretada por um grupo, grupo este então que forja suas representações, como colocado por Araújo (2008, p. 103) a partir do “sentimento que têm sobre a realidade, as ações e informações que reuniram e transformaram em uma teoria do senso comum, apta para explicar a sua realidade e a si mesmo” sendo a elaboração dessas representações realizada a partir da organização de “imagens, histórias e linguagens” (p. 104) apreendidas em contextos comuns a esse grupo.

Assim, as representações sociais reforçam, marcam e narram as especificidades de um determinado grupo social e, no caso particular do Sana, as representações sobre turismo parecem estar atreladas ao grupo dominante, aos “neo-rurais”. Esses valores e significados são afirmados, ou melhor, são representados por elementos relacionados à trajetória desse grupo e a patrimonialização da natureza aparece como parte dessa construção de narrativa, tendo papel fundamental na representação do Sana enquanto paraíso ecológico, diretamente ligada a uma visão romântica sobre a natureza.

A patrimonialização da natureza no Sana, entendida aqui também como consequência do amplo processo de ambientalização e atrelado ao processo de turismização do lugar, valida e destaca as memórias, vivências e visões de mundo particulares a esse grupo a partir da instituição da APA do Sana e da definição do que deve ser protegido, por quem, como e para quem. Esse processo de patrimonialização, considerando a criação de Unidades de Conservação, se distancia da ideia de patrimônio natural tal como posto por instituições especializadas no âmbito patrimonial, não se tratando assim de uma área relacionada na Lista do Patrimônio Mundial gerida pela UNESCO⁴³ ou de um monumento registrado no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, onde são assinalados os patrimônios naturais pelo IPHAN⁴⁴, mas aproximando-se então da noção de patrimônio enquanto um bem valorizado. Nesse processo, também entendido como valorização, o bem valorizado (patrimonializado) (SILVA, 2010) assume duplo valor. Além do material, o bem possui um valor simbólico, representando um grupo, uma comunidade ou uma nação, atribuído de significados sociais, sendo assim um marco identitário (SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2018).

Olhando para as especificidades do patrimônio natural, ou seja, para a patrimonialização da natureza, Vieira (2013, p. 60) também reforça o duplo caráter atrelado a esse processo colocando que “além da natureza existir em si mesma, como realidade exterior ao homem” ela torna-se também, a partir do processo de valorização, “parte da memória

⁴³ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

⁴⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

humana, pois adquire significado e sentido para os diversos grupos sociais”. Assim, entendendo que a patrimonialização da natureza envolve determinados valores e saberes – ainda que não somente, já que reconhece também que este processo é atrelado a um contexto político, visto que a eleição de áreas a serem ambientalmente protegidas passa também pelo crivo de instrumentos jurídicos –, a autora reforça o poder de representação do patrimônio natural, atrelando a patrimonialização ao universo social e simbólico, estando sua legitimidade associada ao “valor social e afetivo que determinados grupos lhe conferem” (VIEIRA, 2013, p. 71).

Corroborando para a discussão quanto ao caráter simbólico e identitário do processo de ambientalização, Peralta (2003, p. 85) ressalta a finalidade de identificação coletiva atribuída ao patrimônio a partir da veiculação de uma consciência e sentimento coletivo, não somente para os pertencentes a esse grupo, mas também para os externos a ele, estabelecendo assim “fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade coletiva”. Reconhecendo os aspectos simbólicos e o poder de representar e comunicar, Gonçalves (2003, p. 27) reforça, sobretudo, que o patrimônio é “bom para agir”. Abordando a capacidade de “mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições” – e eu incluiria aqui, no caso do Sana, entre presente e futuro, considerando a ideia de preservação da natureza para as futuras gerações atribuída às áreas ambientalmente protegidas - da categoria patrimônio, ele coloca que “o patrimônio de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

Assim, a patrimonialização da natureza no Sana, efetivada pela criação da APA, encontrando ressonância (GONÇALVES, 2005) dos seus objetivos - de preservação ambiental – junto ao grupo de “neo-rurais”, em sua dinâmica de construção e formação de pessoas – por meio das narrativas ambientais, pelos aparatos legais e pela educação ambiental, por exemplo - interferiu diretamente na configuração das relações dos atores com a natureza, bem a ser preservado, e conseqüentemente nas relações de trabalho, a partir da criminalização da agricultura tradicional e pelo estabelecimento do turismo como atividade econômica compatível com a preservação da natureza, ocorrendo assim uma “requalificação do território” (MORMONT, 1996 apud FERREIRA e CARNEIRO, 2005, p. 1), na medida em que o território rural é transformado em um território ambiental, surgindo assim novos territórios sociais dado que novos grupos e regras são postos. A partir disso, dá-se um processo de disputa quanto às diferentes formas de uso atribuídas a este espaço, atravessado tanto pela cognição da comunidade nativa quanto por interesses globalizados (FERREIRA E CARNEIRO, 2005; FERREIRA, 2014).

Dessa maneira, para falar das reconfigurações do território no Sana como resultado do processo de ambientalização – e dos demais processos ligados e ele tais como a turismização e patrimonialização da natureza - considero território a partir da perspectiva de multiterritorialidade de Haesbaert (2004, p. 2) onde o autor indica que tanto o território quanto a territorialização “devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações”, estando implicada a essas múltiplas manifestações também a “multiplicidade de poderes” a partir dos múltiplos sujeitos, podendo ser eles “indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como Igreja etc”. Assim, o autor aponta uma lógica de constituição de um território a partir das relações de dominação e apropriação, ou mais especificamente de um território funcional/ material – dominação político-econômica – e um território simbólico/ abstrato – apropriação cultural e simbólica – sempre coexistindo. Ele afirma que “eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2004, p. 4). A partir de tal ideia de território, Saquet e Briskievicz (2009, p. 5) afirmam haver:

uma conjugação, nessa concepção, entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. O território envolve, ao mesmo tempo, mesmo em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos.

Apoiada nessa noção de território identifico o fenômeno de requalificação do território do Sana a partir da ideia de “desterritorialização subjetiva” colocada por Sathler (2010) ao tratar, em sua tese de doutorado, de um contexto socioambiental em áreas naturais protegidas. O autor, que também considera os aspectos culturais no que entende por território, tem a desterritorialização subjetiva como a desvinculação com o território no campo subjetivo e simbólico, já que o indivíduo ou grupo permanecem no espaço geográfico do qual estão sendo desterritorializados subjetivamente. Assim, não está implicado a este fenômeno a remoção da população do território protegido – como acontece em alguns casos de áreas protegidas – mas sim a negação, a partir de determinações de cunho ambiental, do uso e/ ou de formas de uso dos recursos daquele território por indivíduos ou grupo envolvidos historicamente com a região e com o uso desses recursos. Para o autor:

A desterritorialização subjetiva (ou latente) é um fenômeno que ocorre nos espaços de incerteza e que tem por base as limitações administrativas, que interferem nos modos de vida, nos usos e costumes em relação aos recursos da terra. Trata-se de uma proposta epistemológica, que pode ser definida como uma situação latente, no imaginário, na qual se verifica uma espécie de

desvinculação psicológica dos ocupantes dos espaços de incerteza em relação ao lugar. Ocorre desde a criação da UC, momento em que geralmente já valem limitações administrativas e que afetam a relação com o lugar e ensejam o Poder de Polícia Ambiental do Estado e as consequências representadas por autuações, multas e outras punições, nos casos em que a norma seja infringida (SATHLER, 2010, p. 81).

Nesse sentido, a matéria do jornal Prosa (1997) intitulada “A luta pelo sustento” situa o Sana como um “espaço de incertezas” para os agricultores locais a partir das limitações quanto ao uso, mais especificamente quanto as suas formas “tradicionais” de uso da terra, à medida que o processo de ambientalização começa a tomar espaço na região. O texto da reportagem marca o vínculo afetivo e histórico dos entrevistados com a terra e suas formas de uso, bem como a “luta” para resistirem com suas lavouras e não sucumbirem ao destino de parte dos agricultores do lugar: voltar suas atividades para o turismo ou migrar para a cidade.

[...] Mas esses lavradores estão ameaçados. O conflito entre o trabalho do Ibama e as necessidades dos lavradores tem tirado deles aquilo que não só lhes dá o mantimento, mas o único trabalho que realmente lhes agrada: a lida com a terra. Segundo eles, os fiscais do Ibama não tentam conhecer a forma de trabalho dos agricultores locais, além de não informarem o que pode ser roçado.

“O Ibama tem que conversar com a gente, mas ele não quer escutar o que o lavrador tem para falar. Tem que ter alguém capacitado para entender como a gente trabalha, do que a gente precisa. No Sana tem muita terra boa, e podia ter mais fatura, mas o povo está com medo de trabalhar e trabalhar assustado é a pior coisa que tem. Isso aqui dava 12 burros carregados de produto toda semana”, diz Pedro. “A gente é pobre, se ganha uma multa, como é que vai fazer?”, pergunta Eunice .

Bernardino Proença, outro morador do São Bento, também diz que “o Ibama prejudica a gente. Às vezes a gente precisa roçar uma capoeira para botar uma lavoura e recebe uma multa”. Afinal: o que pode ser derrubado e o que não pode? Será que alguma autoridade do Ibama já se reuniu com os agricultores da região para esclarecer pontos importantes como este? Eles afirmam que não, e pedem urgência para que algo seja feito neste sentido. “Enquanto a gente puder trabalhar, a gente vai lutando. Mas se a gente ficar preso, o jeito é ir para a cidade”, lamenta o agricultor Pedro Muller. [...] (JORNAL PROSA, 1997, ANO 2, Nº7, p. 4.).

Na fala dos moradores entrevistados é possível identificar aspectos que Sathler (2010, p. 81) associa ao fenômeno de desterritorialização subjetiva, tal como a “deformação dos ânimos dos ocupantes dos espaços de incerteza” e o maior “sentimento de perda quando envolvendo uma relação ou atividade econômica praticada, importante para a sobrevivência do indivíduo, da família ou do grupo social, e que é praticada somente naquele lugar (no espaço de incerteza)”. Tais aspectos podem ser percebidos na fala do agricultor ao mencionar o medo de trabalhar e o aspecto negativo de “trabalhar assustado”. Esse medo de trabalhar é relacionado pelos agricultores entrevistados à possibilidade de serem autuados e multados justamente por exercerem suas atividades laborais.

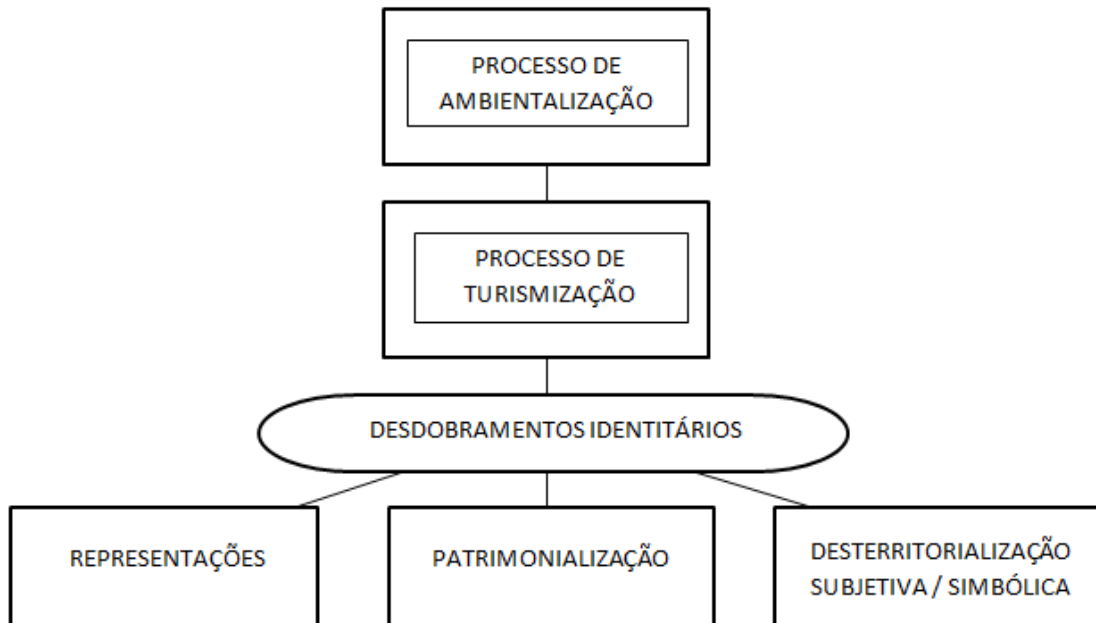
O fenômeno da desterritorialização subjetiva também foi identificado por Fernandez (2014) no processo de reelaboração do território do Maciço da Pedra Branca em parque, marcando a criminalização dos produtores locais a partir de valores e leis ambientais e encobrendo assim a história de ocupação do lugar. Consolidando a ideia de que esses valores e leis ambientais, a partir da requalificação de territórios em territórios ecológicos/ ambientais, colaboram para o ocultamento de histórias e memórias de um determinado grupo social, Ferreira (2014, p. 87) argumenta que “ao mesmo tempo em que as leis promovem a preservação de ecossistemas e achados arqueológicos de populações extintas há longa data, de certa forma decretam o apagamento de uma história recente e ainda presente” e que ao terem o direito de manutenção de suas áreas agrícolas negados, “os nativos perderam também parte de seus afetos e marcos da memória”.

A partir da noção de território posta por Haesbaert (2004), onde este é compreendido também desde aspectos imateriais e simbólicos, e considerando a ideia de desterritorialização subjetiva defendida por Sathler (2010), onde a desvinculação com o território se dá no campo subjetivo e simbólico, evidencio o caráter simbólico inerente a elas, considerando símbolo a partir do que ensinam Pereiro e Fernandes (2018) ao apontarem a capacidade de representar e veicular uma ideia ou um significado e de comunicar a visão de mundo de uma sociedade. Assim, no âmbito do processo de constituição identitária do Sana, considerando os desdobramentos sociais dos processos de ambientalização e turismização apontados aqui - tais como as representações e patrimonialização da natureza – e a capacidade desses fenômenos de comunicar e representar aspectos simbólicos de um determinado grupo, cabe pensar a desterritorialização imposta aos “nativos” do lugar enquanto uma “desterritorialização simbólica”.

Portanto, a partir do observado até aqui, no contexto do distrito do Sana, compreendo que tais fenômenos sociais – representação, patrimonialização da natureza e desterritorialização subjetiva – identificados e analisados na pesquisa, se dão no lugar como desdobramentos dos processos de ambientalização e turismização, tal como posto no esquema apresentado na Figura 49. Concluo ainda que a partir da identificação da turismização no Sana como um elemento constitutivo do processo de ambientalização do lugar, ou seja, como um elemento determinado e prescrito por esse processo, abre-se um caminho para investigar a turismização no Sana a partir da lógica ambiental como uma imposição ou uma obrigatoriedade, abrindo espaço para pensar tal conjuntura como uma “(eco)turismização compulsória”. Dessa maneira, seria adequado dizer que os fenômenos sociais aqui abordados poderiam ser desdobramentos – tratados aqui a partir da temática identitária – não de um

processo de turismização genérico, mas de um processo turismizador compulsório estruturado, desenvolvido e executado a partir de uma razão ecológica.

Figura 49: Esquema - Desdobramentos identitários da ambientalização no Sana



Fonte: Esquema elaborado pela autora

5 - ATÉ AQUI E DAQUI PARA FRENTE

Seguindo a proposta apresentada desde o início da pesquisa onde, impulsionada pelo contraste entre os modos de vida dos diferentes grupos sociais que constituem o Sana e as frequentes reivindicações pelo reconhecimento de uma “verdadeira identidade” do lugar, como objetivo geral da pesquisa, procurei compreender a constituição identitária do Sana observando alguns desdobramentos sociais relacionados ao processo de ambientalização estabelecido no lugar, marcado, sobretudo, pela criação e implementação da Área de Proteção Ambiental. Para tanto, direcionei esforços para a identificação dos grupos sociais que constituem a disputa identitária do lugar, na análise das relações postas entre esses grupos e na investigação e compreensão dos papéis assumidos por cada grupo nos processos de ambientalização e turismização, bem como nas repercussões sociais de tais processos, tais como as representações – especialmente as associadas ao turismo –, a patrimonialização da natureza e o fenômeno da desterritorialização subjetiva.

Assim, no âmbito da identificação dos grupos sociais envolvidos na disputa identitária que se dá no lugar, num “passeio” pelo Sana que conta desde seu passado agrícola até a sua transformação em “paraíso ecológico” e a chegada do turismo, a pesquisa se estabelece em um eixo entre dois grupos identificados nesse passeio e abordados nesta pesquisa pelas categorias: “nativos” e “cabeludos” – categorias nativas; “nativos” e “neo-rurais” – categorias analíticas”; ou ainda, “estabelecidos” e “outsiders do paraíso” categorias analíticas acionadas a partir da relação de poder posta entre eles. No contexto dos “nativos”, os “outsiders do paraíso”, a incursão pelo Sana mostra que a agricultura está intimamente relacionada à identidade do grupo desse “povo do lugar”, dos “nascidos e criados” na região, estando suas memórias, afetos e relações associados à produção rural, especialmente a agricultura, num Sana que precede a chegada do turismo. A partir da transformação do lugar em destino turístico, essa relação com a agricultura particularmente e com a produção rural no geral vem sendo reorganizada com o passar do tempo, onde famílias que tinham, por exemplo, a agricultura como principal fonte de renda, hoje se dividem entre seus roçados e os trabalhos de caseiro, pedreiro e outras atividades voltadas para o turismo, sendo possível observar assim o que Carneiro (1998, p. 2) entende como “pluriatividade”, ao abordar a “reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo”.

O “passeio” mostra também que durante os anos 70 a história do Sana é atravessada pela “descoberta” do lugar por um grupo de jovens adeptos ao movimento hippie da contracultura e que organizam e estabelecem na região uma sociedade alternativa que apesar do pouco tempo de existência, teve papel alicerçador para a narrativa ambiental no Sana, que

ganha força nos anos 90, quando também o turismo é intensificado na região. Os atores pertencentes a esse grupo, identificados pelos “nativos” do lugar como “cabeludos”, foram então os primeiros novos moradores a se estabelecerem no Sana, abrindo caminho para a chegada à região de outros atores sociais que mesmo que não atrelados a qualquer movimento da contracultura, traziam consigo interesses – principalmente os ambientais - e características que os aproximavam dos primeiros “neo-rurais” ali estabelecidos, sendo então também denominados de “cabeludos” pelos locais.

Dentre os interesses que aproximam os primeiros “neo-rurais” dos que sucedem a eles está a procura do campo para além da produção agrícola, mas como uma possibilidade de formas alternativas de vida, bem como colocado por Carneiro (1998, p. 2) que afirma que tal procura pelo campo pelas sociedades urbanas, impulsionada por um “pensamento ecológico” – iniciado no Brasil nos anos 70 e consolidado nos anos 90 – e por uma visão negativa da vida urbano-industrial, estaria pautada em um “sistema de valores alternativos”. Apesar de pautados em tal “sistema de valores alternativos” e da visão negativa da vida urbana, os “neo-rurais” do Sana não parecem romper com o modelo capitalista de produção, reproduzindo no meio rural “valores urbanos” Giuliani (1990, apud CARNEIRO 1998), nas relações de trabalho e nos processos de produção.

Assim, a chegada dos novos moradores a partir da década de 70, influenciados pela disseminação do “pensamento ecológico” e imbuídos de “valores urbanos” – dentre eles justamente a narrativa ambiental -, culmina na criação e implementação da Área de Proteção Ambiental do Sana e na legitimação do Sana enquanto “Paraíso Ecológico”, pautadas por uma linha preservacionista de proteção à natureza, onde existe uma “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)”, protegendo a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 1996, p. 30). A ideia da estreita relação entre os “neo-rurais” e o estabelecimento da narrativa ambiental no Sana e especialmente a influência desse grupo na criação da APA é reforçada pelo incômodo relatado por “nativos” da região com a forma como novas leis ambientais tem sido abordadas na região, dificultando assim o trabalho do produtor rural, valorizando tais formas de produção agrícola – modelos postos a partir de uma lógica ambiental – em detrimento ao modelo de produção “tradicional”.

Dessa maneira, a narrativa ambiental, a razão ecológica posta no Sana pelos “neo-rurais” é legitimada pela criação da Área de Proteção Ambiental, ratificando assim a relação de poder estabelecida entre os “estabelecidos” – “neo-rurais” envolvidos com a temática da proteção ambiental – e os “outsiders do paraíso” – “nativos” excluídos dessa lógica ecológica.

Essa configuração de poder, abordada aqui a partir de Norbert Elias (2000), promove a exclusão e marginalização dos “nativos” no contexto ambiental do Sana por meio da coesão dos “neo-rurais” quanto ao debate ambiental (ainda que nem todos sejam ambientalistas), sendo o Sana visto por tal grupo como um “paraíso ecológico”. Existe também, como parte dessa coesão, um consenso de que seriam os nativos da região e suas técnicas de produção os principais responsáveis pela degradação ambiental do Sana, estigmatizando esse grupo a partir do que Elias chama de “fofoca depreciativa”, conferindo então aos “nativos” da região o lugar de “outsiders do paraíso”, a posição de excluídos do Sana “verde”, “eco” e “sustentável”.

Em consonância com a chegada dos “neo-rurais” e com desenvolvimento da questão ambiental no Sana, o turismo, que começa a se intensificar na região nos anos 90 é entendido então como uma das facetas da narrativa ambiental que se dá no lugar, já que a organização e controle dessa atividade passam pelo crivo ambiental, o que se traduz também em passar também pela crítica dos “neo-rurais”. Além disso, observando também que os imaginários sobre o lugar envolvem aspectos culturais que marcam o Sana enquanto um reduto hippie, um paraíso ecológico e alternativo, sendo esses aspectos relacionados à identidade dos “neo-rurais”, direciono meus esforços para responder aos seguintes questionamentos: seria o turismo no Sana uma herança dos cabeludos? Quem o turismo representa? Qual identidade é contemplada e representada pelo turismo na região? Nesse sentido, as reivindicações por representações do turismo ligadas a identidade do “povo do lugar” e a insatisfação com os imaginários criados a partir dos símbolos e imagens relacionados ao turismo no Sana sugerem um distanciamento entre turismo e os “nativos” do Sana. O turismo no Sana parece se estabelecer como um instrumento de salvaguarda e manutenção não apenas da natureza, mas também de uma determinada visão de mundo – a dos “neo-rurais” –, autorizado e incentivado por aparatos legais - tais como a lei de criação da APA do Sana e o plano de manejo - e por discursos ambientalistas.

Ainda quanto aos esforços para responder a tais questionamentos colocados ao longo da pesquisa, o levantamento de leis e demais aparatos legais que versam sobre a temática ambiental mostrou a estreita relação ou a sobreposição entre turismo – sobretudo o ecoturismo – e a preservação ambiental, sendo possível notar objetivos relacionados à visitação em leis, decretos e normas que datam desde a criação das primeiras áreas protegidas no mundo. Dessa maneira, é possível afirmar inclusive que a proximidade das questões ambientais com o turismo está para além do contexto local do Sana. Sem pretender afirmar que o turismo não se daria na região sem a ação dos “neo-rurais” - negando

consequentemente qualquer espécie de “vocação natural” do lugar para o desenvolvimento dessa atividade e a capacidade de protagonismo dos “nativos” no contexto turístico -, o que reitero   que o turismo organizado, estruturado e desenvolvido no Sana se deu a partir de uma lógica ambiental, tendo assim influência direta dos “neo-rurais” da região. Isto posto, concluo que as representa es do Sana enquanto místico paraíso ecológico e alternativo e a elei o do ecoturismo como atividade econômica compatível com o debate ambientalista e legitimado por institui es públicas e seus aparatos legais, coadunam com concep es atreladas ao grupo social de atores aqui identificados como “neo-rurais”, entendo então o ecoturismo – esse que se dá no sana – como uma herança dos “cabeludos”.

Dessa maneira, entendendo a estreita liga o do turismo com as questões ambientais, principalmente no que se refere   cria o de áreas protegidas, suas leis e demais aparatos legais,   possível afirmar que essa convergência entre turismo e preserva o ambiental não   particular ao Sana, sendo essa temática abordada também por Prado (2003), Mendonça (2010) e Ferreira (2014), bem como por outros autores em suas pesquisas em diferentes contextos ambientais, tais como estudos realizados em unidades de conserva o e demais tipologias de áreas protegidas, como observado por Prado (2003). Dessa forma, observando tal padroniza o no que se refere ao turismo, mais especificamente ao ecoturismo em áreas protegidas, assumo então o processo turismizador que se dá no Sana como elemento e consequência do processo de ambientaliza o do lugar.

Para tanto, considerando a turismiza o a partir do que coloca Mendonça (2010, p. 226) - como um processo que para além das questões físicas e estruturais da apropria o do espaço físico englobados pelo processo de turistifica o, o fenômeno turismizador abarca questões sociais, transformando os comportamentos dos indivíduos, introduzindo novas regras e etiquetas, influenciando assim “nas rela es e no modo de vida de determinado lugar” – e a ambientaliza o a partir da no o posta por Lopes (2004) - onde a questão ambiental surge como fonte de legitimidade e argumenta o de conflitos a partir da interioriza o das facetas do meio ambiente, enquanto uma questão pública, estando implicadas a esse fenômeno tanto transforma es no Estado, como também transforma es nas rela es cotidianas dos atores sociais -, assumo o desenvolvimento do turismo no Sana, nas formas como se d , legitimado por uma lógica ambiental – ecoturismo - e considerando os aspectos legais – leis, decretos e diretrizes - dessa lógica, como imperativo ao processo ambientalizador.

Olhando para os desdobramentos sociais que surgem de tais processos – ambientaliza o e turismiza o -, desdobramentos estes observados a partir de uma

perspectiva identitária, o turismo no Sana - atrelado então ao processo de ambientalização – é compreendido então, considerando seu potencial comunicador de valores e de produção de narrativas que fortalecem e representam determinadas identidades culturais (FERREIRA E OLIVEIRA, 2020), como um “construtor de relatos” (FULLER, 2008 apud PEREIRO e FERNANDES, 2018, p. 357), capaz de evidenciar valores, memórias, identidades e modos de ser de grupos sociais comprometidos com determinada cena turística, sendo assim um instrumento capaz de criar representações sociais sobre uma localidade e um povo, ou seja, de contribuir para a construção de uma visão sobre uma determinada realidade, impactando na dinâmica social desse lugar. Portanto, compreendendo as representações sociais como sistemas de interpretação e mantenedoras da identidade social (JODELET, 2001) no contexto do Sana, a imagem do lugar enquanto reduto hippie, destino para um turismo dito alternativo e também de um paraíso ecológico, parece representar as visões de mundo, memórias e valores do grupo aqui identificados como “neo-rurais”.

Tal como as representações sobre o turismo, a patrimonialização da natureza no Sana, consagrada pela criação da APA, é entendida também como um desdobramento identitário dos processos de ambientalização e turismização, à medida que, a partir da noção de patrimônio, valida e destaca as memórias, vivências e visões de mundo particulares a um determinado grupo – “neo-rurais” – definindo então o que deve ser protegido, por quem, como e para quem. Nesse processo de patrimonialização que para Silva (2010) é também como valorização, o bem possui duplo valor – material e simbólico. Segundo Silva (2010) e Oliveira (2018), além do material, o bem patrimonializado possui um valor simbólico, representando assim um grupo, uma comunidade ou uma nação, atribuído de significados sociais, atuando então como um marco identitário. Dessa maneira, a patrimonialização da natureza no Sana, encontrando ressonância (GONÇALVES, 2005) dos seus objetivos - de preservação ambiental – junto ao grupo de “neo-rurais”, interferiu diretamente na configuração das relações dos atores com a natureza, bem a ser preservado, e consequentemente nas relações de trabalho, a partir da criminalização da agricultura tradicional e pelo estabelecimento do turismo como atividade econômica compatível com a preservação da natureza, transformando assim o Sana em um território ambiental.

Assim, me apoiando na noção de território a partir da ideia de multiterritorialidade de Haesbaert (2004, p. 2) onde um território deve ser sempre trabalhado considerando seus aspectos funcional/ material – dominação político-econômica – e simbólico/ abstrato – apropriação cultural e simbólica, e observando as dinâmicas que envolvem a “requalificação do território” (MORMONT, 1996 apud FERREIRA e CARNEIRO, 2005, p. 1) no Sana,

principalmente a criminalização e estigmatização do trabalho agrícola “tradicional” – aquele realizado pelos “nativos” do Sana, o que repercute na reorganização produtiva desses trabalhadores rurais, identifico o fenômeno de requalificação do território do Sana a partir da ideia de “desterritorialização subjetiva” colocada por Sathler (2010). Na “desterritorialização subjetiva” a desvinculação ocorre a partir da negação, por meio de determinações de caráter ambiental, do uso e/ ou formas de uso dos recursos daquele território por indivíduos ou grupo envolvidos historicamente com a região e com o uso desses recursos.

Em caráter de conclusão das considerações sobre a pesquisa, no contexto do distrito do Sana, compreendo que tais fenômenos sociais– representação, patrimonialização da natureza e desterritorialização subjetiva / simbólica – identificados e analisados na pesquisa, se dão no lugar como desdobramentos dos processos de ambientalização e turismização, sendo possível então afirmar a influência de tais processos na constituição e nas disputas identitárias que se deram e se dão na região. Esses desdobramentos foram observados ao longo da pesquisa a partir do estabelecimento do Sana enquanto Paraíso Ecológico, legitimado pela criação da Área de Proteção Ambiental do Sana como reflexo local de um contexto de ambientalização global.

A valorização do Sana enquanto Paraíso Ecológico, ou mais adequadamente colocando, a patrimonialização da natureza no Sana, validando visões de mundo, símbolos e significados de um dos grupos envolvidos nas disputas ambientais – e identitárias – que se dá no lugar, marca uma configuração de poder que se estabelece pautada numa narrativa ambiental. É o grupo detentor do poder quem define como, por quem e para quem a conservação ambiental se dará no Sana. Assim, eleito pelo grupo dominante como uma das formas de conservação da natureza no lugar, o turismo no Sana, mais especificamente suas representações, são carregados de aspectos que comunicam valores e significados atrelados a visões de mundo desse grupo, implicando diretamente na construção de imaginários e na constituição identitária da região. Dessa maneira, as representações do turismo no lugar contam um Sana ecológico e alternativo, privilegiando assim aspectos identitários relacionados ao grupo que forja tais representações, não abrangendo assim visões de mundo do grupo subalternizado.

Além disso, a valorização do Sana enquanto místico paraíso ecológico, validada pelo lei de criação da APA do Sana e por diretrizes nacionais e internacionais de cunho ambiental, promove uma requalificação do território a partir da estigmatização da agricultura tradicional e da designação do turismo – mais especificamente o ecoturismo - como atividade compatível com a conservação ambiental. Nesse sentido, considerando o fenômeno de desterritorialização

que se dá a partir dessa requalificação do território, surge uma inquietação quanto à possibilidade de existir traços de obrigatoriedade ou de imposição do ecoturismo como atividade autorizada no Sana. Essa inquietação é reforçada também pela reivindicação por um turismo que contemple também aspectos identitários do grupo subalternizado, abrindo espaço então para pensar a participação desse grupo na cena turística da região e para compreender se tem sido o turismo eleito como prática compatível com a conservação ambiental, considerando aspectos socioculturais de uma determinada região, garantindo a participação e o protagonismo das comunidades locais. Assim, encerro a pesquisa abrindo novos caminhos para pensar uma possível “(eco)turismização compulsória” a poderá ser observada a partir do aprofundamento da investigação sobre a arena turística no Sana, pormenorizando o desenvolvimento do ecoturismo na região.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n. 6, 2008.

ARAÚJO, M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, v. 5, n. 2, p. 98-119, 2008.

Baia e RockBoys. **Anjo Entorpecido**. Overdose de Lucidez, 1998. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mauricio-baia/anjo-entorpecido/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22/ago./2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934b. Aprova o Código Florestal.

Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Cria o Parque Nacional de Iguassú e dá outras providências.

Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.822 de 21 de setembro de 1979. Cria o Parque Nacional da Serra dos

Órgãos. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1822-30-novembro-1939-411745-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000a. Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000b. Regulamenta o art. 225, § 1º. Incisos I, II, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09/set./2000.

BRASIL. **Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007.** Conversão da Medida Provisória nº 366, de 2007 Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22/fev./1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm> Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º. Incisos I, II, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09/set./2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Glossário.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/glossario.html>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BRASIL, MICT. **Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo.** Brasília: Ministério da Ind. Com. e Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994.
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação – O que são.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global#:~:text=179%20pa%C3%ADses%20participantes%20da%20Rio,%2C%20denominad o%20%E2%80%9Cdesenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%E2%80%9D>>. Acesso em: 17 de jun. de 2020.

BUNDE, A.; RIZZI, K.; CARVALHO, P. R. A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, v. 2, n. 2, p. 44-72, 2020.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos-entre o passado e o presente. **MATRIZES**, v. 3, n. 2, p. 171-186, 2010.

COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de Conservação e os Processos de Governança Local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. 2005. 156f. Dissertação de Mestrado - EICOS – IP – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, O. M. G. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DA SILVA, L. J. O. L. A internet - a geração de um novo espaço antropológico. In: A. Lemos, & M. Palacios, **Janelas do Ciberespaço - Comunicação e Cibercultura**. RS: Editora Sulina, pp. 152-172. 2001.

DO LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Thesaurus Editora, 2007.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, 2000.

FERNANDEZ, A. C. F. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 2014.

FERREIRA, H. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-95, abr. 2014.

FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. Conservação ambiental, turismo e população local. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 3, p. 01-13, 2005.

FERREIRA, H. C. H.; DE OLIVEIRA, M. A. S. A. Turismo, comida e patrimônio: políticas públicas no âmbito de áreas protegidas (Edição 491). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2020.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

GASPAR, N. M. 2009. **Participação e exclusão na criação e gestão de uma área de proteção ambiental (APA) no norte fluminense**. Tese de Doutorado – PPGSA – IFCS - UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das culturas**, v. 1, 1989.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-29, 2003.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, v. 11, p. 15-36, 2005.

GIULIANI, G. M. A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1997.

GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.

IBGE. **Censo demográfico**. 2000

ICMBIO. **Parque Nacional do Itatiaia**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>> Acesso em: 18/03/2021.

ICMBIO. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC**. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018a.

ICMBIO. **Roteiro Metodológico para manejo de impactos da visitação**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2011.

ICMBIO. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais – Princípios e Diretrizes**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018b.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

LOPES, J. S. L. et al. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. **Rio de Janeiro: Relume-Dumará**, 2004.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006.

MACAÉ, Prefeitura Municipal (a). Secretaria Municipal de Ambiente. **Plano de Manejo da APA do Sana - fase 1**. Macaé, ONG Viva Rio, Rio de Janeiro, 2004.

MACAÉ, Prefeitura Municipal (b). **Revisão do Plano Diretor**. Macaé, Rio de Janeiro, 2014.

MALINOWSKI, B. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, p. 17-34, 1978.

MENDONÇA, T. C. M. **Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande**. 2010. 341f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

MMA. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61p.

NORONHA, S. Sana comemora 106 anos de fundação. **Site da Prefeitura de Macaé**, 2008. Disponível em: < <http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/sana-comemora-106-anos-de-fundacao> >. Acesso em: 03 de out. de 2021.

OLIVEIRA, M. A. S. A. Memória e identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ-Brasil)/Memory and identity in touring processes of places: the case of the Cais do Valongo (RJ-Brazil). **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 49-74, 2018.

PEIRANO, M.. A favor da etnografia. **Anuário antropológico**, v. 17, n. 1, p. 197-223, 1993.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.

PERALTA, E. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes antropológicos**, v. 9, p. 83-96, 2003.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

PEREIRO, X.; FERNANDES, F. Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e praxis. **Colección PASOS Edita**, n. 20, 2018.

PESSINI, L.; SGANZERLA, A.. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 1, p. 1-14, 2016.

PRADO, R.; CATÃO, H. Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, p. 83-93, 2010.

PRADO, R. M.. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes antropológicos**, v. 9, p. 205-224, 2003.

RAIZ DO SANA. **Peito do Pombo**. Raiz do Sana, 1999. Disponível em: <http://www.raizdosana.com.br/raiz/flyers/peitodopombo.mp3>. Acesso em: 29 jul. 2020.

REGO, V. V. B. S. **Paraísos perdido ou preservados: os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental**. 2010. 232f. Tese de Doutorado – PPGMA – UERJ. Rio de Janeiro, 2010.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 42.483 de 27 de maio de 2010**. Estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. In: Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 27/05/2010.

ROCHA, G. A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 15, n. 14-15, p. 99-114, 2006.

RODRIGUES, C. G.; IRVING, M. A.; DRUMMOND, J. A. Da visita e do turismo: uma reflexão sobre o uso público em parques nacionais. **Anais do XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Niterói: UFF, 2010.

TANNOUS, S.; GARCIA, A. Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. **Nucleus**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2008.

SAMBANDO. **Lendas e Mistérios do Sana**. Samba enredo, 2007. Disponível em: <http://www.macaе.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/projeto-sambando-animara-o-carnaval-do-sana>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANAPA. Macaé. **Ata da reunião realizada no dia 05 de novembro de 2015a**. Disponível em: <<http://www.macaе.rj.gov.br/sema/conteudo/titulo/sanapa-atas>> Acesso em 12/06/2020.

SANAPA. Macaé. **Ata da reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2015b**. Disponível em: <<http://www.macaе.rj.gov.br/sema/conteudo/titulo/sanapa-atas>> Acesso em 12/06/2020.

SANAPA. Macaé. **Ata da reunião realizada no dia 30 de outubro de 2014**. Disponível em: <<http://www.macaе.rj.gov.br/sema/conteudo/titulo/sanapa-atas>> Acesso em 12/06/2020.

SANAPA. Macaé. **Ata da reunião realizada no dia 19 de maio de 2016**. Disponível em: <<http://www.macaе.rj.gov.br/sema/conteudo/titulo/sanapa-atas>> Acesso em 12/06/2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SATHLER, E. B. **Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFF.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 99-122, 2003.

SILVA, L. M. B.; SILVA, J. P.; BORGES, M. A. L. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019.

SILVA, L. S. Trajetória de um Conceito: Patrimônio, entre a Memória e a História. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 36-42, 2010.

UNEP-WCMC. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo** / Rodrigo Medeiros, Carlos Eduardo Frickmann Young, Helena Boniatti Pavese & Fábio França Silva Araújo; Editores. – Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44 p.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 11, p. 1 – 13, 2012.

VIA JAH. **Pirâmide do Sana**. Coletânea Via Jah, 2017. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/via-jah/piramide-do-sana.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

VIEIRA, A. C. M. **Memória e paisagem: olhar (es) sobre o patrimônio cultural turístico-Parque Nacional da Tijuca (RJ)**. 2013. 242f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, p. 113-148, 2002.

ZANATTA, R. M. Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande–RJ. **Revista Intratextos**, v. 1, p. 123-133, 2010.

ANEXO A – LEI DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO SANA

LEI Nº 2.172 / 2001

Cria a Área de Proteção Ambiental do Sana, APA do Sana, 6º Distrito de Macaé-RJ, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental do Sana - APA do Sana, área esta compreendida por toda extensão contida no 6º Distrito de Macaé, com fundamento em dispositivos constitucionais, diplomas legais pertinentes, bem como na Resolução CONAMA nº 010, de 14 de dezembro de 1988, a qual também orienta e fundamenta esta Lei Municipal.

Art. 2º - A Área de Proteção Ambiental – APA do Sana, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável dos Recursos Ambientais, a qual destina-se a proteger, conservar e melhorar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, disciplinar, orientar e ordenar o processo de ocupação, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e visitante, e também objetivando a proteção dos ecossistemas representativos na Região.

Art. 3º - A criação da Área de Proteção Ambiental tem como objetivos:

I- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

II- preservar o solo, as nascentes, os corpos hídricos, as matas ciliares e as faixas marginais de proteção das águas superficiais;

III- preservar as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécies migratórias, que venham a ser identificados através do Plano de Manejo e dos estudos científicos aplicados na área;

IV- preservar as elevações rochosas de valor paisagístico, as cachoeiras e a vegetação de significativa importância ecológica;

V- proteger, preservar e recuperar fragmentos de Floresta Atlântica, mantendo a diversidade biológica dos ecossistemas locais;

VI- preservar a beleza cênica do local;

VII- promover junto à população, de forma permanente, a compreensão do meio ambiente e suas interações com a Unidade de Conservação (UC);

VIII- garantir a segurança aos visitantes, ao patrimônio mobiliário e aos equipamentos existentes na área;

IX- possibilitar e fomentar a pesquisa científica, especialmente a conservacionista, voltada para o manejo da área;

X- promover, estimular, incentivar e monitorar atividades sócio-econômicas de baixo impacto, visando ao desenvolvimento social compatível aos objetivos de preservação ambiental, respeitando e valorizando o conhecimento e a cultura local;

XI- prevenir e minimizar impactos ambientais por meio de ações de controle, fiscalização e monitoramento da APA do Sana e seu entorno;

XII- desenvolver atividades de educação ambiental nas escolas e comunidade da Região, visando a aprofundar o conhecimento e a conscientização em relação ao meio ambiente;

XIII- propiciar condições de lazer, recreação e turismo de forma compatível aos demais objetivos da criação da APA do Sana;

XIV- promover a interação das Instituições Públicas, Privadas, Organizações não Governamentais – ONGs, Associações, e outras instituições representativas de classe, incentivando o estabelecimento de parcerias e convênios de forma a apoiar a implementação e administração da APA do Sana.

Art. 4º - Incumbe ao Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, supervisionar, administrar e fiscalizar a Área de Proteção Ambiental do Sana, a qual deverá respaldar-se na parceria com as demais Secretarias, Empresas, Fundações e Autarquias Municipais conforme as atribuições específicas de cada uma.

Art. 5º - A APA do Sana disporá de um Conselho Gestor presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos

órgãos públicos, de organizações de sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento do Conselho Gestor.

Art. 6º - Dentro de cento e oitenta dias, contados da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo aprovará o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental criada, efetuando o seu zoneamento e definindo as atividades permitidas, restritivas e proibitivas, com participação de representantes da comunidade.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal poderá ainda celebrar convênios para obtenção de recursos financeiros e de assessoria técnica com instituições públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais, a fim de implantar a estrutura necessária para as funções sócio-culturais e ambientais da Unidade de Conservação Ambiental em conformidade à Legislação Ambiental Nacional em vigor.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de novembro de 2001.

SILVIO LOPES TEIXEIRA

Prefeito

ANEXO B – DECRETO DE CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Macaé
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 073/2002

"Cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Sana (6º Distrito do Município de Macaé-RJ) – SANAPA"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÉ**, usando das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.172, de 03 de dezembro de 2001,

DECRETA

Art. 1º- Fica criado o Conselho Gestor da APA do Sana – SANAPA, órgão consultivo e deliberativo.

Art. 2º- O SANAPA será constituído por 13 membros com a seguinte composição:

I – Secretário Municipal de Meio Ambiente (Presidente);

II – Seis membros das seguintes empresas e órgãos públicos:

- a) Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- b) Secretaria Municipal de Obras;
- c) Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca;
- d) Empresa Municipal de Turismo de Macaé;
- e) Secretaria Municipal do Interior;
- f) Empresa Municipal de Habitação Urbanização Saneamento e Águas – EMHUSA.

III – Seis membros das seguintes entidades representantes da sociedade civil,:

- a) ONG Pequena Semente;
- b) AMASANA – Associação de Moradores do SANA;
- c) AMPRECTS – Associação de Moradores Produtores Rurais e Ecoturística da Cabeceira do SANA;
- d) Associação de Moradores e Proprietários do Vale do Peito do Pombo;
- e) Associação Comercial Agropastoril e Ecoturística do SANA;
- f) Cultos Religiosos.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Macaé
Gabinete do Prefeito

§ 1º - Cada um dos órgãos, empresas e entidades elencados nas alíneas dos incisos II e III, indicará um representante e seu respectivo suplente para compor o Conselho Gestor, os quais serão nomeados pelo Prefeito através de decreto.

§ 2º - O Secretário Municipal de Meio Ambiente exercerá seu direito de voto, em caso de empate.

Art. 3º- A Presidência do SANAPA caberá ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e, na sua ausência, ao seu Suplente, que terá os mesmos poderes de seu titular.

Art. 4º- O SANAPA será regido por regulamento interno próprio a ser elaborado por seus membros, para garantir o exercício de sua competência, conforme estabelece o artigo 5º da Lei nº2.172, de 03 de dezembro de 2001.

§ 1º - O Presidente do SANAPA deverá apresentar o Regimento Interno para homologação pelo Prefeito Municipal, devidamente aprovado pela maioria simples dos presentes na Assembleia de sua elaboração, que disporá sobre o Conselho, no que tange a sua organização, funcionamento, substituições, responsabilidades dos conselheiros e perdas dos mandatos.

§ 2º - A estrutura necessária ao funcionamento do SANAPA será da responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macaé, 18 de julho de 2002.

Sylvio Lopes Teixeira
Prefeito Municipal

Publicação	O DEBATE
Emissão N.º	4934
Data	25/07/02 pág. 04
	Fl. 210
	S. - DCR

ANEXO C – ATA DA REUNIÃO DO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2015 DO CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA

	<u>ATA DE REUNIÃO</u>
 <p>Área de Proteção Ambiental Macaé - RJ</p> <p>Tipo de Reunião: ORDINÁRIA</p> <p>Data: 05/11/2015</p>	<p style="text-align: center;"><u>CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA - SANAPA</u></p> <p>Pauta:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ordenamento Público do Turismo do Sana para o verão
	<p>Após a conferência do quórum, inicia-se a reunião, com o Secretário executivo informando sobre as alterações que foram solicitadas na ata da reunião anterior, feitas pelos Srs. Alexandre Haddad e Márcio Nascimento. Este último esclarece que o documento apresentado pela ONG. Tororó refere-se ao pedido de demarcação do bolsão de visitação das cachoeiras e não da desapropriação da área. O Secretário executivo afirma que a Sema ficou de trazer uma resposta do jurídico sobre a demanda da última reunião, que tratou da forma de avaliar o interesse da comunidade do Sana na desapropriação da área das cachoeiras, entretanto, complementa dizendo que não foi possível uma resposta conclusiva sobre o assunto. O Secretário afirma que a pauta do dia- que é o ordenamento público do Sana para o turismo, não só para o verão e alta temporada- surgiu também de uma demanda levada à reunião com o prefeito. Informa ainda que solicitou ao atual secretário de ordem pública que resgatasse as atas das reuniões que ocorreram com a presença do antigo secretário da pasta, que contavam com a presença de representantes da mobilidade urbana, fiscalização de posturas, meio ambiente, turismo, defesa civil e associação de moradores do Sana, a fim de que o trabalho tivesse uma continuidade. Concluiu que embora tenha sido convocado para a reunião o Secretário de Ordem Pública não estava presente. Registrou a presença do Coordenador da Defesa Civil de Macaé. O Sr. Cristiano Peçanha explana a sua preocupação com o fato da falta de um plantão noturno para situações diversas do ordenamento público, falta essa já anunciada pelo coordenador da equipe de mobilidade urbana. Complementa que com o trabalho realizado na cachoeira, muita coisa é freada, mas as pessoas acabam indo para outras áreas, como a</p>

do campo de futebol, por exemplo, onde acontecem churrascos e podem ser encontrados carros com som alto. O Sr. Márcio Nascimento afirma que o Portal do Sana também sofre essa pressão e fala da sua preocupação com o uso do “Poço das Canoas”, por não haver nenhuma informação alertando para o fato do local ser posterior ao despejo dos dejetos tratados pela ETE. O Sr. Alexandre Haddad alerta também ao uso feito nas cachoeiras no período da noite, bem como as subidas ao Peito de Pombo, que tem sido vendida na internet, sem critério algum e solicita que seja feita uma fiscalização noturna. O Sr. Márcio informa que a ONG Tororó estabeleceu no verão passado, baseado em instrumentos legais, um termo de responsabilidade para os visitantes que subiam o Peito de Pombo. Afirma que no primeiro momento a secretaria aderiu ao termo, mas que depois, a coordenadoria da Base Operacional passou a não utilizar mais o documento e o ignorou. Reforça ainda que solicitou ao Presidente do Sanapa que retomasse a utilização desse termo com a maior rapidez possível. O subsecretário de ambiente, Sr. Henrique Charles, afirma que há uma questão que está sendo analisada pelo setor jurídico da Sema para que o termo seja feito de uma maneira lícita e para que não haja problemas. Afirma que há ônus, mas que bônus são notados com a chegada do turismo. O Sr. Bruno Szmacher questiona se o subsecretário considera lucro de comerciante como bônus para uma APA. O subsecretário afirma que práticas de turismo de baixo impacto deveriam ser fomentadas pelos empresários locais. O Sr. Márcio afirma que todos estão ali pelo Sana e que hoje o poder público está presente por conta da luta de toda a comunidade. Reforça ainda que o termo de responsabilidade é um documento importante e que a comunidade está chamando os entes municipais como parceiros. O subsecretário de ambiente afirma que a Sema está aberta a essa parceria, mas que precisa que a comunidade aja e não apenas faça reclamações. O Sr. Alexandre Haddad questiona sobre as regras para a abertura de campings no Sana. O Sr. Márcio informa que na lei 2560/04, específica do Sana, tem um capítulo que trata do assunto relativo aos campings. A Sra. Luciana, comerciante local, questiona por que não há uma parceria que faça com que o comércio do Sana possa ajudar no pagamento do monitoramento ambiental, afirmando que seu estabelecimento entraria como parceiro nessa empreitada. O Sr. Márcio informa a Sra. Luciana que a ONG Tororó já estabeleceu uma parceria com alguns comerciantes da comunidade e que dois agentes têm atuado na área das cachoeiras do escorrega, aos sábados, domingos e feriados, afirmando que esse projeto está em fase de expansão. O secretário executivo pede licença e sugere que sejam escritos aqueles que desejam falar e pontua o que foi dito até então: monitoramento noturno na área das cachoeiras e na trilha de acesso ao Peito de Pombo, pressão dos visitantes em outras áreas e campings irregulares. Assim, passa a palavra para o chefe da fiscalização da Sema, Sr. Ednilson. Este fala em relação ao termo de compromisso e pergunta ao Sr. Márcio do que se trata. O Sr. Márcio esclarece o conteúdo do termo e o Sr. Ednilson identifica o documento como um termo de compromisso cidadão. Reforça que o termo será enviado para o jurídico da Sema e que esse pode tornar-se um termo de ciência. Afirma ainda que na sua opinião o termo faz toda a diferença para a visitação nos atrativos do Sana. Conclui o assunto perguntando se existe um inventário turístico do Sana e o Sr. Márcio informa que foi feito um inventário antes da criação da APA do Sana por profissionais do SEBRAE e a Sra. Durga Del Moral, servidora da Subsecretaria de Turismo, completa dizendo que o inventário está sendo atualizado. O Sr. Luiz Nascimento interrompe dizendo que o trabalho de pegar assinatura dos turistas que visitam as cachoeiras não tem eficácia, pois qualquer um coloca o nome que quiser no livro e que a veracidade dessa informação não é verificada. O Secretário Executivo interrompe a fala e pede que o Sr. Luiz aguarde que a palavra seja passada para

ele, já que ele está inscrito para tal. O Sr. Luiz sugere que sejam solicitados os endereços eletrônicos dos visitantes para que seja feita uma mala direta informando sobre as questões relevantes da APA do Sana. O Sr. Ednilson conclui dizendo que o Termo de ciência não pode gerar punição, ao menos nesse momento, pois isso envolve uma análise jurídica demorada e não teria um parecer definitivo para o verão, mas isso não invalida o trabalho de sensibilização feito pelos monitores por meio do livro de controle de acesso e do possível termo de ciência para os que sobem o pico do Peito de Pombo. Fala ainda dos conceitos do turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo e que precisa ser apurado se o que acontece no Sana, de fato, é considerado turismo. Sobre a questão dos campings, informa que não há uma legislação federal que rege o tema e sim normativa do Camping Clube do Brasil. O secretário executivo informa que a Lei Municipal 2560/04 foi baseada nas normativas do Camping Clube do Brasil para definir os padrões desses estabelecimentos na APA do Sana. Divulga o Sr. Ednilson, que a Secretaria de Ambiente está programando uma ação coordenada com vários órgãos públicos, para definir padrões de ordenamento para a alta temporada turística no Sana. As ações iniciarão no dia 20 de novembro e permanecerão nos finais de semana. Afirma que os ônibus de excursão e vans só entrarão no Sana se tiverem com guia credenciado pela Embratur. No arraial será feito trabalho referente à fiscalização de poluição sonora. Esclarece que a SEMA só autua estabelecimentos que tem alvará para funcionamento e quando os locais não têm esse documento a fiscalização de posturas é quem deve autuá-los. Quanto aos carros que emitem som alto, informa que não é competência da Sema e sim da Secretaria de Mobilidade Urbana, que atuará em conjunto nessa operação para o verão. O subsecretário de ambiente sugere que seja feito material informativo para ser fixado em todos os estabelecimentos do Sana para que o visitante esteja informado em qualquer lugar que estiver. O Sr. Alexandre Haddad pergunta o que ficará decidido em relação aos campings ditos irregulares. O Sr. Ednilson diz que se for fazer o trabalho ao pé da letra, a maioria dos campings será fechada, pois não tem alvará de funcionamento e que isso caberá à postura notificar. Afirma que a Sema atua depois do alvará concedido, fiscalizando se estão cumprindo o estabelecido na lei 2560. Finaliza dizendo que esse trabalho deve ser feito em longo prazo e não de imediato. O Sr. Luiz Nascimento, diz que antes de se cobrar as coisas deve se dar condições para que o ideal aconteça. Diz que não adianta reprimir estacionamento irregular se não há uma área propícia para estacionamento público. Fala que o Sana recebe muitos visitantes e que as pessoas do local têm que saber respeitar e receber o visitante, que não só reprimir é suficiente, mas encaminhar as demandas reprimidas, criar condições para que todas as pessoas possam ser atendidas, inclusive as famílias que querem fazer churrasco. Reclama dos funcionários públicos que só assinam o ponto e nada fazem, que não tem amor pelo Sana. Afirma que frequenta o Sanapa há dois anos e que nenhuma vitória foi alcançada. Relata que fez, há algum tempo, denúncia de loteamento irregular na Cabeceira do Sana e como nada foi feito até a presente data, o loteamento está avançando e cada vez pior. Lamenta a sua alteração e pede licença para ausentar-se da reunião. Com a Palavra o Sr. Bruno Szchmacher se apresenta como servidor da Secretaria de Ambiente e militante da ONG. Pequena Semente. Parabeniza o Sr. Luiz pelo trabalho realizado no monitoramento ambiental nas cachoeiras e a Sra. Luciana, por sua posição enquanto empresária local. Fala sobre a questão dos ônibus de excursão e vans que trazem turistas, informando que recebeu duas demandas, encaminhadas pela monitora ambiental Patrícia. Uma delas, era um motorista de van que vem regularmente ao Sana que queria proceder de acordo com a normativa local. O Sr. Bruno informa ao motorista que em 2005 havia uma normativa que dizia que os ônibus de

	<p>excursão que visitassem o Sana deveriam pagar um DAM. Orientou ao motorista que entre no Sana, deixe os turistas em seu destino e em seguida, estacione a van perto do campo de futebol. Defende que esse seja o procedimento padrão para os ônibus de excursão. Sugere que as placas desses veículos sejam anotadas no portal e que a Guarda Municipal tenha o trabalho de interpelar os motoristas a fim de anotar seus dados e passar informações sobre as normas de visitação às cachoeiras. Coloca-se à disposição para ajudar nesse trabalho que se iniciaria no Portal. Com a palavra, o Secretário Executivo pontua o que já foi abordado e pede que sejam objetivos os que estão inscritos para falar, ressaltando que representantes dos órgãos responsáveis pela resolução de muitos problemas apontados estão presentes e que a oportunidade de definir soluções não pode ser perdida. O Sr. Cristiano Peçanha confessa estar perplexo com o que está presenciando, principalmente com a fala do Subsecretário de ambiente de que a comunidade apenas reclama. Mostra a foto de um incêndio ao Presidente do Sanapa. Fala que algumas vezes o Sr. Mauricio Saes, Secretário Executivo do Sanapa, o ouviu reclamar sobre a falta de poda das árvores sobre e sob os ramais de energia elétrica e alerta que isso ainda não foi feito. Fala que isso foi levado até o COMMADS e que nenhuma solução foi dada. Fala que de tanto o vento bater nos fios, a energia acabou sendo desligada. Quando a equipe da ampla veio religar a energia, uma fagulha saiu, atingindo as árvores não podadas e o fogo se alastrou em direção a uma casa. As pessoas tiveram que colocar a sua vida em risco para apagar o incêndio que ameaçava o seu patrimônio. O Sr. Bruno diz que a ampla não vem atendendo regularmente as solicitações de poda encaminhadas pela Sema e que um caso parecido aconteceu na Boa Sorte, com um transformador. Concluindo, o Sr. Cristiano diz que foi até a Ampla, que diz que é a Prefeitura a responsável que, por sua vez, diz que é a Secretaria de Ambiente a responsável. Diz que pede a troca das lâmpadas da iluminação pública e por conta das árvores as lâmpadas são quebradas, o que gera escuridão e deixa o Sana sujeito à insegurança, ainda mais. Pergunta por que os problemas são recorrentes. Por que muitas pessoas estão fumando maconha nas cachoeiras, denegrindo a imagem do Sana. Fala que quando vai às repartições públicas sempre há uma “brincadeira” referente ao Sana ser a “terra da maconha”. A Sra. Luciana que sua filha passou para o IFF e que todos perguntavam se ela fuma maconha. O Sr. Cristiano questiona o fato de venderem camisetas no Cria Sana com folha da maconha e o nome Sana escrito nelas. Fala que com a volta do ônibus Casimiro x Sana, as pessoas estão fumando dentro dele. Fala que o ônibus de 1 real traz problemas mas traz muitas soluções para a população e que o maior fluxo de visitantes vem por Casimiro Disse que na reunião com a Secretaria de Ordem Pública quando se reclamou sobre a questão dos ambulantes e “hippies de rua”, foi dito que isso é cultura do Sana. Fala que quando trata de ajudar os órgãos públicos, a Associação de Moradores até almoço paga aos agentes da mobilidade. Diz que ou as coisas são possíveis para todos ou para ninguém e que a comunidade luta contra o sistema, o que é absurdo, pois há uma lei vigente que deve ser aplicada a todos. Fala que colocou o cargo à disposição, mas ninguém o quis, afirma que trabalha muito solicitando coisas para a comunidade e que a prefeitura não cumpre com o seu papel. Pede desculpas pelo desabafo e pelo estado de espírito e diz que muitas vezes quem parece estar ajudando está do lado contrário. O Presidente do Sanapa diz que vai entrar em contato com a ampla para saber porque o trabalho não está sendo executado. O Sr. Alexandre Haddad fala que pediu dois documentos ao Secretário Executivo, o contrato da ONG Tororó para o projeto Verão Limpo e o documento protocolado pela mesma entidade na Prefeitura. Fala que pediu ainda uma pauta para tratar da questão da água e do monitoramento nas cachoeiras. O secretário executivo informa que encaminhou a demanda dos documentos à Secretaria que</p>
--	---

	<p>solicitou que o Sr. Alexandre oficializasse seu pedido por meio de um documento direto à Sema. Solicitou ainda, o Sr. Alexandre, que a ata seja retificada e que seja feita em cima das gravações. Falou que comentou com o Sr. Cristiano que deveriam ouvir juntos as gravações. Falou que como proprietário do acesso às cachoeiras está indignado com o que acontece lá, afirmando que comprou a área para garantir a sua integridade. Fala que mesmo o banheiro da Base Operacional da Sema está irregularmente instalado por estar a menos de 30 metros do Córrego. Concorde que todos têm direito, mas que o direito tem limite e que se eles não forem estabelecidos o patrimônio do Sana será destruído. Afirma que todas as conquistas das famílias do Sana, que garantiram mais áreas de mata e menos pasto, estão em risco. Ressalta que não pode chegar todo mundo no Sana e abrir camping e nem entrar aleatoriamente na cachoeira. Fala que é muito bom o trabalho que a Ong faz, mas que os prejuízos são pagos de seu bolso. Afirma que agora deve ser dado um novo passo. Afirma que a Prefeitura não pode atuar em uma área partícula e que já pediu a regulamentação para efetuar a cobrança do acesso às cachoeiras, pois com isso a visitação será regularizada e só entrará lá quem pagar e apresentar identidade. Afirma que os culpados pela bagunça hoje são os proprietários do Sítio Bambu, pois no Sítio Amoreira o proprietário não deixa entrarem e se tentarem entrar ele dá tiro. Fala que tem o direito de colocar uma guarda particular e impedir o acesso. Fala que infelizmente a comunidade não tem o poder público ao seu lado e que tudo que foi conseguido nos anos de 2011 e 2012 foi perdido. Aproveita a presença de todos para pedir uma nova ordem no Sana e pede que o poder público olhe para o Sana de uma forma diferente. Fala que o Cristiano está batalhando demais bem como o Coordenador da base, mas diz que o comércio tem que ajudar e pagar sim, pois durante anos não cobrou entrada e não colou nem uma verba em seu bolso enquanto todos foram beneficiados ao longo desse tempo. Disse que se comprometeu no dia em que comprou a terra a não fechar o acesso, pois outros lugares que eram de acesso ao público foram loteados e a comunidade não entra mais. Só que agora isso mudou e o acesso ao sítio Bambu vai mudar. Pede que a Secretaria de Ambiente assine o mais rápido possível a liberação dos banheiros para que seja limitado o número de visitantes a mil por dia. Diz que as pessoas terão de fazer uma ficha e pagar para entrar como pagam em todo e qualquer lugar. Fala que vai fazer uma equipe de trabalho do Sana. Diz, entretanto, que não adianta fechar as cachoeiras se não fechar o Sana. Diz que a irregularidade dos campings faz com que pessoas que buscam a irregularidade e um turismo de “noitada” venham ao Sana. Reforça que as ferramentas que podem controlar o som alto, as drogas e os campings irregulares não estão nas mãos da comunidade. Afirma que a situação da droga no Sana vai muito além da maconha, pois agora o crack está no Sana, nas cachoeiras. Afirma que o Sanapa e nada é a mesma coisa, que as atitudes que são tomadas são quase nada diante do que é preciso. Defende uma ação integrada entre todos os proprietários do Peito de Pombo, mas que se as autoridades não cumprirem seu papel como tal, outro verão desordenado virá pela frente. O Sr. Cristiano diz que a comunidade do Sana não é respeitada e que enquanto se pensar que o Sana é terra sem lei, o respeito não será possível. Pede ao vereador George Jardim que a questão apresentada por ele seja levada à Câmara dos Vereadores de Macaé. Sugere ainda que uma comitiva de representantes da comunidade, composta pelos presidentes da Associação dos moradores do Sana e Associação de Moradores e Proprietários do Peito de Pombo. O vereador George Jardim informa que a Câmara Itinerante estará presente no Sana, no sábado próximo, a fim de ouvir as necessidades da comunidade e encaminhá-las da melhor maneira possível. Fala principalmente de questões relativas à segurança pública e turismo e convida a participação do secretário. Defende a criação de um Portal na Serra</p>
--	---

e alerta que a Bicuda sofre a mesma desordem que sofre o Sana. A palavra é dada ao Sr. Márcio Nascimento, que alerta para a crise hídrica que o planeta vem enfrentando e o Sana precisa se preparar, identificar quais são os mananciais para abastecimento humano e captar recursos por meio de projetos, para que essas áreas possam ser preservadas e até recuperadas. Defende incentivar um turismo sustentável, seja em qualquer modalidade. Reforça a opinião de que o Portal é uma base importante para a garantia da qualidade do turismo no Sana, lembra que em 1996 a comunidade do Sana conseguiu que fosse criada a primeiro decreto municipal que regulamentava os ônibus de excursão no Sana, cuja fiscalização era de responsabilidade da Guarda Municipal. Diz que tem o documento e o disponibiliza para quem quiser. Defende que a ação no portal seja permanente aos sábados e domingos, independente da alta temporada. Enaltece a atitude do servidor que se prontificou a “limpar” as placas educativas existentes ao longo da estrada do Sana, mas reclamou por não ter sido mantida a identidade visual original das mesmas. Pede que os instrumentos legais já existentes sejam estudados, tanto no que se refere aos ônibus de excursão, comércios que trabalham com som mecânico ou ao vivo, bem como aos campings. Sugere que o espaço ao lado do camping de futebol seja marcado para funcionar como estacionamento público. Referente às cachoeiras, pede o monitoramento noturno e pede a volta do termo de responsabilidade para os que sobem a Pedra do peito de Pombo, pede que não seja ignorado nenhum instrumento que fortaleceu a proteção daquela área. Pede que as áreas públicas sejam garantidas para o uso da comunidade e resguardadas do uso indevido feito pelos visitantes, que muitas vezes promovem churrascos e bebedeiras. A Sra. Luciana reforça que quer que a sua empresa ajude no monitoramento ambiental. Sugere que haja uma contrapartida para os donos de estabelecimentos que queiram deixar seus panfletos informativos no Portal, de modo que no verso desse material contenha alguma legislação ou normativa referente à APA do Sana. O Sr. Rosalvo diz que a intenção é fazer uma reunião com os donos de estabelecimentos comerciais para discutir e encontrar soluções conjuntas entre governo e comunidade. Fazendo suas considerações finais o Sr. Márcio informa que os atuais monitores contratados pela prefeitura, atuantes na base operacional da Sema, produziram material áudio visual sobre a APA do Sana. Informa, entretanto, que esse material não está sendo veiculado aos visitantes pela falta de televisão e equipamentos para tal. Pede que sejam criados atrativos no portal, como internet pública, por exemplo. Sugere ainda que haja contato direto com as pousadas em campings para saber a disponibilidade de leitos e vagas, no caso de ainda não ter sido feita reserva pelo visitante. Refere-se a um casal de visitantes que esteve no Sana e ficou horrorizado com os dizeres de uma placa encontrada na entrada para o Vale do Palmital. Informa que na semana seguinte a placa já não estava mais com esses dizeres e que ela só foi fixada lá, pois, provavelmente, o sítio já havia sido invadido e depredado diversas vezes. O Sr. Theo pergunta quem é servidor municipal e quem é funcionário comissionado. Pergunta ainda quem é empresário local e destaca a presença do vereador Jorge Jardim. Pede, como funcionário público, que todos esqueçam a prefeitura. Diz que um Sana melhor depende da comunidade e não da prefeitura. Coloca-se à disposição como funcionário para o que for preciso nesse caminho. Reforça que já participou de várias reuniões do Sanapa e nada foi resolvido. Pede que a comunidade deixe de pedir ajuda cem por cento da prefeitura e que se movimente para resolver seus problemas. Diz que não é contra o visitante fumar maconha e defende que o Sana não precisa de policiamento. Enaltece a atitude do Sr. Alexandre Haddad que ao comprar a área de acesso às cachoeiras, se comprometeu em não cobrar entrada. Afirma que passado anos, nos quais o comércio do Sana ganhou dinheiro por conta das pessoas que vieram

visitar esses atrativos, considera justo que agora a entrada seja cobrada. Diz que vários lugares no Brasil estão buscando um caminho independente para o turismo sustentável. Reforce que a comunidade se organize a fim de não necessitar mais da prefeitura. Pede ao Vereador Jorge Jardim que apóie o Sana na instalação de um posto de polícia militar, cujo espaço para tal já existe. Os presentes informam que a Polícia Militar alega que não há estatísticas criminais no Sana e por isso não está na prioridade do comando um posto de polícia para a localidade. O Sr. Jorge Jardim diz ter encaminhado ofício ao Governador do estado do Rio de Janeiro, relatando toda a situação da segurança pública na serra macaense e que até agora não houve resposta. Finalizando, o Sr. Theo pede que a próxima assembléia seja realizada em outro local, por conta das condições estruturais impróprias do Macaé facilita. O Subsecretário de Ambiente, Henrique, diz ao Sr. Cristiano que não afirmou que a comunidade do Sana só reclama e sim que além de ônus, há bônus trazido pelo turista. Informa que a Secretaria de ambiente e os entes municipais estão presentes para ouvirem a comunidade do Sana. Refere-se que ouve um problema no COMMADS que acabou levando a uma solução de criar um grupo para discutir as interseções dos problemas tratados por aquele conselho. Sugere que o mesmo possa ser feito no Sanapa, que os representantes da comunidade se reúnam antes das assembléias do Sanapa e tragam as questões já organizadas, para que os entes municipais possam saber o que a comunidade deseja. Exemplifica a questão dos campings irregulares; parte da comunidade é a favor de fechar os irregulares e parte da comunidade é a favor de uma campanha de orientação para a regularização das mesmas. O Sr. Cristiano afirma que não vai abrir mão de cobrar ao poder público o que é de direito da comunidade do Sana. Pois que desde o momento que a comunidade abre mão o poder público relaxa. Acrescenta que algumas coisas não são de competência da comunidade e que só mesmo o poder público pode fazê-las. Informa que muito do que foi prometido não foi cumprido, como o parquinho que deveria ser instalado no Sana e até agora nada foi feito. Conclui sua fala pedindo que trabalhemos em conjunto para melhorar a política e não desistir dela. O Sr. Márcio Araújo, agente da guarda ambiental, diz ficar indignado quando falam mal da Prefeitura e defende uma relação de compromisso entre o servidor e o governo municipal. Quanto à reclamação do Sr Bruno Szchmacher quanto a ausência do poder público no Portal, afirma que a obrigação da Guarda é patrimônio público. Afirma que sempre vem às reuniões e fica indignado por achar perda de tempo pela falta de resultados práticos. Afirma que arrumou uma briga com morador do Sana pelo fato de ele não querer assinar o livro de visitantes, que só é isento, em sua opinião, para quem mora no Vale do Peito de Pombo. Diz que é contra fumar maconha e que fez um visitante comer o cigarro de maconha que estava prestes a fumar. Sugere que se terceirize o serviço de segurança nas cachoeiras e no tocante aos campings, defende que a norma seja apresentada aos donos de campings do Sana para que estes se enquadrem nela, caso contrário, terão seus estabelecimentos fechados. Finaliza a sua fala dizendo ser contra criadores de passarinhos, pede desculpa a todos os presentes, mas afirma que nada foi feito, após quase três horas de reunião. O Sr. Márcio Nascimento diz que a questão da segurança pública é estadual e informa que a escola Rosa Branca, em Casimiro será fechada, podendo o local vai ser ocupado como posto de policiamento militar, que atenderia a dois municípios. Pede ao Sr. Theo que a subsecretaria de turismo que assuma a questão dos ônibus de excursão no portal. Pede que comunidade resolva a questão da ocupação indevida das áreas públicas perto do campo de futebol, cercando e sinalizando a área. Pede que respostas sejam dadas sobre esses assuntos, já para a próxima reunião do Sanapa. Com a Palavra, o Sr. Carlos Jeronymo, doutorando do programa de meio ambiente da UERJ anuncia que vai iniciar um trabalho

eu já foi aprovado no Sanapa, relacionado á gestão de unidade de conservação. Afirma que o trabalho consiste em um levantamento sobre a comunidade do Sana, buscando saber o entendimento da comunidade sobre a APA, a realidade da Unidade de Conservação hoje, buscando imagens antigas do local, que ajudem a compilar um diagnóstico da Unidade de Conservação. O objetivo é ajudar no processo de conhecimento e gestão da Unidade de Conservação, por meio da revisão do zoneamento e do plano de manejo. Oferece seu contato para que, aqueles que quiserem, possam conhecer melhor o seu projeto. Conclui dizendo que os problemas enfrentados na APA do Sana são comuns à todas as Áreas de Proteção Ambiental do Brasil, pois o modelo de gestão é antigo e não foi revisto. Finalizando, o Secretário de ambiente agradece a presença de todos, afirmando que não acha só falácia as reuniões do Sanapa, conclui que os resultados, muitas vezes, não vem na medida esperada, mas que muita coisa é encaminhada. Assim sendo, as 12 horas e 45 minutos, dá-se por encerrada a assembléia, secretariada por mim e abaixo assinada pelos conselheiros presentes.

SEMA

Titular: Marcelo Loureiro

Suplente: Jamile L. Halla

DEFESA CIVIL:

Titular: Paulo César Jesus

SUBSECRETARIA DE TURISMO

Titular: Rosalvo

GUARDA AMBIENTAL:

Suplente: Márcio

ESANE:

Titular: Pablo Caetano

SECRETARIA DO INTERIOR

Suplente: Irineu Jandre

	<p>GDEPS</p> <p>Titular : José Luiz Nascimento</p> <p>Suplente: Bruno Szchmacher</p>
	<p>APPAC TORORÔSANA</p> <p>Titular: Márcio Nascimento</p>
	<p>SANA FUTEBOL CLUBE</p> <p>Suplente: Alexandre Haddad</p>
	<p>AMPRETCS</p> <p>Titular: Nilson Mozer</p>
	<p>AMAGLOSORTE</p> <p>Titular: Patrícia F. de Melo</p>
	<p>ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SANA</p> <p>Titular: Cristiano Peçanha</p>
	<p>APAF SANA</p> <p>Titular: Marco Aurélio P. Araújo</p>
	<p>PRESIDENTE:</p> <p>Gerson Lucas Martins</p>
	<p>SECRETÁRIO EXECUTIVO</p> <p>Mauricio Saes</p>

**ANEXO D – ATA DA REUNIÃO DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2015 DO
CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA**

	<p><u>ATA DE REUNIÃO</u></p>
 <p>Área de Proteção Ambiental Macaé - RJ</p> <p>Tipo de Reunião: ORDINÁRIA</p> <p>Data: 17/12/2015</p>	<p align="center"><u>CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA - SANAPA</u></p> <p>Pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentação do Projeto do CBH Macaé das Ostras: Monitoramento ambiental na sub bacia do Córrego do Peito de Pombo; 2) Informes gerais
	<p>Após conferência de quorum, às dez horas e trinta minutos, no auditório do Macaé Facilita do Sana, inicia-se a assembléia do Sanapa, com o Subsecretário de Ambiente, que preside a assembléia na ausência do Secretário de Ambiente por problemas de saúde, pede que seja observado um minuto de silêncio em respeito ao falecimento da esposa de um servidor da Sema, Fernando Barreto. Continuando, o secretário executivo esclarece que a pauta do dia foi solicitada pelo Secretário de Ambiente que pediu não só a apresentação do Projeto do CBH bem como a deliberação do conselho sobre a sua aprovação. O Sr. Márcio Nascimento concorda com a deliberação dizendo que ao final da apresentação do projeto isso naturalmente acontecerá. O Sr. Bruno Szmacher informa que o projeto já foi discutido no Sanapa e é contrariado pelo secretário executivo que informa que o projeto foi mencionado, mas não apresentado ou avaliado pelo conselho. Preocupa-se o Sr. Bruno que o projeto seja repudiado pela comunidade. Afirma que a única pessoa que não quer o projeto é o Sr. Alexandre Haddad. O Sr. Marco Aurélio afirma que essa concordância ou não do Sanapa deveria ser prévia à execução do projeto e não posterior como é o caso, dizendo que não é contra nem a favor do projeto. O Sr. Márcio informa que somente agora tem a responsabilidade por esse projeto e que assim sendo fez questão de trazer a discussão dele para o Sanapa. O Secretário Executivo elucida que o questionamento feito por alguns conselheiros é sobre o fato do projeto não ter sido apresentado e aprovado previamente pelo Sanapa. Pede que sejam feitas inscrições para a fala, sugerindo que o Sr. Márcio faça a apresentação do projeto e que em seguida os questionamentos sejam feitos. Passa a palavra para o Sr. Bruno que afirma que no dia treze de junho do ano de dois mil e catorze, na assembléia do Sanapa, foi falado sobre esse projeto, afirmando, inclusive, ter</p>

sido na ocasião argüido sobre valores e o prazo de duração do mesmo. Afirma ainda que o periódico local "Guia da Montanha" desde a data mencionada anteriormente, vem colocando em suas publicações, informações sobre o projeto. Passada a palavra para o Sr. Cristiano Peçanha, esse se diz muito confuso, pois em alguns momentos ele ouve dizer que tudo que for feito no Sana deve passar pelo Sanapa e em outros momentos ouve o contrário. Pergunta se tem uma diretriz no regimento interno do Conselho que define o que precisa e o que não precisa ser aprovado pelo Sanapa. A Sra. Livia Souza, da Coordenadoria de Unidades de Conservação da Sema, diz que nas competências do conselho deve ter o que deve ser avaliado por ele. O Secretário Executivo lê o regimento interno, no capítulo das competências, artigo quarto, que diz que caberá ao conselho a coordenação, fiscalização e acompanhamento de quaisquer projetos realizados pelos entes públicos e privados relacionados aos recursos naturais. Passada a palavra para o Sr. Márcio Nascimento este pergunta ao Sr. Cristiano se ficou entendida a posição da APPAC Tororó Sana sobre o assunto. E o Sr. Cristiano diz que entendeu a posição da ONG. O Sr. Márcio faz a apresentação do Projeto de sistematização e disseminação da educação ambiental no distrito do Sana. Inicia informando as parcerias do projeto: o Comitê de Bacias Hidrográficas Macaé, como patrocinadora, a ONG Pequena Semente, como proponente e a APPAC Tororó Sana, como a executora do mesmo. Acrescenta ainda que a Secretaria de Ambiente e o Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente são os fiscalizadores do projeto. Apresenta os atrativos naturais que receberão a atuação dos monitores do projeto. Faz um breve histórico do monitoramento ambiental nessas áreas e fala do planejamento estratégico para o turismo no Sana, feito no ano de dois mil e um, documento esse que veio a balizar a criação da área de proteção ambiental nesse mesmo ano. Fala do Plano de manejo e do zoneamento ambiental da APA do Sana, cujo aprimoramento e retificação serão feitas pelo Sr. Carlos Jeronymo. Fala ainda da lei municipal 2560/2004 que orienta o uso e parcelamento do Solo nas áreas urbanas do Sana. Acrescenta que em 2010 houve uma ação comunitária na área que havia sido desapropriada pela prefeitura municipal, no então chamado Camping do Bambuzal. Naquela ocasião, comunitários sanearam o lugar para que este tivesse condição de ser instalada a primeira base de monitoramento ambiental no Vale do Peito de Pombo. Afirma ainda que em 2010 foi trabalhada no COMMADS a resolução 004, que estipula normas de visitação na bacia do Córrego do Peito de Pombo, acrescentando que esta resolução precisa ser revista e adequada às novas realidades. Afirma que em dois mil e doze a APPAC Tororó Sana foi fundada e passou a participar no COMMADS, no Sanapa e no CBH Macaé. Hoje tem assento no COMMADS como secretária geral. Informa que atualmente um grupo de três monitores, patrocinados por alguns comerciantes, atuam na área das cachoeiras. Conclui dizendo que com a possibilidade de captar o recurso do CBH a Ong. entrou em discussão interna e decidiu participar da licitação, fazendo então o desligamento do CBH. Fala que a partir daí iniciaram-se diálogos entre a ONG, o presidente do CBH e a Sema, bem como com os proprietários da margem esquerda do Córrego do peito de Pombo. Fala que há tempos procura o Sr. Ricardo Porto, um dos proprietários da área de acesso às cachoeiras, para com ele conversar e apresentar projetos. Afirma que o projeto prevê a contratação de nove monitores e um coordenador de campo e que um processo de seleção para a contratação desses profissionais será feito pelo INEA, Pequena Semente e Secretaria de Ambiente. Informa que o projeto foi apresentado no ano de dois mil e dez e que no momento está defasado com relação aos seus valores. Diz que a Ong está tentando acertar para viabilizar as contratações por meio de contratação de estagiários, junto ao Centro integrado empresa escola (CIEE), com carga horária e

<p>remuneração menores, já que a verba não contempla a possibilidade de contratação do número de monitores apontado no projeto, sem prejuízos trabalhistas para esses profissionais. Fala que o processo seletivo para a contratação dos monitores constará de uma prova objetiva com vinte e cinco questões, carta de intenção e entrevista. Informa que o plantão de trabalho será de doze por trinta e seis horas. Afirma que o edital do processo seletivo terá ampla divulgação e pede a todos os parceiros que divulguem o documento em suas mídias, além de fixar nas áreas públicas da Unidade de Conservação. O Sr. Bruno fala de duas metas do projeto que são a possibilidade de expandir essa proposta de monitoramento para outras unidades de conservação e a expansão do horário do monitoramento no Vale do Peito de Pombo para a noite. Afirma que não quer tocar o projeto sozinho e que depende de toda a coletividade para que ele tenha êxito. O Secretário executivo afirma que acabara de receber a ligação do Presidente do CBH Macaé, que embora tenha recebido a convocação para esta reunião, não pode estar presente por ter acabado de chegar de Salvador, onde participava de compromissos pelo Comitê. Afirmou ainda que o presidente do CBH indicou o Sr. Bruno Szmacher como representante do Comitê na assembléia. O Sr. Cristiano com a palavra parabeniza o Sr. Márcio pela sua graduação. Coloca que o monitoramento da APPAC, realizado no final do ano, foi fruto das cobranças da Associação de moradores junto à secretaria de ambiente ao longo do ano, cobranças essas que foram levadas até o Sr. Prefeito, em reunião realizada em seu gabinete, e que este, imediatamente, pediu ao Secretário de Ambiente que tomasse uma providência. Conclui que essa iniciativa do projeto Verão Limpo não partiu dos representantes da Sema, espontaneamente. O Sr. Márcio afirma que se teve um presidente da Associação de Moradores, desde que ele conheceu essa entidade, que mesmo com todas as dificuldades e falhas do setor público, faz as coisas acontecerem, esse presidente é o Sr. Cristiano Peçanha. Reforça que muitas coisas só acontecem no Sana por conta das pressões da Associação de Moradores do Sana. O Sr. Alexandre Haddad, com a palavra, pede que seja entregue à sua entidade os documentos protocolados pela APPAC e o contrato do projeto Verão Limpo, encaminhando o pedido por meio de ofício. O Sr. Márcio afirma que se for preciso ele mesmo mostra os documentos, sem precisar de burocracia alguma e que inclusive podem ser tiradas cópias. Informa o Sr. Alexandre que o Sr. Ricardo Porto pede desculpas por não poder estar presente. Afirma o Sr. Alexandre Haddad que consta em uma ata do Sanapa a fala do Sr. Bruno Szmacher anunciando o Sr. Luiz Nascimento como representante do Sanapa no CBH e que este último nunca trouxe informação alguma do Comitê para o Conselho. Diz que gostaria de deixar claro que o Sr. Luiz não pode representar o Sanapa no CBH. O Sr. Bruno afirma que isso não existe e que o Sr. Luiz é titular da Pequena Semente no Sanapa. O secretário executivo informa que para ser representante do Sanapa no CBH o Sr. Luiz Nascimento deveria ter sido indicado pela Plenária ou pelo Presidente do Conselho. Informa ainda que pode ter havido um erro de digitação, pois isso não existe oficialmente. Pede que esse documento seja enviado à Secretaria Executiva para ser avaliado. A Sra. Livia informa que não há uma cadeira do Sanapa no CBH e sim representantes de entidades do Sanapa que compõem o CBH. Continuando o Sr. Alexandre diz que segundo uma resolução do INEA, um edital, cujo valor da contratação seja de até oitenta mil reais, ao ser publicado, deve constar em jornal local de ampla divulgação e que quando o valor supera o dito anteriormente, deve constar em jornal de circulação estadual. Acrescenta que o edital é ilegal por ter ferido o descrito na resolução 013/2010 do INEA, pois foi publicado em jornal de Cantagalo, além de ter atropelado o Sanapa que vinha discutindo esse mesmo assunto há vários meses. Pergunta a quem cabe o ônus dos acidentes que acontecem nas</p>

cachoeiras. Pergunta como ficará a situação dos banheiros e quem vai abrir e fechar os portões que dão acesso aos atrativos. Informa que já foi colocado no Sanapa, várias vezes, que as Ongs. Pequena Semente e Tororó não têm autorização dos proprietários para entrarem no sítio Bambu para desenvolver trabalhos. Disse ainda que conversou com o Sr. Luiz, que lá se encontrava com a camisa da Ong. Tororó, que se ele quisesse entrar nos atrativos o fizesse utilizando outro lado do caminho, do Evaldo. Fala ainda que no edital de licitação está escrito que o número máximo de visitantes será de 400 pessoas por dia e quer saber se isso vai ser cumprido. Reclama que no verão passado, da noite para o dia, sem que as entidades do Sana soubessem, foi assinado um contrato entre a Sema e a Tororó para fazer o verão limpo por três meses. Acrescenta que foi o pior monitoramento já acontecido nas cachoeiras. Fala que é a hora de tomar uma atitude séria e afirma que essa atitude começa pelo banheiro. Fala que foi ao INEA e viu coisas absurdas, como por exemplo ter que provar que o Córrego do Peito de Pombo tem menos de 10 metros e que para tal teria que gastar uma verba absurda. Afirma que uma série de problemas foram criados para a renovação da licença para construção dos banheiros, próximos as áreas de visitação. Afirma que tem um banheiro para iniciar a cobrança e que para haver um trabalho nessa área só é possível por meio do Sana Futebol Clube que representa os moradores do Sana e da AMOPPP. Afirma que o livro de registros de visitantes estava sendo usado indevidamente pela Pequena semente e que passou a ser utilizado pelos monitores da Fesportur/Sema, que efetivamente, desde o ano de dois mil e doze, vem fazendo o monitoramento com sucesso. Informa que a servidão é o caminho do Peito de Pombo e que dentro das porteiras que dão acesso aos atrativos, a responsabilidade é dos proprietários, pois eles não foram desapropriados. Afirma que a Sema e a Fesportur tem a autorização dos proprietários, juntamente com o agente Paulo César, da Defesa Civil, para tomar atitudes de monitoramento dentro do sítio Bambu. Pergunta ainda ao Sr. Márcio se este pediu autorização ao Sr. Paulo Cesar e ao Sr. Jorge de Jesus para utilizar a base bambu, que se encontra na propriedade dos senhores citados. O Sr. Márcio afirma que a base bambu se encontra em um caminho principal de travessia, de acordo com a regulamentação viária. O Sr. Alexandre diz que essa documentação deve ser apresentada e que a base bambu será utilizada pela monitoria da comunidade que lá será implantada. Conclui informando que dentro do sítio Bambu a Ong Tororó não poderá atuar, pois considera que a licitação feita pelo Pequena Semente para a Tororó ganhar é irregular. A Sra. Livia diz que esse questionamento foi feito ao Comitê e ao Consórcio Lagos São João e que eles responderam que no entendimento deles o edital deveria ser publicado em jornal de ampla divulgação apenas no município sede do Consórcio. Perguntou ainda por que não foi divulgado no município sede do projeto e recebeu a resposta de que isso não era obrigatório, segundo a resolução do INEA. O Sr. Alexandre reafirma que o edital que prevê um gasto superior a oitenta mil reais deve ser divulgado em jornal de circulação estadual. O Sr. Henrique Charles, subsecretário de ambiente, diz que a Sema nada tem a ver com o CBH e que o edital feito não compete em nada à Sema. O Sr. Alexandre Haddad reafirma que a programação visual e a contratação dos monitores que atuarão no sítio bambu, que já estão sendo contatados, será toda a critério da Associação de Moradores, do Sana Futebol Clube e da AMOPPP e ainda que o trabalho que vai ser feito na área será com a instituição da cobrança. Afirma que haverá questionamento jurídico do edital por parte de outras entidades do Sanapa. Afirma que na próxima semana serão contratadas pessoas que vão refazer os caminhos e delimitar as áreas visitadas, conforme foi feito no ano de dois mil e onze. Pergunta qual a capacidade de suporte que será aplicada no local, dispendo-se apenas de um grupo de nove pessoas, afirmando que o

trabalho já foi feito com vinte e duas pessoas e as metas não foram alcançadas. Afirma que para mudar a situação deve haver um consenso e que tem gerado o projeto que quer colocar em prática por meio da Secretaria de ambiente, do INEA e dos proprietários da área. Pede que as pessoas que não concordam com a cobrança entrem na justiça como ele está entrando. Fala que durante anos as pessoas do Sana ganham dinheiro com a área menos os proprietários. A Sra. Livia, pede a palavra e diz que gostaria que nesse momento houvesse um consenso entre as partes e respeita quem não concorda com a licitação. Pede que o projeto de um não inviabilize o projeto de outro e pede que as ações conversem e os projetos se alinhem. Pede que haja união para que a área de atuação do monitoramento possa ser ampliada para outros atrativos, inclusive para o portal e para o centro do arraial. O Sr. Marco Aurélio fala que, excetuando a parte questionável da licitação, o projeto soma às outras tentativas de monitorar o local. Que se o projeto do CBH não prevê banheiros, mas os proprietários têm condições de construí-los, que sejam feitas as duas iniciativas. Sugere ate que a cobrança seja instituída, conciliando todas as propostas. O Sr. Henrique diz que não compete á Sema falar do CBH. Afirma que a Sema não é contra a cobrança ao contrário é totalmente a favor e que isso faz parte do turismo sustentável. Afirma ainda que a Sema está aberta a ajudar no que for preciso. Conclui que a Sema faz trabalho de babás de pessoas drogadas, quando poderiam estar fazendo um trabalho de mais qualidade nas informações, dizendo que vão ajudar muito os monitores da Tororó que estão por vir e que o número máximo de visitantes por dia deve ser definido conjuntamente. O Sr. Paulo César afirma que seria muito bom conciliar tudo isso, pois os proprietários dariam a estrutura física para a cobrança e não se preocupariam com o monitoramento por um ano. O Sr. Alexandre concorda, mas se preocupa pelo fato do Sr. Márcio há algum tempo ter solicitado a desapropriação de sua propriedade à Secretaria de Ambiente. O Sr. Márcio afirma que não quer tirar proveito de nada. Afirma que não houve conversa entre as partes, embora ele tenha solicitado muitas vezes, e que por isso há essas brigas e desentendimentos, onde um diz que é dono e o outro vai atrás de seus direitos. Afirma que se há conversa há consenso. O Sr. Alexandre pergunta por que a Sema pediu ao INEA a demarcação da faixa marginal de proteção para a construção dos banheiros. O subsecretário afirma que isso não compete á Sema. O Sr. Alexandre afirma que o laudo dado pela Secretaria de Ambiente foi equivocado. O Subsecretário pede que o Sr. Alexandre informe o número de processo e coloca a Coordenadora de Unidades de Conservação à disposição para ajudar no que for preciso. Afirma ainda que o presidente do CBH disse ter muitas verbas no Comitê para outros projetos, inclusive para a construção de banheiros em alguns casos. O Sr. Alexandre afirma que o grupo de trabalho que vai ser instituído, precisa ser capitaneado com transparência. Fala que o Sr. Paulo Cesar já havia se prontificado a desfazer a base bambu e modificar o caminho para fazer um portal de acesso. O secretário executivo afirma que no seu entendimento, o Sr. Alexandre Haddad cita os Senhores Cristiano Peçanha e Paulo César, como contrários ao projeto e pergunta aos citados se eles são contrários. Ambos afirmam que essa é uma impressão do secretario executivo e não o sentimento deles. O Sr. Henrique sugere que uma reunião seja feita, independente do Sanapa, para acertar as coisas. O Sr. Alexandre informa que, por orientação jurídica, só entrará no sítio bambu quem apresentar seus documentos. Pede que haja um monitoramento que tenha respaldo jurídico, com o apoio dos banheiros e com o apoio do Sr. Evaldo, que deve ser trazido pra dentro da discussão. A Sra. Livia Souza pergunta se o projeto do Alexandre já está consolidado. Ele diz que já foi apresentado na Secretaria de Ambiente e na subsecretaria de turismo que deu todo o apoio. Afirma que não colocou em prática pelo fato da licença dos banheiros não ter sido

liberada. Afirma que se houver liberação o banheiro será construído no ato, pois já existe a verba para tal. Pede que no dia primeiro de janeiro já seja informado aos visitantes que, a partir de certa data, a cobrança será instituída. Lúvia sugere que enquanto o Sr. Alexandre se prepara para executar seu projeto haja uma autorização para o trabalho dos monitores da Tororó, inclusive difundindo de que em breve haverá uma cobrança e que o número de visitantes por dia será limitado. O Sr. Bruno afirma que não se pode falar de cobrança. O Sr. Alexandre afirma que tudo isso veio de cima para baixo e que o conselho não pode participar disso. Afirma que se não tivesse comprado a área coisa muito pior teria acontecido. Diz que tem um empresário que está comprando a idéia do projeto para o sítio bambu. Afirma que não é contra fazer um acordo, assinado em baixo com os participantes. Pede que o projeto se limite no momento à base da Secretaria de ambiente e ao caminho de servidão até que se tenha algo assinado. Afirma que não é possível participar de uma reunião com uma pessoa como o Sr. Bruno Szchmacher que o ameaça inclusive por e-mail. O Sr. Cristiano entende que se todo mundo diz que o objetivo final é em prol do Sana as partes devem conversar e entender o que cada um pode fazer e até aonde podem avançar. Entretanto, afirma não ser esse o momento para acertar os detalhes de cada atuação, pois, caso contrário, não terminará hoje a reunião. Sugere que seja marcada uma reunião para ver o que cada um tem para compor o cenário final. O Sr. Bruno afirma que o Márcio não está dentro do CBH, conforme afirmado pelo Sr. Cristiano. O Sr. Marcos Aurélio apresenta os dois lados dos interesses: o da irregularidade do processo licitatório, levantado pelo Alexandre e o processo protocolado pelo Márcio pedindo que seja demarcada a área de visitação. Sugere que ambas as partes se desarmem, que a ONG retire o processo e que o Alexandre deixe de questionar o projeto. O Sr. Bruno afirma que o Pequena Semente é contra a cobrança caso não haja um conglomerado de proprietários participando disso, por uma questão de bacia hidrográfica. Fica definido o dia 07/01/2016, às 10 horas, local a confirmar, como data para a realização da reunião em que definir-se-á o ajuste dos planos de trabalho. Deverão participar representantes da Associação de Moradores do Sana, os proprietários do sítio bambu, representantes da Sema, Defesa Civil, Tororó Sana e o Sr. Osmar, proprietário do acesso final à Pedra do Peito deombo, a pedido do Sr. Alexandre Haddad, que sugere que seja realizada no restaurante Macaxeira. Autorizada a participação do Sr. Carlos Jeronymo. O Sr. Cristiano diz que tem algumas coisas que vem sendo observadas pela Associação de Moradores e que algumas evidências estão sendo juntadas. Afirma que historicamente as vontades da população vem sendo atropeladas e que deseja valorizar a cultura local tradicional.. Diz que na última reunião ficou muito preocupado com um representante do Turismo, Sr Theo, que afirmou que não é contra o fato das pessoas fumarem maconha no Sana, desde que não incomodem e que não precisa ter policiamento no Sana. Acrescenta que essa fala do servidor do turismo gerou a fala seguinte do servidor da Guarda Ambiental, presente naquela mesma assembléia, que disse ser contra a maconha e disse ter feito um visitante engolir um cigarro de maconha. O Sr. Cristiano questiona o fato da fala do Sr. Theo, citada acima, não constar na ata da assembléia anterior. Afirma que em alguns momentos os representantes que chegam visam interesses pessoais. Afirma que em sessão ordinária da Câmara dos vereadores de Macaé, as falas de alguns vereadores foram preocupantes, afirmando que o Sana foi a porta de entrada do tráfico de drogas em Macaé. Afirma que trabalha para tirar esse rótulo do Sana, mas diz que, infelizmente, existem pessoas que trabalham para que esse rótulo permaneça. Afirma que está juntando evidências a fim de tomar medida jurídica e fazer uma investigação em relação às partes para apurar responsabilidades. Pede que fique registrado em ata que, caso haja algum tipo de

questionamento jurídico futuramente ao Sanapa, será por conta de providências tomadas pela Associação de Moradores. Afirma que se preocupa se na hora das decisões na Câmara dos Vereadores esse rótulo do Sana é levado em consideração e a comunidade, que exige ser respeitada, acaba sendo prejudicada. Diz que medidas mais enérgicas serão tomadas por parte da Associação de Moradores para defender a comunidade desse tipo de situação, pede ajuda ao conselho para mudar as diretrizes do lugar. O secretário executivo pede, caso os conselheiros percebam que qualquer fala tenha ficado fora da ata, que estes sem manifestem para a sua inclusão, pois não há interesse da Secretaria Executiva em excluir ou incluir determinadas falas. O Sr. Bruno Szchmacher citou uma reunião que aconteceu no passado, com a participação do então prefeito e de representantes da Polícia Federal, por conta da prisão de um empresário local, em que os agentes da Polícia Federal colocaram o Sana como rota de tráfico internacional de cocaína. Conta que na ocasião a plenária ficou abismada. Sugere ainda que o Sanapa se posicione na próxima Câmara itinerante com relação à colocação do vereador Julinho do Aeroporto e discorda de comprometer o servidor "Theo", da subsecretaria de turismo. O Sr. Cristiano sugere que a ata da reunião seja solicitada à Câmara dos Vereadores, por meio do Sanapa. O Sr. Alexandre Haddad fala que falta uma postura interna de algumas pessoas do Sana para inibir o que vem acontecendo atualmente. Cumprida a pauta o subsecretario finaliza a assembléia, agradecendo a presença de todos, sendo encerrada as treze horas e cinco minutos, secretariada por mim e abaixo assinada pelos conselheiros presentes.

SEMA

Suplente: Jamile L Halla

DEFESA CIVIL:

Titular: Paulo César Jesus

SUBSECRETARIA DE TURISMO

Suplente: Vania S. Hatab

SECRETARIA DO INTERIOR


Suplente: Irineu Jandre

GDEPS

Suplente: Bruno Szuchmacher

	<p>APPAC TORORÒSANA Titular: Márcio Nascimento</p> <p>SANA FUTEBOL CLUBE Suplente: Alexandre Haddad</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SANA Titular: Cristiano Peçanha</p> <p>APAF SANA Titular: Marco Aurélio P. Araújo</p> <p>VICE PRESIDENTE: Henrique Charles</p> <p>SECRETÁRIO EXECUTIVO Mauricio Saes</p>

ANEXO E – ATA DA REUNIÃO DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014 DO CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA


	<p align="center"><u>ATA DE REUNIÃO</u></p>
 <p>Área de Proteção Ambiental Macaé - RJ</p> <p>Tipo de Reunião:</p> <p>ORDINÁRIA</p>	<p align="center"><u>CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA - SANAPA</u></p> <p>Pauta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da ata da reunião anterior; • Apresentação e aprovação do projeto de sinalização turística para o Vale do Peito de Pombo; • Deliberação sobre a criação de câmaras técnicas: Turismo e Estrada • Assuntos gerais
<p>DATA 30 de outubro de 2014 (quinta-feira)</p>	<p>O secretário executivo do Sanapa Maurício Saes inicia a reunião as 10:30h anunciando a pauta estabelecida, informa que o Conselho foi homologado pelo Decreto 200/2014 no dia 18 de outubro, e informa que depois do decreto foi sugerido alteração de titular e suplente da ESANE e que ainda não foi oficialmente alterado no decreto e o mesmo acontece com a Secretaria de Obras que altera o titular. Atualiza que a SEMA convocou os conselheiros das secretarias que têm faltado as reuniões, no caso Sec. de Interior, Obras, Guarda Ambiental e Agroeconomia e que nesta ocasião só estiveram presentes os representantes das Sec. de Obras e de Interior. Na oportunidade foi colocada a importância das suas presenças nas reuniões e que segundo o Regimento Interno estes estão sujeitos à serem desligados do Conselho.</p> <p>A pauta inicia com a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Cristiano questiona acerca da apresentação da ESANE sobre a ETA, Maurício coloca que esta seria marcada para o dia vinte e quatro de setembro, mas devido a mudanças internas na empresa não foi possível realiza-la, e já fica sob responsabilidade do representante da ESANE presente, agendar uma data para tal apresentação. Sr. Bruno sugere que seja feita na próxima reunião do conselho dia onze de dezembro. Sr. Marco Aurélio sugere que seja feita apresentação de um novo projeto pois o que foi apresentado anteriormente dificilmente será aprovado. Maurício sugere que a comunidade contrate um técnico alternativa técnico para propor uma alternativa. O subsecretário de ambiente, Fernando Horta, propõe que seja criado um Grupo de Trabalho para tratar a proposta da ESANE junto à comunidade, de forma participativa. Para compor o GT apresentaram-se: Marcelo(SEMA), Bruno(Pequena Semente), Aldo, Cida, Cristiano, Paulo Cesar(Defesa Civil), Alucimar, Marcelo (SEMOB) e Livia(SEMA). Fernando Horta sugere que as deliberações sejam apresentadas na próxima reunião do SANAPA e a plenária concorda.</p> <p>Adiante, Sr. Maurício dispõe sobre a apresentação do Projeto de Sinalização Turística do Vale do Peito do Pombo, fala que a Fesportur, inicialmente, estava com um projeto de sinalização para o Sana como um todo, mas que com dificuldade de adquirir recursos, o projeto foi se limitando ao Vale do Peito do Pombo. Explica todo o processo de elaboração do projeto e convida a Turismóloga Aline, da Fesportur, para iniciar a apresentação.</p>

	<p>Aline se apresenta e coloca que o projeto foi elaborado por uma equipe de trabalho multidisciplinar, que contou com servidores da Fesportur, Sema, Secom e Defesa Civil. Fala que o projeto foi conceituado com base em publicações do Ministério do Turismo sobre turismo sustentável. Fala que o Curso de Capacitação de Condutores de Ecotrilhas, iniciado em outubro, é complementar ao projeto de sinalização. Então prossegue a apresentação do material físico e conceitual das placas.</p> <p>Após a apresentação das placas Fernando Horta parabeniza toda a equipe pelo trabalho. Sr. Cristiano fala sobre a lenda do Peito do Pombo que está proposta para uma das placas, afirmando que não concorda que esta lenda seja colocada, pois a população nascida e criada no Sana não se identifica com ela. Depois de uma longa discussão sobre a colocação ou não da lenda, ficou acordado esta será denominada como 'conto' deixando bem clara a procedência deste, e ao lado um material histórico sobre a conquista da Pedra do Peito do Pombo pelo alpinista Ricardo Menescal. Fica aprovado o projeto de sinalização com unanimidade com a ressalva de que haverá as alterações discutidas na reunião.</p> <p>O Sr. Pablo, atual diretor de saneamento e representante da ESANE, se apresenta e também a Sra. Janaína, engenheira. Comunica a inauguração da nova ETE no dia dezoito de novembro, no Sana e em Glicério. Coloca que a nova estação já está em operação, e a estação antiga será enviada ao pátio da ESANE onde será avaliada a sua reutilização. Coloca que a ETE antiga operava com 82% de eficiência, mas pelo fato do Sana ser uma Unidade de Conservação e ainda receber muitos turistas, necessitou-se que uma estação de tratamento terciária fosse instalada. Fernando Horta lembra da importância da participação da ESANE no Grupo de Trabalho formado no início da reunião e pede atenção para as perspectivas de uma ETE na Glória. Pablo fala sobre as instalações dos sistemas individuais de tratamento de esgoto em virtude da dificuldade de se fazer uma rede coletora na área. Pablo informa que a ESANE está pensando numa ação emergencial para o Sana no verão, para suprir a falta de água.</p> <p>As 12:50h encerra-se a reunião, secretariada por mim, redator desta ata, abaixo assinada pelos conselheiros presentes.</p> <p>SEMA</p> <p>Titular: Marcelo Loureiro</p> <p>Suplente: Jamile Halla</p> <p>ESANE</p> <p>Titular: Pablo Caetano</p> <p>Defesa Civil</p> <p>Titular: Paulo César Rezende</p>
--	---

	<p>SEMOB Titular: Marcelo Barcellos</p> <p>FESPORTUR Titular: Vânia Hatab</p> <p>APPACTS - Titular: Pedro Gabriel de Almeida Suplente: Jéssica Denise de Oliveira</p> <p>APPAF - Titular: Marcos Aurélio P. Araújo</p> <p>AMPRETCS Titular: Nilson Mozer</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SANA Titular: Cristiano Peçanha</p> <p>GDEPS Suplente: Bruno Szuchmacher</p> <p>AMAGLOSORTE - Titular: Patrícia F. da Veiga Suplente: Luiz Gonzaga</p>
--	---

	Presidente Gerson Lucas Martins
	Secretário Executivo Mauricio Saes

ANEXO F – ATA DA REUNIÃO DO DIA 19 DE MAIO DE 2016 DO CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA

	<p><u>ATA DE REUNIÃO</u></p>
 <p> ana Área de Proteção Ambiental Macaé - RJ </p> <p>Tipo de Reunião: ORDINÁRIA</p> <p>Data: 19/05/2016</p>	<p style="text-align: center;"><u>CONSELHO GESTOR DA APA DO SANA - SANAPA</u></p> <p>Pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Renovação da grade do Sanapa para o biênio 2016/2018; 2) Informes Gerais.
	<p>Conferido o quórum, às 10h30min, inicia-se a assembléia ordinária, com a Sra. Livia Souza anunciando a ordem do dia, ou seja, abertura da reunião, verificação da presença e a aprovação de pauta, caso haja alguma proposição. O secretário executivo informa que não enviou a ata da reunião anterior para aprovação, pois esteve envolvido com o cadastro ambiental rural. Informa que fará o envio por e-mail para que seja aprovada. Com relação aos informes que a Sema tem a fazer sobre a pauta do dia, Livia lê artigos do regimento interno do Sanapa que se referem à composição do conselho e à exclusão de entidades faltosas. Sugere que a avaliação das entidades passíveis de exclusão seja feita após a renovação do Conselho, que se dará em outubro. O Vice- presidente do Sanapa informa que entrou em contato com os secretários das pastas que compõem o Sanapa e estes disseram estar passando por momento de transições na secretaria, mas reafirmaram o interesse em participar do Conselho. Reforça a sugestão de que as exclusões sejam analisadas a partir da próxima composição do conselho. O Secretário executivo fala do compromisso que os conselheiros devem ter com o Conselho, independente das mudanças por que passam as secretarias, informando à secretaria executiva das mudanças internas para que as atualizações possam ser feitas. O Sr. Márcio Nascimento reforça que as entidades faltosas devem ser procuradas e que o conselho deve ser fortalecido e não esvaziado. Livia fala que as instituições da sociedade civil devem estar devidamente habilitadas, segundo a legislação civil. Quanto a frequência que as documentações devem ser apresentadas, corresponde à renovação do Conselho, ou seja, a cada dois anos. Informa que as substituições dos membros devem ser solicitadas por ofício encaminhado ao Presidente do conselho. Defende que caso não</p>

	<p>venha o titular ou suplente da entidade do Sanapa à assembléia, uma terceira representação possa ser indicada, por ofício, para a assembléia em questão. O Sr. Cristiano defende que quando a terceira representação for o próprio secretário da pasta, o ofício torna-se desnecessário, pois ele é o representante maior da pasta. O Sr. Márcio sugere que essas questões estejam em regimento interno, propondo que este seja revisto. Continuando, Livia afirma que, segundo o setor jurídico da Secretaria de Ambiente, os documentos necessários por parte da sociedade civil são: carta ou ofício informando o interesse da instituição em participar do Conselho, bem como a indicação dos conselheiros; o CNPJ atualizado; a ata da constituição da instituição; a ata de posse da atual diretoria; ata da assembléia de eleição dos representantes titular e suplente do Sanapa; ata da última assembléia da instituição; estatuto social, que deve estar registrado em cartório e os documentos do representante da instituição no conselho. O Sr. Márcio defende que a ata da assembléia de fundação da entidade, a ata da assembléia de eleição da atual diretoria e seu estatuto devem estar registrados em cartório. Ressalta a necessidade de entender as entidades segundo seus estatutos no que se refere à regularidade das assembleias da instituição. Fica definido que as atas das assembleias de constituição da instituição e da eleição da atual diretoria, a ata da última assembléia bem como o estatuto social da instituição, devem estar registrados em cartório. Suas cópias serão conferidas com os originais pelo secretário executivo do Sanapa. As entidades cujos representantes sejam membros da diretoria ficam isentas de apresentar ata da assembléia que indicou tais membros. Reforça que a não apresentação de tais documentos pode implicar na exclusão da mesma. Afirma ainda que o regimento interno trata da legalidade da instituição e não de sua idoneidade. Acrescenta que a idoneidade deveria ser comprovada caso o conselho administrasse recursos. O vice presidente afirma que o Sanapa pode pleitear projetos de outras fontes pagadoras, como o Fundo ambiental, por exemplo, para realizar projetos para a APA do Sana. Diz que o fundo ambiental está aberto a receber tais projetos. Livia diz que não há legislação que obrigue o repasse do ICMS verde para as unidades de conservação e que há no FUNDAM uma verba destinada para APA do Sana e outras unidades de conservação, que acabam sendo redirecionadas ao longo do ano, por conta de crises e outras prioridades. Afirma que o problema do fundo não é o Secretário de Ambiente e sim a gestão do fundo que sempre emperra o andamento dos processos. Afirma que o Fundo é uma entidade independente da secretaria de ambiente, administrativamente falando. Reforça que os editais de outras fontes financiadoras são os melhores caminhos para executar projetos. O Sr. Cristiano fala que pedir apoio das pousadas e comércios locais, depende de uma mudança de opinião por parte desses empresários, pois no entendimento atual, o recurso deles deve ser investido em seu negócio e não no Sana. Afirma que há um desgaste muito grande, pois se esforça para escrever projetos e levantar prioridades para, por fim, a verba ser desviada para outro objetivo. O vice presidente informa que todos os projetos enviados à Sema são avaliados e passam pelo crivo dos técnicos, acrescentando que a morosidade no processo é por conta da Sema ser totalmente legalista. Sugere que o Sanapa crie uma câmara técnica de projetos, para submetê-los à prefeitura. O secretário executivo fala que isso é uma perda de tempo e que tais projetos devem ser submetidos a outras fontes de recurso. O vice presidente afirma que o fundo, esse ano, tem o orçamento bastante comprometido, com a reconstituição da Ilha</p>
--	--

	<p>Leocádia, que vai virar uma Unidade de Conservação. Reafirma que os projetos apresentados à secretaria de ambiente serão avaliados e submetidos ao Fundo Ambiental. Afirmo que uma solução que está sendo estudada pela Secretaria de ambiente para dar mais operacionalidade ao Fundo é a criação de editais. Fechando o assunto da renovação do Conselho, fica combinado que a secretaria executiva irá informar os documentos necessários a serem apresentados. Acrescenta que quando chegar outubro, a tabela de presença será zerada e que uma nova contagem de faltas iniciar-se -á a partir daí. Diz que será necessário definir prazos para a entrega dos documentos, que segundo o regimento interno é de 30 dias antes da renovação do Conselho. Livia sugere que esse prazo seja estendido para 45 dias antes da data da renovação. Precisar ser vista a data da divulgação das entidades habilitadas a participar do conselho, bem como a data da reunião de posse dos conselheiros e recondução do secretário executivo. Feito tudo isso, deve ser acertada a data da publicação da renovação do Sanapa. Dando seguimento, Livia pede que sejam passadas ao secretário executivo quaisquer informações sobre projetos que as entidades venham desenvolvendo, para que sejam apresentados nos assuntos gerais. Informa que o coletor de óleo de cozinha está agora instalado no Macaé facilita. Nos assuntos gerais, Livia propõe a criação de câmaras técnicas do Sanapa, lendo o que diz o regimento interno a seu respeito sobre sua constituição e competência. Propõe a criação das seguintes câmaras técnicas: Institucional Legal; Instrumento de gestão e educação ambiental, comunicação e mobilização. Fala ainda sobre os grupos de trabalho, que podem ser formados independentes das câmaras técnicas, deliberado pela própria plenária. Reforça que com o trabalho das câmaras técnicas, a pauta do dia tem mais fluidez e eficácia. Sugere que essa proposta seja avaliada pela plenária para que na próxima assembléia seja deliberada a criação das câmaras técnicas. O secretário executivo diz que na atual conjuntura o conselho não tem como constituir tantas câmaras técnicas, por conta da falta de participação efetiva dos seus membros nela. Sugere que seja criada apenas uma câmara técnica, de instrumento de gestão, que é a mais urgente, por conta dos temas que tem para tratar. O Sr. Carlos Jeronymo diz que há uma grande confusão sobre a questão da legislação pública em áreas privadas, pois a APA é constituída por áreas privadas e, portanto, não compete ao poder público legislar e normatizar sobre essas áreas. O Sr. Márcio diz que deve ser levada em conta a legislação vigente e o interesse difuso da comunidade. O vice presidente diz que a câmara técnica deve levantar as informações e que a decisão política caberá à plenária. Defende a criação de grupos de trabalho para tratar de empreendedorismo ecológico e análises de projetos. O Sr Carlos pergunta ao conselho qual a identidade do Sana, quem é o povo do Sana, o que o Sana produz. Diz que quando se faz uma ação na comunidade deve se levar em conta essas perguntas. O Sr. Luiz Nascimento diz que o excesso de contingente foi tirando a identidade do Sana. O Sr. Carlos diz que a intenção era lançar a pergunta para os gestores do Sana, para saber se estes conhecem quem são as pessoas do sana, o que elas fazem, qual a sua identidade. Com a palavra, o Sr. Rogério Valença diz que o que foi dito é no intuito de conhecer a realidade do Sana para propor coisas adequadas à realidade do local. Paulo César afirma que o Sana é formado por pessoas que trabalham em produção agrícola e não só pelas pessoas do arraial, que quem pensar apenas no Sana como o arraial vai errar na sua análise. O Sr. Marcello Loureiro diz que é preciso fazer um</p>
--	---

	<p>inventário turístico do Sana, para que se saiba o produto turístico do local. O vice presidente sugere que seja constituído um grupo de trabalho voltado para o empreendedorismo. Com a palavra o Sr. Cristiano fala que as visões sobre o Sana são micro e que cada um tem um olhar sobre o Sana. Afirma que para muitas pessoas a identidade do Sana é o que elas encontram no centro do Sana, em um sábado a noite, durante o feriado. Que a doideira vista nessas ocasiões é confundida com a identidade do local. Reclama o fato de não haver lugar algum que conte a história do Sana, seus documentos importantes que contam a construção do lugar. Cita o exemplo de pessoas da localidade que tem seu comércio nas calçadas, mas reclamam quando pessoas de fora chegam e colocam suas barraquinhas na rua. Ambos não têm autorização para tal e precisam de regulamentação. Afirma que quando um comerciante vê a quantidade de pessoas que vem ao Sana, ele pensa apenas em estabelecer um negócio que atenda seus lucros, sem responsabilidade com o local. Conclui que sempre sonhou com o turismo ambiental no Sana, mas diz que isso fica difícil, se, durante a noite, o som alto atordoia o Sana. Diz que ampliou muito sua visão sobre as questões ambientais, mas vê o quanto é difícil isso no Sana. O Vice presidente cita o projeto TAMAR que contratou caçadores de ovos de tartarugas para serem guias em atividades de turismo ambiental. Sugere que no Sana seja fomentado um empreendedorismo sustentável para tentar mudar a realidade local. O Sr. Márcio cita a tradição do futebol que é bem característico do Sana que, por falta de diálogo, faz com que alguns impactos sejam causados por parte dos visitantes que vem exercer essa prática no Sana. Refere-se ao uso desregulado que os visitantes fazem das áreas públicas, que, em alguns casos, causam transtornos aos moradores. Lívia reforça a importância da criação da câmara temática para que os assuntos recorrentes nas assembléias possam ser desdobrados sem que haja desgaste da plenária. Com a palavra, o Sr. Rogério Valença, diz que o projeto de Lei do Pousio foi encaminhado para a Câmara dos Vereadores e está aguardando a sua votação. Fala sobre o empreendimento coletivo agrícola do Sana, afirmando que a agricultura familiar municipal tem uma célula no Sana. Essa agricultura faz o fornecimento de gêneros para a merenda escolar e o Sana contribui com banana e aipim, principalmente. Fala que de junho a dezembro de 2015 foram fornecidas 40 toneladas de banana prata, sendo a metade dessa produção oriunda do Sana. Diz que o Sana faturou 60 mil reais só com a banana prata, embora tenha vendido outros gêneros. Fala que a associação APAF está pleiteando uma área pública para beneficiamento de alguns produtos agrícolas, área essa que fica perto da estação de tratamento de esgoto. Nesse local, que funcionará como entreposto, será instalada uma cama frigorífica. Pede ao conselho que encaminhe um ofício para a secretaria de agroeconomia, apoiando a compra dessa câmara frigorífica bem como a doação da área pública à Associação de produtores e agricultores familiares do Sana. A plenária delibera favoravelmente ao envio do ofício para a secretaria de agroeconomia. Cristiano diz que um dos compromissos do presidente da APAF, Marcos Aurélio, ao apresentar o projeto em reunião da Associação de Moradores do Sana, foi o de apresentar o projeto em sua íntegra, garantindo que ele será feito dentro de padrões estéticos adequados ao Sana. A sra. Lívia pergunta se há alguma determinação para que a produção da agricultura familiar seja orgânica e que não sejam utilizados defensivos agrícolas. A sra. Lívia diz que existe uma associação de agricultores, na região do Tirol, que é replicadora de certificação orgânica, afirmando que pode passar o contato da instituição para o Sr.</p>
--	--

Marcos Aurélio. Finalizada toda a pauta, sem mais nada a deliberar, encerra-se essa assembléia ordinária, as 12:54, secretariada e abaixo assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

SEMA -

Suplente: Marcello Loureiro

ESANE –

Titular- Pablo Moreira Caetano

COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL

Titular: Paulo César Rezende de Jesus

SECRETARIA DE AGROECONOMIA-

Titular: Rogério F. de Carvalho Valença

SANA FUTEBOL CLUBE

Suplente. Alexandre Haddad

GDEPS

Titular: Luiz Nascimento

APPAC TORORÓSANA

Titular: Márcio Nascimento

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SANA

Titular: Cristiano Peçanha

	<p>APAF SANA</p> <p>Titular: Marco Aurélio P. Araújo</p> <p>AMPRET-CS</p> <p>Titular: Nilson Mendonça Mozer</p> <p>VICE PRESIDENTE:</p> <p>Henrique Charles</p> <p>SECRETÁRIO EXECUTIVO</p> <p>Mauricio Saes</p>

Sana, uma lo

No aroma da Guaquica, a embriaguez d

cheiro da alfazema. Ah, S

Século XIX. Corre na Europa a notícia de que o Brasil precisava de mão-de-obra para o campo. Italianos, suíços e alemães migram para o Brasil na promessa de enriquecer com lavouras. É o ciclo do café e a consequente povoação de novos territórios.

Vindos de Friburgo, os novos colonos chegam a uma terra ainda desabitada, de inestimável riqueza natural, na região da Mata Atlântica. Ansiosos por iniciar a lavoura de café, dividem as terras entre si e fundam ali um pequeno vilarejo. Segundo dados de Sol, "não é sabido ao certo se herdou o sobrenome da primeira família a se fixar no local, mais especificamente no Vale do São Bento, entre 1850 e 1870, ou se foi assim denominada por imigrantes vindos da Suíça que, maravilhados com a sua beleza natural e a fartura pluvial, batizaram o novo povoado com o nome de um rio francês - o rio Sena". Mas, de uma forma ou de outra, nasceu o Sana.

A mata nativa começa a ser derrubada, e cedros, rosas, braúnas, ipês, Jequitibás rosas dão lugar às plantações de café. Algum tempo depois, o Sana teria sua economia impulsionada por essa cultura e viveria sua época de ouro no período que vai de 1900 a 1930.

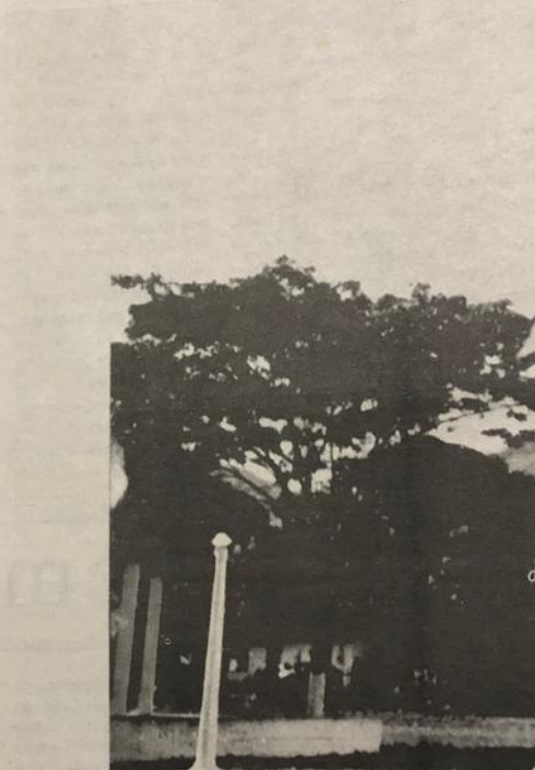
Atraídos pela movimentação do lugar, che-

gam também comerciantes, padeiros e farmacêuticos, e o Sana passa a contar até mesmo com um pequeno teatro e um mini-mercado. Seu Daumacih conta que "a vida era muito boa. A moeda quase não circulava e a troca era feita em mercadoria. Não faltava nada na cidade. Já a luz elétrica a gente não tinha, não. Mas o lampião e o farol de bambú davam conta da iluminação". A roça exauria, exigia dedicação e trabalho, quase em tempo integral. "Mas mesmo assim, todo dia de sábado a gente dançava uma arrasta pé gostoso no forrozinho", diz ele. Tocando as parituras feitas pelo seu Plaucides Benavides Ceh, pai de Daumaci, a banda de música sacudia a noite toda. "E quando era festança, mas festança de verdade, não acabava antes de três dias", lembra ele.

Segundo Daumaci Ceh, "naquela época, distante do progresso e dos carros, todo a produção era levada no lombo do burro até a região metropolitana mais perto, hoje chamada Cabo Frio. Eram quase dez dias de viagem. Quando fundam a cidade de Casimiro de Abreu, e a linha de trem, a produção também passa a ser escoada por esta rota".

A crise do café

Mas o Sana fazia parte de um universo produtor de café. O Brasil inteiro

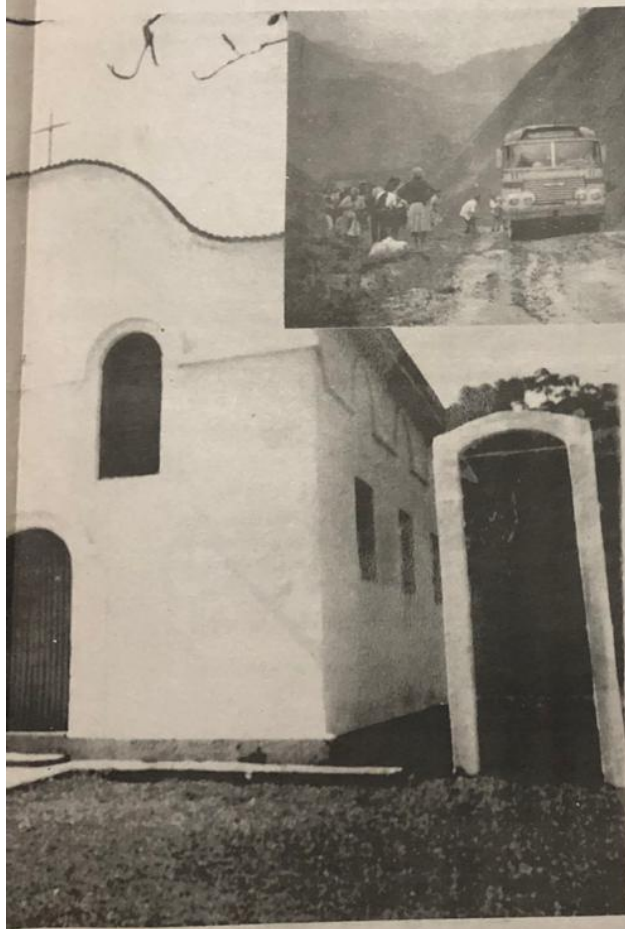


No cent

longa história

da mata verde. No mel dos teus beijos, o Sana, que saudade de ti!...

Foto: Raquel Kremer



Sana (1988). No alto: o ônibus nº 11 (1983). Embaixo: antigo cartório (1984).

dedicava-se a esta cultura, que mesmo também destinando-se ao consumo interno, tinha sua base lucrativa voltada para a exportação. Acontece que em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, muito ligada ao sistema que regia as relações econômicas entre os países, o sistema financeiro mundial entra em crise. E o café para de ser comprado.

Foi então que, em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, pregando o nacionalismo e a proteção da nossa economia contra os interesses estrangeiros. Conforme os dados coletados por Sol em pesquisa feita na Associação de Moradores, "várias medidas são tomadas durante o seu governo, visando substituir uma produção em crise que não gerava mais lucros. Entre elas, a substituição das lavouras de café pela pecuária extensiva. Como incentivo, o governo subsidia a alimentação do gado doando sal àqueles produtores que passassem a criá-los. Fora as pastagens, os cafeeiros também são substituídos pela cultura da banana da terra, também bastante lucrativa".

Então, lá pelo ano de 1945, o Sana começa a sentir os efeitos da crise do café, e a região começa a se afogar. A padaria, o teatro, o minimercado e a farmácia fecham. A coisa

fica estagnada por algum tempo, e a história permanece sem maiores acontecimentos.

Algumas décadas depois...

Como no universo, nada permanece igual e tudo acaba se transformando. Por volta de 1972, novos moradores começam a chegar ao lugar, são os "cabeludos". Procurando uma forma diferente de convivência, não inerente ao sistema, eram pessoas que pregavam a paz e o amor. Sol conta que "o Sana, com toda a sua natureza e fartura, acaba se apresentando como o lugar ideal para uma sociedade alternativa, que acaba se formando no Peito do Pombo". Ideologias à parte, a coisa acaba se desfazendo em 1979.

Em 1986, mais um acontecimento muda a rotina do Sana: a chegada da luz. Chegam também o rádio e a televisão.

Pouco a pouco, a cidade começa crescer novamente. Quatro anos depois, em 1990, a população aumenta e, de lá pra cá, gente nova chega ao Sana quase todos os meses. Para se ter uma idéia, "em 1970 a população urbana era de cerca de 136 pessoas, e agora ultrapassa as 800, em compensação a população rural e urbana juntas, hoje, chegam a mais ou menos 2.000 pessoas", conta Sol.

Proença: uma doce tradição

Quem não respira no Sana a brisa que vem com o final da tarde? Nos tempos áureos do café, a vida se fartava em festa quando o céu se avermelhava, fosse no São Bento, na Cascata, no Quilombo, na Cabeceira ou no São Romão. As mulheres largavam seus afazeres, os homens a foice. Eram descendentes de imigrantes, numa mistura de negros, brancos e mulatos. Podia-se ver neles a alegria de viver, o amor pelo próximo, o cheiro da broa, do doce de laranja, do milho assado, do capado na brasa. Eram noites em que o saafoneiro fazia o galo cantar mais tarde. E foi nesse ambiente que se criou tanta gente bonita, como o seu Juvelino Proença

“Não teve outro jeito. Hoje em dia, tem mais gado que qualquer outra coisa”, afirma Seu Juvelino, 83 anos, nascido e criado no Sana. Mas não foi sempre assim. Antes, mais especificamente nos dois primeiros decênios deste século, os morros eram encárnados de cafezais, parecendo de longe uma grande mancha vermelha, até que as medidas do presidente Getúlio Vargas incentivarão a pecuária, que passou a ser a base econômica da região. É claro que, paralelamente a essa atividade, outras culturas continuaram existindo, como a de banana-da-terra — a banana-prata e a d’água não eram quase cultivadas devido à pequena procura para a compra. “A gente despachava a banana daqui para o Rio de Janeiro, no lombo do animal, para ser vendida no Mercado Municipal. No caminho, era preciso atravessar o rio Macaé, que tinha seu volume d’água sempre muito alto. Então nós éramos obrigados a tirar a cangalha dos animais, passar na canoa e recolocar a carga quando chegávamos à outra margem. Naquela época, o qui-

lo da banana era vendido na base de 300 réis. Quando era estação fria, o preço era sempre melhor do que na quente”, relembra Juvelino.

Juvelino Proença foi também vereador eleito por Macaé em dois mandatos, há quase quarenta anos. Ele conta que naquele tempo, “Macaé era igual a uma fazenda, com cento e poucos funcionários e uma renda que não chegava 2.500 contos de réis. Só depois é que aumentou para mais de 3 mil contos. Mas foi apenas quando a Petrobrás se instalou na região que a situação melhorou de verdade”.

Lixo: um mal que pode se evitado Indagado a respeito do problema da coleta e destino do lixo do arraial do Sana, realizada por Edgar Gomes, Juvelino Proença nos respondeu que não tinha uma opinião concreta a respeito do trabalho dele por não ter um conhecimento maior sobre este assunto, mas, ao mesmo tempo, afirmou que “aprecia demais a limpeza”. Para ele, “não se pode jogar lixo perto do rio, senão a água fica ruim. As pes-

soas bebem e se banham nesta água e se ela ficar suja, a gente pode pegar uma doença”.

Outro ponto que Juvelino chama atenção é a respeito da instalação de fossas em todas as casas da região, o que é imprescindível para que o rio se mantenha limpo e saudável. “Todo mundo deve se responsabilizar em manter os córregos limpos. Aqui no São Bento, todos temos fossas nas casas, pois este é o procedimento correto.”

Casa Grande e Senzala

A casa em que Seu Juvelino mora, com cerca de 150 anos, é um patrimônio histórico mantido até hoje graças aos seus cuidados e de seu pai. Quando a família se mudou para lá, em 1922, a estrutura foi toda restaurada, desde as tabuinhas do telhado até os alicerces da construção, mas sempre mantendo as características arquitetônicas. “Para se ter uma idéia de como esta casa é antiga, até algum tempo atrás ela ainda tinha uns escombros de senzala. Hoje, isso já não existe, mas a casa principal está muito bem conservada.”



“Nem tudo pode ser tim-tim-por-tim-tim do jeito que a gente quer, embora a gente possa sempre melhorar. Mas o importante é ter um bom coração”

Juvelino Proença

RESTAURANTE PROENÇA

Rei da comida caseira e dos sucos naturais como açaí com granola e refeições. Lanches, sorvetes, etc.

Chegada do Sana Saulinho e Família



VENDAS - (0247) 629158 - 5º DISTRITO DE MACAÉ - RJ

BAR AMIGOS

Espaço Cultural
Música ao vivo
Drink's importados
Petiscos especiais
Cerveja geladíssima!!

Chegada do Sana

Arlete Monteiro: A família numa mão e a enchada na outra

Dona Arlete Monteiro é mais uma das pessoas que trabalharam para que o Sana seja o que ele é hoje. Traz na marcadão na mão um dos símbolos da região: a enchada, o trabalho na lavoura, o contato com a terra. Nascida na Cabeceira, de origem humilde, enquanto a mãe costurava em casa para sustentar a família, Arlete ia para a roça ajudar a mãe nas contas. Já com 11 anos, levantava com os primeiros galos e ia para a lavoura com a irmã. "O pessoal reclama que a vida hoje é difícil, mas já foi muito pior. Na época, o que a gente tinha para comer era pepoca de banana verde, inhame e farinha", lembra.

Com cerca de 26 anos, Arlete se casou com o tropeiro Edí Oliveira. Enquanto ele transportava a produção do Sana para outros lugares, Arlete trabalhava no sítio que tinham na Cabeceira. Mais tarde um pouco, construíram uma casa no Sana - onde Arlete mora até hoje - para facilitar o trabalho de tropeiro do marido. Quando Edí adoeceu, Arlete passa a trabalhar sozinha, e sozinha sustenta a casa. "A minha vida tem sido de muita luta. Mas eu não me importo, tenho o coração limpo. Hoje, com o meu filho Luiz crescendo e me ajudando, as coisas

melhoraram muito", fala Dona Arlete. Dona Arlete tem 3 filhos: Merlete, Maricena e Luis. Os dois primeiros são frutos do casamento com Edí. Luis é filho do segundo casamento, com o finado Geraldo José de Jesus.

Lembranças de Geraldo de Jesus

"Fui apaixonado pelos meus dois maridos. Amei muito o Geraldo, ele era uma pessoa muito maravilhosa, que fazia amizade com todo mundo", diz Arlete. Ela conta que eles só brigavam quando ele bebia, mas também não era briga, era "só um pito". "Quando ele bebia, eu pegava ele e trazia para casa, dava comida na boca, tratava igual criança", conta. O filho Luiz também tem histórias para contar sobre o pai. "Ele era bom demais", fala o filho. E lembra: "o único problema do papai era quando ele bebia. Eu não gostava, sempre pedia para ele não beber. Ai teve um dia que ele chegou em casa e foi dormir. Eu fui lá. Pinte o rosto dele com carvão, tinta de urucum e batom. No dia seguinte, quando ele acordou, não queria sair do rosto. Ai eu falei que era para ele aprender a não beber".

Mas Geraldo era antes de tudo uma pessoa muito feliz e muito animada. Dona Arlete conta que, há uns dez anos atrás, quando ia aos bailes com Geraldo, os dois dançavam de se acabar. "Naquela época não era festa como as de hoje, eram bailes, forrós feito nas casas das pessoas", fala Dona Arlete.

Os dias de hoje

"Ainda hoje trabalho na terra, só que agora cuido dos quintais de algumas pessoas. Já não aguento como antes, a gente tem mais força quando é novo. Mas mesmo assim ainda tenho muita disposição", fala a mulher.

Ela diz que a pessoa é dona da própria saúde, mas que não se pode deixar o corpo relaxar. "Se a gente acorda mal, tem que vencer. É levantar e ir a luta que a gente fica bom. Eu ainda hoje tenho muita disposição para tudo, só não gosto de trabalhar em casa. Eu gosto mesmo é da lavoura, da terra e da tranquilidade", finaliza.



Arlete Monteiro e o filho Luiz

1º FESTA DO SANFONEIRO DA REGIÃO SERRANA
BARRA, SANA, CABECEIRA

LOCAL: POUÇADA SÃO PEDRO

PROGRAMAÇÃO:

DIAS 10 E 11
DE AGOSTO

DIA 10 - SÁBADO

09:00hs - ABERTURA DO TOQUE DO SANFONEIRO

12:00hs - FAU DE SACO

13:00hs - CONCURSO DE PIPA

18:00hs - CONCURSO DO MELHOR SANFONEIRO

18:30hs - QUEIMA DE FOGOS

19:00hs - CONCURSO DO MELHOR SANFONEIRO

21:00hs - CONJUNTO FORRO PESADO

DIA 11 - DOMINGO

09:00hs - ABERTURA

10:00hs - CONCURSO DO CAVALO MAIS BONITO

10:30hs - PROVA NA BARRA

PROVA NA CADEIRA

PROVA DA CORDA

PROVA DE LANÇA

14:00hs - CONCURSO MIRA

CORRIDA DE SACO

DOVO NA BOLHER

18:00hs - SHOW COM A BANDA ELO GAÚCHO



REALIZAÇÃO

Políticos tentam enganar sanenses

Por Antenor Lima de Souza

A população do Sana foi tomada de grande surpresa e enorme expectativa quando um vistoso cartaz começou a aparecer, colocado em alguns pontos do arraial e também na cidade de Macaé, anunciando um pomposo título: I Circuito Turístico-Ecológico do Sana. O evento, apoiado pela deputada estadual Tania Jardim, pelo presidente da Câmara Municipal de Macaé, Sr. Paulo Antunes e pelo candidato a vereador, Sr. Ica, e com a participação especial da secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Macaé, tinha como objetivo arrecadar fundos para apoiar o Projeto Pequena Semente, única entidade de defesa ambiental que efetivamente atua na região, e constava da seguinte programação: cavalgada ecológica, hipismo rural, provas hípias, concurso de marchas, circuito mountain bike, circuito boiagem, caminhada ecológica, abraço ao Rio Sana, gincaza olímpica, show ao vivo, bingô de 1 vídeo cassete, relógios, liquidificador, ventilador, potro e potra manga larga e bezerras.

Um enorme palco foi montado pela Prefeitura de Macaé, em terreno cedido pelo Sr. Bino Cardoso. Segundo ele, "o evento era para ajudar o Pequena Semente".

Acontece que, para decepção e frustração de todos, o tal Circuito era uma espécie de 1º de abril e, com exceção da apresentação dos grupos musicais e da caminhada realizada pelo Pequena Semente, nada do que foi programado aconteceu.

A população, revoltada, desabafou: "usaram o nome do

Pequena Semente para fazer politicagem barata", diz Eduardo, dono do restaurante Casa de Pedra. "Não vi nada", reclamou seu Waldit Grativol. "É politicagem pura", denunciou o Sr. Meir Rezende, tradicional figura da comunidade. "Não houve boiagem nem qualquer outra competição", desabafou Sil.

O Sr. Márcio Nascimento, presidente do grupo de defesa ambiental, recusou as camisas ofertadas pelos políticos, com propaganda dos candidatos, e recusou-se a apoiar o evento e, no final, recebeu das mãos dos organizadores a quantia de R\$ 96,00, enquanto é sabido que a Prefeitura gastou com evento quase R\$ 5.000,00.

Faltou seriedade, honestidade e competência, qualidades que estão ausentes na maioria dessa classe política que há anos governa o Município de Macaé, usando e abusando do dinheiro público para promoção pessoal, na tentativa de manter os privilégios advindos do poder.

Propaganda enganosa e crime previsto em lei. Centenas de turistas regressaram decepcionados com estas farsa-festa apoiada pela Prefeitura de Macaé e políticos sem compromisso com o povo e sem propostas sérias.

O Sana não precisa deste tipo de evento. Necessita sim, mais uma vez falando, de infraestrutura, tal como luz elétrica, meios de transporte, saneamento básico, estradas e proteção ambiental para receber os turistas que aqui aparecem, vindos de todas as partes do Brasil e do mundo, sem nenhuma propaganda enganosa.

Hospedagem nem um pouco convencional

A Tabá Pindorama está comemorando 20 anos e prova que o alternativo dá certo. Hoje, quem pára lá, participa de vivências com ervas medicinais, ioga e desfruta de muito sossego



O Poço da Tabá

Em 1975, quando Jamil chega ao Sana, nasce a Tabá Pindorama. No início, o terreno era toco cortado e bananeira. A partir daí, Jamil começou um trabalho de reflorestamento no sítio, que hoje tem mais de 25 espécies de árvores nativas e introduzidas, além das frutíferas. Hoje em dia a Tabá Pindorama é uma pousada muito simpática e agradável que tem também área para camping e vizinha à cachoeira Mãe. Mas além de oferecer uma agradável estadia, a Tabá Pindorama tem um trabalho focado na cultura brasileira, no verde e amarelo, nas raízes nacionais.

Este ano, a Tabá comemora os seus 20 anos com uma série de atividades. Entre elas, está a vivência das ervas medicinais - Ervas Medicinais Nativas e Espontâneas na Mata Atlântica: Primeiros Contatos/Visão Popular - que teve seu primeiro módulo realizado no final de março. "Nesta primeira etapa, fez-se o reconhecimento prático de 90 ervas, onde a pessoa via, sentia e cheirava a planta para aprender a conhecê-la e saber sua função medicinal ou mágica. Mas quem não

participou desta vivência poderá participar da outra sem perda do conteúdo, já que foi combinado com o grupo que iríamos repetir a identificação das ervas", explica o erveiro. A vivência foi feita durante um final de semana, no qual o grupo caminhou cerca de 12 horas pelo mato fazendo o reconhecimento. Segundo Jamil, menores de Macaé trazidos por algum órgão, crianças, alunos da escola e moradores do Sana ficarão isentos do pagamento da taxa de participação. "Inclusive, eu já me coloquei a disposição da escola para este trabalho, como já foi divulgado anteriormente neste jornal, e estou apenas esperando que esta ou algum interessado entre em contato comigo para marcarmos uma data". Além disso, "terá uma vivência para a malucada, que

comunicação alternativa na qual eu estou divulgando a fitoterapia, as práticas naturais, a alimentação natural, a ioga e o tai-chi-chuan", explica o erveiro. E os trabalhos mais significativos feitos durante estes 20 anos de Tabá Pindorama são as campanhas de reflorestamento de espécies nativas e da vegetação na beira-rio, nas encostas e nas fontes, além da divulgação de tratamentos terapêuticos alternativos. "Outro trabalho muito importante é o Projeto Arca de Noé, de reintrodução de animais silvestres na mata, que ainda é meio 'pé descalço'. Por isso estamos pedindo o apoio de biólogos e técnicos que desejem participar", convoca Jamil.

"Gostaria também de chamar a atenção para uma questão: algumas pessoas estão



O albergue com vista para o Peito de Pombo

falta ainda combinar o dia, e que também não será cobrada", diz ele.

Fora a vivência, dia 22 de junho vai ter festa de São João na Tabá Pindorama, com forró, fogueira, barracas e quadrilha! Também até o final do ano, a Tabá Pindorama sediará o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas e o Encontro de Erveiros.

"Estes eventos seguem a linha da Tabá Pindorama, já que se baseiam numa

se aproveitando do termo ecologia, estão querendo aparecer, sem nem saber o que é isso. É bom lembrar que até o comportamento é ecologia, sabia?" E adverte: "o Sana tem condições de ter uma economia e um turismo sustentável. Mas nós precisamos preservar esta Mata Atlântica, plantar espécies nativas, perpetuar os ecossistemas. Mas temos que levar a sério, não adianta desunião nem politicagem", finaliza.

Repuxada
 RENOVE SUAS ENERGIAS
 SUÍTES E CHALÉS À BEIRA RIO
 INFORMAÇÕES E RESERVAS:
 SANA (02-47) 62-6157

4 • PROSA

A luta pelo

Os dois nasceram na lavoura. Ainda hoje trabalham com a enxada e a foice

Eles moram com os dois filhos num pedaço de chão no São Bento. Enquanto o Sana se volta para o turismo, Eunice e Pedro Müller mantêm a tradição que herdaram dos pais: o cultivo da terra.

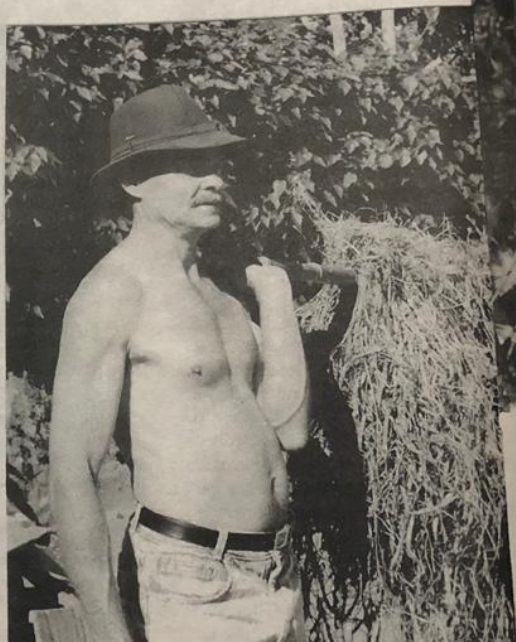
“O Sana é lavoura, mas todo mundo abandonou e plantou capim. Mas para mim o gado não dá nada”, afirma Pedro. “A gente conseguiu tirar resultado de um antigo bananal. Naquele lugar, plantamos banana e inhame, depois rama e feijão. Se fosse pasto, não dava pra ter um gado de leite e um filhote”, completa Eunice.

Os dois nasceram na lavoura. “Com 7 anos, saía de debaixo da peneira e corria para a escola”, conta ele. Ainda hoje trabalham com a enxada e a foice. São aquilo que o Sana tem de mais seu: a expressão viva da terra. Dela se alimentam e do seu fruto vem o sustento. Plantam feijão,

milho, banana, mandioca - ou rama - batata doce, café e verduras. “Pra fora a gente manda o feijão, a banana e a mandioca”.

Mas esses lavradores estão ameaçados. O conflito entre o trabalho do Ibama e as necessidades dos lavradores tem tirado deles aquilo que não só lhes dá o mantimento, mas o único trabalho que realmente lhes agrada: a lida com a terra. Segundo eles, os fiscais do Ibama não tentam conhecer a forma de trabalho dos agricultores locais, além de não informarem o que pode ser roçado.

“O Ibama tem que conversar com a gente, mas ele não quer escutar o que o lavrador tem para falar. Tem que ter alguém capacitado para entender como a gente trabalha, do que a gente precisa. No Sana tem muita terra boa, e podia ter mais fartura, mas o povo está



JAMAICA CAMPING

CURTIÇÃO
LAZER
MUITO REGGAE



CAFÉ DA MANHÃ
SUCOS E DRINKS
MERENDAS NATURAIS

CACHOEIRAS, PASSEIO NO SANA, TREKKING ATÉ O PEITO DO POMBO E PISCINAS NATURAIS
SANA - À 1 HORA DE CASIMIRO DE ABREU (BR 101)
RESERVAS 711-0501 - CAIXA POSTAL 109.903 / C. ABREU



Casa de Pedra
Bar e Restaurante

Comida Caseira natural
Tira-gostos
Produtos do Sana
Picles-queijos
geléias-mel

Som selecionado



PIZZARIA
Sana

o sustento

Doce. São aquilo que o Sana tem de mais seu: a expressão viva da terra.



Do lado, Pedro Müller arregando o feijão. Acima, o filho no café.

com medo de trabalhar. E trabalhar assustado é a pior coisa que tem. Isso aqui dava 12 burros carregados de produto toda semana", diz Pedro. "A gente é pobre, se ganha uma multa, como é que vai fazer?", pergunta Eunice.

Bernardino Proença, outro morador do São Bento, também diz que "o Ibama prejudica a gente. Às vezes a gente precisa roçar um capoeira para botar uma lavoura e recebe uma multa". Afinal: o que pode ser derrubado e o que não pode? Será que alguma autoridade do Ibama já se reuniu com os agricultores da região para esclarecer pontos importantes como este? Eles afirmam que não, e pedem urgência para que algo seja feito neste sentido. "Enquanto a gente puder trabalhar, a gente vai lutando. Mas se a gente ficar preso, o jeito é ir para cidade", lamenta o agricultor Pedro Müller.

"A lavoura também não está dando o preço", afirma Pedro. Mas não porque o produto seja barato, mas porque "os atravessadores levam tudo". O quilo da banana é vendido no Sana por R\$0,13 centavos, quando chega no supermercado atinge a marca dos R\$1,00. Uma das dificuldades para se livrar do atravessador é o acesso à estrada. A estrada até o São Bento é muito precária, e algumas áreas estão completamente isoladas. "A gente não tem bem como botar as coisas para fora, e as pessoas também não tem como procurar as coisas do São Bento", diz ele. Fora as condições da estrada, a ponte de acesso à localidade está quebrada há 2 meses.

Uma das possíveis soluções para estes problemas seria a criação de pequenas associações de agricultores e a união destas em cooperativas.

Segundo o secretário de Agricultura Hermeto Didonet, "Muitos São os benefícios gerados através da formação de pequenas associações de agricultores, entre eles a união do grupo na conquista de objetivos, o fortalecimento na comercialização e padronização do produto, o apoio técnico e de recursos pela prefeitura e participação nos programas voltados para a área".

Para formar uma associação é preciso que sejam feitas reuniões prévias para discutir um objetivo comum - comercialização, apoio financeiro e outros. Depois é elaborado um estatuto e organizada uma comissão, que vai marcar a 1ª Assembléia de constituição da Associação e eleição da diretoria. Este estatuto deve ser registrado em cartório. "A Secretaria de Agricultura está participando e ajudando a organizar o estatuto", afirma Didonet.



Camping da Ilha

ESTACIONAMENTO NO PTO
FINAL DE ACESSO ÀS CACHOEIRAS

ESPAÇO COM SOMBRA À BEIRA-RIO

CAMPING C/ 4 BANHEIROS
SEMPRE LIMPOS PARA SEU CONFORTO

AMBIENTE FAMILIAR

BANDA DE FORRÓ

PARATODOS



BAIÃO FESTAS XOTE

telefone p/contato:

(021) 256-1430 - Denis

(021) 205-1679 - Adriano

Cazulo Azul Oficina de Arte - Sana

Até quando?

Por Mauro Menezes

Natal, ano novo, carnaval, páscoa: cada dia chega mais gente. Até quando?

Mais bares, mais campings, mais pousadas, mais lojas, mais serviços, mais produtos, mais lucros, até quando?

O patrimônio nativo aumenta, as terras valorizam-se, a capacidade de consumo da população cresce, mas, até quando?

O Sana é um sucesso! Até quando? A rede elétrica não sustenta o consumo: os bares fecham por falta do que vender; o trânsito já engarrafou, a água já não é suficiente, lava-se louça e toma-se banho de xampoo e sabonete no rio; o lixo amontoa-se; a poeira sobe e a poluição sonora alcança índices alarmantes. Até quando?

O Sana é generoso - enquanto houver bromélias, enquanto houver estrelas.

O Sana é abundante, farto, e a soberana natureza sabe resistir ao predador, mas, até quando? O povo do Sana é bom e sabe adaptar-se aos novos tempos, mas, até quando? Nossos netos terão direito as bromélias, às estrelas, à abundante natureza?

Quem está ganhando dinheiro com esta explosão turística tem que ter a sabedoria de tirar um dízimo e investir na infraestrutura do Sana (e não apenas dos bares e pousadas), para que nunca acabe sua fonte de renda.

Não dá para ficar esperando a iniciativa dos políticos governantes. É hora de tomar a frente nas atitudes e assumir o Sana, caso contrário o perderemos breve, breve. E aí, nenhum investimento de justificará mais.

Direito de resposta

Venho pela presente solicitar "direito de resposta" em relação à entrevista que o Prosa fez com a Srta. Kátia na edição nº 2, página 2 deste jornal, cujo título é: camping do Bambuzal: construção cria polêmica.

De fato, como cidadão e exercendo meus direitos de cidadania, fiz uma denúncia no jornal O Debate com relação a construção feita em loteamento interdito e embargado pelo Ibama, e não em relação ao fato de ser uma construção perto do rio, como foi citado na matéria.

Na matéria, o Prosa também escreve que eu fiz um ataque à srta. Kátia no jornal O Debate, o que não é verdade: não ataquei nem ofendi ninguém, e jamais o farei, pois nada tenho de pessoal contra quem quer que seja, porém, denunciarei e assinarei o meu nome em todas as denúncias que, como cidadão, achar que devo fazer.

Aliás, aproveito esta oportunidade para sugerir que a Ama-Sana e o Pequena Semente procedam a uma fiscalização em todos os estabelecimentos comerciais do Sana para ver quem está agredindo e poluindo o meio ambiente, e que seja dado nome aos estabelecimentos infratores e publicados neste simpático e bem vindo jornal.

Antenor Lima de Souza



Espaço do leitor

Passarinhando

Que canto lindo, que belo canto, canto aqui, aqui encanto canto ali, em outro canto, canto em todos os cantos, canto amarelo, canto arco-íris, estou liberto, por isso canto estou perto, porém voando e vou e volto, saudando a todos sem distinção

Encantando, cantando, voando se me prenderes, eu vou cantar num só lugar e por ti lamentar, é só me ouvir e me olhar se concentrar e pensar... se sou teu, se quem tu és...

Se tu és, não voas, não cantas... nem amas a quem o faz nem, ao menos, o deixas em paz prisão é a tua visão poder, talvez algo mais soluções, animas liberdade, vôo, canto vida, amor, vai!!! Deixa passarinhar a paz

Casa Verde - Sana

Este espaço é seu. Escreva também a sua poesia!!!

Espaço do
Riacho Doce

- Suíte e/ou frigobar e ventilador de teto
- Piscina natural e/ou hidro-massagem
- Sauna a vapor e/ou ervas medicinais
- Ampli. de som verde e/ou quiosques de rede
- Diferentes e/ou café completo
- Comida caseira no fogão a lenha

Sana
Reservas: (021) 532.0770
powernet/cód.4009074

LOKAL
BAR E RESTAURANTE

Doces finos, salgados
pizzas e sucos
comida a peso

Rua José de Jesus Jr., 63

Biosca do Daiminho

Indicadas em geral
vinhos nacionais de primeira
mas são
cavacos
aromas de perfume!

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
VOCÊ ENCONTRA LAI
ENTRADA DO SANA



núcleo rural
TABA PINDORAMA
Observadores e amantes da Natureza
200 metros das cachoeiras
Albergue
Camping Ecológico

reservas (0246) 62 9158 SANA - RJ



Cartas do leitor

POLÍCIA

Como admirador do Sana, de seu povo e cultura, não poderia deixar de me sentir honrado de participar deste momento histórico, marco informativo sério e competente.

De minha parte, pensei em escrever sobre um tema leve, poético, bucólico, duendes, tudo a ver com o Sana e seu misticismo. Mas fui traído pelo meu lado das letras jurídicas, para me sentir à vontade de narrar uma cena local, que muito me entristeceu e me consternou.

Vi rapazes enfileirados, mão sobre arame enfarpado, perplexos, angustiados e constrangidos, despídos, nus, postos ao ridículo, sobre o julgo e revista de três homens armados até os dentes, com metralhadoras e tudo mais, escondidos sobre máscaras, daquela do tipo "Ninja", que só deixavam ver seus olhos. E ainda se diziam policiais. Mas eram realmente policiais, ou estavam travestidos de policiais?

Alegavam que a sociedade do Sana precisava deles para manter a ordem e os bons costumes, nem que para isso a lei fosse eles, desrespeitando a tudo e a todos. Acontece que a mineração correu solta, impiedosa e avassaladora. Direitos dos cidadãos, nem pensar, o que valia era o dinheiro. Encapuzados eram verdadeiros algozes, carrascos que em muito lem-

bravam os tempos da inquisição, ditaduras e guerras. Nós sabemos que toda cidade precisa ter suas normas e serem seguras. Mas é desta forma que a comunidade, visitantes e amantes do Sana querem? Não. Os métodos devem ser outros, mais pacíficos, respeitando nossos direitos, nossa casa e nossa honra. A comunidade deve participar, discutindo e apresentado soluções, conscientizando-se e conscientizando os outros, pregando a paz e felicidade em nosso corações.

Isto é o Sana e deve ser sempre assim. Com a ajuda e mobilização de todos conseguiremos acabar com os maus e aproveitadores que fazem a violência prosperar.

Ontem, as vítimas eram visitantes, mas amanhã poder ser um morador ou um ente querido.

Marcos Octávio Doria de Araújo
OAB/RJ nº 77.735

AGRADECIMENTO

O Sana está todo Prosa. Não é em qualquer lugar, a qualquer hora, que pessoas competentes e bem intencionadas aparecem para realizar projetos de interesse coletivo.

Os tempos modernos e a luta pela sobrevivência muitas vezes nos afastam deste tipo de projeto, e nos aprisionam na rede de nossas conquistas pessoais.

A equipe do Prosa está de para-

béns. Parabéns pela idéia genial, parabéns pela capacidade de realização, e especialmente, parabéns pela iniciativa de colocar um pouco do seu tempo e do seu trabalho em prol da comunidade.

Parabéns Sana! O Prosa chegou e com ele, Deus queira, uma nova era de informação, de debates e progresso. Amém!

Mauro Menezes

GATUNOS, LOBOS E LEBRES.

Todos famintos e raivosos. Será que não vai aparecer nenhum chapéuzinho vermelho para animar a rapaziada da pelada? Ninguém aguenta mais de calo na mão. Já dizia Roberto Carlos "pode vir quente que eu estou fervendo" de raiva do telefone. Agora que a semente brotou, vamos torcer para que não seja uma erva daninha. A pinguela até que ficou bonitinha lá no alto, mas aqueles dois andares confesso: é extremamente bizarro. O que fazer? Cair de pau? Isso não é sensato para um bom cristão (leia na bíblia). "Quem não sentir dor que atire a primeira pedra." O negócio é tentar melhorar, mas quem vai assumir essa associação, de verdade? Acho melhor contratar o Pedro Barros da novela Irmãos Coragem. Chegou mesmo a hora de olhar se a tampa das compotas estão limpas, afinal jaboticaba tem seu tem-

po e produto tem que ter peso, data de validade, fabricação, ingredientes e, se for o caso, aditivos químicos.

Preste atenção no motim, no lorinho bonitinho, mas tome cuidado, pode ser ladrão! E você não vai querer ser roubado, vai? Denuncie, cidadão do Sana, se alguém estiver errado. Exemplo: fossa para dentro do rio, cova de porco nas margens do rio, ossada de animal, lixo, etc... Isso tudo traz doenças e você não vai querer que seu filho fique doente? ATENÇÃO, CRIANÇAS: não bebam a água do rio, principalmente do Poço das Canoas, enquanto a Feema - junto com a participação de outros - não apresentar o resultado da amostra da água.

Talvez o negócio seja esperar as eleições e falar com o velho Ademair para ver se ele consegue terminar de colocar água no loteamento, já que a Prefeitura neca de catibiriba. De resto, eu só espero que seja sem caotice e os moradores tomem consciência do mal que nos cerca. Precisamos de mais latões de lixo na cidade, já que no caminho da cachoeira (o coração do Sana) o lixo fica esparramado no chão. Olha gente, a fazenda do Seu Edgar Gomes é bem grande, e cabe bastante buracos enormes, não vamos deixar o lixo por aí, coloque-o no latão.

F.F

Respingos

A torre de televisão do Sana está desativada há quase dois meses. Apenas os moradores com antena parabólica têm conseguido acompanhar os programas e noticiários da tv. A comunidade espera uma solução.

Os moradores e comerciantes do Sana andam preocupados com suas mercadorias, freezers, geladeiras, televisão e outros aparelhos elétricos. Acontece que todos os dias há uma queda de luz, isso sem falar no trecho que vai desde o Sub Posto de Saúde até a praça principal que fica totalmente às escuras das 18:00 às 20:00 horas. Quando isso vai acabar?

Parabéns aos médicos plantonistas, que trabalharam dia e noite durante o carnaval.

A comunidade pede com urgência um horário intermediário, às 9:00 horas da manhã, para o ônibus. Não é possível que o primeiro ônibus só chegue no Sana por volta de 11:00 horas.

O trabalho começa com a chegada do ônibus, quando informa-se ao turista o que não é permitido nas cachoeiras, e continua com a fiscalização desde a entrada do caminho para o rio até a cachoeira mãe. Leandro, um dos voluntários, diz que "é proibido a entrada de isopores grandes na cachoeira, refeições e churrascos.

bronzeadores, garrafas de vidro, rabiscar nas pedras, retirar plantas e animais (como os pequenos caranguejos) e fazer despacho de macumba". Tais proibições são mais do que necessárias, afirma Adelson, um outro integrante. "A comida, além da sujeira, desequilibra a cadeia alimentar dos animais do local: as garrafas são

perigosas porque o turista pode escorregar e se machucar; os bronzeadores atacam os peixes e sujam a água usada pelos moradores; os despachos porque engloba tudo o que já foi mencionado", explica ele.

Além de fiscalizar e impedir que o lixo seja jogado nas águas e pedras, os voluntários ainda ficam ligados na seguran-

ça dos turistas, que desavisados poderiam machucar-se no limo. Segundo Daumacih, "hoje não se vê lixo nas cachoeiras como antes, e o índice de acidentes diminuiu muito".

"De resto, espera-se que o turista colabore e respeite o trabalho, voltando sempre para curtir o Sana, mas nunca abusando dele." diz leandro.

Cachoeira limpa e segura



ROBERTO MADEIRAS

Madeiras em geral, assoalho, forro lambri, aduelas, madeirites, portas, janelas e portões.

Av. Carlos Garcia, 1950 / Linha Jardim Sol e Mar - Macaé - RJ (0247) 62-8091

BIROSKA DO DALMINHO

Laticínios em geral, vinhos nacionais de 1ª qualidade, mel puro, cereais e artigos de perfumaria. Tudo o que você precisa, você encontra lá

Chegada do Sana



2 • PROSA

Editorial

Lavrador aos sete ventos

O Sana tem aparecido com frequência nas manchetes dos jornais. Bom ou ruim? É cedo para dizer. Mas um fato é claro: os grandes meios de comunicação não tem conseguido ver no Sana nada além das suas riquezas naturais.

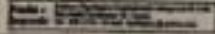
Ao lado do destaque da sua beleza, tem surgido no Sana uma outra preocupação: a preservação do seu ecossistema. E com estas duas chaves mestras na mão - belezas naturais e preservação - classificaram o Sana como um lugar potencialmente, e quase unicamente, ecoturístico.

Mas acontece que não existe turismo qualificado, e muito menos preservação de um local, quando não se valoriza a sua identidade cultural. Pouco tenho visto as pessoas perguntarem quem é o morador do Sana e qual a história da região. Cabe aqui lembrar que o Sana é muito maior que o seu conhecido arraial, onde estão localizadas as suas famosas cachoeiras. No 8º Distrito de Macaé estão situadas as regiões do São Bento, Santa Helena, Cabeceira, Boa Alegria, Boa Sorte e muitas outras, na sua maioria, distantes do turismo.

Portanto, me permito afirmar que o Sana não pode ser considerado primeiramente como um lugar turístico. É preciso ver de perto, mas com abrangência, as condições e a forma de vida de todos os seus moradores. E com liberdade digo que o Sana, desde a sua fundação, foi lavoura. E que a sua identidade está na terra e na agricultura. Aí se formaram os seus costumes. E se o turismo cresce na região, porque não direcioná-lo para a cultura local? Por que restringi-lo, cruelmente, às cachoeiras e trilhas mata adentro?

Este número é dedicado ao lavrador desta terra, ao trabalhador que é pai deste lugar. Dono da mais autêntica sabedoria, é ele quem espera com paciência o dia da brotação. Mas é pena que não tenha encontrado o suporte necessário para seu trabalho.

TERRA LAVRADA É POESIA

Jornal Prosa - Esta é uma publicação destinada à população serrana de Macaé, e que abrange suas áreas territoriais anexas, mas que se aprofunda em temas como cidadania, ecologia e preservação cultural. As matérias assinadas não refletem necessariamente a opinião deste jornal. Realização: Frank Furtado e Gabriela Ternet. Ilustração: Léo Alvim. Contatos pelo telefone: (021) 074-8488 e fax (021) 239-5279 ou no Casulo Azul, Rua de Arte, à Rua José de Jesus s/nº - Sara. 

EDITORIAL

Jamais viu-se um distrito prosperar quando o município responsável vive o caos. Largada no descaso dos seus governantes, sem hospitais, educação e suja, Macaé parece reviver a praga do Mata Coqueiro.

Mas, ainda maior torna-se o descaso quando referimos aos distritos. O Sana, ao mesmo tempo que vê o seu lado turístico desenvolver-se, sofre da falta de atendimento público à cultura, educação, saúde e lazer.

Talvez a falta de coordenação entre as instituições públicas - tratando de problemas isoladamente, quando na verdade fazem parte de um conjunto - aliada a sua inadiplência (para não dizer incompetência), seja um dos fatores de maior peso para este abandono.

Infelizmente, durante os anos de mandato, prefeitura e secretarias fecharam os olhos para as necessidades da população do Sana, deixando que seus problemas se acumulassem, e adiando a resolução de algumas das exigências mais urgentes para as vésperas das eleições.

No final do ano, novamente iremos para as urnas. Esperamos que, desta vez, a política assuma o lugar da politicagem barata, e que os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

Brincando de falar sério

Por Mauro Menezes

O Sana está crescendo. Não é aquela criança inocente de dez anos atrás que se contentava com um pirulito ou com um brinquedinho qualquer. O Sana de hoje tem outras necessidades muito mais sérias.

Diz o ditado popular: "filho, quanto mais cresce, mais trabalho e preocupação traz a seus pais". Portanto, é hora da comunidade parar e discutir qual a verdadeira vocação do Sana e quais os cuidados que devem ser observados para que o crescimento dessa criança seja harmonioso, livre e criativo.

Sofremos muito quando vemos nossos filhos maltratados, desrespeitados ou impedi-

dos de crescerem felizes. Com o lugar que moramos e vivemos também deve ocorrer o mesmo. Não podemos aceitar as casas sem fossas jogando seus detritos no rio; não podemos permitir o desmatamento irregular; não podemos entregar o Sana à invasão do turismo predatório; não podemos conviver com tanto lixo espalhado; não podemos abrir mão do nosso direito à saúde e educação; não podemos continuar sobrevivendo sem música, sem futebol, sem arte e sem prazer. O Sana está crescendo e não podemos ignorar os novos tempos: os animais de montaria são substituídos por motos e bicicletas; as carroças e tropas são substituídas pelos veículos de carga; as parabólicas inun-

dam os quintais; o posto telefônico (quando funciona) nos liga com qualquer parte do mundo; o comércio amplia-se, sofisticando-se; as novas construções criam um novo padrão arquitetônico; a agricultura já não é mais prioritária e até tempero se compra fora.

Como vemos, mais uma vez, o Sana está crescendo. Naturalmente seus interesses e necessidades são outros, naturalmente nossa responsabilidade aumenta.

Prestemos muita atenção, tenhamos muito cuidado para que nossa criança cresça, cada dia, mais saudável. O Sana não é do turista. O Sana é de quem vive aqui.

Camping do Bambuzal: construção cria polêmica

Fruto de um loteamento recente, a área do camping do bambuzal tem sido foco de discussão entre os moradores da comunidade e os órgãos governamentais ou não, ligados ao meio ambiente. O motivo da discussão é a construção de uma casa perto das margens do rio, contrariando o artigo 2 da lei federal nº 4771 de 15 de setembro de 1965, que estabelece a preservação da vegetação situada até 30 metros da margem dos rios de menos de 10 metros de largura. Em entrevista dada ao Prosa, Kátia, dona do terreno, esclarece à população alguns pontos conflituosos.

Prosa: Há quanto tempo mora no Sana?

Kátia: Já faz 6 anos que vim para cá. Gostei daqui porque era um lugar calmo, onde havia um contato muito forte com a natureza, sem poluição e sem violência.

Prosa: O que à levou a comprar um lote no bambuzal?

Kátia: Eu gostaria de fazer uma casa maior do que a que eu morava, com mais conforto e que tivesse espaço para meus filhos brincarem. E nesse caso, este lote de 2.060 metros quadrados pareceu ideal.

Prosa: E agora, que planos tem para o terreno?

Kátia: Fazer dele um

lugar tranquilo e agradável, preservando sua natureza.

Prosa: Muitas pessoas dizem que a construção das fossas do seu terreno não está em local apropriado. Onde elas foram construídas?

Kátia: Bem distantes do rio.

Prosa: O que tem a dizer à comunidade quanto à polêmica criada em torno da sua obra?

Kátia: Gostaria de poder viver e criar os meus três filhos da melhor maneira possível. Acho muito importante as leis de preservação ambiental e pretendo respeitá-las ao máximo. Na verdade, além de nunca ter tirado nenhuma ár-

vore do meu terreno, tenho plantado várias. Aliás, foi justamente para não derrubar nenhuma árvore e nem mudar a geografia do lugar que construí uma casa de dois andares. Era a única forma de preservar o bambuzal, as pedras e as árvores. O meu desejo é viver em paz com a comunidade.

Prosa: O que tem a falar sobre o ataque feito pelo senhor Antenor Sousa, publicado no jornal O Debate?

Kátia: Tudo mentira, como pode ser comprovado, como também não haverá ação popular para derrubar a minha casa. Mas na Repousada, de propriedade dele, tem muitas irregularidades.

Prosa

Produzido por Frank Furtado e Gabriela Temer
Diagramação: Paulo Henrique Rodrigues e Nazareno Nogueira de Souza
Ilustração: Marcelo Mendes e Léo Além
Colaboradores: Mauro Menezes, Paulo Canella

Endereços:

Oficina de Artes Cazuol Azul
R. José de Jesus Júnior, S/nº Sana
8º distrito de Macaé - RJ

R. Visc. de Pirajá, 592/601 Ipanema - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 274-8488
Fax: (021)239-5279

LARIKAS

Salgados • Doces
Sorvetes • Sucos
Café da manhã • Pão de queijo

Caminho da Cachoeira

O Point da Canoas

Bebidas em geral, cerveja gelada e lanches à beira-rio

Poço das Canoas

Drink's Bar

O seu espaço para churrasco, música e bebida em geral. A diversão é aqui!

DEPOIS DAS FÉRIAS
Nas manhãs de domingo
OFICINA DE EVOLUÇÃO DO SEXTO-SENTIDO
(A percepção das bruxas)
- iniciação básica -
Ambos os sexos, a partir dos 12 anos
Tema: Harmonização Bio-energética e conscientização cósmica
Inf. diretamente c/ José Vieira, nos bares pousadas e restaurantes

4 • Prosa

Sana, uma long

O contraste entre a nova e a antiga Igreja Católica do Sana



A beleza rústica da fachada de uma casa tradicional

Cinco minutos de estrada mal asfaltada e pouco mais de meia hora de estrada de terra. O ônibus aos tranços e barrancos. Grandes árvores atravessam a paisagem, sempre cortada por um rio nem um pouco humilde.

De repente, depois de uma curva, chega-se ao arraial do Sana, e o cenário já se mostra bem diferente. Uma comprida rua de paralelepípedos rasga o caminho, com várias casas de cimento sendo construídas e outras tantas sendo ampliadas, enquanto uma ponte atravessa o rio preparando um futuro loteamento. Num canto ou outro, surge um novo bar, camping ou pensão — sinal mais evidente do progresso. Ao mesmo tempo, uma memória ou outra é apagada da arquitetura e da cultura da região. Pouco a pouco, o Sana vai perdendo suas janelinas de madeira, as cercas vivas de balãozinho, seu convite à tranquilidade... A graciosidade rústica da sua arquitetura e a sua beleza campestre começam a ceder à pressão de um turismo inconsciente e de um progresso inconsequente.

Turismo: é preciso atenção

Mesmo sendo a população do Sana, na sua maioria, constituída de lavradores, e do esforço que dispensam aos trabalhos na roças, a agricultura já não é mais a base econômica da região. Indiscutivelmente, hoje o Sana descobriu a sua vocação turística, e é inegável o seu crescimento. A região cresce e se desenvolve um pouco a cada dia. Não só em função do movimento turístico, mas também como reflexo natural do ir e vir de seus moradores, da troca do conhecimento, do desejo pelo algo mais. Mais que inevitável, é um movimento saudável. Mas a ques-

tão é: como conciliar o progresso e o turismo de uma região sem descaracterizá-la?

Como manter a mesma harmonia de quando todas as crianças passavam pela mão de uma só parteira, de quando as casas eram construídas, na sua maioria, de pau-a-pique?

É bom lembrar que as casas novas, modernas e de rápida construção, cujas telhas de amianto — se é que são de telhas, pois muitas vezes aparecem como casas de teto de lage reta — substituem o velho telhado em estilo sobradinho, enfeiam pelo contraste chocante que causam com o que sobra do resto da



antiga edificação e com o ambiente que o contorno da Mata Atlântica e os burricos fazem evocar. Talvez aqui caiba melhor que em qualquer outro momento a frase do poeta contemporâneo Manuel Bandeira, nascido em 1886, ao referir-se às construções modernas:

"Não amo as casa novas, sua visão é indiferente".

E é pena que o Sana esteja deixando sua arquitetura secular desmoronar. E triste

Outra típica construção do Sana



...a história

“Cresce, mas não te esqueças de tua beleza. Teu brilho vem de criança, quando ainda infantil, não cabiam-lhe o mal e o exagero. Teu ouro, meu amor, virá do que não mudar...”



O desmoronamento do cartório do Set. Nori. Uma perda inestimável.



Casa do Seu Jovelino Proença: Arquitetura secular



ver o antigo cartório do tão evocado Nori aos pedaços, dói na alma ver a descaracterização de uma igreja do início do século, despedaçada o coração ver toda uma identidade cultural se apagando... É bom lembrar que não existe uma região forte se a sua identidade se perde.

Comunidade: assumindo a responsabilidade

As tropas de burro são substituídas pelos carros e pelas

grandes estradas - uma comodidade que nada traz de mal. O problema é quando os carros invadem as ruas onde as crianças jogam bola e onde a gente anda sem pressa. É preciso estar atento até onde o limite da comodidade e do progresso não invadem o limite da tranquilidade de um lugar. E cabe aos seus moradores estabelecer tais limites, definindo quando e onde crescer e, ao mesmo tempo, lutando pela tradição e pela preservação sem deixar de lado o enriquecimento da sua cultura.

Jovelino

Proença, 83 anos, nascido e criado no Sana, deixa à mostra um perfeito exemplo a quem quer que caminhe pelo vale do São Bento: a casa onde sua família mora, construída há mais de um século e de pé até hoje graças aos cuidados dispensados à conservação da sua estrutura.

Outra bela casa, no mesmo estilo, se encontra ao lado do antigo cartório, ou do que sobrou dele. Mas é pena que ela esteja prestes a cumprir a sina da casa vizinha.

Há ainda outras casas antigas pelo arraial, de beleza rústica e simples — e que mais do que qualquer outra coisa identificam a diferença e a originalidade do lugar —, mas que estão praticamente abandonadas pelos seus proprietários.

O Sana é belo, é natural. Vem de longe a sua história, seus personagens lendários, como Nori e Emílio Gato. Em cada canto, em cada parede, em cada lavoura, paira uma história. E

hoje ainda, quando cai a noite, um perfume se espalha no ar e embriaga mais que cachacinha de cipó-cravo. O aroma diurno da açucena vai dando lugar à dama-da-noite, enquanto as primeiras estrelas começam a aparecer, prelúdio de um espetáculo ainda maior: o clarão da lua cheia. No Sana, são naturais as luzes da ribalta...

Sana, uma Jo

*A Festa do Sana, que hoje traz milhares de pessoas para o A
que acontece há quase meio século, e que mantém sua tra*

Conta a senhora Onorinda Mozer, da igreja católica do Sana, que todo dia 20 de janeiro a comunidade católica do Sana se reunia para homenagear São Sebastião, o santo padroeiro da cidade. Ela conta também que todos os dias do mês de maio, a comunidade católica do Sana se reunia para rezar o terço e louvar Nossa Senhora. Até que, há cerca de meio século, o senhor Astrogildo Mozer trouxe para o Sana a primeira coroação da Santa. A partir de então, uniu-se no final do mês de maio, numa única celebração, a homenagem ao santo padroeiro e a coroação de Nossa Senhora. Elecir dos Santos, que participa destas atividades desde que tiveram início, conta que “passamos a homenagear São Sebastião no dia da coroação de Nossa Senhora por dois motivos: primeiro porque em janeiro chovia muito, o que prejudicava qualquer evento em homenagem ao santo padroeiro. Depois, porque achávamos que o santo podia ficar triste se trouxéssemos apenas a imagem da santa”. Este cerimonial tornou-se uma tradição que acontece todos os anos, no primeiro fim-de-semana de junho.

No começo, apenas as pessoas da Igreja local participavam. Aos poucos, começou a vir gente de outros lugares e a coroação foi tomando pulso de festa. “O pessoal vinha

de longe, montado no burro, só para participar da cerimônia”, conta Onorinda.

A cerimônia tinha início com a procissão, que saía do Posto de Saúde, onde se encontrava a antiga Figueira, e ia até a entrada do Peito de Pombo. Depois a procissão fazia a volta e ia para a Igreja Católica. Na época o Sana não tinha luz, e o caminho por onde passava a procissão era todo iluminado com tochas de bambu enfeitadas com papel colorido. Os devotos que iam na procissão também iam carregando tochas. As crianças se vestiam de anjo e as mulheres de branco, representando a pureza. A praça da Igreja também era toda enfeitada com folha de coqueiro, bandeirinhas e lanterninhas, além de uma fogueira. O coreto do lado de fora era decorado com arco de bambú, flores e bandeiras, assim como a entrada da Igreja. Dentro da Igreja a luz era a motor, então faziam-se abajures enfeitados com fitinhas coloridas e ornamentavam o altar da Igreja com cedrinhos. As pessoas se reuniam alguns meses antes da festa para Nossa Senhora e para começar os preparativos e ensaiar o coral e a dramatização religiosa. Dona Neli dos Santos, que também participa das atividades da igreja desde que elas tiveram início, conta que “geralmente São Sebastião era carregado pelos homens, e a santa era carregada pelas mulheres, enfeitadas com flores de maio e cantando as ladainhas



nga história

*raial, é um exemplo de devoção e religiosidade. É uma festa
lição religiosa apesar das mudanças do seu perfil social*



Na foto maior, a coroação da santa, por volta do início dos anos 70, feita por Luziméia de Castro (cima), Raquel Dames (centro), Teresa Correa (esquerda) e Regina Correa (direita). Em 1987, Elisângela faz a coroação e comprova a tradição

durante a procissão.

Depois que a procissão cumpria o seu percurso e entrava na Igreja, era realizada a coroação de Nossa Senhora. A Santa era coroada pelos anjinhos.

Depois de quase dez anos, passou-se a fazer um leilão para arrecadar dinheiro para a igreja. "As pessoas traziam frango assado, bolo, salgado. Tudo ia para o leilão, que era feito no coreto", conta Elecir dos Santos. Depois começaram a aparecer as barracas. Mas as barracas também eram enfeitadas. "Teve um ano que foi feito o concurso da barraca mais enfeitada. Toda esta ornamentação mostra que na época as pessoas tinham um sentido mais festivo e menos comercial, como é hoje em dia", afirma Elecir.

A mudança do perfil social

Com o tempo a festa foi crescendo, foram chegando mais barraqueiros, começou a ter banda de música tocando e muita gente de fora começou a vir para o arraial em busca da festa, mas se esquecendo do seu sentido religioso. Se antes todo o cerimonial acontecia apenas no domingo, hoje a festa para Nossa Senhora acontece no sábado e no domingo.

E enquanto a devoção da comunidade católica se fortalece e a fé se aprofunda a cada ano na homenagem aos santos, a parte social da celebração vai perdendo seu sentido religioso e seu

ambiente familiar. Hoje não são mais feitos todos os enfeites de outrora. As pessoas já não mais tem tempo para se dedicar com tanto afinco à ornamentação da cidade. A luz chegou, as tochas foram embora. O palco grande e o microfone ocuparam o lugar do coreto e do leiloeiro de bolos.

A última festa do Sana em Homenagem à Nossa Senhora e São Sebastião teve na sua parte social uma contradição e um afronte a tudo o que representa esta celebração. Faixas políticas foram espalhadas pela cidade, e um enorme palco deu lugar a shows de rock'n'roll. A praça de antes, toda ornamentada, ficou entupida de gente dançando e pulando pelo gramado. "A festa de hoje está muito mudada. Ela não tem a ver com o povo daqui. Agora já não é mais aquela festa tranquila", fala a senhora Onorinda Mozer. Para Dona Elecir "quem vem de fora e desconhece a nossa tradição, pensa que não passa de uma festa junina".

E uma tradição tão forte, uma manifestação tão bela e rica, não pode se apagar no tempo. E mesmo que a fé se perpetue, é preciso bater o pé para defender certos valores. Será que o comércio tem garras tão fortes? Será que é tão difícil freiar o rumo que a festa em homenagem aos santos está tomando? Com certeza que não. Para isso basta manter a festa sob o prisma religioso, evitar tantas barracas e trocar as bandas de rock'n'roll pelo coral no coreto da praça.

Produção

Salvação da lavoura

Comercializar os produtos retirados da terra sem nem sair do Sana. Esta foi a solução que Francisco Jander encontrou para continuar trabalhando na agricultura. Hoje, ele vende no seu quiosque abacaxi, inhame, banana, abacate, caldo de cana e conseguiu transformar a sua plantação de mandioca num dos mais populares bolinhos de aipim da região.

Francisco Jander nasceu no Sana e cresceu na lavoura. Seu pai já plantava, entre outros produtos, banana, inhame e mandioca para fazer farinha. “Há quatro anos percebi que a plantação extensiva da banana desgastava o solo. Foi então que resolvi trabalhar com a cana e o abacaxi. Comecei plantando cerca de 200 pés de abacaxi e 20 covas de cana-de-açúcar”. Hoje, Francisco tem cerca de 7 mil pés de abacaxi 8 mil covas de cana-de-açúcar. Este verão, ele conseguiu colher, e vender para o



Francisco em seu quiosque, em frente à praça do Posto de Saúde

turista que frequenta o Sana, 1.500 frutas. “No próximo verão, devo estar colhendo quase 5000 abacaxis”, prevê Francisco.

O segredo de toda esta produtividade está na mão do lavrador.

“Não uso agrotóxicos, nem prático queimadas. Eu roço todo o terreno, faço a leira e aproveito o mato como adubo orgânico. Depois eu cuido da plantação, capinando a terra. Dá um pouco mais de

trabalho, mas vale muito à pena”, explica Francisco Jander. Segundo o agricultor, as pragas já diminuíram, e o solo recuperou a sua fertilidade. “Hoje em dia, consigo retirar da terra mais produtos e de melhor qualidade”, conta. Daqui há cerca de um mês, Francisco também estará vendendo laranja em caixote e abacate. “Estou apenas esperando as frutas madurarem”.

O quiosque do Francisco é o único estabelecimento do Sana onde se pode encontrar cana e abacaxi. Há quatro anos, ele percebeu este mercado potencial, quando o turismo começou a crescer na região, e plantou estes produtos. Para o próximo ano ele vem com uma outra novidade: acerola. O turista não mais precisa beber suco de acerola de polpa congelada. Agora ele vai ter a opção de beber um suco de acerola fresquinha, tirada do pé ali pertinho.

Acontece...

🕒 Vem aí o Festival de Inverno do Sana. Com dois meses de duração, junho e julho, o evento trará exposição de fotos, shows, festas, atividades ecológicas, teatro, festival de queijos e vinhos, etc. Fique de olho na agenda da próxima edição do Prosa

🕒 A Pequena Semente estará organizando uma Gincana Ecológica durante a Semana Santa. Entre outras atividades, estão programados jogos censórios, boiagem e corrida de orientação. Informações e inscrições na sede da ONG.

🕒 Faltou luz no Sana, durante o ano novo e durante os dias 14 e 15 de março. A queda de energia se deu devido ao sistema bifásico, que não atende à demanda local, e provocou danos em freezers e geladeiras.

Fora isso, o açougueiro Hélio Sousa tinha recebido do Ministério da Agricultura 500 doses de vacina para a febre aftosa, que tiveram que ser mandadas para outro lugar. Elas são guardadas no gelo, e sem luz não teve jeito.

Os moradores pedem com urgência que o sistema seja trocado para trifásico. O sistema trifásico já foi instalado a 1 quilômetro do Sana. Falta apenas que a Prefeitura, ou a Secretaria responsável, entre em contato com a Cerj.

🕒 Já chegou o ofício da Secretaria de Turismo de Macaé autorizando a Associação de Moradores do Sana e a Pequena Semente a fazerem a fiscalização dos ônibus de excursão.

🕒 Fique atento: a partir de abril o Sana vai ganhar uma feirinha comunitária nas manhãs de sábado, que vai abrir espaço para artesãos e lavradores. Cadastre-se no bar e mercearia Sobrenatural e traga seu produto.

🕒 Por falta de planejamento da Secretaria de Educação de Macaé, as primeiras semanas do ano letivo foram decepcionantes. No colégio do Sana, não houve aula de algumas disciplinas para algumas séries e o colégio da Barra do Sana ficou fechado durante a primeira semana. Tudo isso por falta de professores.

Fora isso, alguns alunos da Barra do Sana e da Cabeceira do Sana não puderam ir ao colégio porque não havia transporte para os alunos.

🕒 Estão desmatando a área onde se encontra uma das nascentes que abastecem o Sana, na Glória. No local, está sendo plantado capim. Assim não dá!!

Expediente: Produção: Frank Furtado e Gabriela Temer / Fotos: Thiago Arruda / Arte gráfica dos anúncios: Léo Além. / Endereço para correspondência: Oficina de Arte Casulo Azul, Rua José de Jesus Jr. s/nº, Sana - 8º distrito de Macaé — | Visconde de Pirajá, 592/601, Ipanema, Rio de Janeiro, CEP: 22410-002, tel/fax (021) 239-5279/ As matérias assinadas não refletem necessariamente a opinião deste jornal e são de responsabilidade do autor.